

ELOISA BELING LOOSE

JORNALISMOS E CRISE CLIMÁTICA

**Um estudo desde o Sul Global sobre
os vínculos do jornalismo com a colonialidade**



**EDITORA
INSULAR**

JORNALISMOS E CRISE CLIMÁTICA

**Um estudo desde o Sul Global sobre
os vínculos do jornalismo com a colonialidade**

Eloisa Beling Loose

JORNALISMOS E CRISE CLIMÁTICA

**Um estudo desde o Sul Global sobre
os vínculos do jornalismo com a colonialidade**

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2024

Copyright © Eloisa Beling Loose, 2024

EDIÇÃO

Nelson Rolim de Moura

REVISÃO

Eugênio Vinci de Moraes

Estúdio Insular

PLANEJAMENTO GRÁFICO E CAPA

Ayrton Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

L863j Loose, Eloisa Beling.

Jornalismos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade / Eloisa Beling Loose; Prefácio de Enrique Leff. - 1. ed. - Florianópolis, SC : Editora Insular, 2024.

242 p.

E-book: 1,72 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0424-8.

1. Colonialidade. 2. Crise Climática. 3. Jornalismo. 4. Mudanças Climáticas. 5. Prática Jornalística. I. Título. II. Assunto. III. Autora.

24-30281356

CDD 070.4

CDU 070

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Jornalismo.

2. Jornalismo (imprensa).

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. E-book (PDF; 1,72 Mb). ISBN 978-85-524-0424-8.

EDITORA INSULAR

(48) 3334-2729

editora@insular.com.br

twitter.com/EditoraInsular

www.insular.com.br

facebook.com/EditoraInsular

INSULAR LIVROS

Rua Antonio Carlos Ferreira, 537

Bairro Agrônoma

Florianópolis/SC – CEP 88025-210

(48) 3334-2729

insularlivros@gmail.com

El periodismo no es un oficio aislado a esta responsabilidad. Los periodistas de todo el continente tenemos un compromiso profundo para entender desde la ciencia que el planeta entero debe transitar hacia un modelo de crecimiento y desarrollo diferente. Un cambio que sin duda estará atravesado por conflictos, pero también de nuevas esperanzas y oportunidades.

Editorial OjoPúblico, 1º/1/2019

Sumário

A responsabilidade de comunicar a crise ambiental	8
<i>Enrique Leff</i>	
Crise climática é notícia?	19
Por que estudar a cobertura jornalística das mudanças climáticas?	23
Estudos sobre jornalismo e mudanças climáticas	30
A cobertura jornalística das MCs ao longo da história	33
As pesquisas sobre comunicação e MCs	36
O jornalismo e suas formas de expressão	40
Valores e características do jornalismo hegemônico	44
Valores e características do jornalismo não hegemônico	49
Diferenças entre os jornalismo.....	53
A perspectiva do Sul e o jornalismo ambiental	56
Questão colonial: assimetrias e violências persistentes	59
Meio ambiente colonizado	64
Encontro do debate colonial com o jornalismo ambiental	67
Discursos sobre as mudanças climáticas	73
Causas e consequências das mudanças climáticas	80
Alternativas para o enfrentamento.....	85

A cobertura climática nos meios não hegemônicos	104
Por que <i>Colabora</i> , <i>Conexão Planeta</i> e <i>Envolverde</i> ?	106
A COP-25	110
As greves pelo clima	133
A relação com a pandemia de covid-19.....	141
Regularidades dos discursos sobre a crise climática	159
As causas da crise climática.....	160
Os efeitos climáticos.....	166
As soluções para reagir às MCs	168
As ações pró-clima	177
As críticas à inação e ao negacionismo.....	179
A perspectiva desde o Sul	183
Os discursos jornalísticos sobre a crise climática.....	185
Quem são e como são identificados os atores das notícias	189
Visões de mundo e silenciamentos	193
À guisa de conclusão	202
Saliências e ausências dos discursos jornalísticos não hegemônicos	211
A mirada do Sul na cobertura climática.....	215
Jornalismo ambiental, crítica colonial e meios não hegemônicos	217
Referências	221
Do jornalismo ambiental ao climático	236
Sobre a autora	240

PREFÁCIO

A responsabilidade de comunicar a crise ambiental

Enrique Leff¹

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) divulgou recentemente seu 6º Relatório, no qual mais uma vez reforça o alerta de risco de uma crise climática planetária. Os indicadores sobre o aumento das emissões de gases de efeito estufa, suas consequências na elevação da temperatura média do planeta e suas repercussões no derretimento das calotas polares acendem o sinal vermelho, alertando que se essas tendências continuarem, não conseguiremos limitar o aumento de temperatura acima de 1,5°C, estabelecido no Acordos de Paris. Isso pode causar eventos climáticos imprevisíveis com efeitos catastróficos.

Diante dessas notícias, nos perguntamos: por que, apesar das informações científicas que apresentam um cenário e perspectivas cada vez mais aterradoras, decorrentes das mudanças climáticas, não há mobilização das consciências da humanidade e nem respostas eficazes por parte dos tomadores de decisão que permitem minimizar, mitigar e fornecer soluções para as tais ameaças? Para além das controvérsias sobre o caráter antropogênico da crise ambiental, que deveria conduzir a uma ética de responsabilidade humana, os fenômenos climáticos e o risco de catástrofes ecológicas ocorrem como eventos que escapam ao cotidiano dos cidadãos, como se estivessem inscritos em códigos crípticos, difíceis de traduzir em uma linguagem compreensível, que consiga despertar consciências e orientar para a construção de sociedades sustentáveis.

1 Ambientalista, coordenador da Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente durante mais de vinte anos. Pesquisador e professor da Universidade Autônoma do México (UNAM).

Lembremos que a crise ambiental que eclode no início dos anos 70 do século XX foi um acontecimento inesperado, imprevisível desde a falsa segurança ontológica que havia colonizado a mente humana com a imagem de um progresso econômico que, deslumbrado pelas certezas ilusórias do Iluminismo da Razão, traçaram o caminho do bem-estar, da liberdade e da sempre frágil felicidade humana, sobre um terreno sem fundamento. A crise ambiental se anunciou como a inusitada emergência de uma situação de risco não percebida pela modernidade, que a gerou, como se a opacidade do processo que desencadeou o colapso ecológico tivesse cegado as mentes e anestesiado as sensibilidades da humanidade. O aquecimento global do planeta é semelhante ao fenômeno das rãs que morrem submersas na água ao se elevar gradualmente sua temperatura.

É comum que depois de conferências científicas sobre as condições de risco planetário, depois de diagnósticos de especialistas, depois de culpar o capital, de responsabilizar a geração anterior por não ter reagido na época e exigir que os governos tomem decisões e implementem programas urgentes para mitigar as mudanças climáticas, as pessoas comuns se perguntam como traduzir esse estado de coisas em ações que possam, de fato, modificar suas práticas diárias. De forma geral, os cidadãos se sentem alienados e impotentes diante de um fenômeno que paira sobre suas condições de vida.

Se a teoria e a ciência contribuem para a explicação do fenômeno das mudanças climáticas, essa compreensão se mantém como uma consciência passiva; não penetra na consciência ativa dos atores sociais. A crise ambiental é como um fantasma que assombra o mundo, como um pesadelo que assusta as pessoas, mas que, em seu rastro, não oferece clareza de como convertê-lo em comportamentos responsáveis que aliviem suas angústias e levem a ações solidárias ou soluções eficazes para uma emergência que segue seu curso como destino inelutável diante da impotência da humanidade para responder ao que ela mesmo causou.

A disposição de agir frente à ameaça climática não deriva do conhecimento produzido pela ciência. E é aí que emerge a função social do analista-comunicador da questão ambiental. Para isso, o jornalista questionador, que busca ser um ator transformador, deve ter adquirido

sua própria compreensão da questão ambiental e saber perguntar aos especialistas, de modo a oferecer seu conhecimento crítico ao público. Somente assim, com informações úteis sobre a urgência do problema, poderá se responder a esse acontecimento histórico, que demanda resposta de cada pessoa e de toda a humanidade. Esse é o caminho que abre o estudo oferecido por Eloisa Beling Loose para compreender o papel social do jornalista ou do comunicador ambiental.

Até agora a atenção que o jornalismo hegemônico tem dado à questão ambiental tem sido marginal. Mas, não muito diferente do jornalismo “objetivo e imparcial”, o jornalismo “crítico e independente”, engajado com as causas sociais – aqui denominado de jornalismo “não hegemônico” – tem se limitado, sobretudo, à transmissão de notícias ambientais. Entendo por isso os anúncios de eventos ambientais, sejam eles cúpulas sobre o clima ou eventos climáticos extremos, como furacões, ciclones, tsunamis, ondas de calor, quando estes têm consequências catastróficas, caso do furacão Katrina, que ganhou fama internacional. Os meios jornalísticos hegemônicos têm acolhido alguns profissionais que, ocasionalmente, dedicam seu espaço à análise de algum “fato ambiental”. Quando os grandes meios de comunicação tratam de questões ambientais, como fazem a *CNN* ou *O Globo*, vão até o lugar do acontecimento para mostrar imagens e depoimentos das pessoas atingidas. Quando se somam às vozes daqueles que exigem justiça ambiental, é para exigir que os governos respondam às suas responsabilidades, mas realmente avançam na cobertura em casos pontuais e específicos, como quando realizam documentários críticos, como os do cineasta Michael Moore para desvendar a fraude da “energia limpa” e as falsas soluções ecológicas das grandes corporações, ou ainda que denunciam os assassinatos impunes de ativistas ambientais e povos em defesa de seus territórios.

Muito diferente é o jornalismo ambiental, focado na divulgação das questões cruciais relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas, que pode ser encontrado em revistas especializadas como *The Ecologist*, mas especialmente em uma série crescente de sites e *blogs* de redes de intelectuais e ativistas ambientais, cujo público continua a ser seletivo – não chegando a todos os cidadãos como um tema crucial

que diz respeito à vida cotidiana e à condição existencial da humanidade, das gerações futuras e do destino do planeta. E é preciso admitir que mesmo nesses espaços marginais do jornalismo, o público fica informado ou atordoado com a notícia, mas igualmente paralisado, sem saber como responder a tais manifestações de degradação da vida. O conhecimento, a notícia ou o relato não chegam ao coração das pessoas: é o caso dos terremotos, que ainda são percebidos como fenômenos naturais, respondidos com resignação e impotência.

A questão ambiental, particularmente o caso das mudanças climáticas, é digna de interesse jornalístico quando se enquadra nos critérios de noticiabilidade, como grandes eventos, tragédias e novidades. A grande maioria dos jornalistas segue a sua vocação indo “atrás da notícia”, daquela notícia que atrai o público majoritário porque diz respeito aos seus interesses diários. A questão ambiental continua a ser “difusa”, como qualificada pelos juristas ao despreverem os direitos humanos associados às suas condições ambientais de vida. Isso se deve tanto ao caráter complexo, muitas vezes controverso e até incerto, que caracteriza os fenômenos climáticos e os riscos ambientais: questões que não se enquadram nas “notícias factuais”.

O *ethos* que define o jornalista é um personagem inquieto que o leva a se arriscar na caça pela notícia, mas carece também da paciência e de tempo para refletir, assimilar e traduzir um problema socioambiental em uma reportagem, uma crônica, um editorial que traduza seu entendimento com linguagem acessível para o público em geral. Esse tem sido o talento dos grandes escritores que se ocupam do trabalho jornalístico e de jornalistas emblemáticos como Ryszard Kapuscinski, cronista dos processos de descolonização dos povos do Sul: das secas e fomes, das guerras civis e revoluções e da queda do poder dos governos totalitários na África, América Latina e Ásia.

O trabalho do comunicador, e de forma específica do jornalista, comprometido com a causa socioambiental continua sendo uma profissão quase inexistente, mas aparece como tarefa fundamental se queremos formar cidadãos capazes de atuar frente à crise ambiental. O comunicador ambiental tem a responsabilidade de ressignificar os conceitos teóricos

e o discurso estratégico do poder para traduzi-los em mensagens que possam gerar compreensão para a população de forma gerar e acionar sua sensibilidade diante da degradação da vida no planeta. Nesse sentido, o jornalista ou comunicador ambiental é um estudioso, um pedagogo e um ativista. Inicialmente, deve ter a disposição não apenas de divulgar as informações já codificadas por cientistas e políticos, mas de estudar problemáticas muito complexas, de reconhecer e desvendar conhecimentos criptografados nos léxicos obscuros e nos códigos de discursos filosóficos, nas teorias científicas e nos sistemas jurídicos, para reportá-las em outras linguagens, de amplo entendimento. Tal processo tem sido feito por cineastas, documentaristas e fotógrafos, entre os quais Sebastião Salgado, que alcançou reconhecimento mundial.

Mas, antes de estetizar o drama ambiental, o comunicador ambiental deve levar a informação no intuito de angariar ações estratégicas do público receptor, principalmente a população mais diretamente afetada, para a defesa de suas próprias vidas. O trabalho de saber entrevistar especialistas sobre a pandemia de covid-19 ou o uso de biocidas na agricultura transgênica, de modo que as pessoas diretamente atingidas tenham informações e critérios para subsidiar seus próprios julgamentos e ações em prol de sua saúde, é um primeiro desafio. Um exemplo nesse sentido é o trabalho realizado pela comunicadora e ativista ambiental Silvana Buján, fundadora da associação civil Bios, do programa radiofônico *Ecos*, da Universidade de Mar del Plata, na Argentina, e da Rede Nacional de Ação Ecológica da Argentina (RENACE), formada por organizações comprometidas com os problemas socioambientais, em suas lutas “anti-extrativistas, anticapitalistas e antipatriarcais”, com a intenção de promover um paradigma alternativo diante da crise civilizacional. O comunicador ambiental passa a ser, assim, um ator estratégico.

É nesta perspectiva que se alinha o trabalho de Eloisa Beling Loose² e seu propósito de descolonizar os saberes que orientam a tomadas de decisão para empreender a tarefa de uma comunicação ambiental

2 Os trechos da autora citados por Leff foram retirados da tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2021. No processo de edição do texto original para o livro, algumas partes podem ter sido modificadas ou excluídas.

formadora e cidadã, que possa auxiliar nas respostas para enfrentar os desafios da crise ambiental e das mudanças climáticas. Eloisa acerta ao afirmar que “os meios jornalísticos não hegemônicos teriam maior liberdade para noticiar as causas e respostas à crise climática, assim como pluralizar as vozes e as ações do Sul Global, valorizando perspectivas locais e de saberes outros que não o da ciência”. E acrescenta: “A fim de garantir a pluralidade democrática, reconhecida pelo campo jornalístico como um de seus principais papéis sociais, mais do que dar voz sob o olhar dos meios hegemônicos, é preciso, como alega o jornalismo não hegemônico, permitir que diversos grupos sociais, sobretudo os que são marginalizados ou esquecidos pela mídia tradicional, tenham seus próprios meios de comunicação”.

Para construir esse espaço de um jornalismo comprometido com a função transformadora da sociedade, a pesquisadora em questão investiga o campo discursivo do jornalismo em relação às mudanças climáticas. Sua pesquisa desvenda e analisa criticamente os sentidos e as estratégias que mobilizam os discursos jornalísticos sobre mudanças climáticas de três veículos de comunicação brasileiros comprometidos com uma sociedade mais sustentável: *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*.

Seu estudo contrasta o nível discursivo das notícias sobre mudanças climáticas com as relações de poder e dominação entre o Norte e o Sul Globais, que são reverberadas e manifestadas a partir de desigualdades, por meio de extensa pesquisa bibliográfica e documental realizada em 2019 e 2020. Através do método da Análise Crítica do Discurso, Eloisa identifica tanto as expressões como os silenciamentos dos principais atores presentes nos referidos meios. A autora destaca a importância de convocar e ouvir os diferentes atores envolvidos nos conflitos socioambientais, e de estabelecer um diálogo de saberes para compreender as razões de seus posicionamentos, a fim de contribuir para a resolução pacífica dos conflitos no âmbito de uma democracia deliberativa. O jornalismo engajado, portanto, favorece as lutas sociais em prol da justiça ambiental.

Os resultados de sua investigação revelam que, mesmo nos veículos não hegemônicos, “os discursos sobre a emergência climática são

fortemente influenciados pelas perspectivas do Norte, sendo dominantes os discursos dos atores do campo científico”. De fato, no discurso hegemônico da crise ambiental e das mudanças climáticas predomina uma ideologia antropocêntrica, veiculada pelo jornalismo *mainstream*, ligada à uma perspectiva economicista, em que as soluções climáticas se enquadram na lógica de funcionamento do sistema capitalista e de suas estratégias de “capitalização da natureza”. Contudo, espera-se algo diferente dos meios jornalísticos que não estão na mesma situação, o que não foi fortemente constatado no estudo, que aponta como eles também reproduzem o discurso da geopolítica do “desenvolvimento sustentável”, sem proporcionar uma posição crítica para desmascarar suas estratégias colonizadoras e dominantes na apropriação de bens e serviços ambientais dos países do Sul.

Eloisa adverte que a perspectiva biocêntrica tem sido marginal no discurso veiculado pelos meios jornalísticos analisados, aparecendo somente quando os povos indígenas reivindicam os “direitos da natureza” e os direitos ao seu patrimônio biocultural de recursos. Além disso, mesmo quando o jornalismo não hegemônico transmite uma representação das mudanças climáticas como uma ameaça real, inevitável e urgente, as causas do colapso climático são ignoradas e o sistema capitalista-colonialista, responsável pela crise climática, continua invisibilizado.

O estudo apresentado neste livro sublinha a ampla cobertura dada aos movimentos ativistas e aos alertas dos cientistas. Em 2019, diante dos sinais e manifestações das tragédias desencadeadas pelas mudanças climáticas, e da falta de resposta de governos e empresas, os jovens começaram a se manifestar no movimento *Fridays for Future*, inspirado na jovem Greta Thunberg, que se tornou mundialmente conhecida por ter iniciado as greves pelo clima. Ao mesmo tempo, o *Dicionário Oxford* escolheu como “palavra do ano” para 2019 a expressão “emergência climática”, e mais de 11 mil cientistas publicaram na revista *BioScience* uma declaração de emergência sobre o estado do clima, chamando para preservar a vida do planeta. No entanto, a pergunta é se essas “palavras de alarme” e esses “chamados de emergência” são suficientes para

constituir um entendimento que mobilize o mundo, os cidadãos e os governos para a tomada de decisões e a adoção de medidas eficazes para enfrentar a crise climática. Seriam tais alertas suficientes para resolver conflitos e, sobretudo, traçar o caminho correto para respostas efetivas rumo a um mundo sustentável?

Certamente, cabe ao cientista físico fazer diagnósticos objetivos e ao sociólogo desvendar os enredos de poder que atravessam o discurso da sustentabilidade. Todavia, a transformação histórica em direção à sustentabilidade da vida passa, inevitavelmente, pelas decisões dos governos em um mundo onde o Estado-nação continua regendo as condições de vida da sociedade através de programas de desenvolvimento econômico. A sociologia da mudança social nos mostra que essas decisões não são afetadas por verificações científicas, mas por pressão social, na medida em que não apenas alteram o peso da balança política dos governos de “direita para a esquerda”, por meio da democracia representativa, mas fazem cumprir os princípios da responsabilidade social e dos valores da vida através da defesa dos seus direitos humanos inalienáveis: os direitos existenciais e territoriais, submetidos historicamente ao poder e às ações de colonização dos modos de vida dos povos e comunidades.

Sob esse olhar, o jornalista e o comunicador ambiental devem conhecer a forma como o discurso da teoria econômica e das organizações internacionais – o discurso da “geopolítica do desenvolvimento sustentável”, da “economia verde” ou do “Green New Deal” – carrega um saber colonizador. Para romper com essa lógica, é preciso antes identificar quais são suas estratégias de simulação e a forma como se codificada e operacionaliza seus dispositivos de gestão para o “desenvolvimento sustentável” – no caso da questão climática, especialmente o mecanismo de desenvolvimento limpo ou o cálculo econômico dos créditos de carbono. Dessa forma, se estabelece qual será o arcabouço de políticas ambientais de “mitigação das mudanças climáticas” dos países do Sul, que costuma se sujeitar acriticamente aos ditames da geopolítica do desenvolvimento sustentável, articulados pelas potências hegemônicas do Norte, e da racionalidade tecno-econômica da modernidade,

que tem colonizado os Povos da Terra e destinado a degradação entrópica da vida no planeta.

É nesse escopo que o jornalismo ambiental crítico desempenha um papel-chave na promoção de uma cultura mais preventiva e responsável, auxiliando para a compreensão do mundo de acordo com as condições de vida. Eloisa reconhece que sua investigação “é um esforço para dar visibilidade a outros discursos, vozes e formas de enfrentamento, de modo a pluralizar o entendimento desta problemática”. Porém, mais do que contribuir para um diálogo plural, ao dar espaço para as vozes sistematicamente silenciadas pelos órgãos de poder instituídos, o jornalismo pode contribuir para que o Estado-nação cumpra com suas responsabilidades formalmente assumidas, em nível nacional e internacional, com a assinatura de acordos vinculantes – como o direito a consulta prévia dos povos indígenas estabelecido no artigo 169 da Organização Internacional do Trabalho, o Acordo de Paris, ou o mais recente Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, adotado em Escazú) –, desprezados pelos governos quando se tornam barreiras para seus projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, o jornalismo ambiental exerce um papel imprescindível em nossas sociedades democráticas, como vem fazendo o jornalismo crítico na exposição pública da violação dos direitos humanos fundamentais, das vítimas de desaparecimentos forçados e do crime organizado, das denúncias contra impunidade, corrupção e não cumprimento das funções democráticas dos poderes dominantes (executivo, legislativo e judiciário). Um exemplo emblemático desse jornalismo ambiental engajado é o trabalho realizado pela *Amazônia Latitude*, que cobre as causas e os direitos dos povos amazônicos diante da violência exercida contra sua biodiversidade e seus territórios pelos poderes formais, dando voz àqueles que tradicionalmente não são ouvidos e abrindo diálogos entre atores defensores da natureza.

Eloisa analisa as práticas e estilos discursivos dos três meios jornalísticos já citados, onde se destaca o ativismo mais explícito dos sites *Colabora* e *Conexão Planeta*. A pesquisadora aponta, sobretudo

no caso de *Conexão Planeta*, que “o discurso jornalístico analisado é evidentemente questionador do *status quo*” e que “a maioria das fontes de informação são ativistas e não há muita preocupação em se isentar ou equilibrar o debate. Adjetivos e outras formas de inserção de juízo de valor são constantes. O veículo defende uma proteção maior do meio ambiente e não minimiza a manifestação de reprovação àqueles que criam obstáculos para isso”. Por fim, conclui que “os discursos jornalísticos de *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde* extrapolam a questão climática e seguramente mesclam evidências e apagamentos que não foram esquadrihados por inteiro. Mesmo com a identificação de vários vínculos com o jornalismo hegemônico, observou-se que os veículos analisados trazem outras formas de dizer e se colocam, muitas vezes, em um espaço de contra-hegemonia”.

A partir desse diagnóstico, Eloisa avança sua discussão em direção a um jornalismo contra-hegemônico, que realmente se comprometa com a causa ambiental. Os exemplos de jornalismo crítico trazidos pela autora são caixas de ressonância ou formas para disseminar protestos contra a inação de governos e propostas de soluções alternativas para as mudanças climáticas que vêm sendo formuladas a partir de várias teorias e posicionamentos (a acumulação por expropriação; a relação entre os processos de desmatamento induzido e suas consequências sobre mudanças climáticas – o caso da Amazônia é um exemplo dramático; o decrescimento econômico e a transição para energias limpas; as críticas ao extrativismo capitalista, incluindo grandes mineradoras, o agronegócio transgênico, o uso de recursos fósseis ou extração por fraturamento hidráulico etc.). Entretanto, essa prática jornalística ainda não questiona sobre o aspecto principal, a raiz desse contexto: a de comunicar ao grande público sobre as causas históricas, metafísicas e das estruturas sociais do capital, que têm sido o arcabouço ontológico da colonização das mentes da humanidade e dos corpos da Terra. Fica assim pendente a tarefa de descolonizar os saberes e as práticas sociais para realizar uma transformação histórica rumo à construção de um mundo sustentado por práticas responsáveis e que respeitem a vida.

Com prudência e observando os limites da prática jornalística, Eloisa considera que somente “a informação qualificada, alargada e crítica, que está no cerne dos compromissos do Jornalismo Ambiental, certamente não revolucionará nossa sociedade”. Já eu me atreveria a questionar essa afirmação e dizer que hoje, mais do que nunca, o jornalismo comprometido com a humanidade e com a vida é chamado a desempenhar uma função social essencial. Hoje em dia os meios de vanguarda abrem espaço para o jornalismo crítico e investigativo, que traz à tona as tramas mais ocultas da impunidade dos regimes autoritários e democráticos: desde os crimes contra a humanidade, as ações do crime organizado, a corrupção de governos, até mesmo atos de homicídios e feminicídios individuais, “normalmente” negligenciados pelas autoridades dos poderes judiciários, pressionando-os a cumprir suas funções sociais democráticas.

O jornalismo ambiental deve assumir uma responsabilidade maior do que o de “quarto poder” de nossas sociedades democráticas; deve se converter em meio e instrumento basilar na mobilização das sociedades, facilitando a transição para um futuro sustentável. Essa é a tarefa pendente de um jornalismo que seja realmente comprometido com a vida do planeta. E essa é a maior virtude do trabalho investigativo que Eloisa Beling Loose nos oferece a partir das análises de como o jornalismo não hegemônico tem coberto a crise ambiental e sua manifestação climática. Essa indagação crítica abre caminhos para a formação de um campo profissional que, além de se constituir como jornalismo especializado (como o esportivo, consumido no mundo inteiro), passa a ser um espaço de articulação midiática, sobretudo, para inventar práticas e estratégias de comunicação que atraiam as sensibilidades inquietas de um mundo angustiado pela percepção do risco de vida, e contribuam para a tarefa de orientar a responsabilidade histórica da humanidade para uma giro civilizacional em direção à sustentabilidade da vida.

5 de setembro de 2021.

Crise climática é notícia?

Após mais de quatro décadas de alertas da comunidade científica³ sobre os riscos atrelados às mudanças climáticas (doravante MCs), a questão é cada vez mais atual, urgente e grave. Os últimos dez anos foram os mais quentes desde que começaram os registros históricos confiáveis, em meados do século XIX, o que demonstra o quanto a crise climática é um problema do nosso presente – e não mais do futuro. Mesmo sendo um problema já conhecido por grande parte da população, a complexidade e os graus de imprevisibilidade que compõem o fenômeno, assim como a impalpabilidade de suas causas e a vastidão de seus efeitos, são características que contribuem para que a sociedade ainda encare as MCs como uma abstração – embora a realidade mostre a concretude das mortes, da destruição, das perdas econômicas, da desumanização das vidas que são deslocadas, do sofrimento sentido, sobretudo, pelas populações mais vulneráveis.

Leff (2010), Beck (2017) e Brum (2019) afirmam que as MCs são resultado de uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista e colonialista adotado a partir da modernidade, sustentado pela superexploração da natureza. A crise climática, portanto, não pode ser observada fora do contexto histórico provocador de seus efeitos, que segue sendo atualizado, década após década, pelos defensores do *status quo*. Se vivemos hoje o colapso do clima é porque a humanidade⁴

3 A primeira Conferência Mundial do Clima ocorreu em Genebra no ano de 1979.

4 Reconhece-se as disparidades no que tange às responsabilidades e capacidades de resposta deste grupo amplo que denominamos humanidade. A crise climática é oriunda de um estilo de vida insustentável, mas há muitos neste planeta que ainda sonham alcançá-lo.

ainda ignora os danos intrínsecos ao modo de vida dominante, insustentável em todos os sentidos.

Mais do que analisar os discursos da cobertura de um tema ambiental de extrema relevância na contemporaneidade, este trabalho tem caráter propositivo, uma vez que, a partir do diagnóstico e de uma sistemática revisão bibliográfica, sugere formas de ampliar e qualificar a discussão pública da questão climática de forma transversal e interdisciplinar. A pesquisa científica nessa área, sobretudo no campo das Ciências Sociais, segue escassa no Brasil e deve ser incentivada e financiada. Afinal, como gerar respostas efetivas se não temos dados de como a população percebe ou reage ao problema? Se não entendemos o que pode gerar maior mobilização? Se a sociedade continua sendo menosprezada pelas investigações climáticas, como se fosse apenas vítima (quando, na verdade, também deve ser vista como parte da resposta)?

Este livro pretende ampliar a discussão climática no âmbito do Jornalismo, porque este pode promover uma cultura mais preventiva e responsiva, além de contribuir para a transformação de concepções de mundo em prol da vida. Por meio de sua credibilidade e alcance, a prática jornalística pode qualificar o debate sobre o enfrentamento da crise climática, auxiliar na promoção de políticas públicas e servir também na sensibilização e educação de temas ambientais emergentes.

Estamos vivendo um cenário de amplificação dos riscos climáticos e, ao mesmo tempo, observamos a relutância de autoridades públicas em agir, inclusive dando espaço para negacionistas do clima e atuando contra as medidas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Exemplo disso é o incentivo à exploração de petróleo e a falta de atitudes efetivas e rápidas contra o desmatamento na Amazônia no Brasil.

Os impactos climáticos são visíveis e frequentes. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), só em 2018, quase 62 milhões de pessoas sofreram as consequências das MCs, incluindo as mais de 1.600 que morreram na Europa, Japão e EUA por causa de ondas de calor e incêndios florestais. As inundações afetaram o maior número de pessoas, mais de 35 milhões. Moçambique, Malawi e Zimbábue foram devastados pelo ciclone Idai, enquanto os furacões Florence e Michael causaram

prejuízo econômico recorde de 24 bilhões de dólares à economia dos EUA. Esses efeitos não são abstratos e nem deveriam ser naturalizados.

Em 2019, diante dos frequentes sinais e tragédias desencadeadas pelas MCs e da falta de enfrentamento real do problema pelos líderes políticos, jovens começaram a se articular para lutar pelo clima, no movimento *Fridays for Future*, inspirado na jovem de 16 anos Greta Thunberg, hoje reconhecida mundialmente por ter iniciado as greves pelo clima. No mesmo período, o *Dicionário Oxford* elegeu como a “palavra do ano” de 2019 a expressão “emergência climática”, considerando que o uso do termo aumentou mais de 100 vezes desde setembro de 2018, e mais de 11 mil cientistas publicaram na revista *BioScience* uma declaração de emergência sobre a situação do clima, de modo a ressaltar a necessidade de preservar o planeta.

Em 2020, quando o mundo percebeu os efeitos da pandemia de covid-19, uma série de medidas de urgência foram tomadas a fim de conter a expansão do contágio e reduzir o número de mortes, ainda que as orientações acarretassem desaceleração na economia e mudanças de comportamento drásticas – assinalando que uma ação global era possível. Contudo, no caso das MCs há uma dificuldade persistente em reagir de forma radical. Mesmo com o conhecimento de que a questão climática também é uma emergência (há anos anunciada), que causa inúmeras mortes a cada ano e continua ameaçando a vida de milhões de pessoas, não há um discurso⁵ público unificado ou ações convergentes para barrar esse problema.

Em dezembro de 2020, completaram-se cinco anos das negociações do Acordo de Paris, porém não havia muito o que comemorar: os Estados Unidos, um dos principais emissores, abandonaram o compromisso durante o governo de Donald Trump, apesar das consequências climáticas afetarem com cada vez mais frequência diferentes regiões do mundo. As metas da maioria dos países são insuficientes para impedir que as temperaturas ultrapassem 1,5°C. No caso brasileiro, além de estarmos na contramão por conta da nova meta climática, que está cerca

5 *Discurso* é um conceito, segundo Michel Foucault, que remete à relação que o sujeito/ator social tem com o funcionamento linguístico. Estudar o discurso implica analisar a linguagem e tudo mais que ela cria, reproduz, mantém e transforma.

de 400 milhões de toneladas de carbono maior do que era em 2015⁶, temos um aumento significativo de emissões de GEE por conta do desmatamento na Amazônia, que perdeu 11.088 quilômetros quadrados de área de floresta entre agosto de 2019 e julho de 2020, o número mais alto dos últimos 12 anos⁷.

Em 2021, com a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, a questão climática global ganhou novo impulso com a volta do país norte-americano ao Acordo de Paris. Contudo, a permanência da pandemia de covid-19 ainda coloca dúvidas sobre como será a COP-26, adiada no ano anterior. Em termos nacionais, não há sinais de avanços do governo federal sobre a pauta ambiental, que inclusive passou a englobar uma crise hídrica com fortes impactos econômicos.

Diante dessa conjuntura e do aumento gradual de seus impactos, todos os setores, em todas as escalas, precisam compreender a dimensão da crise climática e atuar de modo a mitigar a emissão dos GEE e responder de forma adequada aos riscos que já não podem mais ser evitados. Comunicar com responsabilidade a gravidade e a amplitude das MCs, assim como informar sobre as alternativas existentes para minimizarem-se os riscos e contribuir para a solução dessa crise, é fundamental – e o jornalismo, a partir de seu papel social, torna-se ator-chave para fomentar tais discursos e, quem sabe, colaborar com a transformação social.

Esta obra alinha-se aos estudos do Sul Global (que abarca todas as regiões periféricas do planeta) para questionar a representação hegemônica das mudanças do clima e abrir espaços para aproximar o tema à vida das pessoas. O Sul aqui não é mera definição geográfica, sendo “[...] concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). Os estudos que passam a colonialidade, conceito que

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/10/novas-metas-de-salles-para-o-acordo-de-paris-liberam-mais-emissoes-no-brasil-aponta-observatorio-do-clima.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

7 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/11/30/brasil-tem-maior-indice-de-desmatamento-na-amazonia-em-12-anos.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

transcende as particularidades do colonialismo histórico, revelam aspectos de um pensamento crítico e emancipador. Estas páginas são também um esforço para dar visibilidade a outros discursos, vozes e formas de enfrentamento, de modo a pluralizar o entendimento dessa problemática.

Por que estudar a cobertura jornalística das mudanças climáticas?

A imprensa possui um papel-chave ao amplificar ou silenciar não só os temas, mas suas causas, consequências e respostas. Não basta dizer que a questão é importante, urgente e grave. É preciso apontar o que nos trouxe até aqui e como podemos tentar minimizar os impactos e evitar cenários ainda piores. Neelima e Reddy (2014) ressaltam três expectativas a serem cumpridas na comunicação climática: aumentar a conscientização sobre o problema; conferir seu entendimento; e motivar a ação para enfrentá-lo. Os meios de comunicação são, portanto, arenas relevantes de exposição, nas quais há inúmeras disputas discursivas, mesmo que em algumas haja predominâncias e ocultamentos de pontos de vista.

As pesquisas sobre comunicação das MCs mostram que a imprensa hegemônica (também chamada tradicional, convencional, de referência, *mainstream* ou comercial) representam a questão majoritariamente com enquadramentos e perspectivas dos países ditos desenvolvidos, voltada muito mais para os riscos do que para seu enfrentamento. Mas o que acontece com os chamados veículos não hegemônicos⁸? Em geral, vêm apresentando ao público maneiras de conhecer as MCs e responder aos seus riscos, de modo que, por meio da informação, possam subsidiar o exercício de uma cidadania ativa. Cabe, então, investigar como isso se manifesta em suas publicações. Optamos por fazer uma análise crítica dos discursos de alguns meios jornalísticos brasileiros digitais

8 Adota-se a expressão “não hegemônico” em referência aos meios de comunicação que não são dominantes e/ou não se utilizam de estruturas de poder para exercer influência. De toda forma, outras denominações podem aparecer neste texto, respeitando as escolhas e usos dados pelos autores, porque, de algum modo, são termos que se contrapõem à hegemonia.

não hegemônicos articulada à questão colonial a fim de aprofundar sua relação com o jornalismo ambiental.

Teoricamente, o jornalismo não hegemônico, denominado também de alternativo, contra-hegemônico, independente, de oposição, mantém posição comprometida ou engajada com o combate à injustiça social, sendo, muitas vezes, fortemente relacionado com os movimentos sociais, com escala de influência mais limitada na sociedade, estrutura econômica mais instável e, na maioria das vezes, atuando sem fins lucrativos, apresenta mais caminhos para apontar saídas e envolver os cidadãos. Hackett (2016) sinaliza que a mídia chamada alternativa tem uma capacidade de trabalhar com enquadramentos e paradigmas mais adequados ao enfrentamento da crise global, em razão de suas características ideais: comunicação horizontal, produção participativa, abertura aos movimentos sociais, localismo, independência econômica e engajamento com as comunidades. Por outro lado, existem os desafios da marginalização, dificuldades para se sustentar e, conseqüentemente, precarização das atividades. Este livro parte, portanto, do entendimento de que outra cobertura climática é possível nos meios não hegemônicos.

A discussão aqui insere-se na área de Jornalismo Ambiental, que tem cada vez mais evidência nas redações e nas discussões públicas contemporâneas. Esta pesquisa conecta os estudos do jornalismo com os da questão colonial e avança sobre o entendimento do que a imprensa não hegemônica produz, sobretudo observando as pautas ampliadas, que tratam das causas, e aquelas propositivas, associadas às ações e soluções – minoritárias na modalidade hegemônica. O objetivo é analisar criticamente os discursos jornalísticos sobre mudanças climáticas nos meios não hegemônicos digitais e tecer possíveis conexões entre a cobertura das mudanças climáticas, especialmente no que se refere ao seu enfrentamento (mitigação e adaptação), os estudos de Jornalismo Ambiental e as contribuições teóricas dos estudos decoloniais ou pós-coloniais neste contexto. A Análise Crítica do Discurso (ACD)⁹ serviu como

9 A ACD trata do “[...] modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político” (VAN DIJK, 2005, p. 19).

base teórica e metodológica para analisar o discurso jornalístico sobre as MCs. A escolha se justifica porque os discursos das mídias exercem poder, simbólico e persuasivo (ainda que limitado), sobre as representações mentais que moldam nosso cotidiano. Esse poder, segundo Van Dijk (2005, p. 73), “[...] não se restringe à influência dos *media* nas suas audiências, mas envolve também o papel destes no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou econômicas da sociedade”. Além disso, a repetição de um discurso pode ser uma forma de alcançar hegemonia e, portanto, manutenção do poder (RESENDE; ACOSTA, 2018). E também é preciso identificar o que não é dito, aquilo que não é visibilizado pelos discursos jornalísticos, ou seja, observar as ausências e os silenciamentos na cobertura jornalística.

Relacionam-se, então, as contribuições dos estudos decoloniais ou pós-coloniais¹⁰ com o trabalho jornalístico realizado no Brasil que, em alguma medida, rompe com a perspectiva hegemônica e dê visibilidade às formas alternativas de compreensão e prevenção dos riscos climáticos. Além disso, associaram-se os resultados com os pressupostos do jornalísticos discutidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA) em atividade contínua desde 2008, especialmente porque os pesquisadores ligados ao grupo acompanham o amadurecimento da área e o aumento de atenção da imprensa para pautas ambientais. É importante não esquecer que a questão climática é disputada discursivamente por diferentes atores e setores, e que a conformação e a representação midiática do tema colaboram para o engajamento político ou para a inação diante das MCs.

No livro *Jornalismo e riscos climáticos* (LOOSE, 2020), verifiquei como o jornalismo tende a construir as notícias sobre as mudanças do clima predominantemente sob a ótica de especialistas do campo científico (quando são divulgados relatórios sobre o assunto, como os do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC) ou de atores políticos (geralmente quando ocorrem os encontros anuais

10 Este livro compartilha as críticas, com mais ou menos ênfase, de todas as vertentes que tecem reflexões sobre o colonialismo e suas formas de exploração. Usam-se várias denominações, conforme as filiações dos autores citados.

das Conferências das Partes, as COPs). Os momentos de cobertura jornalística tendem a ser esporádicos e centrados na abordagem do Norte, que é o lugar onde está a maioria da comunidade científica e de onde são tomadas as decisões globais, que repercutem nos diferentes territórios sem considerar, na maioria das vezes, as especificidades de cada local.

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, as vulnerabilidades ambientais tornam as consequências climáticas mais graves. Isso ocorre em razão da maior dependência dos recursos naturais e das outras carências, sociais e econômicas, que são descoladas de aspectos ambientais (a visão dicotômica entre natureza e sociedade ainda é muito forte). Nesse contexto de impactos desiguais, no qual há países muito mais resilientes que o nosso, os acordos internacionais do clima refletem uma enorme disputa de interesses, que tende a favorecer os países desenvolvidos, ou do Norte Global.

Estudo do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas reforça que os problemas de desenvolvimento, próprios de países do Sul Global, avultam os efeitos climáticos:

A supressão de ecossistemas, desencadeada pelo crescimento urbano desenfreado, é um dos principais fatores de redução da resiliência das cidades, deixando-as mais vulneráveis aos problemas atuais e futuros, que poderão ser acentuados pelas mudanças climáticas, como o aumento das ilhas de calor, poluição do ar e inundações (PBMC, 2016, p. 12).

Uma série de consequências associadas às MCs já foi identificada no Brasil (NOBRE; MARENGO, 2017): mudanças na variabilidade hidrológica na Amazônia, onde sete eventos extremos, como secas e enchentes, aconteceram em um período de 13 anos; aumento nas chuvas e vazões no Sudeste e Sul durante os últimos 50 anos; variações decadais das chuvas no Nordeste e Centro-Oeste e, em todas as regiões, um aumento na temperatura média anual do ar de até 0,7°C durante os últimos 50 anos, sendo o aquecimento maior no inverno (até 1°C).

As chuvas intensas têm aumentado o risco de deslizamentos de terra e enchentes, sobretudo no Sudeste, que também já sofreu com os impactos de uma crise hídrica, devido à falta de chuvas em 2014-2015. O aumento do nível do mar e variações nos ciclones extratropicais também foram identificados em algumas regiões.

Os riscos climáticos podem afetar qualquer cidade e indivíduo, mas a maneira como cada um reage ou pode enfrentar uma situação causada por um evento extremo depende bastante das condições, sobretudo socioeconômicas, disponíveis. Logo, o fenômeno, por si só, pode até ser considerado “democrático”, mas seus impactos jamais poderão ser vistos da mesma forma: as vulnerabilidades e condições de reação tendem a direcionar os efeitos mais negativos das MCs para a população empobrecida, sublinhando a desigualdade social. No Brasil, Nobre e Marengo (2017) lembram que as MCs podem interferir ainda na transmissão de doenças e em outros fatores que atingem a saúde humana:

Assim, as mudanças climáticas devem ser analisadas em conjunto à globalização (aumento das conexões entre as pessoas no comércio e na informação), às mudanças ambientais (degradação dos ecossistemas, redução da biodiversidade e acúmulo de substâncias tóxicas no meio ambiente) e ao enfraquecimento de sistemas de governança (via redução de investimentos na saúde, aumento da dependência com relação aos mercados e aumento das desigualdades sociais) (NOBRE; MARENGO, 2017, p. 41).

De forma geral, a governança do clima segue as decisões tomadas a partir de estudos científicos do Norte Global, que nem sempre consideram de forma apropriada os meandros e especificidades ambientais do Sul, o que direciona os acordos globais para aquilo que interessa aos que podem respaldar suas demandas (KARLSSON, 2005). Com menos investimentos, pesquisas e discussões políticas, cabe ao Sul acatar as soluções desenhadas e executadas conforme o pensamento do Norte. A falta de conhecimento científico sobre as realidades do Sul Global

o deixa em uma posição desfavorável, sujeito a opções baseadas nas experiências dos países do Norte.

A perspectiva hegemônica do pensamento do Norte, formalizada em fluxos de governança “de cima para baixo”, trabalha com ações e estratégias em razão de seu contexto e ponto de vista, percebendo o mundo como uma sociedade globalizada. No entanto, há discrepâncias e garantias muito diferentes entre os países do Sul e Norte Global.

O que não dizem [os países do Norte] é que suas regras internas (nacionais) os protegem de certos embaraços que as normas globais vagas não preveem, deixando os países desprovidos de tais artificios em condições desiguais de negociação. Desta maneira, as regiões mais vulneráveis aos riscos climáticos (e ambientais) são aquelas com menos respaldo legal. A ausência de medidas “de baixo para cima”, até mesmo por falta de conhecimento e dispositivos que reúnam a população em torno de interesses coletivos, também compromete o enfrentamento de projetos pensados a partir de outras realidades e interesses (LOOSE, 2016, p. 399).

Assim, parte-se desta crítica ao pensamento colonial, que ignora e desvaloriza os saberes e ações oriundos das experiências dos povos do Sul, para observar se há no jornalismo outros discursos sobre as mudanças climáticas, condizentes e viáveis neste lado da linha abissal¹¹ (SOUSA SANTOS, 2007). Sem desconhecer os limites da dicotomia Norte *versus* Sul e partindo dela, é preciso debater outras possibilidades, não hegemônicas, para representar as mudanças climáticas. Esse assunto deve ser apresentado sob múltiplas perspectivas e as ações “de cima para baixo” e “de baixo para cima” devem ser concomitantes.

Este livro discute, portanto, o jornalismo comprometido com a transformação, com a emancipação, entendendo os limites de sua prática. Para Oliveira (2017, p. 211), “o jornalismo emancipatório não [...]

11 Expressão utilizada para demarcar o fato de que há atores, saberes e experiências que são visíveis, inteligíveis e/ou úteis, e há outros (do outro lado da linha) que são invisíveis, não inteligíveis e/ou vistos como inúteis.

vai mudar o mundo, mas contribui para ‘pensar o mundo e sua transformação’”. Seguindo esse raciocínio, opta-se aqui pela ACD em razão de seu caráter posicionado; afinal, tal perspectiva, segundo Ferreira de Melo (2009, p. 77), “[...] busca promover a conscientização dos indivíduos quanto às relações entre discurso e estruturas sociais, representando, portanto, uma forma de luta por mudanças na sociedade”.

A intenção aqui não é apontar um outro caminho que venha a se tornar hegemônico, substituindo um modelo de visão (quase) único. Reconhece-se o papel do campo científico – e, nesse caso específico, os estudos do IPCC –, mas entende-se que há outras possibilidades para abordar o tema, e quem sabe até aproximar mais essa problemática da população. Dessa forma, assume-se aqui um lugar de fala segundo o qual os mitos de imparcialidade científica e jornalística são negados.

Propõe-se uma aproximação das bases do jornalismo comprometido com o meio ambiente com os estudos desde o Sul, a partir da ideia defendida por Beck (2017) de que há um risco real de “colonialismo climático”, mas que é possível enxergar esse problema sob a ótica de um “catastrofismo emancipatório”, pois:

As alterações climáticas não são alterações climáticas; são muito mais que isso e uma coisa muito diferente. São uma reforma dos modos de pensamento, dos estilos de vida e dos hábitos de consumo, da lei, da economia, da ciência e da política (BECK, 2017, p. 149).

Dessa maneira, assumindo a urgência de uma pesquisa e de um jornalismo engajados, a problemática das mudanças climáticas pode ser um ponto de viragem para que haja reação e tomada de medidas radicais para a continuidade da humanidade – e de outros seres – neste planeta.

Estudos sobre jornalismo e mudanças climáticas

O jornalismo amplifica ou o oculta os efeitos climáticos e suas ações de resposta na medida em que dá visibilidade, constrói enquadramentos (alguns tendem a chamar mais atenção que outros) e articula uma série de estratégias que conformam determinados discursos. Mais do que chamar a atenção da sociedade, a imprensa tem influência sobre a agenda política e pode ter papel relevante na formulação e discussão de políticas públicas. Van Dijk (2005, p. 14) aponta o discurso da imprensa como fundamental, pois é através dele que “[...] adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas”.

Embora muito se fale sobre a necessidade de uma cobertura sistemática, que traga soluções (e não apenas desperte medo ou sentimento de impotência), é bastante difícil, sob a ótica jornalística, manter um tema em pauta se não há novidade, uma ruptura daquilo que se entende por normalidade. Segundo Callison (2017), para os jornalistas, contar as histórias da mudança climática de uma forma que reflita aspectos da justiça climática¹², com perspectivas multiculturais e multiescalares, confronta-se com as normas e valores noticiosos dominantes, baseados frequentemente naquilo que é novo, nos conflitos, nas dramatizações e na personalização (BOYKOFF, 2011).

12 A expressão “justiça climática” deriva da concepção de “justiça ambiental”, voltada para a forma desigual como diferentes grupos sociais estão expostos a riscos oriundos da exploração da natureza. O recorte sobre a questão climática se dá quando se constata que os riscos climáticos também afetam de forma mais acentuada os grupos vulnerabilizados (MILANEZ; FONSECA, 2010).

O desencaixe do trabalho jornalístico em relação ao seu papel social, que deveria apresentar a questão em função do interesse público, é trazido por Kitzinger e Reilly (2002) no debate sobre a cobertura de riscos (que podem ser vistos como antecipações de catástrofes). Para as autoras, como o jornalismo trabalha a partir de acontecimentos, de eventos “reais”, é muito difícil pensar na pauta do ponto de vista da precaução ou mesmo da prevenção, voltada para os riscos. Os jornalistas não costumam trabalhar com projeções, já que seu trabalho é direcionado para os fatos concretos – e não aqueles possíveis. Uma mudança nesse sentido vem sendo proposta na medida em que tragédias anunciadas ocorrem com cada vez mais frequência, apesar de estudos consistentes preverem tais acontecimentos.

O princípio da precaução, que costuma ser desconsiderado no fazer jornalístico por conta da centralização no fato presente, é requisitado na disputa da questão climática por aqueles que sustentam que a ciência já demonstrou que a humanidade provocou uma crise com efeitos globais, muitos deles irreversíveis, justamente por confiar demais que alguma tecnologia pudesse resolver isso mais adiante. De outro modo, há grupos que criticam a precaução com base na ideia de que ela seria um freio ou até mesmo uma chance desperdiçada para realmente encontrar uma resposta que possa conter o problema – o embate é recorrente na discussão, bastante controversa, de mecanismos capazes de barrar as mudanças do clima por meio de estruturas de geoengenharia¹³, por exemplo.

Callison (2017) lembra ainda que a interpretação das mudanças climáticas é algo em constante disputa, o que envolve diferentes tipos de poder. Os povos indígenas, por exemplo, apresentam desvantagens em tal contexto devido às vulnerabilidades desproporcionais que tendem a compartilhar e às maneiras pelas quais tais vulnerabilidades foram

13 Associada à ideia futurista de que seria possível criar tecnologias em larga escala para “resolver” a crise climática, como a fertilização dos oceanos para aumentar o sequestro de carbono, a colocação de refletores no espaço e a ampliação da cobertura de nuvens para diminuir a incidência de luz solar. É importante pontuar que a implementação de tais ações é cercada de incertezas – na prática elas podem não resolver o problema para o qual foram desenvolvidas e ainda podem gerar novos riscos.

enquadradas ou não compreendidas por quem não vive naquela cultura e lugar. Para inseri-los na discussão, é preciso reconhecer outros sistemas e perspectivas, que costumam ser ignorados pela governança climática global, sustentada por argumentos, vivências e pontos de vista oriundos do Norte Global – que, na maioria das vezes, são simplesmente reproduzidos pelos discursos jornalísticos.

Carvalho (2017) afirma que os discursos sobre as MCs podem ser apropriados por outros interesses ou setores, sendo outras dimensões discursivas ignoradas, para que sirvam a algum propósito específico, como silenciar debates sobre o *status quo*, sustentado por estruturas políticas e econômicas responsáveis pelas causas que promovem a intensificação das mudanças do clima. Muitos setores econômicos que colaboram de forma significativa para o aumento das emissões de GEE investem na difusão de discursos negacionistas para provocar dúvidas na opinião pública e, diante da sensação de incerteza, continuar suas atividades poluidoras sem pressões ou punições.

Quando se trata de sensibilização e mobilização dos cidadãos para o enfrentamento das mudanças climáticas, vários aspectos ainda precisam ser explorados no âmbito de cobertura jornalística, especialmente no contexto brasileiro. A intenção de chamar atenção do público para a necessidade de mudar de rumo a fim de evitar o agravamento dos efeitos das MCs é bem-vinda, mas é preciso ter cuidado com a tênue linha que separa o alerta do alarmismo.

A comunicação (não apenas jornalística, mas aquela entre os acadêmicos, tomadores de decisão e cidadãos) a respeito das MCs ainda é posta como um desafio por contemplar incertezas científicas e propor mudanças naquilo que naturalizamos como “normal”, que mexem com interesses políticos e econômicos de diferentes ordens, além de alterar hábitos e comportamentos da ampla maioria da população. A relação entre aquilo que é veiculado pela imprensa e o que o público percebe e depois faz com a informação é algo complexo de se estudar, mas que merece atenção, tendo em vista, por um lado, o papel de legitimador e de propulsor de visibilidade que a mídia assume, e por outro, a necessidade de se preparar para enfrentar os riscos climáticos.

Também as conexões entre o que é veiculado em uma notícia e como se manifestam as posições ideológicas dos meios podem ajudar a entender melhor os discursos que circulam na sociedade.

A cobertura jornalística das MCs ao longo da história

A literatura da área registra que o trabalho jornalístico voltado para as MCs se inicia nos anos 1980, quando o debate científico e político sobre o tema começa a ser ampliado. Foi em uma conferência internacional sobre dióxido de carbono e variações climáticas, em 1985, que o assunto passou a despertar interesse na esfera política. Nos Estados Unidos, os impactos do verão de 1988, um dos mais quentes até então, repercutiram socialmente o problema e resultaram na formação do IPCC e na convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1989 (LOOSE, 2016; CARVALHO, 2011; BOYKOFF, 2011; VIVARTA, 2010).

Mas a inserção desse tema na pauta jornalística não ocorre da mesma maneira em todos os lugares; há países em que ele demora mais a circular. As temáticas ligadas ao campo ambiental ainda eram escassas nessa época (começaram a surgir na década anterior, nos anos 1970, sobretudo na Europa e Estados Unidos), pois a ideia de uma crise ambiental, que levantasse preocupações sobre as relações entre sociedade e natureza, estava então em processo de reconhecimento.

Nessa época (mais do que hoje), as MCs ainda eram apresentadas como um problema situado em um futuro distante e demandas mais concretas absorviam a atenção e mobilização dos atores políticos. Viola (2002) relata que a invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, e a subsequente Guerra do Golfo esfriaram a discussão ambiental nos Estados Unidos – e em todo o mundo:

A crise do Golfo mostrou claramente a intensa dependência do petróleo da economia norte-americana. Além disso, ficou evidente que a economia norte-americana é “carbono intensiva”

[...] Diminuir as emissões de carbono teria custos significativos em curto prazo. Entre o medo de uma mudança climática incerta e num futuro distante e a perspectiva imediata de queda no padrão de vida material, a maioria dos norte-americanos inclinou-se em favor da manutenção de seu padrão (VIOLA, 2002, p. 28-29).

Tal situação, que persiste até hoje com diferentes roupagens, faz com que o foco de atenção sobre o tema se esvazie. Aliás, o entendimento de que para se combater a intensificação das MCs é preciso fazer ajustes radicais nas estruturas econômicas dos países, em nível global, contribui para a percepção do tema como algo quase da ordem do impossível, ou para que seja pautado sob o enquadramento de medidas compensatórias e de redução do rastro de danos – ainda que as medidas para conter a pandemia de covid-19 possam levar os mais otimistas a presumir o nascimento de um outro “normal”. A depender de como o problema é apresentado discursivamente, as respostas se modificam. Se as causas não são apresentadas, não há pistas de como alterá-las. Logo, compreender como a crise climática tem sido jornalisticamente construída revela também como a pauta é discutida em outros campos sociais.

Nos anos 1990, a difusão do tema foi lenta, mesmo com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, um marco importante para a disseminação da questão ambiental. Em 1994, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima entra em vigor e tem sua primeira reunião no ano seguinte, em Berlim, buscando a negociação de metas e prazos para a redução de emissões de GEE pelos países desenvolvidos. Desde então, todos os anos há encontros (as COPs) com os países signatários dessa convenção, para avançar no enfrentamento das MCs.

O jornalismo tende a noticiar as MCs nesses períodos de negociação e também quando há novas projeções e estudos da comunidade científica, na lógica de esperar algo novo que sirva de gancho para trazer a urgência do problema. Também, mais recentemente,

quando há desastres com fortes evidências de relação com o tema. Mesmo assim, a cobertura é esparsa e tende a ser desvinculada da realidade do leitor, prejudicando seu envolvimento com a questão (LOOSE, 2016; O'NEILL; NICHOLSON-COLE, 2009). Tais gatilhos, ancorados em uma suposta novidade, demarcam os períodos nos quais há mais volume de cobertura climática nos meios de comunicação de uma forma geral.

Há picos na cobertura (BOYKOFF, 2011), como ocorreu em 2007, com a divulgação do 4º relatório do IPCC e o lançamento do filme *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore; e em 2009, com a COP-15, antecedida “[...] por uma inquietante história de mistério que envolvia conspiração entre cientistas, e-mails roubados, lutas fatais entre tribos que negam e sustentam teses das mudanças climáticas” (ABRANCHES, 2010, p. 11) – um escândalo que ficou conhecido como *Climagate* – e sucedida por desapontamentos, já que resultou somente em uma carta de intenções, sem compromissos efetivos. Mais recentemente, a partir da metade de 2018, as greves pelo clima, lideradas pela jovem ativista sueca Greta Thunberg, desencadearam uma ampliação da pauta climática. Porém, a dependência de acontecimentos que lembram que estamos imersos em uma emergência climática acaba por prejudicar um trabalho sistemático por parte dos jornalistas.

Paralelamente aos eventos políticos, científicos e de manifestações populares associados diretamente ao clima, nota-se nos reportes jornalísticos um incremento de conexões entre mudanças climáticas e desastres, como inundações, deslizamentos de terra, estiagens, eventos extremos etc. Essa articulação já ocorria, mas o aumento de frequência e de intensidade verificados, junto ao aumento dos alertas científicos de que estamos em um momento-chave para promover rupturas, fez com que a exposição combinada dos fenômenos se tornasse mais recorrente nas coberturas jornalísticas.

As pesquisas sobre comunicação e MCs

No Norte Global, especificamente na Europa, Austrália, Nova Zelândia e nos Estados Unidos, existe um volume maior de investigações na área, iniciado nos anos 1990 (BOYKOFF, 2011). Estas são, em sua maioria, sobre a cobertura das MCs nos jornais impressos e conduzidas por falantes de língua inglesa, revelando lacunas em pesquisas em outros meios de comunicação e em diferentes línguas. A grande maioria dos estudos realizados sobre o papel da mídia sobre a questão climática é feita nos países chamados desenvolvidos (GÜNAY; ISERI; ERSOY, 2019; THAKER; ZHAO; LEISEROWITZ, 2017), o que também requer que se observem o contexto e as outras demandas sociais, políticas, econômicas e ambientais que, em alguma medida, concorrem com a preocupação climática.

Análises sobre os discursos dos meios de comunicação predominam. Discutem-se os sentidos de uma abordagem mais alarmista ou catastrofista (HULME, 2009), que envolva riscos (PAINTER, 2013) ou o uso de representações visuais e icônicas (O'NEILL; NICHOLSON-COLE, 2009) a fim de mobilizar os cidadãos, só para citar alguns exemplos. Há pouco mais de uma década, outros enfoques ganharam interesse, como estudos com jornalistas sobre suas normas e rotinas profissionais e sua relação com as MCs (BRÜGGEMANN; ENGESSER, 2014) e as investigações sobre percepção, recepção e consumo dessas informações, centradas nos públicos (BUTLER; PIDGEON, 2009).

Menos de duas décadas depois do começo das pesquisas sobre comunicação e clima, essa interface começa a ser foco de interesse de outros países, provavelmente em razão de a mídia local ter ampliado a cobertura climática, diante de seus efeitos cada vez mais palpáveis. A partir da grande visibilidade que teve a COP-15, em 2009, começou uma outra fase, chamada por Neverla (2008) de “virada climática”, que ampliou a compreensão das MCs, estabelecendo uma agenda política globalizada nos discursos nacionais. Mesmo assim, os estudos não são continuados e contam com poucos recursos, sendo derivados de esforços individuais, em períodos de realização de mestrado e doutorado.

Há pouquíssimos trabalhos no Brasil e na América Latina que se dedicaram ao binômio comunicação e mudanças climáticas (LOOSE, 2020). A maioria das referências trata da realidade do Norte, refletindo questões que não fazem sentido no nosso contexto, como as muitas discussões sobre o equilíbrio informativo no jornalismo, tendo em vista a visão hegemônica sobre as MCs, calcada nos estudos do IPCC, e os negacionistas do clima – algo que sempre foi residual na cobertura jornalística brasileira, embora tenha ganhado força durante o governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019.

Um dos estudos mais antigos e robustos sobre essa interface no Brasil foi conduzido por Vivarta (2010), que analisou a cobertura do tema em 50 jornais de diferentes estados, de julho de 2005 a dezembro de 2008 (dividida em dois períodos de análise). Observaram-se picos de cobertura seguidos por esvaziamento, a maior cobertura do tema por jornais nacionais em comparação aos regionais, e uma recente valorização de pautas que relacionam as MCs com aspectos específicos do contexto brasileiro. Há outros estudos, mas centrados em veículos tradicionais, ditos de referência, como o de Zoccoli Carneiro (2008), que investigou o discurso do aquecimento construído pelo jornal *O Globo*, e o de Moraes (2015), que analisou os discursos sobre a mudança climática durante a cobertura da Rio+20 nas revistas semanais *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*.

Mesmo a análise realizada em um jornal de abrangência estadual, com enfoque local, revelou que a cobertura sobre clima é bastante distante do cotidiano da população. No estudo realizado a partir da *Gazeta do Povo*, jornal impresso que circulava diariamente em Curitiba, capital do Paraná, até 2017, identificou-se que boa parte dos conteúdos é oriunda de agências de notícias nacionais ou internacionais, sendo eventuais os *links* com a realidade do município ou da região. Isso se deve à falta de profissionais da imprensa interessados no aprofundamento do tema, a questões editoriais que impulsionam outros assuntos, a dificuldades de comunicação com especialistas da região e ausência de ações locais que possam desencadear a cobertura (LOOSE, 2020).

Em 2018, um mapeamento do que estava sendo publicado sobre esse tema em diferentes regiões do globo (LOOSE, 2019) identificou ausência

de pesquisas (ou disseminação das mesmas em inglês) não apenas na América Latina, mas também na Ásia e na África:

Os poucos estudos realizados em países já reconhecidos como os mais vulneráveis aos riscos climáticos, na área da Comunicação, têm focado seus esforços nos estudos dos meios de comunicação tradicionais ou hegemônicos, chegando a resultados muito parecidos (dependências de material de agências internacionais, falta de especialização por parte dos jornalistas, ênfase nos acordos internacionais, desconexão com a realidade local) (LOOSE, 2019, p. 121).

Por essa razão centramos este trabalho nos meios não hegemônicos digitais e nos enfoques de enfrentamento, como mitigação e adaptação, que costumam ser minoritários ou ausentes nos estudos, embora sejam vistos como relevantes pelos especialistas da área. Entretanto, entender as diferenças dos discursos não hegemônicos brasileiros em relação ao que já foi detectado na imprensa hegemônica também é crucial, tendo em conta a carência de estudos nessa direção.¹⁴

Os resultados da pesquisa bibliográfica na área mostram que a combinação entre os elementos *jornalismo não hegemônico, alternativo ou independente e mudanças climáticas* é rara em língua inglesa e portuguesa. Contudo, ainda que se levem em conta as limitações de alcance, é justamente a esse tipo de imprensa que é delegado o papel de motivar e mobilizar de forma mais ampla a consciência pública sobre a emergência climática e maneiras de enfrentá-la (GUNSTER, 2012). Afinal, Pepermans e Maesele lembram que a mídia tradicional não trata dos diferentes pontos de vista que envolvem a questão:

14 Um levantamento nas bases de dados acadêmicas – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia; Google Acadêmico; Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; e no Portal de Periódicos da Capes – não encontrou resultados sobre pesquisas relativas ao jornalismo não hegemônico, alternativo ou independente e mudanças climáticas.

Quando a mudança climática é representada em termos consensuais, gerenciais e/ou tecnocráticos, é despolitizada, o que é problemático, uma vez que impede um amplo debate democrático sobre (alternativas para) as estruturas sociais existentes e os modos de vida que estão na raiz das rupturas ecológicas (PEPERMANS; MAESELE, 2014; 2016 apud PEPERMANS; MAESELE, 2017, p. 127).

Logo, a partir da compreensão do jornalismo não hegemônico, nosso objetivo é analisar criticamente os discursos da cobertura das mudanças do clima no Brasil em três meios jornalísticos virtuais, com base nos questionamentos decoloniais/pós-coloniais. Para isso, começaremos discutindo os valores e as características do jornalismo não hegemônico, a partir do desmembramento do que é considerado hegemônico.

O jornalismo e suas formas de expressão

No campo jornalístico há muitos valores, nem sempre coincidentes, que orientam a sua prática, ainda que exista uma predominância do que aqui denominamos de jornalismo hegemônico. O campo jornalístico, portanto, é composto por jornalismo, ou seja, formas epistêmicas de produzir relatos sobre a realidade que nos cerca. Neste capítulo vamos comparar e discutir os valores presentes no jornalismo hegemônico e no jornalismo não hegemônico, a fim de compreender os valores comuns e específicos de cada jornalismo e observar como tais questões disputam poder dentro do mesmo campo.

O jornalismo deve ser entendido como um campo social. Segundo Traquina (2005), isso ganha forma a partir do século XX, nas sociedades ocidentais, com o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização, da educação em maior escala e de outros processos que favoreceram a emergência da comunicação de massa. As notícias, diz ele, “tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Diferentes agentes-jornalistas travam, nesse campo; embates entre si a fim de conseguir prestígio e reconhecimento (capital simbólico) em um sistema que possui regras de conduta partilhadas. Isso garante um exercício de poder no jogo de estratégias de legitimação que constitui o campo. Para um jornalista, esse capital pode ser um diploma, uma autoridade adquirida pela produção de reportagens importantes, ou mesmo uma agenda de contatos excepcional (NEVEU, 2006).

Neveu (2006, p. 63) ressalta que, ao operacionalizar o jornalismo a partir do campo, articulam-se duas abordagens: uma associada ao “[...] universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedades e de lutas que o ligam a outros membros do campo”; e outra na relação do campo jornalístico com outros campos.

A concepção de campo fundamenta-se nos conceitos bourdieusianos de *habitus* e *illusio*, que se referem, respectivamente, ao conjunto de elementos que garantem a participação dos jornalistas no campo (compreensão e aceitação de quais são as regras do jogo) e a um investimento psíquico, intelectual e profissional (NEVEU, 2006) que motiva a permanência nas disputas intrínsecas ao campo. Tais aspectos estão vinculados às práticas e estratégias mobilizadas para galgar uma posição de destaque.

Ferreira (2015) destaca que o campo jornalístico pode ser visto como um campo de poder, relacionado com outros campos, especialmente aqueles nos quais se encontram agentes dominantes (as autoridades ou os agentes de prestígio). Apesar disso, esse campo não apenas afeta outros (impondo lógicas oriundas de seu fazer para resultar em visibilidade social, por exemplo), como por eles é afetado, sobretudo pelos campos político e econômico, tendo, portanto, autonomia relativa.

Internamente, o campo jornalístico contém disputas de ordem institucional (entre os veículos de comunicação) e individual (entre os jornalistas). Essa concorrência se dá por meio da tentativa de dominar o tempo e alcançar o furo, de modo a conquistar ou manter a respeitabilidade e a influência, mas também como forma de impor novas perspectivas ou valores no campo (como ocorre com o embate entre veículos hegemônicos e não hegemônicos). Aliás, entre os valores que orientam a atividade de forma ampla, os aspectos atrelados ao tempo (a partir da notícia mais factual, do imediatismo da produção, da publicação em primeira mão e da própria alta perecibilidade da notícia) mostram-se constantes em variadas modalidades de jornalismo.

O *habitus* está associado às normas e requisitos da prática profissional. Soloski (2016), ao tratar de questões do profissionalismo jornalístico, defende que padrões e normas de comportamento, assim como determinado sistema de recompensa profissional (associado ao *illusio*), são também maneiras de limitar ou controlar o comportamento dos jornalistas. São esses elementos que garantem uma coesão entre os agentes do campo e preservam a identidade do fazer jornalístico e que, embora possam ter particularidades de uma publicação para outra, costumam seguir a mesma ideia de clareza e concisão, apuração que envolva não apenas um lado do fato, critérios de noticiabilidade com poucas divergências entre os jornalismo, um certo cuidado na relação com as fontes, dentre outros parâmetros para o exercício da profissão.

Ainda nesse contexto estão inseridas as questões éticas e deontológicas, que abarcam direitos, deveres, obrigações e responsabilidades dos agentes do campo. Entre essas, o valor de informar aquilo que é de interesse público é uma das mais proclamadas, ainda que nem sempre seja compatível com interesses econômicos das empresas, que, em última análise, percebem os produtos jornalísticos como mercadorias. É justamente esse um dos pontos de embate ou diferenciação entre algumas modalidades de jornalismo: o quanto a questão econômica pode ou não interferir nas suas práticas.

Um dos valores mais caros ao campo é o comprometimento com a verdade. Jornalistas não podem mentir, inventar, criar ou distorcer fatos conscientemente. Para tanto, mesmo não sendo um reflexo da realidade, o trabalho jornalístico segue, conforme Lippmann (2008), uma rotina padronizada que permite o encontro de matéria-prima para relatar. Além de reconhecer a subjetividade das escolhas dos profissionais na elaboração da notícia, esse autor percebe que há pressão da concorrência, o interesse do anunciante, do dono do jornal e do leitor, dentre várias questões que precisam ser rapidamente resolvidas com o objetivo de entregar um produto finalizado e atrativo. É por conta dessa situação que a sistematização da rotina se faz indispensável. Não há repórteres suficientes para cobrir todos os fatos do mundo. A produção jornalística

baseia-se, assim, em critérios que não correspondem exclusivamente a todos os anseios de uma sociedade democrática.

Outra questão, muito evidente no campo jornalístico e que faz sentido pontuar aqui, é que sua estruturação envolve a oposição entre publicações “estabelecidas” (ou de referência, tradicionais) e aquelas *outsiders*. Enquanto as primeiras já possuem “[...] recursos ligados à longevidade: imagem, redes organizadas de relações com as fontes e especialistas, prestígio acumulado pelas tomadas de decisão, furos inscritos numa memória social”, as *outsiders* precisam apostar em estratégias de risco (NEVEU, 2006, p. 65). Veículos que já detêm a hegemonia do campo possuem mais condições de continuar exercendo poder do que outros que não apresentam tais capitais.

Apesar de algumas diferenças, Colodeti (2016, p. 79) diz que tanto o jornalismo tradicional/hegemônico quanto o jornalismo alternativo/não hegemônico afirmam que seus trabalhos se sustentam sobre o interesse público – o que é visto pela autora como algo, em princípio, controverso: “[...] como o jornalismo alternativo se coloca como contraface daquilo que se afirma como o hegemônico, reivindicando, em seu eixo central, exatamente a ideia base e legitimadora do jornalismo tradicional?”. Porém, ao distinguir o entendimento associado ao interesse público dos dois jornalisamos percebe-se que, no tradicional, o ideal está associado ao surgimento da burguesia, que sempre entendeu como público um grupo específico, dotado de certo poder representativo – até se confundindo com a concepção de audiência; já no não hegemônico, o interesse público envolve a atualização do que é público, defendendo os direitos humanos e, assim, incluindo segmentos sociais marginalizados, muitas vezes desconsiderados pelo jornalismo tradicional.

Também se entende que, sendo derivações do mesmo campo, os dois jornalisamos possuem muito mais aspectos compartilhados do que marcações de diferença. Kenix (2011) mostra que há um *continuum* no sistema midiático, em que um jornalismo aproxima-se do outro, em movimentos não cíclicos, eventualmente atuando de forma cooperativa. Há disputas e distinções, mas também o contrário. Bossato Fernandes (2019) ratifica tal papel de complementaridade entre as duas

modalidades ao diagnosticar que os meios alternativos não se colocam como oposição à mídia *mainstream*, mas como formas de favorecer o pluralismo no sistema midiático.

Valores e características do jornalismo hegemônico

O jornalismo hegemônico (também chamado de tradicional, convencional, comercial ou *mainstream*) representa a referência no campo jornalístico, seja por sua herança social, conquistada desde seu surgimento, seja pelo prestígio que consegue sustentar em razão dos capitais já adquiridos. Para Moretzsohn (2007, p. 106), é considerado de referência justamente porque expressa os princípios basilares que consolidaram o jornalismo – aqueles que “[...] remontam ao projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais do século XVIII”. Ainda que para a pesquisadora esse jornalismo tenha sido bastante diferente do que temos hoje e até contraditório (originalmente estaria mais próximo de um “jornalismo de causas”, enquanto contemporaneamente estaria associado à imparcialidade), há uma explicação que desfaz essa incoerência: a mudança de quem é o agente de esclarecimento:

[...] já não mais o sujeito (que defende causas), mas o objeto (os “fatos”, que supostamente “falam por si”). Essa concepção começa a se estabelecer em meados do século XIX, coerente com a concepção de ciência prevalecente na época e [...] com os objetivos empresariais desse “negócio” que é a produção de jornais. É o que contribui para encobrir, convenientemente, o caráter ideológico da atividade jornalística, juntamente com a confusão a respeito de seu papel de mediador, fundado na conceituação clássica (e idealista) de “quarto poder” [...] (MORETZSOHN, 2007, p. 107).

Assim, as notícias seriam imparciais e os cidadãos poderiam livremente tirar suas conclusões sobre o mundo. Miguel e Biroli (2010, p. 68),

apesar de entenderem que a leitura crítica da objetividade e imparcialidade se expandiu nos últimos anos, defendem que o discurso jornalístico continua a ser produzido e entendido como “ponto de vista ‘universal’”, necessário para a legitimidade social do campo. Para eles, a “[...] pretendida universalidade de ponto de vista permitiria a identificação de posições parciais em conflito e sua reconstituição justa num espaço público unificado, do qual a imprensa seria o espelho e o agente regulador [...]”. Tal papel decorre da ideia de que a imprensa teria autonomia e independência para fiscalizar os poderes do Estado – algo que, de fato, sempre esteve transpassado por outros interesses, já que o campo jornalístico se sujeita a condicionantes de ordem econômica, política e tecnológica.

Góes (2017, p. 80), ao traçar a história da conformação das tramas identitárias e da participação do jornalismo nesse processo, mostra como os jornais ocidentais serviram a interesses estratégicos, encaixando-se “[...] nas esteiras políticas da formação das nações e nas esteiras econômicas das expansões coloniais, fortalecendo os interesses do capital e dos estados”. Assim, desde sua origem serviu a certos interesses e seu regime de visibilização conformou um modo de ver e perceber a realidade embasado na lógica de dominação colonial:

Os jornais, na medida em que eram meios para propagar e defender os interesses do capital, das elites nacionais e internacionais, davam visibilização dos ideais identitários mais desejáveis e dos mais indesejáveis ao país. Do final do século XIX até meados do século XX, quando o Brasil começou a se “modernizar”, o jornalismo foi disparando uma série de marcações para a definição dos acordos e dos desacordos sobre a identidade no país. O *Outro* não era mais o selvagem, o índio ou o negro africano do início da colonização, mas aquele identificado como o subproduto das miscigenações, um povo misturado e, essencialmente, pobre. Essa *diferença* incômoda, perigosa, inimiga era o mal que atrapalhava o desenvolvimento dos projetos da elite nacional e o futuro do país (GÓES, 2017, p. 82, grifos do autor).

Portanto, o jornalismo aciona o regime de visibilização para o desejado e o indesejado, e há uma colonialidade jornalística nessa concepção hegemônica da prática, direcionada pela ideologia das elites dominantes. Goés (2017) debruça-se sobre a construção do *Outro* no Brasil, elucidando o racismo constituidor das identidades nacionais. Contudo, esse pensamento colonial repercute em todos os âmbitos, inclusive nas impressões e compreensões do que é a natureza ou as mudanças do clima – aspecto central desta pesquisa.

Essa ideia de que o jornalismo tradicional segue os valores do campo desde sua constituição – “[...] a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço” (TRAQUINA, 2005, p. 34) – mascara o fato de que há um conflito entre objetividade e prestação de serviços de interesse público, no qual jornalistas acabam tomando algum partido. Miguel e Biroli (2010) lembram que, embora jornalistas possam divergir ideologicamente ou em termos de valores, costumam ocupar posições similares no espaço social, decorrentes de uma socialização e formação comum, o que influencia na predominância de certas perspectivas em detrimento de outras. Assim, sob a “capa” da neutralidade, há uma universalização de algumas perspectivas, o que prejudica a manifestação da diversidade social e contribui para a manutenção do *status quo*.

Somam-se a isso os interesses dos grandes grupos de mídia, fortemente conectados com os campos políticos e econômicos, que eclodem no fim do século XX, comprometidos com suas demandas, mesmo que esse processo não ocorra sem conflitos. Guilbert (2020) recorda que o poder político e o poder dos meios de comunicação estão fortemente entrelaçados, de modo que suas visões de mundo são semelhantes e os conteúdos são produzidos por e para aqueles que logram algum benefício. Portanto, mesmo que existam discursos sobre neutralidade, imparcialidade e objetividade, tomados com o sentido amplo de distanciamento e isenção nos relatos dos fatos, o trabalho jornalístico inclui certas camadas de subjetividades, desde o modo de ver o mundo de quem constrói a notícia até as pressões e fronteiras que delineiam o formato e os valores da empresa para a qual o jornalista trabalha,

o que passa pelos interesses de mercado e, conseqüentemente, do público consumidor.

Desse modo, a objetividade, que pode ser vista como uma versão da verdade, é o conceito mais central em relação à qualidade de informação e tem relações com o princípio de liberdade (MCQUAIL, 2013); é um aspecto-chave para entender a ideologia do modelo liberal de imprensa (ALSINA, 2009); pode estar associada a procedimentos de rotina, sendo “um ritual estratégico de defesa” (TUCHMAN, 2016), entre outras várias interpretações que, mesmo rechaçando a ideia de que o jornalismo é mero reflexo da realidade e apontando seus limites, ainda sustentam a ideia de que a objetividade impera sobre a prática de referência. McQuail (2013) diz que, de forma geral, a ideia de objetividade ainda é encarada pelo público como fator de credibilidade e confiança, sendo inclusive um valor de mercado para os meios de comunicação.

O jornalismo hegemônico, *grosso modo*, não contesta a ordem vigente, sendo parte dela. Miguel e Biroli (2010, p. 72) afirmam que:

Nos padrões convencionais do jornalismo, os discursos hegemônicos são reproduzidos como portadores de valores “universais”. Os contradiscursos, por sua vez, são silenciados ou não se tornam públicos a não ser como estereótipos verbais, oscilando entre a mimese dos padrões dominantes de expressão e sua apresentação como “outros” absolutos.

Colodeti (2016), ao relembrar a história do surgimento da imprensa brasileira, assinala que, no período colonial, informação e opinião não eram vistas como conteúdos distintos e, até meados do século XX, os valores em vigor hoje não eram os mesmos, predominando características literárias e estilos autorais. A mudança ocorre a partir dos anos 1950, sob influência dos Estados Unidos, quando as notícias ganham um tom mais impessoal e direto. Desde então, a racionalidade científica, principalmente a partir da objetividade, começa a adentrar no campo jornalístico, na tentativa de inserir rigor e, portanto, dar validade à prática.

Conforme Colodeti (2016), apesar das mudanças pelas quais o jornalismo vem passando, ele continua operando hoje conforme a visão de Comte, que remonta ao século XIX. É importante sublinhar, contudo, que os princípios que sustentam esse jornalismo de referência não são imutáveis, sofrendo transformações com o passar do tempo. McQuail (2013) destaca que, embora não haja uma mudança fundamental nas normas que mantêm o jornalismo, a força relativa entre elas é alterada, além das disputas dentro do campo se transfigurarem com o passar do tempo. Para ele,

O número crescente de canais alternativos de mídia [...] reduziu a pressão sobre os meios aparentemente “dominantes” (p. ex. jornais ou televisão de âmbito nacional) para que cumpram alguns papéis percebidos como públicos. Provavelmente há menos receio de monopólios de mídia, mesmo com tendências à concentração, porque o potencial da concorrência é maior. Um maior número de canais de mídia também parece prometer mais diversidade, embora a qualidade dessa diversidade esteja longe de ser assegurada (MCQUAIL, 2013, p. 203).

Nesse sentido, é importante retomar o que Castells (2015) discute em relação à concentração da propriedade dos meios, que está cada vez maior nesse cenário. Embora a comunicação digital possibilite a diversificação e o fato de qualquer receptor ser também emissor de informações, retirando a exclusividade da comunicação para muitos dos meios de comunicação tradicionais, a recepção de tais mensagens não é homogênea. O sociólogo espanhol destaca que a desigualdade se amplia, pois não há o mesmo tipo de acesso para todos, ainda que, para alguns, essa nova capacidade de comunicação em rede possa promover projetos, defender interesses e afirmar outros valores. Devemos olhar com cuidado para as potencialidades do universo digital, já que aquele jornalismo com mais capitais simbólico e econômico acumulados tende a conseguir maior espaço e força na web, reproduzindo sua situação de hegemonia mesmo em um espaço supostamente mais democrático.

Valores e características do jornalismo não hegemônico

O jornalismo não hegemônico abrange uma ideia ampla que remete às produções de meios que não são considerados de referência ou não dominam o mercado, debruçando-se sobre temas e abordagens menosprezadas ou silenciadas pela imprensa tradicional. Embora se entenda que nem todo jornalismo não hegemônico assume posições contestatórias, adota-se essa denominação por compreender que os demais termos são mais restritos e poderiam não refletir os posicionamentos ideológicos dos três veículos analisados nesta pesquisa. Assim, incluem-se nessa concepção os conceitos de jornalismo alternativo, independente e contra-hegemônico, que, apesar de suas especificidades, diferenciam-se estruturalmente e editorialmente dos veículos chamados hegemônicos.

O jornalismo alternativo existe desde o princípio do que entendemos por jornalismo (CARVALHO; BRONOSKY, 2017; CARVALHO, 2014). Em resposta ao modo de fazer do jornalismo que prevalece em cada época, há um jornalismo que surge como alternativa, na tentativa de ser e fazer algo diferente. “Ao longo da história do campo, sempre existiram movimentos de contestação, oposição ou mesmo modulação das práticas dominantes [...]” (COLODETI, 2016, p. 14). Isso significa que, apesar de marcar um contraponto em relação ao jornalismo hegemônico, não há um rompimento total com os valores e normas do campo, mas a persistência de tentar redefinir parâmetros e critérios (COLODETI, 2016).

No Brasil, o jornalismo nasceu a partir da perspectiva alternativa. Afinal, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, contribuiu para difundir os relatos sobre a luta pela independência em relação a Portugal (AGUIAR, 2008 *apud* COLODETI, 2016), demonstrando de forma explícita sua oposição à *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal do país, que estava sob controle da família real.

Carvalho e Bronosky (2017) discutem a etimologia do termo e destacam que o alternativo remete a uma opção ao modelo predominante, sendo uma modalidade que tenta fugir dos condicionamentos

estatais ou comerciais que diminuem o compromisso da prática com o interesse público. Oliveira afirma (2009, p. 6) que esse jornalismo pretende ser radicalmente democrático, passando “[...] pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor”. Oliveira (2009) contrapõe o jornalismo calcado em interesses econômicos particulares, de caráter mercantil, que percebe os leitores como consumidores, ao jornalismo alternativo, embasado no interesse público e preocupado com as demandas da maioria da sociedade, de modo a corresponder a uma esfera pública de fato. Mais do que defender um projeto político, econômico ou ideológico, o jornalismo alternativo crê que pode fazer algo diferente.

Para Carvalho (2014), ainda que haja reconhecimento de que tal prática se aproxima de grupos sociais que questionam e se opõem ao poder ou à situação hegemônica, jornalismo alternativo não é sinônimo de jornalismo contra-hegemônico, já que é possível encontrar muitas características do jornalismo hegemônico (como a adoção do princípio da objetividade, que se reflete no tom impessoal e na estruturação do texto em formato de pirâmide invertida) no jornalismo alternativo. Não é um jornalismo que se opõe a todos os preceitos e valores do jornalismo hegemônico, mas que apresenta aspectos próprios que caracterizam um outro olhar para a realidade e que não visa ao lucro.

O adjetivo “independente” também não é sinônimo de alternativo. De acordo com Carvalho e Bronosky (2017, p. 33), o jornalismo alternativo é independente das relações com os grupos empresariais, mas nem todo jornalismo dito independente é alternativo, pois “[...] as temáticas podem não propor uma perspectiva dialética da realidade”. Colodeti (2016) ratifica que o termo “independente” busca evidenciar a liberdade da produção jornalística em relação aos condicionamentos econômicos das empresas, de seus anunciantes ou de outros grupos que sustentam o jornalismo.

O jornalismo alternativo possui, em alguma medida, relação com o popular. Colodeti (2016) ressalta que as expressões “jornalismo cidadão”,

“jornalismo radical”, “jornalismo popular” e “jornalismo comunitário” geralmente são ligadas a formas de se comunicar dos movimentos sociais. Embora possam carregar traços semelhantes ao alternativo e inclusive compartilhar características e valores, tais definições costumam englobar práticas não profissionais de comunicação jornalística, incluindo no exercício da atividade cidadãos que, muitas vezes, apenas reproduzem o formato da notícia ou reportagem, sem entender seus valores, limitações e responsabilidades. Carvalho (2014, p. 130) diz que a cultura popular faz parte dos conteúdos do jornalismo alternativo, mas que a divulgação de tais conteúdos é insuficiente para definir o conceito, já que incluiria o que o autor chama de “amadorismo dos divulgadores de informação ou comunicadores populares”.

Para além da aproximação com o popular e com as classes sociais marginalizadas, da crítica ao poder vigente, a proposta do jornalismo alternativo não tem como finalidade principal o lucro, o que implica dizer que há, recorrentemente, problemas de sustentação econômica (o que reflete na efemeridade das publicações dessa modalidade). Ao contrário do valor da imparcialidade/neutralidade/objetividade, esse jornalismo aceita a ideia de um posicionamento – aquele que questiona o que foi naturalizado pelo jornalismo hegemônico. Colodeti (2016, p. 14) ressalta que:

[...] o jornalismo alternativo se coloca como aquele que critica e modula, entre outras coisas, as convenções de fontes de notícias; os modos de representação; as regras e contratos estilísticos dos modelos narrativos; a economia hierárquica e capitalizada do jornalismo comercial e o papel subordinado do público.

Oliveira (2009) afirma que o fazer jornalístico alternativo assume uma postura de “ativismo iconoclasta”, acreditando que outro mundo é possível. Já Colodeti (2016, p. 71-72) defende que neste jornalismo há um engajamento “[...] em relação a um compromisso com o interesse público dos temas abordados e uma busca contínua pela independência financeira, ou pelo não alinhamento às instituições

de mercado que representam hoje, na política neoliberal, a grande instância de poder”. Por fim, Carvalho e Bronosky (2017) concordam que, mesmo se articulando com os valores do campo para se diferenciar dos amadores, princípios de objetividade e imparcialidade são menos presentes na prática jornalística alternativa. Eles ponderam que “[...] os limites estão mais borrados, uma vez que é marca desse jornalismo a expressão explícita do posicionamento político sobre determinadas questões, sobretudo no que diz respeito a aspectos humanistas” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 35).

Mais do que um jornalismo anticapitalista, antiempresarial e anti-industrial, o jornalismo alternativo pode ser entendido de múltiplas formas. Colodeti (2016, p. 59) assinala que esse jornalismo contesta o modelo vigente e “[...] não consiste somente na transmissão de conteúdos alternativos, mas [consiste] também na apresentação de novas possibilidades de ambiências e narrativas”. Na mesma linha, Bossato Fernandes (2019, p. 310) afirma que tais conteúdos precisam ser ampliados e consolidados, de modo a “[...] contribuir diretamente para inspirar transformações sociais, em busca de uma sociedade menos desigual e mais justa”. Já Haubrich (2017, p. 32) sublinha que o jornalismo alternativo deve ser “[...] crítico, problematizador, questionador e transformador”, de modo a favorecer a emancipação das classes populares.

Optamos por chamar de “não hegemônico” todos esses jornalismo que se diferenciam dos valores historicamente vinculados ao jornalismo hegemônico, por sua capacidade de abarcar conceitos mais específicos, acolhendo uma diversidade de outras formas de pensar o jornalismo que não são dominantes. Os veículos digitais analisados aqui possuem aspectos ligeiramente diferentes entre si, mas todos se enquadram em oposição ao que se reconhece por imprensa hegemônica: possuem estruturas de negócios menores, realizam jornalismo comprometido com a sustentabilidade, têm processos de produção mais flexíveis, com diferentes arranjos, e abrem mais espaço para vozes e abordagens questionadoras do *status quo*.

Diferenças entre os jornalismo

Cada modalidade de jornalismo interpreta e mobiliza os valores consolidados no campo jornalístico – como o compromisso com a verdade e a ideia de prestação de serviço público – sob um viés ideológico próprio. Teoricamente, enquanto o hegemônico reveste-se da perspectiva da objetividade para seu discurso sobre o mundo soar neutro ou imparcial (porque, recordamos, sempre será posicionado), o não hegemônico assume o lado dos oprimidos, contrapondo-se àquilo que é divulgado pelos meios dominantes. No mundo real, entretanto, tais posicionamentos são mais difusos e nem sempre a distinção é tão demarcada.

Becker (2009) destaca que, no decorrer da história da imprensa brasileira, o jornalismo alternativo constitui-se sempre como um jornalismo de oposição, contestando a suposta neutralidade e a objetividade advogadas pelo modelo norte-americano. A pesquisadora assinala que o jornalismo empresarial (associado ao hegemônico) sempre esteve atrelado aos governantes, recebendo benefícios, ao invés de defender a democracia, a liberdade, a verdade. A objetividade, nesses casos, foi subjugada em prol de interesses particulares.

A fim de garantir a pluralidade democrática, reconhecida pelo campo jornalístico como um de seus principais papéis sociais, mais do que dar voz sob o olhar dos meios hegemônicos, é preciso, como alega o jornalismo não hegemônico, permitir que diversos grupos sociais, sobretudo os que são marginalizados ou esquecidos pela mídia tradicional, tenham seus próprios meios de comunicação.

Diante do exposto, sublinhamos o que diz Colodeti (2016): o jornalismo alternativo não é apenas a oposição do hegemônico, sendo forjado também a partir de pontos convergentes, comuns ao campo jornalístico. Os valores comuns do campo são incorporados e interpretados de acordo com suas posições ideológicas. Entendemos que a polarização percebida entre as modalidades revela a disputa de poder existente dentro do campo jornalístico por agentes-jornalistas situados em posições diferentes e, portanto, com perspectivas de mundo também divergentes, mas não necessariamente opostas.

Nesse sentido, o trabalho realizado por Bossato Fernandes (2019), a partir de conteúdos jornalísticos alternativos no Brasil, em Portugal e na Espanha, assinala que há um duplo movimento dos meios alternativos: ao mesmo tempo que tendem a reafirmar princípios e valores do jornalismo hegemônico, até para garantir um *status* de profissionalismo, atuam para se distinguir e fomentar uma outra identidade, na qual se ressalta o compromisso com a denúncia das injustiças sociais. Conteúdos ditos *mainstream*, assim, são replicados pelos grupos alternativos, até porque a escolha dos acontecimentos é orientada por critérios de noticiabilidade tradicionais, resultando na divulgação de eventos com celebridades ou autoridades públicas, que destoem da ordem “normal” do dia, que reúnam grande quantidade de pessoas e tenham proximidade geográfica, só para citar alguns. Entretanto, nos veículos alternativos, há sempre uma tentativa de incluir outros elementos, alinhados com o engajamento político assumido.

Em razão dos critérios adotados, condizentes em boa parte com a prática dominante, as fontes consultadas tornam-se similares, desperdiçando-se a oportunidade de deixar falar os oprimidos. Bossato Fernandes (2019, p. 298-299), ao tratar do discurso audiovisual de meios alternativos, observa que muitas vezes as fontes preferenciais são os ativistas – e não qualquer um deles, mas seus representantes:

São noticiadas preferencialmente situações lideradas por movimentos sociais organizados, e suas lideranças se inserem entre as fontes mais acionadas, se estabelecendo como uma contra-elite informativa. Também se prioriza a fala de especialistas e dos próprios jornalistas, que muitas vezes dispensam as entrevistas, ao se colocarem como porta-vozes dos grupos mais vulneráveis. Pessoas comuns falam, mas muitas vezes sem ser identificadas, para ilustrar o discurso visual e gerar empatia, mas como parte de um coletivo, e não como sujeitos individuais, que têm uma história própria e problemas singulares.

São vários os elementos do processo jornalístico, portanto, que precisam ser considerados quando pensamos nas aproximações e distanciamentos de tais modalidades. O próprio enquadramento positivo dos temas tende a ser um aspecto de distinção. Relembramos que, para Pepermans e Maesele (2017), *advocacy journalism*, *constructive journalism* e *slow journalism* são, por exemplo, propostas ligadas ao jornalismo alternativo (abarcado aqui pela concepção de não hegemônico), que, em razão de seu compromisso com o interesse público, trabalham não apenas com as *bad news*, mas com saídas, respostas ou soluções, além de promover a reflexão e o comprometimento com causas sociais. A proposta do jornalismo construtivo (*constructive journalism*), também conhecido como jornalismo de soluções, é promover relatos mais abrangentes, contextualizados, concentrados nas respostas e não somente nos problemas da nossa sociedade. Segundo a *Solutions Journalism Network*¹⁵, a proposta é chamar a atenção para as soluções dos problemas sociais, pois acredita-se que a cobertura centrada apenas nos problemas desanima o leitor e não promove engajamento político. Procuramos observar se os meios não hegemônicos digitais analisados aqui concordam com tais práticas, de modo a contribuir com a cobertura climática.

Fica evidente, portanto, que o jornalismo não hegemônico se posiciona mais ao lado da perspectiva do Sul, crítica e participativa, seguindo um fluxo de baixo para cima. De acordo com Moernaut e Mast (2018), é essa modalidade que pode ser considerada central nos processos de mudança. O contexto dos meios não hegemônicos permite que eles sejam radicais e engajados a respeito dos conteúdos e dos processos de produção, propondo alterações significativas nas representações que circulam pela sociedade. Entretanto, tais enquadramentos não significam uma ruptura por si só, sendo necessário observar seus discursos e, conseqüentemente, suas posições ideológicas.

15 Disponível em: <https://www.solutionsjournalism.org/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

A perspectiva do Sul e o jornalismo ambiental

A maioria das pesquisas feitas sobre jornalismo e mudanças climáticas foi conduzida por falantes de língua inglesa. Tais propostas são, portanto, atreladas a realidades sociopolíticas de seus territórios. Os estudos voltados à cobertura do clima na América Latina são recentes e ainda mais os teoricamente elaborados segundo a perspectiva do Sul.

Quando se escolhe o ponto de vista do Sul, privilegiam-se os saberes e as ações locais, evitando simplesmente seguir as orientações do pensamento eurocêntrico. Os estudos pós-coloniais podem ser caracterizados como aqueles que reúnem produções teóricas advindas essencialmente das chamadas “zonas periféricas”, com o propósito de revelar as ambivalências presentes no paradigma da modernidade; já os decoloniais fazem a crítica ao eurocentrismo teórico das Ciências Sociais “[...] a partir dos diálogos e publicações de intelectuais de vários países da América Latina, dentre os quais se encontram Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Anibal Quijano e Walter Mignolo” (LEDA, 2015, p. 112). Ambos os grupos trabalham com uma perspectiva contra-hegemônica, buscando revelar as contradições presentes na matriz intelectual dominante. De forma similar, Sousa Santos e Meneses (2010) lançam a perspectiva das epistemologias do Sul, propondo um outro olhar sobre a ciência moderna (centrada na investigação de causas e não das consequências, que costumam ser mais sentidas por aqueles que sofrem a dominação) e reconhecendo conhecimentos que são ignorados ou submetidos às lógicas do capitalismo – que, segundo Porto-Gonçalves (2006), sempre foi fossilista –, do colonialismo e do patriarcado.

Para Beck (2017), o surgimento dos Estados-nação europeus só foi possível porque houve exploração de recursos e seres humanos nos territórios que eram colônias. Havia uma ideologia que permitia que os europeus justificassem sua crueldade e violência: a de que aqueles que não eram cristãos só poderiam ser escravos:

É por isso que o colonialismo tem de ser entendido como um enredamento hierárquico entre o centro e a periferia. A estabilidade do poder colonial baseava-se sobretudo no facto de uma noção de inferioridade e de primitivismo estar impressa nos colonizados pela violência, ideia que, efetivamente, se tornou parte da compreensão de si próprios (BECK, 2017, p. 77).

Ainda que o período colonial tenha se encerrado a partir das independências, a lógica colonialista permanece presente de diferentes formas. Castro-Lara (2016) sinaliza que, na América Latina, as formas de dominação da época colonial continuam ocorrendo por meio de outras técnicas e de outros atores que assumem os papéis de dominadores. Quijano (2010, p. 84) ressalta que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”.

Mais do que apontar o que diferencia cada uma dessas correntes teóricas, propomos sublinhar o que elas possuem em comum, para compreender como o jornalismo se insere nesse contexto. Essa perspectiva, derivada do movimento anticolonial, é recente nos estudos comunicacionais, embora elementos importantes possam ser encontrados na abordagem latino-americana. Em 2016, a *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación* publicou um dossiê sobre as relações dessa perspectiva com os estudos da Comunicação¹⁶. No editorial, Sierra Caballero (2016) faz menção a uma “Comunicología del Sur”, lembrando que os estudos comunicacionais latino-americanos precisariam atualizar o que já foi discutido em termos de democratização da informação como ponto fundamental para os direitos humanos. Aspectos tornados evidentes hoje

16 Disponível em: https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/issue/view/131_2016/showToc. Acesso em: 24 fev. 2021.

pelos estudos pós-coloniais e decoloniais não são novidade para os pesquisadores latino-americanos da área:

Certamente, a aposta por formas diferentes de ver o mundo, de interpretar e intervir nele, constitui uma tradição epistêmica típica do pensamento latino-americano desde sua gênese, construindo novas bases e estilos de conhecer e representar o universo a partir de formas comunitárias, inspiradas na filosofia da libertação e na cultura de resistência, que hoje, à força, deveriam ser enriquecidas também pela recente emergência dos movimentos indígenas em uma nova lógica de compromisso intelectual (HERRERA HUÉR-FANO; SIERRA CABALLERO; DEL VALLE ROJAS, 2016, p. 81).

Contudo, a adaptação e a adoção do modelo neoliberal em um contexto de globalização, consideradas como algo inevitável (GUILBERT, 2020), permitem a continuidade da negação de outras formas de ser e pensar, que inicialmente foram impostas no colonialismo (CASTRO-LARA, 2016). Mesmo que o campo comunicacional tenha tido sempre movimentos de luta contra o pensamento dominante vindo do Norte Global, o desenvolvimento da comunicação como campo científico foi limitado a uma ideia do que é comunicacional a partir dos sistemas de investigação científicos ditados pelo Ocidente, que formaram boa parte dos primeiros pesquisadores do Sul e que até hoje formatam uma determinada maneira de pensar (caso contrário, não há reconhecimento dos pares, não há estatuto científico, não há possibilidade de a produção ser entendida como ciência).

Guilbert (2020), ao analisar as evidências do discurso neoliberal na mídia, mostra como tal ideologia se impõe como uma “força natural”, como se as reformas ou processos de modernização fossem, ao mesmo tempo, externas e independentes da vontade dos homens. No caso do desafio ambiental ou climático, esse discurso se repete, mostrando que não é possível se desenvolver (e acabar com a miséria e desigualdades sociais) sem gerar externalidades negativas; “é o custo do progresso”, enfatizariam alguns – como se a compreensão fosse monolítica.

Em relação às questões ambientais, esse discurso se mescla às ideias de “desenvolvimento sustentável” e “modernização ecológica”, afirmando ser possível conciliar a proteção ambiental, a justiça social e o crescimento econômico (CARVALHO; *et al.*, 2011) permitindo, assim, que a lógica hegemônica siga adiante. Também as ideias de economia verde, crescimento verde, negócios verdes ou esverdeamento das atividades produtivas seguem nesse rumo. Mais recentemente, por causa da paralisação das atividades econômicas forçada pela pandemia de covid-19, o discurso da recuperação verde ganhou evidência, como um caminho possível para retomar a economia e contribuir com a mitigação das MCs. Todavia, esses discursos, revestidos com nomenclaturas novas, mas que perseguem a continuidade da economia extrativista e intensiva em energia, não são, de fato, soluções para as mudanças do clima, pois “[...] é justamente a escassez e a contaminação de recursos, produzidas pela economia atual, que geram valor aos ‘ativos ambientais’ da economia verde” (MORENO, 2016, p. 292).

Questão colonial: assimetrias e violências persistentes

Embora o colonialismo tenha se extinguido na maioria dos territórios, a colonialidade permanece presente de diferentes formas até os dias de hoje. Apesar das independências, o mundo pós-colonial continua a viver sob a matriz colonial de poder (GREEN, 2013), o que significa a perpetuação das estruturas mentais e materiais de dominação. Lander (2005) afirma que, não obstante serem mobilizados recursos históricos diferentes – desde a evangelização, passando pela civilização, pela modernização até a globalização –, persiste a ideia de que há um padrão civilizatório, entendido naturalmente como superior e normal – o europeu –, que deveria ser universalizado.

Ao se colocar relevo na questão colonial, deseja-se apontar a dominação epistemológica que acarretou a supressão de muitas formas de saber e ser, para privilegiar o pensamento eurocêntrico, do colonizador, que se tornou único. Sousa Santos (2007) chama esse pensamento

moderno ocidental de *abissal*, composto por distinções visíveis e invisíveis que separam de forma radical aquilo validado e respeitado pelo Ocidente de outras formas de conceber e existir no mundo.

Os estudos centrados na questão colonial emergem, de forma esparsa, nos anos 1950 e propõem uma nova forma de observar e fazer o mundo, que discute a hegemonia do pensamento do Norte Global. Vários grupos, com diferentes denominações (anticolonial, decolonial, pós-colonial etc.), posicionam-se contra a ideia do pensamento único e homogeneizante, que desumaniza e oprime o outro em razão de seus interesses. Assim, tratar da questão colonial é admitir que a divisão Norte-Sul (não geográfica, mas como metáfora da exploração e marginalização) ainda influencia territórios e modos de ser e existir, pois há modelos de desenvolvimento e conhecimento que são considerados e validados e outros não, de acordo com a perspectiva de quem detém poder econômico, político e social.

A opção decolonial não pretende ser a única, mas busca se afirmar como mais uma alternativa e coexistir com outras, revelando, assim, que não há apenas um caminho (MIGNOLO, 2017). Sousa Santos e Meneses (2010), partindo de suas epistemologias do Sul, sustentam que a compreensão do mundo é mais ampla que a imposta pelo mundo ocidental; que a diversidade do mundo é infinita; e que não há uma única teoria capaz de apreender tal diversidade. Logo, a crítica colonial visa desocultar os processos de produção e valoração de conhecimentos, assim como as relações de destruição, discriminação e subjugação – que foram naturalizadas a partir do colonialismo e do capitalismo, fenômenos que atuam de forma conjunta – e iluminar as inúmeras possibilidades existentes, até então desconsideradas pelo pensamento dominante.

Porto-Gonçalves (2006, p. 14) recorda que o surgimento da modernização se dá com a colonização, sendo “a descoberta da América decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo [...] às custas de servidão, escravização, etnocídio, genocídio e ecocídio”. O que depois foi chamado de “processo de globalização” nasce dessa exploração, com distribuição desigual de proveitos e rejeitos, e as relações predatórias atravessam as relações sociais até hoje. Embora o autor separe

por períodos o avanço da globalização, iniciando em 1492, é possível ver como as fases são sempre incorporadas ao modelo seguinte, repaginando entendimentos e formas de expressar a colonialidade.

Martins e Espinoza (2018) sublinham que a lógica do desenvolvimento hegemônico, calcada na racionalidade econômica moderna (LEFF, 2001), que exclui a possibilidade da copresença dos dois lados da linha (SOUSA SANTOS, 2010), se submete ao paradigma epistêmico colonial, obrigando atores do Sul Global a seguir e aceitar aquilo que provém do Norte Global. Na mesma perspectiva, Cajigas-Rotundo (2007) ressalta que a modernidade¹⁷ e a colonialidade são duas faces de uma mesma moeda, ou seja, integram um mesmo sistema que depende da distribuição assimétrica do poder e da extração sem limites dos territórios coloniais. Para Mignolo (2017), a colonialidade é o “lado mais escuro” da modernidade, que se origina na Europa, mas se expande globalmente. Já Alimonda (2011) destaca que a questão colonial pode ser considerada o seu fenômeno fundante.

A construção retórica da modernidade se mantém porque consegue atualizar seus mecanismos de dominação e exploração a partir de novos discursos, que, na verdade, são (re)formatados de modo a permitir que o sistema continue colonizando. No princípio, a modernidade representava a salvação religiosa, atuando a partir, principalmente, da conversão ao cristianismo; mas depois ela avançou sobre os não europeus sob o pretexto do progresso, do desenvolvimento, da modernização e até do estabelecimento da democracia. Para além da retórica, os fundamentos epistêmicos também sofreram mutações ao longo dos séculos: a teopolítica veio primeiro, depois a egopolítica e, por fim, o pensamento tecnológico (MIGNOLO, 2017).

A manutenção da colonialidade é sustentada também pela exploração do ambiente. “A colonização da natureza e a hegemonia do conhecimento eurocêntrico são processos complementares, já que estão no centro de uma disputa sobre o poder de nomeação

17 A modernidade é forjada no ideal cartesiano, que separa sujeito e objeto, homem e natureza, tendo como princípios “ideais” a razão universal, a liberdade social e os direitos individuais (LEFF, 2016).

da moderna crise ambiental” (MARTINS; ESPINOZA, 2018, p. 104). Mais do que reconhecer a questão da natureza como pano de fundo para a crítica colonial, ela “[...] poderia também ser assinalada como o quinto domínio da matriz colonial, em vez de considerá-la como parte do domínio econômico” (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Walsh (2008) afirma que a colonialidade da Natureza (ou da Mãe Terra) é muito mais que a exploração de bens naturais, pois a relação com os modos de viver e a humanidade também estariam incluídos. A colonialidade da natureza seria a própria colonialidade da vida. Dominar, explorar e conquistar o ambiente é algo fundamental para a manutenção da colonialidade até os dias de hoje, já que a lógica de dominação hierarquiza uns humanos como mais humanos que outros. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 61, grifos do autor), o

[...] desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a idéia [sic] de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!* Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à idéia [sic] de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão que *há limites para a dominação da natureza.*

Porto-Gonçalves (2006) considera a natureza um aspecto nevrálgico, pois é por meio dela que emerge a ideia de desenvolvimento, que escancara a ruptura da humanidade com o meio ambiente – retira-se o envolvimento das partes. Depois, o termo globalização – que advém da mesma racionalidade econômica, que observa natureza como recurso – também ocupa seu espaço, valorando aquilo que é internacional, aquilo que é mais rentável apartado dos modos de ser, existir e viver em cada território. É a globalização que renova o discurso da modernidade, dá saliência às questões planetárias, como as mudanças climáticas, e, conseqüentemente, estende essa escala para

o que entende como soluções. Dessa maneira, a resolução desses problemas fica confiada e restrita aos políticos, empresários e especialistas, detentores de um conhecimento técnico-científico calcado no conhecimento eurocêntrico.

Porto-Gonçalves (2006) ainda ressalta as desigualdades sociais, econômicas e ambientais inerentes a esse processo que acarretou a “desordem ecológica global” que conhecemos hoje. Enquanto alguns poucos se beneficiam dos recursos arrancados dos territórios do Sul, os rejeitos das extrações impactam o ambiente das populações locais mais marginalizadas, em lugares onde as pessoas parecem valer menos. Embora não se discuta o racismo neste trabalho, registramos que ele é “subjacente ao sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 446) e segue sendo alimentado pela estrutura colonialista. A qualidade de vida desfrutada no Norte (e almejada pelas elites do Sul) é ancorada em uma série de injustiças e em muita destruição, que são invisibilizadas pelo Norte, de modo que seu projeto não seja interrompido.

Outra estratégia relacionada a essa perspectiva está no apagamento das diferenças entre quem emite mais GEE ou polui e quem é diretamente afetado pelas MCs. É como se a responsabilidade pela crise climática fosse uniforme, não cabendo distinções entre países, grupos econômicos, e ainda reduzindo tudo a práticas individuais de consumo, escondendo as profundas desigualdades sociais implicadas nas mudanças climáticas (TORNEL, 2019).

Diferentemente do pensamento eurocêntrico – propagado (às vezes à força) pelos cristãos ocidentais –, para os povos tradicionais do Sul a ideia de natureza não é oposta ou descolada do entendimento de cultura, exterior ao próprio ser humano. A *Pachamama* (Mãe Terra) funde cultura e natureza, mescla o interior com o exterior e o material com o subjetivo. Dessa forma, segundo Mignolo (2017), ao implantar a concepção ocidental de natureza e descartar a de *Pachamama*, o colonialismo já estava sendo inserido no âmbito do conhecimento e da subjetividade.

Meio ambiente colonizado

Vivemos uma crise ambiental sem precedentes, fruto de uma forma única de compreender o mundo própria da modernidade (LEFF, 2016). Os limites foram extrapolados e os impactos desse modelo explorador (centrado em crescimento econômico a qualquer custo) não se detém em fronteiras, acarretando riscos e agravando situações conhecidas.

Apesar de todas as previsões e dos indícios de que já chegamos em um ponto com impactos irreversíveis para a manutenção da vida, o modelo hegemônico insiste em avançar com o mesmo projeto extrativista e degradador vigente. Tal situação mostra o quanto o meio ambiente é uma questão-chave para o capitalismo e a colonialidade.

Alimonda (2011), ressalta a colonialidade persistente que atinge a natureza latino-americana e os povos que nesse lugar vivem. Para esse autor, a região é vista como subalterna e, portanto, à disposição dos regimes de acumulação vigentes. A fim de colonizar uma vez mais o território, o arcabouço técnico-científico-utilitarista eurocêntrico é mobilizado, legitimando uma racionalidade econômica que serve aos interesses do Norte. De acordo com Atilés-Osoria (2013), o colonialismo ambiental já não se limita ao exercício do biopoder sobre o território, incluindo uma estrutura sociopolítica e jurídica que dá viabilidade à exploração consentida da natureza e de quem ali vive.

A administração e o controle da natureza, sustentados pelo conhecimento técnico-científico ocidental, são expressões da colonialidade (MIGNOLO, 2017) que não podem ser ignoradas. Unger (2011, p. 28) recorda que “todos, até os mais subjugados, têm o poder de subjugar as forças da natureza”, destacando a extensão e a gravidade que caracteriza a exploração do meio ambiente.

Nesse sentido, Green (2013) observa que o exercício da colonialidade não é algo que ocorre apenas entre países ditos “desenvolvidos” e aqueles chamados “em desenvolvimento”¹⁸. Na tentativa de viver como

18 Essa dicotomia aparece de formas diferentes na revisão bibliográfica empreendida: Norte Global x Sul Global; países ricos x países pobres; países desenvolvidos x países em desenvolvimento. Embora as expressões sejam usadas no corpo do texto, ressalta-se a crítica ao entendimento do que realmente é desenvolvimento ou riqueza, visto que tais expressões são oriundas do

o Norte Global, as elites do Sul tendem a reproduzir o modelo ecodestrutivo e insustentável, aplicando a lógica da colonialidade internamente, o que faz com que sujeitos mais vulneráveis se tornem subservientes e recursos naturais do próprio território passem a ser explorados em favor de uma minoria. O colonialismo ambiental funciona como um sistema ideológico de exploração, operado de modo planejado, legitimado e com o consentimento das elites nacionais (ATILES-OSORIA, 2013).

Ainda segundo Green (2013), é esse alargamento de ações exploratórias sem fim que levará à autodestruição da espécie e à crise planetária; afinal, o crescimento contínuo, chamado de progresso ou desenvolvimento, depara-se com os limites do planeta. A racionalidade moderna forjou um mundo insustentável, repleto de injustiças e destruição. Contudo, a crença de que a técnica tudo resolverá segue encorajando a humanidade em busca de mais progresso, ainda que agrave os problemas ambientais. O pensamento tecnocrático é parte dessa ideologia capitalista que se enreda na colonialidade.

A perspectiva colonial reduz a natureza a recurso natural, gerando uma ruptura entre as relações sociedade-natureza existentes. E o conhecimento trazido pelo Norte Global promove a desvalorização e a negação das formas de existir e compreender o mundo daqueles que se percebem como parte do ambiente. Assim, os problemas ambientais são associados ao Outro e relacionados à falta ou ausência dos atributos oriundos da modernidade. Dessa forma, as soluções só podem emergir do Norte, recobertas pela possibilidade da salvação; isso é verificável em documentos internacionais que proclamam que o Sul seja auxiliado na proteção de seus recursos por meio de transferência de financiamento e tecnologias do Norte (ESPINOZA, 2016).

O discurso técnico-científico, pretensamente neutro e universal, tem sido instrumentalizado para sustentar um sistema classificatório colonial, no qual o Sul Global é visto e entendido como não civilizado, como um espaço vazio e bruto a ser domesticado. Martins e Espinoza (2018, p. 92) explicam como se dá esse processo:

pensamento eurocêntrico hegemônico.

O debate técnico acaba por assumir essa referência de modernidade na temática ambiental e, ao tomar esse papel, opera também como um elemento de marginalização das outras formas de percepção da temática. Ou [...] trata-se de um sistema de construção da realidade que não pode ser desvinculado do processo de desumanização dos sujeitos portadores de saberes que não respondem (ou dialogam) com sua lógica.

Para além da mudança radical da relação do sujeito com o seu lugar de existência, a separação da relação homem-natureza também redefiniu o conceito de trabalho. A desumanização dos homens, realizada a partir de uma episteme colonial, transformou-os em mercadorias (MIGNOLO, 2017).

A crítica a essa episteme colonial visa um olhar mais heterogêneo, plural, cooperativo e dialógico sobre o lugar no qual vivemos. Para Leff (2016), descolonizar o Sul exige desconstruir o conhecimento do Norte a fim de permitir que novas compreensões do mundo, mais plurais, tenham espaço. Unger (1991), ainda que não fale diretamente sobre a questão colonial, expõe como o controle do corpo, da mente e do meio ambiente são vistos como manifestações do poderio da humanidade. Para ela, existe um entendimento de que o homem é superior e de que a natureza serve aos interesses humanos, reforçando uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista em relação ao ambiente. Porém, é possível observar de outro modo: “[...] a Natureza serve e atende ao homem não porque subalterna, mas porque superior, porque tem para dar. Neste dar de Si, a Natureza revela o Sagrado no seu aspecto maternal de nutrir e proporcionar vida” (UNGER, 1991, p. 90).

A crítica à visão eurocêntrica é acompanhada da revalorização dos conhecimentos locais, tradicionais, populares, até agora depreciados e negados. Sousa Santos (2010) defende a ecologia de saberes e Leff (2016), o saber ambiental, ambas perspectivas que derivam da criatividade e pluralidade dos povos que habitam os territórios do Sul e que contestam a supremacia da racionalidade moderna. Unger (1991) aponta a necessidade de pensar em rede, de conectar aquilo que a dinâmica

produtivista da modernidade separou para melhor dominar. Para ela, o pensamento ecologista expressa essa necessidade de considerarmos outros valores – e não apenas aqueles dominantes.

Encontro do debate colonial com o jornalismo ambiental

Jornalismo ambiental é mais de que uma especialização jornalística, pois mescla o papel social do jornalismo às características interdisciplinares do campo ambiental (LOOSE; SOUZA-LIMA, 2013). A questão ambiental não é apenas um assunto ou pauta, mas uma espécie de lente com a qual compreendemos o lugar em que estamos. Na prática jornalística, esse modo de observar e interagir altera a forma de selecionar os fatos, interpelar as fontes e escrever os relatos, pois o *modus operandi* do jornalismo hegemônico é insuficiente e redutor, justamente por ser calcado na fragmentação, na simplificação e na priorização de fontes com poder econômico, político ou social segundo a perspectiva da modernidade.

Seis elementos são centrais para as práticas do jornalismo ambiental. Os três primeiros enfatizam a contextualização para relações de causa e efeito sejam expostas assim como as de diferentes campos sociais, buscam romper com o pensamento único dando espaço à pluralidade de vozes, e assimilam o saber ambiental, o que implica uma virada na abordagem da matéria jornalística. O quarto elemento volta-se para a cobertura constante das questões ambientais a fim de levar os leitores a sentirem-se parte do problema e de seu enfrentamento. Os dois últimos estão comprometidos com a capacidade de articular as conexões entre ambiente e as demais áreas e instituições sociais, como a economia, a política etc., de modo a, para fechar a lista, colaborar com a mudança na forma de pensar a questão ambiental (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018).

Esses pressupostos articulam saberes do jornalismo às leituras críticas sobre meio ambiente, incluindo autores como Fritjof Capra, Edgar Morin, Nancy Mangabeira Unger e Enrique Leff (GIRARDI, 2018). Note que

jornalismo de/sobre meio ambiente não é o que chamamos de jornalismo ambiental, pois a mera cobertura de temas ambientais sem a adoção da episteme ambiental, de uma visão ecológica e do comprometimento do jornalista com o cuidado com a vida não corresponde à prática consciente e transformadora que caracteriza o jornalismo ambiental.

O norte-americano Michael Frome adverte em sua obra que o jornalismo ambiental parte de uma consciência diferente daquela predominante. “Ele é mais do que uma forma de fazer reportagens e escrever, mas uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio. Ele começa com um conceito de serviço social, dá voz à luta e às demandas e se expressa com honestidade, credibilidade e finalidade” (FROME, 2008, p. 60). Wilson Bueno (2007, p. 17), um dos precursores da discussão no Brasil, também destaca o “[...] caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas” que esse jornalismo carrega. Além disso, ele aponta três funções específicas desse jornalismo: a informativa, a pedagógica e a política, demonstrando que, mais do que produzir conteúdo bem contextualizado, os interesses perpassam os campos da educação e da mobilização ou exercício da cidadania.

Complementarmente, Girardi (2018) observa que o papel do jornalismo não está apenas no âmbito da informação, mas também da formação para que os sujeitos possam exercer sua cidadania. É por adotar essa postura engajada, de compromisso com a sustentabilidade da vida, que o jornalismo ambiental não é imparcial ou neutro com questões que envolvem a degradação do lugar onde vivemos, assim como o jornalismo, de maneira geral, não o é (ou não deveria ser) com temas que envolvem corrupção, escravidão e outros assuntos que violem a dignidade humana.

Para Sierra Caballero (2016, p. 15), é preciso que se percebam os confrontos entre meio ambiente e crescimento econômico que o pensamento hegemônico tenta mascarar: “Plantear toda crítica de la mediación periódica desde el problema ambiental pasa por el antagonismo contra la lógica del capital que captura la información, la vida social y, por supuesto, la naturaleza”. Ele defende um jornalismo militante em prol da proteção da *Pachamama*, que acolha a justiça social e seja transversal.

O jornalista precisa ser mesmo militante, de forma a desmascarar os acordos e interesses do capitalismo (BUENO, 2007). Oliveira (2017, p.209), mesmo não se detendo nas especificidades do jornalismo ambiental, defende que o jornalista deve tomar o partido dos segmentos sociais oprimidos e que isso “[...] não significa empunhar bandeiras na redação, mas procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há essa relação de opressão e que é necessário superá-la”. Trata-se, portanto, de um posicionamento a favor do interesse público – e o meio ambiente é, ou deveria ser, uma preocupação coletiva, pois envolve a sobrevivência de todos.

Assim, o jornalista precisa se desprender do papel de “mediador neutro”, internalizado pelo jornalismo hegemônico em razão dos valores da modernidade; afinal, esta ideologia da neutralidade serviu e ainda serve aos interesses capitalistas. Para Mendes Pereira (2014), o caminho de construção do jornalismo ambiental ainda é longo, mas já é possível ver o jornalista como um tradutor entre saberes, exigindo uma perspectiva intercultural e não binária, de modo a desestruturar a linha abissal, como defende Sousa Santos (2007).

O que parece mover jornalistas da área ambiental é a ideia de que se pode transformar nossa relação com o ambiente, de que não somos meros reféns de uma concepção única de mundo. Frome (2008) percebe o Jornalismo Ambiental como uma forma de revelar às pessoas aspectos que ultrapassem a visão econômica estreita, presa ao lucro, apontando outros caminhos possíveis. A concepção originária do jornalismo, de prestar informações que possibilitem a autogovernança das pessoas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004), reveste-se, a partir do olhar ambiental, de uma missão para que os cidadãos assumam sua cidadania planetária (BACCHETTA, 2000) de modo a participar e decidir sua forma de vida na Terra.

Embora o jornalismo tradicional e hegemônico se consolide na modernidade e se articule a partir de seus princípios, é possível dizer que, ao longo do tempo, muitas práticas jornalísticas questionaram e criticaram sua lógica, como, por exemplo, o chamado jornalismo alternativo, que defende que o serviço prestado não deve ser orientado pela

lógica capitalista. Contudo, dentre as formas contestatórias de jornalismo, é o jornalismo ambiental que, de maneira mais ampla, tenta desconstruir a epistemologia moderna, procurando dar visibilidade aos saberes e sujeitos não reconhecidos pelo pensamento técnico-científico e propondo uma prática engajada a favor da vida. Isso porque “a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento” (LEFF, 2009, p. 18). Assim, a mediação jornalística é indissociável dessas muitas crises que envolvem o colonialismo e o capitalismo em suas múltiplas formas de dominação, sendo necessária uma revisão ampla, como explica Sierra Cabellero (2016, p. 17):

A descolonização do saber e do poder informacional supõe [...] descolonizar nossas visões sobre ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento; que, direta ou indiretamente, permeiam os processos de modernização implícitos no discurso ideológico da destruição criativa. Essa desconstrução dos padrões e modelos do saber [...] deve começar por abrir linhas de reflexão, como o ecofeminismo e outras formas profundas de conexão com a natureza que a narrativa moderna do jornalismo tem bloqueado dos espaços de falar em público.

É em função dessa interface forte com a questão ambiental, na qual o jornalismo se transmuta para questões que vão além de sua própria lógica, incorporando outras lentes para ver o mundo e compreendendo os limites impostos pelo pensamento moderno no exercício da profissão, que a crítica colonial também emerge, seja porque a natureza pode ser vista como um dos domínios da matriz colonial (MIGNOLO, 2017), seja porque as relações entre sociedade e natureza, centro da discussão do jornalismo ambiental, são permeadas de processos que remontam à colonialidade.

Os estudos sobre a questão colonial realizam aproximações pontuais com o campo da Comunicação, do qual faz parte o jornalismo. Os estudos da Comunicação e os estudos culturais por muito tempo trilham caminhos convergentes no contexto latino-americano.

A contestação a respeito do imperialismo e da dependência, assim como do neodeterminismo tecnológico, são pontos comuns, embora, para muitos pesquisadores decoloniais, predomine a visão simplista e maniqueísta da área, a partir de um viés funcionalista, desconsiderando, por exemplo, os processos de ressignificação realizados pelas audiências. Também há pontos divergentes do lado da Comunicação sobre o debate colonial, mas muitos reconhecem, como afirma Valencia Rincón (2012, p. 163): “[...] um lado obscuro da modernidade e uma maneira múltipla, alternativa de existência que perdura no nosso contexto e que dá esperança a quem acredita noutras formas de viver e de conviver”.

Torrico Villanueva (2018) afirma que, mesmo sendo o campo da Comunicação construído sob bases ocidentais, no contexto da expansão da modernidade, desde os anos 1960, na América Latina, há três elementos que perpassam o pensamento da área: a crítica ao *establishment* teórico e prático, a preocupação com o interesse público e as relações com um futuro democrático. Tais elementos aproximam-se do projeto decolonial, que conta com influências importantes, como Antonio Pasquali, Paulo Freire, Luis Ramiro Beltrán e Jesús Martín-Barbero, referências para desconstruir e propor alternativas à comunicação vertical e instrumentalizada, que é dominante.

No campo profissional isso também se reproduz. Oliveira (2017) destaca que o surgimento do jornalismo está associado à consolidação da democracia, à emancipação dos sujeitos, ao esclarecimento (no sentido iluminista); mas, ao ingressar na fase da mercantilização, a atividade passa a ter uma lógica de entretenimento midiático e, a partir de 1980, a existir em um cenário de concentração global dos meios de comunicação, colaborando com a manutenção do *status quo*. Para Oliveira (2017, p. 113),

[a] espetacularização da realidade transforma, silenciosamente, os critérios de noticiabilidade. É por essa razão que hoje é difícil articular ideias como o papel fiscalizador dos poderes, de defesa do interesse público e outros valores éticos da democracia com a atividade jornalística.

Essa mudança no que se entende por jornalismo é decorrente da pressão de forças capitalistas, que negam a ideia de mediação em prol das imediatidades que distraem. Há muitos tipos de silenciamento, que podem ser vistos como um mecanismo de opressão, frutos de um passado colonial, cuja tradição é marcada pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo (OLIVEIRA, 2017). Esses silenciamentos podem ser facilmente articulados às lógicas de produção de não existência, observadas por Sousa Santos (2007), que asseguram a manutenção da linha abissal.

Diante disso, o ponto de partida da comunicação/jornalismo decolonial está na compreensão crítica do momento em que se começa a violência colonial, ou seja, quando a negação da humanidade de uns (desumanização) é imposta pela suposta superioridade de outros e há uma divisão abstrata entre Norte e Sul dentro das sociedades (TORRICO VILLANUEVA, 2018).

Assim, o olhar decolonial da Comunicação está centrado na busca por uma comunicação que humaniza. De forma mais específica, os jornalistas ambientais afastam-se das premissas do jornalismo hegemônico, comprometendo-se com a sustentabilidade da vida e com o respeito ao outro, à diversidade e à multiplicidade de saberes e seres. Mesmo ainda sendo um jornalismo que atua nas brechas do sistema, mobiliza-se para alertar as pessoas a respeito da crise ambiental em curso e das saídas possíveis para vivermos de outro jeito.

Discursos sobre as mudanças climáticas

A questão climática nasce dominada, em grande parte, pelos discursos científicos. Logo, porém, extrapola para os campos político, econômico, midiático, ambiental, dentre outros. Apesar de os cientistas serem fundamentais para explicar, entender e projetar as consequências das MCs, e de já contarmos com elevado grau de consenso na comunidade internacional representada pelo IPCC, o enfrentamento da emergência climática depende de uma ação coletiva, por ser um problema público, relacionado a cada indivíduo e a cada sociedade (CARVALHO, 2011), com efeitos de alcance global e intergeracional. Além disso, já há um entendimento de que a crise climática nada mais é que a consequência, em grande escala, do tipo de desenvolvimento predatório adotado e defendido até hoje. Todavia, os problemas climáticos são frequentemente representados com algo à parte, isolados de suas causas, e até tomados como algo inevitável.

Embora falar de MCs não soe mais estranho, graças à contínua mobilização de cientistas, ativistas e divulgadores (sim, atores políticos e econômicos continuam respondendo aquém da urgência requerida), há uma série de disputas discursivas que tornam o tema distante e complexo demais para a maioria da população. Ainda que, cientificamente, haja um consenso sobre a contribuição da humanidade para a intensificação das MCs, muitos ainda acham difícil assimilar que o homem seja capaz de alterar nesse nível o funcionamento da Terra.

Somados a essa percepção de pequenez diante do tamanho do problema (seja de suas causas, seja de suas consequências) estão os interesses econômicos que sustentam o mundo político-social.

Reconhecem-se os riscos e os efeitos negativos da emergência climática, mas ainda se entende que é precipitado realizar mudanças de grande envergadura. A falta de vontade política para modificar um sistema que tanto beneficia setores poderosos da economia global e permite manter as estruturas sociais como estão ainda conta com a disseminação de *lobbies*, que caminham na direção contrária da real sustentabilidade. Também há grupos disputando oportunidades de mercado verde, alinhadas com medidas que podem ser consideradas paliativas, porque não mudam, de fato, a causa do problema:

As empresas ligadas à economia de alto carbono – isto é, de uso intensivo de combustíveis fósseis e alta emissão de gases estufa – jogam pesado e investem muito no adiamento de decisões de mudança, no combate às evidências que mostram necessidade de ação rápida e radical. As empresas que já usam tecnologias limpas querem decisões rápidas, para que não sejam as únicas a pagar o custo da transição. Sabem que serão mais competitivas em uma economia de baixo carbono, de energias renováveis e baixas emissões de gases estufa. [...] Dos dois lados, portanto, há interesses em jogo, choque de reputações, ambições por prestígio, influência, notoriedade e poder (ABRANCHES, 2010, p. 40-41).

Como o desafio climático exige uma revolução, em diferentes áreas, há inúmeros motivos e interesses que se posicionam frente a ele. A própria ciência propaga discursos mais ou menos radicais, a depender do aspecto em evidência. O IPCC, por exemplo, é visto por uns como muito alarmista, e por outros como conservador (ANGELO, 2016).

As MCs assumiram um certo protagonismo em relação a outras problemáticas ambientais, já que sua discussão científica e política, sobretudo, vem recebendo atenção midiática internacional desde o fim dos anos 1980, com momentos-chave de atuação. Logo, os *media* acabaram se tornando um espaço de disputa em que se confrontam propostas, perspectivas e visões de mundo (CARVALHO; *et al.*, 2011).

Considerando a abundância e o fluxo contínuo de informações na contemporaneidade, a imprensa acaba sendo também um espaço para combater a desinformação e os discursos negacionistas, que tentam fazer acreditar que a crise climática não é algo tão sério ou que exija uma resolução imediata por parte da humanidade. Cabe ao jornalismo informar a população a partir das evidências científicas já extensivamente documentadas e expor ao público as ligações que conectam os interesses financeiros com a discussão climática. Taibo (2019, p. 165) afirma que tais discursos, mesmo que possuam variações, distorcem as constatações científicas em prol da manutenção dos lucros, usando diferentes alegações:

[...] as empresas implicadas têm mudado a argumentação: se primeiramente negaram que houvesse limites no planeta, mais adiante sugeriram que estes limites existiam, mas estavam muito longe, para depois assinalar que o mercado e as tecnologias permitiriam enfrentar os problemas, e concluir que a única solução segue sendo o crescimento econômico, que nos proporcionará os recursos para encarar esses problemas.

Ao tratar das narrativas das MCs, Wallace-Wells (2019) chama a atenção para o enfoque apocalíptico, devastador e ameaçador (reportado no tempo futuro) muitas vezes reproduzido pela imprensa, e o problema relacionado ao herói e vilão da história – afinal, a humanidade está simultaneamente nos dois lados. Também nota que há algumas histórias que desviam a atenção do verdadeiro problema climático, como a proibição dos canudos plásticos, que leva a atenção do público para algo concreto e de fácil controle, bem diferente do que acontece com a crise climática. Um exemplo desse diversionismo é o caso de Ruanda, que, para assumir compromissos com a agenda ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), destinou seus esforços ao combate das sacolas plásticas – como se a exploração de minério ou a desertificação e erosão do solo não fossem parte de sua realidade. O neoliberalismo encoraja a fiscalização de algumas

questões, a ponto de serem alteradas e consideradas inconcebíveis, enquanto, tendo em vista o crescimento econômico, não faz questão que a sociedade enxergue que o cerne dos problemas esteja na exploração, no extrativismo ilimitado. Mais do que uma teoria econômica, o neoliberalismo deve ser visto como um discurso hegemônico de um modelo civilizatório (LANDER, 2005), englobando relações que extrapolam a disciplina da economia.

Moreno (2016) afirma que as políticas de combate às MCs, o comércio de emissões de carbono e o pagamento de ativos ambientais estão no repertório da economia verde, que se configurou em uma “potente narrativa unificadora” entre diferentes atores para que novos negócios surgissem em paralelo aos já existentes e que deixam grandes rastros de destruição. Segundo a autora, o valor da água e do ar limpos e da biodiversidade só faz sentido, dentro do sistema vigente, quando há falta. Dessa maneira, os recursos naturais passam a ser precificados, justamente porque simultaneamente existe uma economia marrom, poluidora, que continua gerando o perecimento de bens comuns.

Essa discussão pode ser encarada de acordo com duas perspectivas antagônicas de meio ambiente, nas quais as mudanças climáticas podem ser examinadas: a antropocêntrica e a biocêntrica (MOERNAUT; MAST, 2018). No primeiro caso, o homem (branco, heterossexual, ocidental) é posto como epicentro da vida e a natureza é vista como recurso disponível para melhor satisfazê-lo (essa é a ideologia da colonialidade e da sociedade industrial-capitalista). Já a visão biocêntrica ou ecocêntrica tem a vida (humana e não humana) no centro; de acordo com essa perspectiva, não apenas somos parte da natureza, como nossos valores passam a ser outros, orientados pela interdependência e diversidade de formas de ser e existir.

Essas ideologias disputam os entendimentos e as soluções propostas para a crise climática. Sob a visão antropocêntrica, as MCs são um problema global que será solucionado por meio de novas tecnologias, como a geoengenharia, ou por alternativas gerenciais, como a eficiência energética e a precificação do carbono – ou seja, parte de um pensamento reformista, que enquadra o desafio climático dentro

da economia verde¹⁹, produzindo políticas e mecanismos capazes de conciliar o modelo vigente com a proteção da natureza – sem romper com o seu sistema econômico predatório, gerador desse problema (e muitos outros). Por outro lado, a visão biocêntrica ou ecocêntrica é associada ao pensamento radical, que é voltado para os aspectos locais e não dominantes, reivindicando uma mudança na nossa forma de nos relacionarmos com a natureza. Ela questiona o modelo explorador presente na colonialidade e no capitalismo.

Aqui cabem dois apontamentos relevantes para o entendimento das práticas sociais e discursivas associadas ao clima: o arcabouço da ONU relacionado ao ambiente e a noção de Antropoceno, ambos bastante utilizados para reproduzir o pensamento hegemônico de que é possível realizar ajustes no sistema estabelecido para que ele continue funcionando.

Em relação à ONU, Tornel (2019) lembra que o pensamento reformista é uma constante internacional, atualizada sob diferentes nomenclaturas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deixam claro o esforço de somar aspectos que, da forma como são colocados, não se mostram compatíveis:

[...] a agenda internacional que serve de guarda-chuva para o trabalho das Nações Unidas mantém e continua priorizando o crescimento econômico como um de seus objetivos [...]. Essa obsessão em manter o crescimento econômico tem sido um dos principais aceleradores do aquecimento (TORNEL, 2019, p. 30, tradução nossa).

O discurso hegemônico, que se dobra aos interesses econômicos, observa a inclusão de ações para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e enfrentar as MCs, mas sem romper com o modelo predatório causador das desigualdades e crises ambientais. Diante

19 Proposta que tenta compatibilizar ações ambientais no escopo do sistema capitalista, assegurando que somente por meio de mecanismos de mercado, desenvolvimento da ciência e da inovação tecnológica se poderá alcançar a sustentabilidade (TORNEL, 2019).

dos desastres e das perdas decorrentes da ausência de controle do clima, transforma-se o risco (e a tragédia) em oportunidade. Se o novo cenário é marcado pelas mudanças do clima, o capitalismo incorpora a preocupação climática à sua maneira.

Já a respeito do termo “Antropoceno”, amplamente disseminado como a demarcação de uma nova era geológica caracterizada pela interferência humana, associado às MCs em razão da queima de combustíveis fósseis (e consequente emissão de GEE) e transformado em uma nova narrativa sobre a catástrofe planetária (CARRANZA, 2019), há uma série de questões em debate. Ao mesmo tempo que pode alertar para a ameaça que a humanidade representa para si e para o planeta, a palavra reforça esse papel de domínio ou conquista sobre a natureza (WALLACE-WELLS, 2019). Outro aspecto é a universalização: a humanidade passa a ser responsável por essa mudança de era, apagando as desigualdades historicamente presentes nos processos exploratórios e que geram vulnerabilidades e capacidades de resposta muito diversas. Segundo Tornel (2019, p. 56, tradução nossa),

[...] todas e todos foram, são e serão responsáveis pelo Antropoceno, quando, na realidade, as particularidades da história e das relações de poder em momentos como o mercantilismo, o colonialismo e o capitalismo, impõem necessariamente diferentes graus de responsabilidade a distintas sociedades, países e histórias.

Assim como o discurso da globalização, o uso do termo Antropoceno silencia as assimetrias e as relações dominantes. A fim de explicitar que essa nova era foi provocada pela forte ação de alguns homens e grupos de interesse – e não todos – Moore (2016 *apud* TORNEL, 2019), propõe-se a substituição da nomenclatura por *Capitaloceno* (a era do capital), na tentativa de sublinhar os efeitos do capitalismo. Com isso, a responsabilidade passa a ser das elites globais, que percebem as consequências negativas do capitalismo como inevitáveis. Logo, é preciso entender que o conceito de Antropoceno pode remeter, segundo Tornel (2019, p. 58), a “[...] una narrativa apolítica y ahistórica que sirve como una propuesta

para legitimar el sistema del capitalismo y expandirlo a una mayor profundidad”. A ideia de Capitaloceno busca sublinhar o processo histórico do capitalismo e suas articulações com o colonialismo e a globalização.

Antropoceno também pode ser substituído por “Antropo-Obsceno” (SWYNGEDOUW; ERNSTSON, 2018 *apud* CARRANZA, 2019), por negar o caráter político das MCs, aprofundando o capitalismo sob a justificativa de que não há outra saída. Carranza (2019, p. 96, tradução nossa) explica:

Dado que o Antropoceno oculta as possibilidades de ação política e opta por esquemas como o ecodeenvolvimento, a inovação tecnológica e a geoengenharia – todas elas fundamentalmente englobadas pelo mercado –, seu discurso resulta politicamente vazio. Nesse contexto, os dispositivos tecno-administrativos que buscam eco-remédios para a crise atual entraram no vocabulário de atores privados e governamentais, onde são aceitos como a salvação definitiva do planeta.

O debate encontra ainda outras vertentes, mas o que se quer aqui é chamar a atenção para a renovação de um discurso embasado na mesma racionalidade econômica e respaldado em argumentos tecnocientíficos. Há uma série de críticas em relação ao termo, mas é importante ter em mente que Antropoceno não apenas designa uma era geológica, mas também, segundo Tornel (2019, p. 59): “[...] representa un discurso hegemónico, tecnocrático, patriarcal y humano que rige nuestras relaciones con la naturaleza”. Podemos, porém, usar o conceito como um alerta de que a humanidade conseguiu transpor um limite perigoso. Svampa (2019) faz uma leitura crítica, que nos faz rever a lógica do capital neoliberal e do que se assume por desenvolvimento. Assim, considerando o Sul Global, a socióloga argentina coloca a expansão das fronteiras de *commodities* e do neoextrativismo²⁰ como indissociável da discussão sobre o Antropoceno.

20 Nova dimensão do extrativismo que surge no século XXI, orientada para a exportação de bens primários em larga escala, que inclui hidrocarbonetos, metais e minerais e *commodities* agrícolas.

E há ainda as narrativas do medo e da esperança em relação às MCs (WALLACE-WELLS, 2019). Amplificar os riscos e consequências da intensificação do clima podem paralisar ou mesmo gerar apatia, considerando o que se pode fazer individualmente ante a um desafio planetário. Estudos sobre comunicação das MCs são cautelosos quanto aos efeitos de mensagens assustadoras, que provocam medo; afinal, as percepções de risco de cada grupo ou pessoa diferem muito (BALBÉ; LOOSE, 2020). Entretanto, igualmente difícil é prever a reação a discursos mais positivos, esperançosos – ainda que isso pareça ser mais frutífero do que persistir na tecla de que se aproximam, cada vez mais, desastres, eventos extremos e situações negativas decorrentes das mudanças do clima.

Causas e consequências das mudanças climáticas

A principal causa da intensificação das mudanças climáticas é a grande quantidade de GEE, especialmente o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O), que são emitidos globalmente pelas atividades antropogênicas, uma externalidade negativa decorrente do modelo econômico hegemônico (BÁRCENA; *et al.*, 2020; IPCC, 2013). Tais gases possuem potencial de aquecimento global (GWP, na sigla em inglês) diferentes: enquanto o dióxido de carbono tem 1 (mas é o que ocorre em maior quantidade), o metano tem 21 e o óxido nitroso tem 310. Isso significa que o metano absorve cerca de 21 vezes mais radiação infravermelha do que o CO_2 , enquanto o óxido nitroso absorve cerca de 310 mais em comparação ao CO_2 , considerando o horizonte de tempo de 100 anos. Essa é a abordagem mais usual para determinação do carbono equivalente²¹.

Essa discussão não pode ser desvinculada do modelo de desenvolvimento extrativista e predatório que está no cerne da modernidade e de suas lógicas colonialista e capitalista. Afinal, enquanto se sustenta o sistema econômico em atividades que comprometem a saúde,

21 Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/metodologia/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

a segurança hídrica, energética e alimentar, colocando a humanidade à mercê de eventos climáticos extremos e conflitos decorrentes da escassez de produtos básicos e do agravamento das desigualdades sociais, está se perpetuando e amplificando a crise climática.

Segundo Svampa (2019), a expansão do neoextrativismo na América Latina não gerou apenas maior reprimarização das economias; a desvalorização das matérias-primas produziu também um déficit nos países dependentes das *commodities*, que acabou incentivando a ampliação das fronteiras para tais atividades (e consequente aumento das emissões de GEE) e a contração de dívidas, o que se revela uma espiral perversa de dependência, degradação ambiental e aumento das violências sociais.

Países ricos em recursos naturais parecem condenados a um determinismo geográfico e ecológico no qual se sobrepõe o “paradoxo da abundância” ou a “maldição dos recursos naturais”, tornando explícita a necessidade de exploração para se alcançar o tão almejado desenvolvimento já obtido pelo Norte Global. É como se o “excesso de natureza” fosse responsável pelas desigualdades e mazelas sociais mapeadas nesses países hoje – e não o processo colonialista, instaurado pelos países ditos desenvolvidos, que continuam extraindo e subjugando o que encontram.

A imposição de modelos de desenvolvimento insustentáveis em grande escala, que resultam em destruição dos territórios em prol de lucros para uma elite, está diretamente associada aos efeitos climáticos já percebidos. No Brasil, observamos que tais conexões ganham corpo no debate climático, principalmente porque a devastação dos biomas brasileiros para produção de *commodities*, como soja e carne, está diretamente relacionada com as nossas emissões.

De acordo com o relatório de análise das emissões brasileiras (ALBUQUERQUE; *et al.*, 2020), os impactos gerados pela mudança do solo, atrelados ao desmatamento, representam 44% das emissões e, em segundo lugar, está o setor agropecuário, com 28% do total de emissões, fortemente associado ao rebanho bovino. O que Safran Foer (2020) chama de agricultura animal é o que mais impacta, pois,

além de estar, em parte, associado do desmatamento da Amazônia, a pecuária é a principal fonte de emissões de óxido nitroso (emitido pelos dejetos animais e também pelos fertilizantes aplicados no cultivo de espécies para ração) e de metano, decorrente da fermentação entérica (processo digestivo natural que ocorrem em animais ruminantes, como o gado). Dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG 8) confirmam que a atividade rural (direta ou indiretamente) foi responsável por 72% das emissões do Brasil em 2019 e que, dentre as atividades do setor, é a pecuária de corte que responde pela maior parcela de emissões (62% do setor).

Lahsen (2017) fez uma análise da cobertura das MCs em três importantes jornais hegemônicos (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *Valor Econômico*), de 2002 a 2010, a fim de identificar o nexo realizado entre clima e consumo de carne no Brasil. Entre os resultados, o apagamento ou esvaziamento da questão da produção da carne – o problema climático estava associado muito mais ao consumo de energia, mesmo que esta representasse uma fatia bem menor de emissões em comparação com o que ocorre na agropecuária. A autora informa que, mesmo sendo essa uma relação pouco explorada de maneira geral, as informações relativas aos impactos da cadeia da carne são significativamente menores aqui, apesar de sua importante contribuição como fonte de emissões de GEE no Brasil – o que não acontece em outros países. Tal silenciamento parte de um contexto político-econômico, no qual o governo e as elites brasileiras, que detêm os meios de comunicação, são também empresários que lucram com a cadeia produtiva da carne. Passados dez anos, o debate sobre o papel da carne no agravamento das MCs ainda é pouco comum.

Salientamos ainda que a emissão de GEE é muito desigual: mais da metade das emissões industriais desde 1988 procedem de 25 empresas ou organizações estatais (CARBON MAJORS, 2017). Em relação aos países, também há uma grande diferença, mesmo entre os principais emissores: no *ranking* do Global Carbon Atlas (2019), o Brasil ficou na 14ª posição em 2018, mas suas emissões representam somente 5% do total emitido pela China, a maior emissora de CO₂ do planeta. Mesmo dentro de um mesmo

país, as diferenças setoriais, regionais e de acesso a determinados serviços e produtos resultam em pegadas de carbono discrepantes.

Na América Latina e no Caribe, o estudo da Cepal indica que apesar de os países da região emitirem somente 8,3% do total mundial de GEE, eles são bastante vulneráveis aos impactos climáticos. Também os setores geradores das emissões se diferenciam quando comparados ao que causa o problema em escala global:

Setenta por cento das emissões mundiais vêm do setor de energia, enquanto na região a participação desse setor é de 45% e da agricultura e pecuária, 23% [...]. O fato de 19% das emissões na América Latina e no Caribe terem origem na mudança do uso do solo indica que existe um espaço importante para mitigar o desmatamento (BÁRCENA; *et al.*, 2020, p. 52, tradução nossa).

As diferenças no que se refere a causadores e afetados são replicadas em termos nacionais e regionais. As assimetrias, associadas às condições socioeconômicas disponíveis para responder aos problemas, são recorrentes nas diferentes escalas, sendo os mais pobres, que geralmente possuem menor pegada de carbono por conta do menor consumo, aqueles que mais sofrem com as consequências e que possuem menos chances de responder aos efeitos danosos da crise climática.

As MCs acarretam uma desarmonia geral no mundo como o conhecemos, com efeitos diretos e indiretos em todas as esferas da nossa sociedade. Os impactos são gerais, mas não acontecem de maneira linear ou igual em todos os lugares. Ainda que haja possibilidade de existirem alguns (poucos) setores agrícolas que possam se beneficiar com a mudança do clima, isso não ocorre na América Latina (BÁRCENA; *et al.*, 2020). Os chamados “efeitos positivos” das MCs, geralmente atrelados a oportunidades de novas atividades econômicas – como uma nova rota de transporte pelo Ártico ou a exploração de minérios em áreas que antes eram de difícil acesso por conta de um gelo hoje não mais existente – não são comparáveis ao volume de tragédias e prejuízos que os demais efeitos acarretam, atingindo a maioria da população terrestre.

O aumento médio de temperatura global já está acontecendo: um relatório publicado no começo de 2020, coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM)²², aponta que estamos quebrando vários recordes de calor: 2019 foi o segundo ano mais quente já registrado e a década de 2010-2019 foi a mais quente da história até então. O documento alerta que, a partir da década de 1980, as décadas têm sido mais quentes do que qualquer uma anterior desde 1850.

O nível do mar aumenta a um ritmo médio de 3,3 milímetros por ano, e na América Latina e Caribe houve um acréscimo de 2 a 7 milímetros por ano entre 1950 e 2008, sendo o norte brasileiro uma das regiões com maior registro (BÁRCENA; *et al.*, 2020). Essa alteração atinge não somente a infraestrutura costeira, mas também ameaça os ecossistemas marinhos, prejudica as atividades turísticas e pode provocar migrações e/ou deslocamentos.

Além disso, verifica-se um incremento na intensidade e frequência de eventos extremos, que resultam em desastres. De acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (UFSC, 2013), a incidência de desastres no país é decorrente principalmente do excesso e da falta de água (que ocasiona estiagens e inundações, enxurradas e alagamentos), fortemente conectados com as alterações climáticas. Outro estudo, que avaliou os danos materiais e prejuízos gerados por desastres no Brasil de 1995 a 2014 (UFSC, 2016), identificou que anualmente são reportadas perdas superiores a R\$ 9 bilhões, sublinhando a importância dos impactos econômicos relacionados a tais fenômenos.

Estudos voltados para os efeitos climáticos na América Latina e Caribe destacam que o setor agropecuário, do qual muitos desses países são dependentes, é particularmente sensível às MCs. Os impactos, entretanto, variam muito de região para região e das condições hídricas, tecnológicas e de solo de cada área. Como haverá mudanças nos regimes de chuvas, com períodos mais longos de estiagem, haverá escassez de água, que afetará a segurança alimentar, hídrica e, em muitos casos, energética. Também a saúde humana sofrerá, não apenas com a piora

22 Disponível em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/multi-agency-report-highlights-increasing-signs-and-impacts-of-climate-change>. Acesso em: 15 out. 2020.

na qualidade do ar e os efeitos das ondas de frio e calor, mas com a distribuição de vetores causadores de doenças como dengue e malária, por exemplo (BÁRCENA; *et al.*, 2020).

E há ainda a perda da biodiversidade, totalmente interconectada com o desequilíbrio climático. Conforme o estudo da CEPAL:

Na região, existem 5 dos 20 países do mundo com o maior número de espécies da fauna ameaçadas (Brasil, Colômbia, Equador, México e Peru), e 7 dos 20 com o maior número de espécies de plantas ameaçadas (Brasil, Colômbia, Cuba, Jamaica, México, Panamá e Peru) [...]. Isso significa que a biodiversidade já é vulnerável na região e está fundamentalmente ameaçada pela destruição de habitats e superexploração de espécies, ao que se somam os efeitos das mudanças climáticas sobre os biomas (BÁRCENA; *et al.*, 2020, p. 96, tradução nossa).

A perda da biodiversidade e a intensificação das MCs são problemas que se retroalimentam, fazem parte de um processo recursivo (SWAMPA, 2019), mas podem ser mitigadas, em parte, por meio das mesmas ações, sobretudo a conservação das florestas. A seguir, expõem-se algumas soluções vinculadas à adaptação e mitigação das MCs a partir da naturalização do projeto neoliberal (e, conseqüentemente, do entendimento de que não há alternativas fora do capitalismo), e outras que propõem ações mais radicais e questionadoras frente ao sistema hegemônico.

Alternativas para o enfrentamento

A crise climática pode ser abordada com múltiplos enfoques e diferentes protagonistas, a depender dos contextos e propósitos dos discursos. Hegemonicamente, estudos sobre a cobertura da imprensa *mainstream* mostram que a visão ecotecnocrática é predominante, especialmente quando os gatilhos das notícias são as COPs, em que os atores envolvidos tratam de interesses políticos e econômicos, assim como

a perspectiva científica calcada nos relatórios do IPCC (LOOSE, 2016; LEÓN; LARA, 2013; GIRARDI; MORAES, 2013). Além disso, o enfoque dos riscos ou a ênfase nas catástrofes também se torna uma opção para atrair a atenção dos leitores e, assim, agendar o debate público (LOOSE, 2016; ZCOLLI CARNEIRO, 2008). Há, ainda, o predomínio de aspectos globais, puxados pelas conferências e acordos internacionais, que retiram da escala local o protagonismo do enfrentamento e afastam a problemática do cotidiano da população.

As análises sobre a cobertura das MCs sinalizam para a falta de contextualização, omitindo tanto suas causas como suas consequências (LEÓN; LARA, 2013), assim como para o pouco espaço dado às questões locais (LOOSE, 2020) e para a dificuldade de expor ações e soluções tangíveis. Carvalho (2011, p. 236) mostra que o enfrentamento costuma ser apresentado de forma tecnogestionária, articulada com medidas regulatórias e, portanto, distantes do cotidiano da população: “no discurso mediático, a acção sobre as alterações climáticas é essencialmente associada ao *locus* global, das cimeiras políticas intergovernamentais, não estando ao alcance dos cidadãos”. E isso ocorre também através da divulgação dos relatórios do IPCC, que tendem a endossar medidas alinhadas com o pensamento dominante do Norte.

Em relação às políticas, os relatórios do IPCC tendem a repetir o que as instituições políticas mais importantes, como o Banco Mundial e o FMI, dizem sobre o “papel de liderança do setor privado” e a necessidade de ter incentivos, preços de carbono, um “contexto favorável para políticas ambientais” e de entregar “sinais de mercado de longo prazo (SWEENEY, 2018, p. 16, tradução nossa).

Essa abordagem é reproduzida, sem muitos questionamentos, pelo campo jornalístico. Um estudo de Heras Hernández (2013) sobre como a imprensa cobre as soluções para a crise climática identificou uma ênfase sobre a inovação tecnológica e a eficiência, em detrimento de “respostas de suficiência”, como consumo moderado (ou consciente)

e mudanças no estilo de vida. Essas questões estão associadas à mitigação do problema, enquanto a adaptação continua sendo pouco debatida.

Como esta pesquisa é voltada para os meios não hegemônicos, presume-se que outras ações de enfrentamento, alternativas às aquelas divulgadas pelos veículos hegemônicos, podem repercutir de forma mais frequente. Sendo assim, apresentamos brevemente algumas alternativas ou soluções oriundas do capitalismo sustentado pela colonialidade (ou aquelas que podem ser adotadas sem alterar de forma significativa o sistema vigente, também denominadas soluções para um crescimento econômico sustentável) e as orientadas desde uma perspectiva do Sul Global e, portanto, reivindicadoras de uma outra forma de agir diante das MCs, considerando uma governança de baixo para cima e de outras compreensões sobre o que é economia.

As respostas atinentes ao pensamento hegemônico são movidas, em grande parte, por um otimismo tecnológico e um entendimento de que é possível realizar algumas mudanças sem romper com a lógica e o sistema já conhecidos, reiterando a ideia de que há compatibilidade entre o sistema que devasta a natureza e a manutenção daquilo que não deveria ser destruído. Já as soluções não hegemônicas rejeitam esse modelo estabelecido, sustentando que o modelo hegemônico foi o responsável por colapsar o clima e colocar em risco a continuidade da vida.

Walker e King, em *O tema quente: como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas*, listam soluções econômicas e políticas para o enfrentamento da emergência climática, lembrando que sua adoção deve ocorrer em todos os níveis: pessoal, municipal e nacional. Inseridos no pensamento reformista, eles dizem que, mesmo considerando a gravidade do problema, a “[...] boa notícia é que muitas tecnologias de que precisaremos para frear os gases de efeito estufa já estão disponíveis ou em vias de” (WALKER; KING, 2008, p. 99). Dessa forma, indicam que é preciso usar energia de forma mais racional, substituindo as lâmpadas antigas por aquelas de baixo consumo, melhorando o isolamento térmico, economizando e até incentivando a microgeração de energia, readequando a mobilidade, combinando “[...] novas tecnologias de baixa emissão de dióxido de carbono, maior eficiência e o fornecimento

de alternativas atrativas que encorajem todos nós a abrir mão dos meios de transporte mais poluentes” (ibidem, p. 115), além de mudar a forma como se gera energia (hidroenergia, energia nuclear, eólica, solar etc.).

Ainda mais entusiastas das oportunidades de negócios oriundas das MCs, Lovins e Cohen, autores de *Capitalismo climático*, apresentam soluções direcionadas para a transição energética como um caminho para obter lucros. Movidos pela mesma ideologia, defendem que as empresas precisam incorporar a sustentabilidade para não perder a competitividade, sendo que a adesão à “[...] economia de baixo carbono é o segredo da lucratividade e sobrevivência” (LOVINS; COHEN, 2013, p. 267). O que nem sempre é dito é que para obter ganhos nessa direção é preciso que haja uma série de condições que ainda são projeções para o futuro. Sweeney afirma que hoje o potencial associado às energias renováveis é baixo, assim como o incremento da eficiência energética é lento, simplesmente porque a mudança não é motivada pela necessidade de enfrentamento do problema climático, e sim pela estimativa de retorno: “[...] simplesmente não há ganho suficiente ou ganho certo em energias renováveis para garantir que o potencial técnico dessas tecnologias seja alcançado” (SWEENEY, 2018, p. 22, tradução nossa).

Tais saídas, apresentadas como necessárias para responder à crise climática, são convergentes com os paradigmas do desenvolvimento sustentável, da modernização ecológica e da economia verde, adeptas de mudanças superficiais e que permitem a continuidade da economia capitalista, colonialista e superexploradora. Aqui a racionalidade econômica busca integrar elementos ambientais que possam ativar novos negócios, de modo a fortalecer o sistema dominante.

Ao adentrar no campo político, Walker e King (2008) observam que muitas mudanças não são incentivadas porque o preço do que se paga hoje desconsidera os danos ambientais – por exemplo, a externalidade negativa do uso dos combustíveis fósseis, como a emissão de GEE, que agrava a mudança do clima, não é levada em conta na hora de vendê-los. O sistema econômico atual é guiado para o crescimento sem limites (mesmo que os recursos sejam finitos) e não incorpora os impactos ambientais ou de saúde que eventualmente possam provocar.

Assim, as novas opções acabam perdendo competitividade. De todo modo, essa corrente ideológica acredita que a crise climática pressionará o mercado a agir de outra forma, tornando a descarbonização uma nova oportunidade para fazer a economia crescer.

Isso já está se desenhando na União Europeia, que, para se recuperar do período da pandemia de covid-19, defende a proposta do *Green Deal*, que quer reformular desde o sistema de transporte até a produção de energia e a agricultura, para diminuir suas emissões de GEE e, assim, avançar no enfrentamento climático. Contudo, analistas do pacto europeu alertam que é preciso avaliar a pegada de carbono europeia globalmente, considerando, por exemplo, as importações do continente, que costumam ser oriundas de países com regras ambientais bem mais flexíveis. Como a União Europeia é o segundo mercado importador de *commodities* agrícolas (atrás da China) e os acordos comerciais firmados nem sempre exigem o cumprimento de critérios ambientais, a Europa contribui para a cadeia de destruição, porém não considera tais impactos porque estão longe de seu território. Assim, leva crédito por suas políticas verdes de âmbito interno, mas terceiriza sua pegada de carbono para outros países, dependentes das exportações.

Outra maneira de surfar na onda climática é entrar no mercado de carbono. Negociar o quanto se pode emitir pode ser vantajoso tanto para quem emite demais quanto para países ou setores que ainda podem vender suas cotas por emitirem pouco. O fato é que, nessa perspectiva, “o capitalismo, os negócios e, na verdade, a ganância pura e simples são algumas das motivações mais poderosas para resolver o problema do clima” (LOVINS; COHEN, 2013, p. 265). Ou seja, a externalidade negativa, fruto do capitalismo fóssil, seria incorporada ao mercado, gerando mais uma opção de lucros. Moreno (2016) critica a precificação do carbono, dizendo que tal discurso mascara os conflitos de interesse, as injustiças e as próprias contradições da realidade. Para ela, contribuem para a adesão a esses mecanismos a ideia de que a ciência é apartada de ideologia, assim como a atuação de bancos e assessorias especializadas na formulação de diretivas e leis, tratando governos como se fossem empresas.

Apesar da ampla visibilidade que recebe tal mecanismo, ele é acusado de não estimular uma significativa redução de GEE. Além disso, a introdução de um preço para o carbono tem se mostrado um fracasso – dados do Banco Mundial mostram que, em 2017, apenas 15% dos GEE globais estavam sujeitos a preços e, quando eram precificados, 75% dos casos tinham um valor muito baixo (US\$ 10 ou menos por tonelada), acarretando um impacto aquém do esperado; para ser um fator que interfira nas decisões, esse preço deveria ser muito maior (SWEENEY, 2018).

A assimilação das MCs pela economia capitalista acaba por dar a falsa impressão de que existe uma preocupação genuína com os bens naturais, quando na verdade:

[...] a financeirização das florestas, ecossistemas e das chamadas “bases naturais” representa um incentivo perverso ao desmatamento e ao aumento das emissões, já que quanto menor a quantidade de determinado bem no mercado, maior seu valor econômico. Isto significa que quanto maior o desmatamento e as emissões de GEE com lucro para as atividades extrativas da “economia marrom”; menor a quantidade de florestas ou ar puro e, portanto, maior o valor do ativo ambiental negociado nos mercados de ações ou regulados, maior o lucro da economia verde financeirizada. Trata-se de mecanismo econômico *win-win*, que nada tem a ver com meio ambiente (GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM, 2019, p. 10).

Outra grande contradição (nem sempre explícita) é que para se adaptar ou reconstruir a economia de um país centrado no baixo carbono é necessário, antes, ter recursos para investir. Quem pode hoje fazer isso são as economias do Norte Global, que são também as que mais contribuem para o aumento das emissões. As soluções

[...] que de fato economizam dinheiro (tal como um melhor isolamento térmico das residências) tendem a ficar restritas aos países ricos, ao passo que soluções que custam dinheiro (tal como

a captura de carbono pelas usinas de energia indianas ou a prevenção contra o desmatamento no Brasil) recaem sobre as nações mais pobres, que são as que menos contribuíram para o surgimento do problema (WALKER; KING, 2008, p. 161-162).

A adaptação climática requer, na maioria das vezes, aportes financeiros significativos, como é o caso dos muros de contenção e barragens para proteger comunidades de inundações, enchentes e ressacas mais fortes, por exemplo. E tais obras, ainda que orientadas para minimização de danos, alimentam o *business as usual* ou o esverdeamento da economia tradicional (sustentada pela exploração do ambiente).

Ainda dentro desse viés ideológico, o peso da ação individual também é marcante – ou até o mais conclamado. Quem deve pressionar governos e indústrias somos nós, eleitores e consumidores.

Por meio das escolhas que fazemos sobre quase todos os aspectos das nossas vidas, precisamos orientar produtores e fabricantes ao longo de caminhos sustentáveis. Por meio das escolhas que fazemos na urna eleitoral e das pressões que exercemos sobre os nossos representantes locais e nas nossas comunidades, precisamos levar os políticos a colocar nosso país no caminho certo. Somos nós que temos a força para provocar mudanças (WALKER; KING, 2008, p. 219-220).

De acordo com essa visão, são os cidadãos que darão início ao processo de transformação da sociedade, buscando formas de compensar as emissões de carbono emitidas, trocando lâmpadas, comprando eletrônicos mais eficientes, economizando energia, reciclando e reutilizando, reduzindo os voos de avião, buscando opções ecológicas e, é claro, atuando como propagadores de que é possível mudar. É o caso das sacolas plásticas, trazido por Federovisky (2018), no qual o que importa é uma conduta mais adequada do cidadão, a respeito de apenas um fator – isso traz a sensação de contribuir com o cuidado do planeta e retira o foco das verdadeiras causas da deterioração ambiental.

Configura-se, assim, a ideologia antropocêntrica, associada ao capitalismo, à colonialidade e ao neoliberalismo, que conforma as questões ambientais em um sistema no qual a natureza é apenas recurso e as soluções estão nas mãos das pessoas (o que, evidentemente, não está à altura de uma ação política).

O relatório do IPCC chamado Aquecimento Global de 1,5°C destaca respostas associadas aos ODS, equilibrando o bem-estar social, a prosperidade econômica e a proteção ambiental com as soluções elaboradas segundo a perspectiva da economia verde. Conforme o documento, para limitar o aquecimento global a 1,5°C, as transições orientadas para a descarbonização devem ser rápidas e de grande alcance em diferentes setores. Também aponta como solução para a crise energética vinculada ao clima o aumento da geração de energia nuclear.

A energia nuclear, porém, não é renovável e emite GEE ao longo de sua cadeia de produção, além de exigir alto consumo de água para fins de resfriamento. Contudo, chama a atenção o fato de não existirem propostas capazes de levar à queda drástica de consumo de energia, mas apenas alternativas que mantêm o padrão estabelecido, além da menção a uma série de tecnologias associadas à captura ou ao sequestro do carbono (relacionadas à geoengenharia²³). Logo, o viés tecnocrático mescla-se ao pensamento do capitalismo climático, silenciando a possibilidade de mudanças mais radicais, que solapem o modelo econômico vigente.

As consequências de tais artifícios tecnológicos ainda são desconhecidas e o endosso dessas práticas pode permitir o avanço das emissões de GEE, pois, já que há tecnologia para sanar os riscos climáticos, pode-se continuar a vida da forma como está (TAIBO, 2019). Segundo Unmüßig e Schneider (2018), a geoengenharia é a desculpa perfeita para seguirmos nossas vidas como se nada estivesse acontecendo.

Dentre os defensores das estratégias relacionadas a métodos tecnológicos e à engenharia genética (nesse caso busca-se produzir plantas que possam capturar em maior quantidade o gás carbônico),

23 Para saber mais sobre o tema, consulte o documento “Geopiracy: The Case Against Geo-engineering”, disponível em: <http://www.etcgroup.org/content/geopiracy-case-against-geoengineering>.

estão os setores da direita conservadora, que geralmente assumem posições negacionistas sobre a questão climática. Isso pode parecer contraditório (afinal, por que pensar em uma resposta para um problema compreendido como inexistente?), mas, na verdade, toma espaço do debate e cria bloqueios para alternativas que demandem alterações na lógica do sistema econômico hegemônico, como a substituição da energia fóssil.

A tentativa de negar o conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental (por meio da denominação de desenvolvimento sustentável, economia verde, capitalismo climático, dentre outras) e a crença de que os interesses privados possam mesmo ser conciliados com o cuidado dos bens públicos estão no âmago dessa argumentação hegemônica. O discurso do Conselho Mundial da Água, por exemplo, deixa transparecer que a questão tem sido tratada por meio da lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, sendo seu debate orientado a partir do pensamento do Norte. Conforme Espinoza (2016, p. 205), os documentos internacionais mostram que a:

[...] gramática econômica e a conduta eficiente e racional do setor privado apresentam-se como elementos técnicos, neutros e agentes da superação da má gestão dos recursos hídricos. Os sujeitos contrários a essa perspectiva são descritos, como pudemos perceber no relatório trienal 2000-2003, como grupos com natureza ideológica, muito sensíveis à globalização e à liberação do comércio, ou seja, são sujeitos descritos como obstáculos a um projeto emancipatório em curso [...].

Essa observação pode ser ampliada para outras situações em que se defendem soluções gerenciais e técnicas como fruto da ciência, apresentadas por atores especialistas supostamente isentos de ideologias. Por outro lado, os questionamentos dessas soluções são minimizados ou ignorados porque partem de grupos desqualificados por demonstrarem ideologia – como se houvesse possibilidade de haver algum ator sem ideologia.

Há outras possibilidades no campo da ideologia antropocêntrica além das vertentes da economia verde, do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica, que buscam reformar ou atualizar o sistema capitalista e colonialista dominantes. Mas agora é hora de apresentar alternativas mais amplas, as quais miram nas raízes do sistema, ainda que, por si sós, não esgotem a discussão. Ocorre que é necessário combinar soluções, já que a crise atual exige uma ação conjunta e “[...] a diversidade de realidades que interagem em nosso planeta requer alternativas sistêmicas diversas” (SOLÓN, 2019, p. 16).

A visão biocêntrica, por exemplo, não entende as MCs como uma questão tecnocrática, dependente apenas da participação de *experts* e de soluções alinhadas à economia verde, separando a questão climática do modelo de desenvolvimento capitalista, globalizado e neoliberal. Ao contrário, essa ideologia – que entende que todas as formas de vida têm importância e valem por si sós, independentemente da escassez ou da abundância e da oferta ou da demanda – põe em xeque a racionalidade econômica que guia a forma de a humanidade se relacionar com a natureza.

Em termos de energia, pode-se pensar no avanço de uma democracia energética, buscando não apenas soberania, mas também voltada para uma ação climática – o que obviamente demandaria uma reestruturação do setor energético como conhecemos hoje. A ampliação de “prosumidores”, aqueles que produzem e consomem energia por meio de placas solares, por exemplo, geraria um maior controle sobre suas demandas e possibilitaria trocas com a rede local de distribuição. Há também a possibilidade de formação de cooperativas ou empresas locais baseadas em energias renováveis, que, além de se preocuparem com a eficiência, contribuem para mitigar a pobreza energética (SWEENEY, 2018). Tais experiências já existem em muitos lugares, porém precisam ganhar escala por meio de incentivos econômicos e políticas públicas.

Vilella (2018) trata da implementação de uma economia circular que gere lixo zero. Embora a questão dos resíduos não seja apresentada por Vilella como um dos fatores mais significativos para o aumento das emissões de GEE, por considerar apenas o que é gerado em aterros

e incineradores, tal quadro pode ser bastante alterado se o ciclo de vida de bens e serviços (que inclui extração das matérias-primas, fabricação, distribuição, venda e descarte) for levado em conta. A melhor forma de mitigação climática é evitar a produção de resíduo, mas há outras possibilidades para tornar o ciclo de vida dos produtos menos impactantes, como a compostagem, a reutilização de embalagens, a reciclagem, a atribuição de responsabilidade ao produtor e a mudança de hábitos por parte do consumidor.

O redesenho da gestão de resíduos deve ser pensado de forma justa e integrar as comunidades. A proposta da economia circular está centrada em outra relação com os produtos, sendo que o reuso (o maior tempo possível) pode contribuir com a redução de emissões. É uma forma de pensar e agir diferente do processo atual, baseado na economia linear (que extrai, produz e descarta), insustentável em todos os aspectos. Vilella (2018, p. 18) lembra que no sistema linear as etapas são globalizadas e agravam as assimetrias entre o Norte e o Sul:

Nos países do Sul Global, a reciclagem fornece um meio de vida para aproximadamente 15 milhões de pessoas em todo o mundo: 1% da população urbana. São trabalhadores autônomos, principalmente da economia informal, que recuperam itens reutilizáveis e recicláveis do ciclo de resíduos. Eles coletam, classificam, limpam e, em alguns casos, processam materiais recicláveis, devolvendo-os à indústria como uma matéria-prima barata e de baixo carbono.

Por mais que possam ser vistos como agentes ambientais, esses trabalhadores geralmente vivem em condições precárias dentro da economia linear, que não valoriza o processo de recuperação, por arcar com custos muito baixos com a extração de novas matérias-primas (apesar de toda degradação ambiental resultante). Enquanto o consumismo é incentivado para fazer tal economia girar, as populações empobrecidas e vulnerabilizadas são impactadas e, ao mesmo tempo, exploradas para sustentar as compras dos mais ricos. Além do problema social,

essas desigualdades fazem com que o bônus do processo fique no Norte e os resíduos sejam levados para o Sul, com o discurso de que estariam gerando empregos e lucros para os países de destino (sem mencionar os riscos à saúde e ao meio ambiente). Em 2017, a China, que importava mais da metade do lixo plástico do mundo para reciclá-lo, decidiu limitar o processo, alegando preocupações com a população²⁴. Os resíduos tiveram que encontrar outros destinos, como Malásia, Tailândia, Vietnã, Indonésia e Índia, países com menos regulamentações e controles²⁵ – até porque há muitas denúncias de que os resíduos enviados ao Sul continham muitos produtos que não poderiam ser reciclados e até teriam componentes tóxicos.

A economia circular de lixo zero dá espaço para produtos mais duradouros e reutilizáveis, com perspectiva social e de base local. Entretanto, para que essa nova lógica se dissemine é preciso que haja percepção dos efeitos do ciclo de vida das mercadorias e, é claro, políticas que obriguem um novo formato de produção e consumo.

Outra alternativa é o decrescimento, redutor de emissões em diferentes etapas do processo. Enquanto a perseguição constante do crescimento aprofunda a crise climática – e, em consequência, as desigualdades sociais –, o decrescimento parte da compreensão de que os recursos são limitados. Azam (2019) diz que o termo “decrescimento” é controverso, pois pode remeter a uma perda de ganhos, quando, na verdade, busca questionar o lucro pelo lucro. Logo, os conceitos “pós-crescimento”, “a-crescimento” ou a expressão de Illich “desacostumar-se ao crescimento” são adotados por alguns críticos que condenam o crescimento ilimitado.

Entender que o crescimento infinito é um mito exige uma transformação no pensamento, mas note-se que foram os países pobres que colocaram em prática medidas a favor da exploração limitada, como restauração climática, agroecologia e sistema agroflorestal, todas ações

24 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/internacional/1515145196_165569.html. Acesso em: 29 mai. 2020.

25 Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/07/paises-asiaticos-impoem-restricoes-sobre-importacao-de-lixo.html>. Acesso em: 29 mai. 2020.

que contribuem para a mitigação climática. Aliás, muitas práticas agrícolas que possuem sintonia com a natureza são formas de mitigação e resiliência climática – em geral, é o agronegócio, fundamentado no monocultivo e associado, no Brasil, ao desmatamento da Amazônia, que amplifica o problema do clima. Para Azam, o Sul Global pode até colocar em discussão essa proposta – afinal, os países da região possuem pegada ecológica baixa e as necessidades básicas não foram alcançadas por toda população –, mas, ao mesmo tempo, ao assumir a possibilidade de um consumo consciente e moderado, pode desencadear um movimento de romper com a dominação econômica e cultural do Norte.

Assim, o decrescimento é uma crítica ao economicismo e a todas as suas formas de querer compatibilizar a racionalidade capitalista com o equilíbrio do planeta, como é o caso do crescimento verde:

É por isso que o crescimento “verde” não é uma solução, mas um caminho para perpetuar o crescimento e a acumulação do capital. É a mesma ilusão que alimentou a esperança de um descolamento entre o crescimento e as emissões de gases de efeito estufa. Esses modelos econômicos acreditam que os progressos na eficiência energética, possíveis graças ao crescimento, levariam a uma redução nas emissões. Os organismos internacionais dizem que o crescimento é a solução, sem levar em conta que é, na verdade, o problema (AZAM, 2019, p. 74).

Nessa mesma direção está o desenvolvimento à escala humana (MAX-NEEF, 2012), preocupado com as necessidades humanas fundamentais também das gerações futuras, alinhando-se ao pensamento ecológico. Não se baseia na perspectiva do crescimento econômico, como o desenvolvimentismo, mas incentiva a descentralização política e econômica, a fim de fomentar as ações de instituições democráticas e a autonomia de movimentos sociais emergentes. Há várias concepções de uma “outra economia” (LEFF, 2010, p. 29), que vá além da conciliação entre as racionalidades econômica e ambiental, sem subverter, porém, o núcleo da primeira; mas elas operam ainda em pequena escala. Tais abordagens entendem os limites

do crescimento e as consequências das externalidades negativas, partindo de princípios oriundos da ética ambiental, como respeito à diversidade, aos ciclos e processos naturais e à sustentabilidade em seu sentido pleno.

O bem viver, *buen vivir* ou *vivir bien* é, nas palavras de Pablo Solón (2019), um conceito ainda em construção, baseado no aprender e reaprender em comunidade, no respeito aos ciclos, na busca de um equilíbrio ativo, que não é livre de contradições, conflitos e falhas. É uma filosofia plural, baseada na harmonia com a Natureza, uma proposta calcada em solidariedade, complementaridade e relacionalidade, que vai na contramão da ideia de crescimento e acúmulo contínuos ou do discurso do desenvolvimento, com raízes coloniais. Para Alberto Acosta (2016, p. 41), “o bem viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais”. Ou seja, é uma proposta de alternativa ao desenvolvimento, que busca superar o capitalismo, recolhendo o melhor de práticas, sabedorias, conhecimentos e experiências dos indígenas e povos tradicionais, sem excluir possíveis contribuições de vida comunitária dentro do sistema dominante.

O foco do bem viver é a construção de uma vida harmônica em comunidade, que inclui a relação de cada um consigo mesmo, com os outros seres e com a Natureza. Essa abordagem sinaliza uma “[...] ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo” (ACOSTA, 2016, p. 91-92), mirando o abandono de visões antropocêntricas.

Outra alternativa ao sistema dominante é o ecofeminismo, teoria e também movimento social que compreende a interdependência dos seres e ciclos naturais, a ética do cuidado e a denúncia do pensamento dicotômico que estrutura o mundo em lados hierárquicos opostos: o homem e a mulher; a sociedade e a natureza; o civilizado e o selvagem (PEREDO BELTRÁN, 2019). Esse reducionismo introjeta-se em nossa forma de pensar e agir no mundo, permitindo a manutenção da opressão em diferentes níveis. O ecofeminismo sustenta que a exploração da natureza e a opressão das mulheres são parte de um mesmo fenômeno. As bandeiras levantadas pelo movimento tentam desconstruir

os discursos e ideologias dominantes que nutrem o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo.

A reivindicação dos direitos da Mãe Terra, mais do que uma solução essencialmente jurídica ou normativa, busca fomentar o reconhecimento de direitos para todos, superando a separação sociedade-natureza. É muito mais do que garantir a preservação de bens comuns pensando na sobrevivência e bem-estar do homem; é estabelecer direitos porque fazem parte do planeta, porque existem. O entendimento começou a ter respaldo legal no século XXI e ganhou maior visibilidade com as experiências do Equador e da Bolívia, que desenvolvem e incluem os direitos da Natureza nas suas constituições. Todavia, as falhas de implementação das leis, até por parte dos governos desses países, resultaram em uma série de contestações, incluindo a aversão aos mecanismos da economia verde, como pagamentos por serviços ambientais, que seguem a ótica capitalista.

Para Solón (2019), a financeirização da natureza desrespeita os direitos da Mãe Terra. Ele cita como exemplo a iniciativa REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal –, que permite que empresas aéreas comprem créditos de carbono no lugar de reduzir suas emissões de GEE; ou seja, compra-se uma permissão para continuar poluindo e prejudicando o equilíbrio planetário.

Entre as propostas de enfrentamento climático fortemente associadas a uma economia construída a partir de uma racionalidade ambiental está o combate efetivo contra queimadas e desmatamento e, ao mesmo tempo, o reflorestamento – afinal, as florestas são sumidouros naturais de carbono. Tais medidas são associadas às chamadas “soluções climáticas naturais” (NCS – *natural clima solutions*, sigla em inglês) ou “soluções baseadas na natureza²⁶” (SbN), já que as árvores são

26 A expressão criada pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), baseia-se em sete princípios: 1. entregar uma solução efetiva para um desafio global utilizando a natureza; 2. fornecer benefícios da biodiversidade em termos de diversidade e ecossistemas bem manejados; 3. apresentar a melhor relação custo-efetividade quando comparada com outras soluções; 4. ser comunicada de maneira simples e convincente; 5. poder ser medida, verificada e replicada; 6. respeitar e reforçar os direitos das comunidades sobre os recursos naturais; e 7. atrair fontes de financiamento públicas e privadas (14 dez. 2017, p. 22. Disponível em: <http://www.p22on.com.br/sbn/>. Acesso em: 15 nov. 2020).

consideradas a tecnologia mais barata capaz de absorver gás carbônico do ar e recompor-se por si mesma, sendo sua disseminação possível em escala massiva (GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM, 2019). A escalabilidade viável de tais ações é um aspecto que gera esperança no enfrentamento da crise climática.

Embora muitas dessas soluções já sejam praticadas, com o avanço da agenda climática e das políticas públicas visando à mitigação e à adaptação, elas foram reenquadradas ou observadas a partir das lentes das mudanças climáticas. Até mesmo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem mobilizado a assimilação das SbN como caminho para alcançar ou ampliar a ambição da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês):

Incorporar ações baseadas na natureza pode contribuir para melhorar os meios de vida e reduzir a desigualdade, assegurar alimentos e água, melhorar resiliência e redução de riscos de catástrofes (e, portanto, diretamente relevante para a adaptação climática), e conservação da biodiversidade, além dos benefícios estabelecidos para mitigação climática (PNUD, 2019, p. 1).

A Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) pode ser vista como parte desse conceito mais amplo (de “solução baseada na natureza”), contemplando abordagens para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas com desenvolvimento socioeconômico sustentável, sendo direcionada para a adaptação das pessoas frente aos efeitos negativos das MCs (FEBA, 2019). Também orientada para o combate às MCs, a Adaptação baseada na Comunidade (AbC) envolve as populações para fortalecer suas capacidades adaptativas, de construção de resiliência e gestão de redução de riscos, a partir de suas realidades, “[...] trazendo decisões sob o controle de pessoas afectadas [...] e evitando soluções predeterminadas” (CARE, 2015). Todas essas perspectivas (que não se encerram aqui) focam na resiliência humana e ambiental, diferenciando-se pelas ênfases (na natureza, no clima, nos ecossistemas ou nas comunidades).

Essas soluções orientadas para proteção, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas encontram, porém, diversas barreiras de implementação, como a falta de financiamento suficiente. De acordo com Bárcena; *et al.* (2020), menos de 1% de todo o financiamento global destinado ao enfrentamento das MCs é direcionado para a proteção costeira, infraestrutura e administração de riscos, nas quais estão incluídas as SbN. Como os benefícios – por exemplo, a preservação da biodiversidade e a manutenção da saúde – não podem ser diretamente monetizados, projetos mais tradicionais e enquadrados na lógica mercadológica, como pagamento por serviços ecossistêmicos, tendem a ser preferidos.

A questão do financiamento para custear gastos com adaptação e mitigação precisa ser revista. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, de 2011, indicam que a maioria das subvenções agrícolas se destina às atividades de monocultivo, que contribuem para a degradação da natureza e emissões de GEE. Benefícios econômicos deveriam ser oferecidos para iniciativas que sejam menos impactantes, e não o contrário.

Além disso, o dinheiro internacional direcionado aos países em desenvolvimento ainda está aquém do acordado. O *Informe paralelo de 2020 sobre financiación climática* (CARTY; KOWALZIG; ZAGEMA, 2020) mostra que a destinação dos recursos é majoritariamente empregada em formas de mitigação, ainda que a efetivação de estratégias de adaptação nos países mais pobres seja fundamental, e que 80% do financiamento público seja decorrente de empréstimos e outros instrumentos baseados em subsídios – e não em doações.

É preciso lembrar ainda que as SbN ou NCS podem ser cooptadas pelo discurso do capitalismo climático, ao identificar tais oportunidades como formas de fazer o sistema capitalista rodar, financeirizando alternativas que poderiam ser implementadas em prol do bem comum – do planeta e da humanidade. O Acordo de Paris fomenta mecanismos de mercado nessa direção e já há instituições, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que as apontam como um caminho atrativo para se alinhar ao combate

da crise climática, reiterando a manobra de compatibilizar interesses que se revelam, no seu cerne, incompatíveis. Assim, a solução, por si só, pode ser mobilizada por ideologias diferentes, sendo necessário observar os objetivos e interesses genuínos que permeiam cada discurso.

Esse breve panorama de algumas alternativas possíveis, calcadas nos conhecimentos locais, nas práticas exitosas das relações da humanidade com a natureza, nos saberes dos povos indígenas e tradicionais, na ética do cuidado e no respeito aos ciclos naturais, aponta para um caminho de revisão de valores, comportamentos e atitudes, de maneira a pensar mais no envolvimento das pessoas com o planeta do que na crença de que o crescimento econômico é inevitável e que a ciência tudo resolverá. Solón (2019) destaca que não há uma única saída ou solução, mas as alternativas precisam dialogar e interagir com o outro, com aquilo que é diverso e plural.

Diferentemente das soluções neoliberais, as alternativas associadas à racionalidade ambiental sublinham o papel do coletivo, das ações conjuntas, dos movimentos sociais e das estratégias geridas por meio de ampla participação e mobilização democrática. O sujeito é visto como cidadão, imbuído de direitos e deveres, e não somente como consumidor, alvo dos produtores. Assim, faz parte da solução, mas não é o único responsável por fomentar mudanças na cadeia produtiva.

É por esse viés que Safran Foer (2020, p. 216) defende a ação individual, não como se fosse a única saída para o enfrentamento climático, mas como propulsora de um movimento coletivo, que precisa ganhar escala: “Embora possa ser um mito neoliberal dizer que decisões individuais têm o verdadeiro poder, é um mito derrotista dizer que as decisões individuais não têm poder algum”. Para ele, defensor de uma dieta à base de plantas como forma de reduzir a pegada de carbono, seria antiético proclamar que não se deve tentar fazer algo porque mudanças grandes não estão em curso.

Esse enfrentamento requer ações de curto, médio e longo prazos, em todas as escalas e setores, e que medidas reformistas e ditas radicais podem (e devem!) ser tomadas de forma simultânea. Ações individuais não devem ser supervalorizadas, mas também não podem ser ignoradas.

A separação de soluções por ideologias (biocêntrica e antropocêntrica) mostra que há várias possibilidades em aberto, algumas mais facilmente associadas ao pensamento hegemônico e possíveis de serem implementadas dentro dele. O colapso climático em curso exige rupturas urgentes com o modelo atual, baseado na exploração ilimitada da natureza, mas soluções mitigadoras dentro do sistema capitalista-colonialista podem desempenhar um papel reflexivo, já que questionam práticas e comportamentos associados ao capitalismo fóssil.

A cobertura climática nos meios não hegemônicos

Este capítulo apresenta os resultados da análise realizada em 2019 e 2020 dos discursos jornalísticos das MCs de três veículos considerados não hegemônicos: *Conexão Planeta*, *Envolverde* e *Colabora*²⁷. Esse período corresponde aos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro, que, sistematicamente, permitiu a flexibilização da legislação ambiental, além de nomear negacionistas climáticos para cargos relevantes, como o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. O ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles atuou na contramão da preservação ambiental, sendo visto por muitos como um antiministro. A COP-25, conferência anual do clima que teria o Brasil como sede em 2019, foi cancelada pelo governo. A inação governamental enfraqueceu as instituições e planos de enfrentamento climático, que deixaram de ter relevância no âmbito federal.

Em 2019, muitas tragédias ligadas ao meio ambiente assolaram o país, como o rompimento da barragem de rejeitos da mineração de Brumadinho, em Minas Gerais, e o vazamento de óleo que atingiu a costa brasileira, somadas a antigos problemas, como impactos de chuvas fortes e queimadas florestais. A cobertura ambiental passou a ser uma constante, sendo mais transversal do que em anos anteriores.

Com a chegada da pandemia em 2020, houve uma aceleração do desmonte de políticas públicas, que inclusive se tornou notória com a divulgação de um vídeo de uma reunião ministerial em que

27 Os detalhes metodológicos, baseados na Análise Crítica do Discurso, podem ser consultados na tese da autora defendida em 2021, disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>.

Salles defendia aproveitar a concentração da imprensa nas notícias da covid-19 para “passar a boiada”, ou seja, alterar a regulamentação ambiental. O *Climate Action Tracker*, consórcio composto por cientistas e ONGs de pesquisa para monitorar as ações globais, informa que essa reversão das políticas de proteção florestal permitiu que as taxas de desmatamento aumentassem:

O mês de julho de 2020 já testemunhou mais incêndios florestais do que julho de 2019, um sinal preocupante do que pode estar por vir. Essa tendência leva o Brasil na direção oposta aos compromissos do Acordo de Paris, que incluem uma meta de desmatamento ilegal zero na Amazônia brasileira até 2030²⁸.

Uma nota técnica do SEEG²⁹ sobre o impacto da pandemia nas emissões brasileiras mostra que haverá incremento nas emissões de 10% a 20% em relação ao que foi em 2018, a depender da situação de desmate da Amazônia até o final do ano. “O Brasil terá em 2020 uma trajetória crescente de emissões de GEE, que segue no sentido oposto da forte retração prevista para economia brasileira e global, e também na contramão das metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima”, constata o documento.

Em relação à cobertura midiática, chamam a atenção as queimadas, sobretudo na Amazônia e no Pantanal, e suas conexões com as mudanças do clima. Estiagens e chuvas intensas estão presentes, mas nem sempre articuladas a uma problemática mais ampla. Como se observará adiante, o fato de as matérias analisadas não contextualizarem o aumento das queimadas no Pantanal e na Amazônia com os efeitos já sentidos das MCs (como períodos de seca mais prolongados) nem com o agravamento do problema por conta da maior emissão de GEE gerou um primeiro silenciamento dos meios analisados em relação a um acontecimento que teve bastante cobertura no Brasil,

28 Disponível em: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>. Acesso em: 27 out. 2020.

29 Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/OC_notas_tecnicas_FINAL.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

mas que foi apresentado desconectado, apartado de uma perspectiva ampliada de modelo de desenvolvimento e de seus impactos para além do local tomado por chamás. Da mesma forma, podemos dizer que os desastres climáticos mais frequentes no país, que ganham força e volume por conta das MCs, como tempestades e alagamentos, são acontecimentos praticamente ausentes nos veículos estudados.

Por que *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*?

Os três veículos não hegemônicos digitais analisados nesta pesquisa – *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde* – dedicam ao meio ambiente uma quantidade expressiva de notícias ligadas ao tema. *Colabora* e *Conexão Planeta* têm editorias específicas na área de clima e o primeiro e o *Envolverde* estão associados ao ODS 13, referente à ação climática³⁰.

Por causa da alteração ocorrida na agenda pública global decorrente da pandemia da covid-19, decidiu-se estender mais o período de coleta de dados, iniciado em janeiro de 2019 e finalizado em dezembro de 2020. Análises que observam as mudanças discursivas no decorrer de prazos alargados são menos frequentes e podem revelar um diagnóstico mais preciso das abordagens e estratégias mais acionadas pelos veículos estudados.

Os dados do *Media and Climate Change Observatory Data Sets* (2020) confirmam que houve queda na cobertura das mudanças climáticas nos principais jornais impressos desde o início da disseminação da pandemia da covid-19, na América Latina e em todo o mundo. Outro observatório que acompanha a cobertura climática de jornais hegemônicos com foco apenas na América Latina, chamado Radar Climático³¹, informou que em 2020 menos de 2% de todas as informações geradas

30 A escolha desses três veículos seguiu critérios que podem ser consultados na tese de doutorado que originou este livro (LOOSE, 2021).

31 Informações sobre a metodologia e os resultados desse projeto podem ser encontrados aqui: <https://conexioncop.com/>. Acesso em 14 jan. 2021.

pelos 50 veículos que analisam trataram das MCs. O projeto aponta que a pandemia de covid-19 e seus efeitos se tornaram os temas de maior cobertura na imprensa regional e global em 2020, ainda que o nexo entre perda de biodiversidade, mudanças climáticas e pandemia estivesse presente em parte da cobertura.

O *Colabora* surgiu em novembro de 2015 e suas editorias guiam-se desde 2019 pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. Contam, segundo texto do site, com 300 profissionais na produção de conteúdo, de jornalistas a *videomakers*. Seu projeto jornalístico aposta “numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente Educação, saúde, desigualdade, saneamento, diversidade e consumo também são alguns dos nossos temas”, como lê-se na sua página de apresentação.

Já o *Conexão Planeta* é formado por jornalistas que trabalharam oito anos no *Planeta Sustentável*. Entre seus temas estão as mudanças climáticas, desmatamento, violência, poluição e desigualdade. Não há menção à data de criação da página.

Por fim, *Envolverde* já tem mais de duas décadas. Criado em 1998, está ligado a um instituto como mesmo nome. Segundo sua página, tem cerca de 5 mil assinantes.

Quando se leem as autoapresentações nas páginas desses veículos vê-se a postura de um jornalismo comprometido com a expansão da consciência ambiental por meio de informações qualificadas, condizentes com os princípios e pressupostos do jornalismo ambiental. Todos eles apresentam uma concepção ambiental ampliada, pois conectam aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, mostrando-se, à primeira vista, alinhados com a racionalidade ambiental. Entretanto, suas posições em relação à cobertura jornalística de meio ambiente possuem gradações diferentes em relação ao engajamento e à contestação do sistema. *Colabora* e *Conexão Planeta* assumem um ativismo abertamente, enquanto *Envolverde* se mostra mais próximo do discurso supostamente neutro ou reformista, inclusive oferecendo conteúdos e serviços para empresas, o que supõe um entendimento conciliatório entre os interesses do mercado e àqueles do cuidado ambiental.

Apesar da pandemia de covid-19, *Colabora* teve um movimento diferente dos demais veículos, publicando mais notícias sobre clima em 2020 do que em 2019. O *Conexão Planeta* por sua vez mostrou uma produção superior à dos demais: somando os dois anos, publicou 236 notícias, quase o dobro dos demais (125 notícias no caso de *Envolverde* e 121 em *Colabora*).

Em relação à emergência climática, consideraram-se todas as notícias publicadas na editoria “Mudanças Climáticas” do *Conexão Planeta* e no caso dos sites *Envolverde* e *Colabora*, que fazem uso dos ODS para organização do conteúdo publicado, analisaram-se as matérias relacionadas ao ODS13 (Ação contra a mudança global do clima). Notícias que estavam listadas, mas que não faziam referência explícita à questão do clima foram excluídas. Isso ocorreu em algumas matérias que tratavam das queimadas no Pantanal, por exemplo, mas não citavam a questão climática.

A análise panorâmica indica que nesse período há um grande pico de atenção, coincidente com a realização da COP-25, no começo de dezembro de 2019. Antes disso, já é possível observar um crescimento na cobertura em razão da Semana do Clima, que ocorreu em agosto, e da Greve Global pelo Clima, em setembro. Após a COP-25, inicia-se um período de declínio na cobertura nos três veículos, que mantêm uma média baixa ao longo de 2020 – o que é mais explícito no caso de *Conexão Planeta*, que reduz significativamente sua quantidade de publicações em 2020, quando comparado a 2019.

Em razão da pandemia de covid-19, a COP-26 foi adiada para 2021, o que explica a ausência de um novo pico no fim de 2020. O aumento na cobertura por parte de todos os veículos em razão desse evento já foi extensamente documentado em outras pesquisas sobre a cobertura jornalística do clima em veículos hegemônicos. O ápice da cobertura climática no período pesquisado, a COP-25, representa o primeiro momento analisado, com o objetivo de rastrear os discursos dos meios sobre um evento no qual há muitos estudos que partem da imprensa hegemônica. Há alguma diferença na maneira de apresentar esse evento? Quais atores e enquadramentos ganham destaque? Podemos verificar uma cobertura desde a perspectiva do Sul?

O *Conexão Planeta* apresenta maior volume de notícias em relação aos demais veículos, sobretudo em 2019, com 142 publicações, enquanto o *Envolverde* teve 67 e o *Colabora*, 56. Nesse ano há uma grande quantidade de publicações em outubro e novembro, desencadeadas por ações relacionadas com a jovem ativista Greta Thunberg e com a atriz americana Jane Fonda, que está à frente do movimento *Fire Drill Fridays*. Aqui é possível observar que há uma grande cobertura por parte dos meios não hegemônicos sob protestos, mobilizações e repercussões de declarações em prol da urgência de conter a crise climática. O início da cobertura das greves pelo clima até essa curva ascendente de 2019 é o segundo momento analisado. O discurso baseado em uma retórica da inspiração, que se caracteriza por ideias, valores ou pontos de vista que reforçam o objetivo de mostrar que há caminhos possíveis para enfrentar a crise climática, quebra o enquadramento dominante sobre os efeitos climáticos, no qual riscos e impactos negativos são apresentados, de forma similar ao constatado nas pesquisas de veículos hegemônicos. Em razão da pandemia de covid-19, os protestos de rua diminuiriam, o que os fez perder um pouco da visibilidade conquistada.

Em 2020, há uma diminuição geral no volume de cobertura climática, explicada em parte pelo deslocamento de profissionais para cobertura da crise sanitária e de seus reflexos imediatos em termos sociais, políticos e econômicos, mas também pelos impactos na manutenção financeira sentidos pelos próprios veículos. Um estudo voltado para a cobertura ambiental desde o começo da pandemia até metade do ano revelou que em sites de notícias hegemônicos do Brasil e de Portugal houve pouca articulação entre a crise climática e a crise sanitária (LOOSE, BALBÉ, 2020). Nos meios não hegemônicos, a relação entre clima e pandemia apareceu mais vezes. A cobertura voltada para a relação dessas duas crises constitui o terceiro momento de ampla cobertura, a pandemia, motivado sobretudo pela constatação da ausência de aprofundamento de suas conexões pela imprensa hegemônica e do aparecimento de notícias associadas à pandemia nas matérias sobre as MCs.

Os resultados das análises discursivas a partir dos momentos críticos (a COP-25, as greves pelo clima e a conexão das MCs com

a pandemia de covid-19) são apresentados a seguir com base em alguns elementos da ACD (tópicos, atores, linguagem, gramática e retórica, silenciamentos e posicionamentos ideológicos do discurso).

A COP-25

As Conferências ou Cúpulas do Clima, as COPs, ocorrem anualmente e são eventos que mobilizam o debate climático, mesmo que as ações concretas demorem a sair e que os discursos políticos e econômicos dominem as manchetes jornalísticas nos veículos hegemônicos. A COP-25, por uma série de razões, tornou-se manchete muito antes de dezembro, o tradicional mês de realização do evento. Em novembro de 2018, antes mesmo de tomar posse, o novo governo já havia anunciado que o Brasil não iria mais sediar a COP, alegando restrições fiscais e orçamentárias. Contudo, como se confirmou depois, aspectos ideológicos pesaram na decisão. Em notícia do *Conexão Planeta*, de 23/01/2019, já há críticas sobre a posição do governo em relação à pauta ambiental e ao descompasso existente entre seus discursos e práticas. O texto começa com uma menção irônica: “O presidente Jair Bolsonaro merece cumprimentos por ter destacado, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial nesta terça-feira, 22/1, a necessidade de harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental”. Para aqueles que não acompanham a agenda climática, a menção é seguida de uma explicação: “Bolsonaro também se comprometeu a trabalhar juntamente com o resto do mundo para diminuir as emissões de CO₂ – *é a primeira vez que o presidente menciona luta contra a mudança climática de forma positiva, sem senões ou condicionantes. Mas, infelizmente,* o discurso não combina com a realidade dos primeiros 21 dias de administração Bolsonaro³²”. O veículo lastima que os atos executados nos primeiros dias de governo não condizem com o que foi dito. Ainda que reproduza na íntegra

32 Os grifos em itálico, realizados durante a análise, buscam destacar as marcas discursivas encontradas nos textos analisados. Os textos transcritos dos veículos pesquisados foram mantidos como no original.

a fala do presidente no Fórum Econômico Mundial, o começo do texto e o título esclarecem os leitores que se trata de uma falácia: “*o governo federal tem agido de forma concreta para subjugar a agenda ambiental ao agronegócio e dismantelar a governança climática*. Os resultados podem ser vistos no chão: o desmatamento na Amazônia está em alta e uma onda de invasões de terras indígenas está em curso”.

Em 29/03/2019, outra notícia do *Conexão Planeta* critica a postura do governo em relação ao Acordo de Paris, que nessa COP tinha a expectativa de regulamentar alguns artigos. “Ministro do Meio Ambiente diz que Brasil não investirá em reduzir emissões, *caso não receba dinheiro por isso*” condiciona a ação do governo sobre a gravidade e urgência da mudança climática ao recebimento de recursos. O texto sinaliza para um posicionamento ideológico inclusivo, lembrando que “*o Brasil não está sozinho no planeta e conclama que TODOS devem enfrentar a crise climática*”. Observe que tal discurso é transpassado também por uma argumentação reformista, quando afirma que a Amazônia é um “*importantíssimo* ativo econômico” (não basta adjetivar, é preciso intensificar – ou dramatizar – essa característica por meio do uso do superlativo):

Não é tão difícil assim de entender. A humanidade enfrenta um dos maiores desafios da história. Seu modo de vida está influenciando diretamente o clima do planeta. Há evidências científicas que provam isso. A queima de combustíveis fósseis, como gasolina, diesel e carvão, libera gases de efeito estufa na atmosfera, que aumentam a temperatura da superfície terrestre, provocando o aquecimento global. E mesmo *se parássemos* de emitir esses gases agora, o calor ficaria estocado na atmosfera por centenas de anos. Todo esse calor afeta o clima. O aumento da temperatura da água do oceano torna ainda mais severos desastres naturais, como furacões, ciclones e tufões. E isso é só um exemplo. Cientistas afirmam que os extremos climáticos ficarão cada vez mais frequentes e fortes nos anos por vir, caso o ritmo atual das emissões não seja freado.

Onde o Brasil entra nessa história? Para começar, temos a maior floresta tropical do planeta: a Amazônia. Com suas árvores de pé, conseguimos garantir a segurança hídrica de nosso país e um clima mais ameno. Vale explicar: *árvores têm o poder de absorver da atmosfera o dióxido de carbono (CO₂), um dos gases apontados como [...] o principal responsável pelo aquecimento global.*

[...] *Uma das maiores riquezas do Brasil é, sem dúvida nenhuma, a Floresta Amazônica. Ela é a guardiã de nossos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. Ou seja, sua preservação é um importantíssimo ativo econômico para o país.*

Mas, não bastasse isso, há outro ponto essencial a ser lembrado. *O Brasil não existe sozinho na Terra. Somos parte do planeta. E TODOS, juntos, precisamos enfrentar as mudanças climáticas. Elas irão impactar todos os países, sem exceção (o uso da caixa alta foi reproduzido da notícia).*

O texto apresenta uma pergunta retórica – “*Onde o Brasil entra nessa história?*” – e utiliza a primeira pessoa do plural para incluir o receptor na construção de sua mensagem. E a notícia segue apontando que o governo repete inverdades – “O ministro Ricardo Salles continua a propagar o discurso do atual governo de que o Brasil é o país que mais preserva. *Não é bem isso o que acontece na realidade*” – e citam-se os dados científicos para comprovação. O texto usa de tom coloquial para desaprovar ações e promessas do governo em relação à saída do país do Acordo de Paris e à ausência de combate efetivo ao desmatamento, e defende assertivamente a necessidade de redução de emissões de GEE:

A declaração do ministro do Meio Ambiente é um tiro no pé. O Brasil só vai ganhar ao investir em ações para combater as mudanças climáticas e reduzir as emissões de carbono. O único caminho a seguir é este. É um investimento no futuro e no bem-estar da população. Caso contrário, salve-se quem puder.

O trecho acima se contrapõe de forma direta ao discurso de Salles e torna-se prescritivo ao colocar que só há um caminho e que ele necessariamente passa pela redução das emissões de GEE. Essa alternativa (reformista porque pressupõe que a diminuição das emissões resolve o problema) reveste-se ainda de um sentido econômico positivo – afinal, é comparada a um investimento. Posições como essa se repetem em outras matérias, sinalizando para um discurso de soluções de matriz capitalista, sustentada pela colonialidade, e antropocêntrica.

Declarações e atitudes anticlima chegaram a ameaçar a realização de outro evento, um preparatório para a COP-25 destinado a estimular trocas de experiências entre prefeituras e governos estaduais de diferentes países – a chamada Semana do Clima, prevista para ocorrer de 19 a 23 de agosto de 2019, em Salvador. No dia 14 de maio, a notícia “ONU anuncia que Brasil cancelou reunião do clima que seria realizada em Salvador, em agosto” trazia a informação de que “[...] Salles não estava confortável com a realização do evento no Brasil. *Alegou o que todos desse governo alegam: que o evento só serve de plataforma para ONGs, que é inútil* e que o foco do ministério é a agenda urbana, que não tem nada a ver com mudanças climáticas”, reproduzida de reportagem d’O Globo (observe que o veículo hegemônico tornou-se fonte). As críticas são o tópico principal da notícia. *Envolverde* (“Semana do Clima em Salvador é palco de protestos e discussões importantes”) e *Colabora* (“Vaias e protestos a favor do meio ambiente e contra o governo” e “Brasil vira o vilão mundial do clima”) apresentam notícias desse evento, nos dias 22 e 23 de agosto, todas com evidente posicionamento a favor do tema e do evento e contra as decisões e declarações do governo contra ambientalistas e a própria agenda ambiental.

Após a desistência brasileira, o Chile manifestou disposição para sediar a cúpula e manter o evento na América Latina, o que foi considerado bom pelos ativistas do Sul, por permitir maior acesso e participação da sociedade civil (afinal, viajar para a Europa não é barato). Entretanto, no dia 30 de outubro, em razão dos constantes protestos por melhores condições de vida que estavam ocorrendo no Chile havia quase duas semanas, o presidente Sebastián Piñera anunciou que não

sediaria mais a COP-25. Pela segunda vez, o evento estava sem sede. Duas notícias foram encontradas sobre esse momento: “Presidente do Chile cancela conferência climática da ONU, que seria realizada em dezembro, em Santiago”, em *Conexão Planeta*, e “Não vai ter COP no Chile”, em *Colabora*.

Apesar de tudo isso, a COP-25 ainda ocorreu em 2019. No dia 1º de novembro, a secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), Patricia Espinosa, anunciou que o evento seria realizado de 2 a 13 de dezembro em Madri, na Espanha. Com a repentina mudança de endereço, muitos ativistas do Sul Global deixaram de participar, mas o encontro com diplomatas e representantes do governo aconteceu. O pico de cobertura sobre clima se deu nesse mês.

A análise discursiva desse primeiro momento crítico, que abarca os preparativos, o evento e os desdobramentos da COP-25 no mês de dezembro, revelou forte crítica ao governo federal sobre as questões associadas ao meio ambiente, especialmente no que diz respeito ao clima. O mês de dezembro de 2019 foi majoritariamente dedicado à cobertura da conferência, com uma retórica bastante contundente sobre os impasses das negociações, ressaltando o papel negativo desempenhado pelo Brasil nesse contexto.

Em todos os veículos foi possível notar na cobertura da COP-25 uma grande quantidade de atores da sociedade civil. Essa é uma característica importante dos meios não hegemônicos, que costumam privilegiar as vozes não oficiais, mas que precisa ser vista com cuidado, pois essa foi a primeira COP na qual o Brasil assumiu um papel de coadjuvante nas negociações climáticas, por conta de uma política antiam biental, e na qual representantes do governo tiveram pouca abertura para responder aos jornalistas (registramos que quando o ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, ou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por exemplo, se manifestam nos textos, tais citações são retiradas de pronunciamentos públicos e não de entrevistas específicas, como foram realizadas com outros atores). Todos os meios trataram do evento internacional e realizaram a ligação com o contexto brasileiro,

seja avaliando seu desempenho em COPs anteriores, nas quais exercia um protagonismo, seja conectando a postura de Salles com suas ações, especialmente diante do aumento do desmatamento, expondo as contradições do então ministro do Meio Ambiente.

O discurso jornalístico do *Colabora* já apresentava antes do evento uma baixa expectativa em relação aos avanços do Acordo de Paris (“Brasil: sem liderança e nem protagonismo na COP-25”). Essa manchete sintetiza o discurso predominante, no qual há uma retórica negativa, baseada na ideia de que o Brasil estaria inviabilizando ou criando obstáculos para avançar nas negociações. Esse discurso está presente em toda a cobertura e finaliza com a constatação de que não há real interesse das autoridades políticas em frear as emissões de GEE (“COP-25: fracasso, frustração e falta de vontade política”). O tom de crítica ao governo Bolsonaro é constante, sendo dominante nesse momento o tópico principal associado à inação (ou promoção de aspectos não convergentes com a agenda climática), que se faz presente, com menos ênfase, também nas demais matérias que mencionam as políticas brasileiras. O trecho abaixo exemplifica essa crítica:

[...] Ao lado da China, Índia e Arábia Saudita, o Brasil continua inviabilizando o processo negociador no que diz respeito ao aproveitamento eventual de créditos da era de Quioto no novo modelo de mercado de Paris. [...] A liderança indígena Sônia Guajajara subiu ao palco para denunciar o que vem ocorrendo no Brasil: “Estamos pedindo socorro, porque Bolsonaro não é um problema apenas do Brasil, mas sim uma ameaça para o mundo inteiro” (07/12/2019).

Nessa matéria repete-se o discurso de que há um retrocesso na atuação da diplomacia brasileira em relação ao enfrentamento climático desde que o governo Bolsonaro assumiu e uma forte crítica por parte de cientistas, ativistas, indígenas e até mesmo autoridades políticas. A forma como o país se posiciona no debate climático impacta diretamente nas suas relações internacionais, já que os discursos

economicista e do negacionismo ganham força e sufocam medidas condizentes com a real sustentabilidade. Também gera tensão com os povos indígenas, que questionam a forma como o presidente os enxerga, que é correspondente à visão hegemônica sustentada pela racionalidade econômica.

Quanto aos atores, como esperado, há uma quantidade representativa de participantes da sociedade civil que se colocam lado a lado com os discursos oficiais da ONU, por meio das intervenções de António Guterres e dos representantes políticos brasileiros, sobretudo a partir da participação do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. O *Colabora* contou com a presença da jornalista Liana Melo em Madrid, com financiamento do Instituto Clima e Sociedade (ICS), o que permitiu uma cobertura mais ampla da conferência, com bastante destaque para os eventos paralelos da sociedade civil, incluindo marchas e manifestações.

As falas oficiais dos atores políticos que dominaram a agenda da COP-25 aparecem nas matérias com descrições reveladoras das diferenças entre o discurso oficial e aquilo que a sociedade civil organizada brasileira queria pontuar para os demais países: a insatisfação com as políticas ambientais do atual governo. Esse discurso de protesto e repúdio de ativistas (mas também de cientistas e autoridades pró-ambiente) é avalizado pelos três veículos analisados.

Há bastante espaço para o posicionamento de cientistas, como na notícia de 11/12/2019, que trouxe a estimativa do custo financeiro gerado pela derrocada ambiental brasileira, realizada pelo pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais, e na análise apresentada pelo pesquisador José Eustáquio Diniz Alves a respeito das causas da questão climática, em 07/12/2019. Outros pesquisadores também são citados, inclusive o PBMC, assim como estudos lançados durante a COP-25. As evidências científicas, expostas por meio de dados ou de falas de cientistas, pesquisadores e especialistas, são usadas repetidamente para transmitir credibilidade, confiança e até objetividade ao discurso jornalístico (VAN DIJK, 2012), característica comum às duas modalidades de jornalismo aqui citadas.

O discurso direto ocorre nos textos jornalísticos para gerar um efeito de objetividade e distanciamento do jornalista em relação ao texto; ele demarca que as coisas foram ditas exatamente daquela maneira e, portanto, não seria uma interpretação dos fatos, como se pode depreender dos discursos indiretos. Isso, no entanto, não passa de uma estratégia discursiva, porque as escolhas das citações e as formas como elas são introduzidas e hierarquizadas em relação às demais informações também produzem sentidos diferentes. De qualquer forma, esse recurso está introjetado no campo jornalístico, afetando as duas modalidades, ainda que nos veículos não hegemônicos as aspas das fontes sejam seguidas de adjetivos, advérbios de intensidade e outras formas gramaticais que exprimem sentido oposto àqueles procedimentos que buscam a objetividade. O equilíbrio informativo, que supostamente representa uma neutralidade por parte dos jornalistas – afinal, ele expõe dois lados (ou mais) antagônicos de uma questão, buscando dar o mesmo peso ou espaço para todos –, não faz parte das estratégias identificadas nos veículos analisados.

Representantes de ONGs, como *Greenpeace*, *ClimaInfo*, *Ecologistas em Ação*, assim como falas de ativistas climáticos, a exemplo de Greta Thunberg, ganham espaço, além de líderes indígenas, como Sônia Guajajara, que inclusive é a personagem principal de uma entrevista sobre a polarização política nas aldeias (06/12/2019). As ex-ministras do Meio Ambiente Marina Silva e Izabella Teixeira, que com outros seis ex-ministros da pasta assinaram uma carta criticando o desmonte da área ambiental sob Bolsonaro, compareceram ao evento e apontaram problemas na postura atual do governo frente ao Acordo de Paris. Em entrevista publicada no dia 03/12/2019, Teixeira demonstra evidente insatisfação ao afirmar: “*O governo tomou decisões que vão desde o negacionismo climático até dizer que, efetivamente, o país já fez o dever de casa. Isso sem que o Brasil tenha sequer implementado sua INDC.*”

Há um silenciamento a respeito de como os outros países (sem generalizações) observam a situação de conflito existente entre os representantes oficiais do governo, que dizem estar fazendo sua parte,

e a sociedade civil, que denuncia uma série de ações situadas na contramão da discussão climática. O discurso jornalístico apresentado está mais focado nas disputas internas (nacionais) do que no cenário geral da COP, geralmente retratado por meio das agências de notícias internacionais e reproduzido pelos meios hegemônicos. Contudo, isso não pode ser avaliado como um deslocamento para as discussões do Sul, já que a colonialidade interna também se reproduz, mesmo em arenas globais. Van Dijk (2005), ao falar como o Sul é retratado pelo Norte, inclusive quando há catástrofes ecológicas, pontua que a culpa costuma ser atribuída às políticas, postas como retrógradas, e ao comportamento dos tomadores de decisão. Esse artifício foi incorporado pelas elites do Sul, pois, em alguma medida, coloca em segundo plano a real causa do problema (legado direto ou indireto da colonialidade persistente) e seus verdadeiros responsáveis.

O posicionamento ideológico predominante é o antropocêntrico, com matérias orientadas para soluções reformistas, como pagamento de serviços ecossistêmicos e mercado de carbono, como costumam ser as respostas debatidas nas COPs, orientadas pelo IPCC e por outras agendas da ONU, formuladas a partir do Norte Global, que tendem a não ter suas contribuições questionadas. Porém, quando os indígenas recebem atenção midiática, há espaço para o biocentrismo, refletindo o cuidado com os modos de vida. Uma análise a respeito das causas do problema também frisa que “A vida humana e não humana está em perigo” (07/12/2019), o que escapa do sentido dominante expresso nos veículos hegemônicos. A crítica ao neoliberalismo aparece nesse contexto, juntamente com a abordagem da justiça social:

Os movimentos sociais querem aproveitar o levante chileno, o maior desde a queda do ditador Pinochet, para mostrar ao mundo *que o dogma do neoliberalismo é um dos pilares da crise climática e ambiental. Ou seja, a crise seria um dos sintomas de uma doença chamada capitalismo*: “Vivemos tempos difíceis de verdadeira emergência ecológica, climática e social. O diagnóstico científico é claro quanto a gravidade e urgência do momento.

O crescimento econômico ocorre às custas das pessoas mais vulneráveis: pessoas racializadas, indígenas, camponeses, pobres, migrantes, LGBTs e queer...”, comenta Samuel Marti-Sosa, um dos organizadores da Cumbre Social e membro da ONG Ecologistas em Ação (05/12/2019).

Vê-se, portanto, que os discursos dos veículos não hegemônicos ora expressam uma crítica contundente em relação ao *status quo*, ora ecoam aquilo que também é defendido pela modalidade hegemônica, seja pela exposição de alternativas reformistas, que permitem que o capitalismo ganhe espaço a partir da questão climática, seja pelo silenciamento das reais causas dessa crise global. O período da COP-25 mostrou-se especialmente importante para *Colabora* e *Envolverde*, porque a cobertura do evento junto à sociedade civil enfatizou as oposições e insatisfações em relação às respostas que estão sendo tecidas ao longo de décadas nessas cúpulas, consideradas lentas e insuficientes.

A retórica do impasse é constante quando o foco é o desenrolar da COP-25: “*Não há tempo hábil e nem vontade política*”, “*os sucessivos apelos feitos pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, por mais ambição, e os alertas da comunidade científica internacional, não surtiram efeito*”, “*o governo brasileiro parece não estar sensível ao apelo por mais ambição*”, “*os principais entraves da negociação ainda não foram resolvidos*”, “*O barulho das ruas contrastava com a pasma-ceira das conversas oficiais nas salas de negociação da Conferência do Clima. Parece que os apelos por compromissos efetivos e mais ação climática não estão sensibilizando os negociadores* – ao final da primeira semana do encontro, o texto da COP-25 *segue em banho-maria*”, “*as conversas não avançam em torno de uma resolução clara*”, “*as vozes das ruas não andam sensibilizando chefes de Estado*”, “*na contramão da pressão internacional, ainda não há planos no país para abandonar as termelétricas a carvão*”. Aqui há indícios de que os veículos assumem uma oposição entre nós (os ativistas, inclusive os veículos que assumem a causa climática) e eles (as autoridades que não agem com a ambição necessária).

Em termos linguísticos, é forte a ocorrência de vocábulos e formas de dizer que discursivizam a questão climática atrelada à guerra e ao conflito, como nestes exemplos: “O Brasil já virou *alvo* de constrangimento no primeiro dia da conferência”, “*O Brasil chegou a ameaçar* sair do Acordo de Paris, mas não cumpriu a promessa”, “presidente do Senado toma partido e *entra na trincheira contra o governo* na área ambiental”, “boa parte das expectativas brasileiras de redução de emissões de carbono, a partir de *um combate* ao desmatamento ilegal e redução gradual do desmatamento legal”, “frente à postura de *perseguição do governo às ONGs, e também à imprensa*”, “como se diz na gíria, *o pau está comendo na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão*”, “Bolsonaro está apostando *na estratégia do divisionismo*, ou seja, de *provocar o confronto entre nós mesmos*”, “*Bolsonaro está estimulando o conflito entre os indígenas*”, “*os delegados* que conseguirem chegar em tempo no FIEMA FERIA de Madrid serão *confrontados com dados preocupantes*”, “*a estratégia de esvaziar o tema* chegou, inclusive, à distribuição de credenciais”. Esse acionamento do campo bélico é retomado no capítulo XX, ao tratarmos da representação das MCs, mas é preciso notar que nos diferentes tópicos e atores essa retórica é corrente. Nesse momento crítico, é explícito que nós (defensores do meio ambiente em diferentes graus) estamos em confronto direto com as atitudes e a conduta do governo federal em relação às políticas públicas e às negociações internacionais sobre o clima.

Diferentemente do *Colabora*, a cobertura climática no *Conexão Planeta*, em dezembro de 2019, foi além dos acontecimentos políticos que ocorrem no período em razão da COP. Publicaram 22 notícias, mas boa parte centrada em acontecimentos internacionais, como os incêndios na Austrália (que receberam mais atenção do que os incêndios ocorridos em solo brasileiro). Embora muitas das matérias apresentem críticas, o foco predominante nesse período concentrou-se nas ações em prol do clima, sendo que o nome Greta Thunberg foi mencionado em cinco títulos nesse mês. A ativista sueca participou do evento na Espanha, mas só recebeu atenção jornalística na cobertura do *Conexão Planeta* durante a COP-25.

As matérias associadas ao ativismo, que foram ressaltadas a partir da representatividade alcançada por Thunberg, estão marcadas por uma retórica carregada de inspiração e esperança, como no exemplo a seguir:

Inspirou milhões de jovens a participarem da maior marcha pelo clima da história, em 20 de setembro. Atraiu a ira de néscios, sobretudo da extrema-direita. E tornou-se a pessoa do ano da revista Time por ter capturado como nenhum ativista antes dela a hipocrisia do discurso da esperança e o abismo entre as boas intenções declaradas dos governos e seus atos reais contra os gases de efeito estufa – um dia depois de ser chamada de “pirralha” por Jair Bolsonaro (29/12/2019).

Em meio aos relatos das ações também há crítica, bastante taxativa. Na notícia do dia 20/12/2019 a única fonte, identificada como ativista climática do Movimento Famílias pelo Clima, afirma: “Não é um problema que tem que ser solucionado só por nós. *O maior problema está na mão das grandes corporações*”, disse Isabella à *Folha de S. Paulo*. ‘*Se fazemos só nossa parte, tiramos a atenção da cobrança das grandes empresas. Nós precisamos agir em relação a questões políticas, governos e grandes corporações, que fazem com que acreditemos que nós temos que resolver o problema, reciclando o lixo, comendo orgânico e andando de bicicleta. E não é*’”. A passagem é relevante porque assinala que as macroestruturas da sociedade precisam ser cobradas, algo que nem sempre é exposto – sendo mais recorrente a perspectiva neoliberal na qual o todo poderia mudar a partir dos hábitos de consumo e comportamentos dos consumidores. Essa dualidade entre as ações de enfrentamento de nível macro, envolvendo políticas, e de nível micro aparece também nessas matérias, contudo marginalmente; afinal, é difícil responsabilizar algo ou alguém quando as causas do problema são invisibilizadas e a maioria das notícias enfatiza efeitos ou ações pró-clima a partir de algo que já está aí (não interessa muito como ou por qual razão).

Note que a entrevista foi concedida a um jornal hegemônico, a *Folha de S. Paulo*, e reproduzida pelo *Conexão Planeta*. Não é uma

prática recomendada no campo jornalístico, mas torna-se uma realidade no âmbito da produção de conteúdo, por ser um processo rápido e barato, já que estabelece um discurso a partir de algo já checado e organizado por um sistema jornalístico que goza de respeitabilidade.

Em outra matéria – “Diretora do Ministério da Agricultura questiona existência da crise climática” (10/12/2019) –, o debate sobre o negacionismo climático é reportado empregando artifício semelhante, pois cita uma postagem de Twitter, de um jornalista do Grupo Globo, publicado em uma matéria do jornal *O Globo*: “É realmente lamentável que uma representante do governo brasileiro faça uma afirmação como essa em público. Como comentou o jornalista Guga Chacra, em sua conta no Twitter, ‘A diretora do Ministério da Agricultura coloca em dúvida existência da mudança climática. *Mais uma voz anti-ciência. Uma pena este retrocesso.*’” No fim da matéria, cheio de sarcasmo, o texto resume sua posição frente ao questionamento de um setor comprometido com os negócios: “*Talvez a diretora do Ministério da Agricultura acredite naquilo que seja mais interessante para atender aos interesses daqueles que buscam lucros na agropecuária, mesmo ignorando evidências científicas claras. Todavia, um enorme tiro no pé. Já se sabe que a crise climática afetará, e muito, a produção agrícola global.*”

O veículo faz, portanto, direta associação entre o negacionismo e os lucros do setor que mais contribui com as emissões de GEE no Brasil. Também expõe ao leitor a vontade de dar espaço para esclarecimentos da referida diretora; porém, considerando que o governo repetidamente não responde à imprensa que o questiona (especialmente se a pauta for ambiental e o veículo for considerado pró-ambiente ou militante), isso acaba sendo um recurso para mostrar aos leitores que *Conexão Planeta* cumpre seu papel de perguntar, mas que nem sempre o outro lado cumpre com o dever de responder: “O *Conexão Planeta* enviou um e-mail à assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura solicitando uma nova declaração de Mariana Crespolini para que ela cite “quem são os ‘pesquisadores de credibilidade’ e os estudos que demonstram que as mudanças climáticas não existem. Quando, e se, recebermos uma resposta, vamos publicar aqui.”

A crítica ao modelo de desenvolvimento aparece, mas em casos pontuais, como na matéria de 10/12/2019, quando um dos diretores do Projeto Saúde e Alegria, Caetano Scannavino, fala: “Não temos que discutir desenvolvimento, mas o modelo. Se é para frente ou para trás, se é para poucos ou para muitos.” É preciso notar que muitas das críticas são expostas por meio de citação literal das fontes, repetindo uma estratégia discursiva da mídia hegemônica, empregada para se eximir de opiniões e julgamentos; afinal, quem diz, nesses casos, é a fonte e não o jornalista. No caso dos meios não hegemônicos, produtores de discursos menos preocupados com a objetividade, essa estratégia serve mais de realce e reforço às perspectivas inseridas no formato de discurso indireto. A citada crítica não avança, porque a proposta dessa notícia é expor um panorama do que aconteceu na COP-25 e a atuação de Salles. Entre as fontes estão vários veículos de comunicação, com perspectivas divergentes de jornalismo: *Mídia Ninja*, *Revista Fórum*, *Estadão* e *O Globo*. Isso explica um pouco da lógica circular do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), já que os jornalistas, independentemente do veículo para o qual trabalham, leem seus concorrentes e sugerem pautas a partir disso também.

Os veículos não hegemônicos também usam estratégias discursivas para aproximar-se do leitor, como o uso da primeira pessoa do plural, de modo a incluí-lo na narrativa e encorajá-lo a promover mudanças efetivas. Essa é uma característica que já foi estudada em discursos de revistas especializadas em meio ambiente (LOOSE, 2010), mas que não é comum na produção jornalística diária, sendo evidente, com maior recorrência, no site *Conexão Planeta*, como neste exemplo:

Não deveríamos, mas ainda nos indignamos com as atitudes vexaminosas e de pouca humanidade do ministro do meio ambiente. Afinal, apesar de tudo que temos vivido com este governo, ainda está muito vivo, dentro de nós, o conceito de democracia. Além disso, para manter uma relação amigável com outros países, é preciso manter certos princípios. Mas sabemos que o governo Bolsonaro não se importa com isso, a começar por ele. E o mundo está compreendendo isso, agora (10/12/2019).

Além de dialogar com o leitor, o meio em questão expressa sua opinião a respeito da questão climática (nitidamente em prol do clima), usando até caixa alta para sublinhar a forma mais apropriada de dizer:

Sim, a situação é grave e é realmente inacreditável que boa parte do mundo ainda fecha os olhos e segue sem se envolver. E, pra terminar, quero apenas ressaltar que nossa EMERGÊNCIA CLIMÁTICA foi compreendida, também, pelos organizadores do Dicionário de Oxford, que anualmente escolhem uma palavra do ano, mas este ano optaram por esta expressão (20/12/2019).

Esse posicionamento explícito aparece em outras notícias, com emprego de adjetivos como *lamentável* e *urgente* para expressar opinião: “*Lamentável que Salles faça esse tipo de piada. O Brasil precisa de pessoas sérias, que façam seu trabalho sem colocar em dúvida aquilo que a ciência já provou: é urgente que se reduza o consumo de carne no planeta*” (16/12/2019). Na notícia de 10/12/2019 o veículo afirma sem eufemismo: “*Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri*”. Essa manchete demarca uma posição claramente, diferenciando-se do jornalismo dito tradicional, alinhado com a objetividade.

A respeito das negociações da COP-25 há apenas cinco notícias, todas críticas à inação e à posição do governo brasileiro, como a manchete de 16/12/2019, do *Conexão Planeta*: “*Ministro do Meio Ambiente debocha de fracasso da COP-25 com foto de churrasco nas redes sociais*”, referindo-se a um *post* polêmico de Salles. O veículo faz uso frequente de ironias e metáforas. Também há uso de muitas interrogações ou perguntas retóricas, que buscam instigar o leitor a respeito do que está sendo dito, além de muitas qualificações negativas atribuídas às ações antiambientais do atual ministro:

Nem bem começou a Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP-25), em Madri (2 a 9 de dezembro), e o Brasil já ganhou destaque no noticiário e um prêmio. Não foi,

obviamente, por sua boa atuação na luta mundial pelo clima, mas pela desfaçatez e cara de pau do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que, em coletiva de imprensa em novembro, apresentou propostas indecentes: um plano que chamou de “ambientalismo baseado em resultados” e outro para cobrar os países ricos pela proteção ambiental da Amazônia.

A retórica do impasse é outro recurso presente, mas com menos intensidade, já que o conjunto das matérias desse veículo é mais diversificado, tratando de estudos científicos, das consequências climáticas e de ações pró-clima que não necessariamente estão conectadas à COP. Mesmo assim, associados ao parecer negativo sobre o posicionamento brasileiro, há trechos que corroboram uma dificuldade de avanço em ações efetivas:

Dentro das salas de reunião na Feira de Madrid, local que abrigou a COP, a desconexão entre a negociação, o clamor das ruas e as evidências científicas era imensa. Uma condução fraca do processo pela presidência chilena produziu um conjunto de documentos, o Chile Madrid Time for Action, que faz um apelo vago aos países para “refletir” em 2020 sobre como aumentar a ambição ‘o máximo que puderem’ em suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e em financiamento climático, o que é fundamental para países em desenvolvimento, em especial, os mais pobres e mais vulneráveis (16/12/2019).

A ideia de que há vilões nas negociações climáticas aparece aqui, nomeando-se os países que colocam seus interesses em primeiro plano e emperram um acordo comum, que precisa ser estabelecido por consenso. Essa associação revela novamente a oposição entre nós (preocupados com o enfrentamento do clima) e eles (os vilões que negam a crise climática):

Antigos vilões climáticos, como Estados Unidos e Austrália, voltaram a atrapalhar as negociações. Os EUA entregando a carta

de saída de Paris e a Austrália, com um governo que nega as mudanças do clima enquanto o país literalmente pega fogo, bloqueando decisões importantes. Juntou-se a eles um novo vilão: o Brasil de Jair Bolsonaro, chefiado por um ministro do Meio Ambiente que constrangeu a diplomacia brasileira na Espanha, dizendo que cobraria recursos pelo desempenho ambiental do Brasil, apesar da explosão do desmatamento e da violência contra povos indígenas.

Esse contraste entre “vilões” e “heróis” provém do campo do ativismo e é amplificado por meio das notícias. A identificação de quem são os heróis que lutam contra os vilões climáticos fica explícita em matéria de 04/04/2019, quando Greta Thunberg nomeia outros ativistas de heróis: “Sou muito grata por esta imensa honra. Os outros finalistas também são *ardentes defensores dos direitos humanos*. Precisamos nos lembrar constantemente dos sacrifícios que eles fizeram. *Lu Guang e Raif Badawi são heróis do nosso tempo*”.

Esse discurso jornalístico é evidentemente questionador do *status quo*. A maioria das fontes de informação são ativistas e não há muita preocupação em se isentar ou equilibrar o debate. Adjetivos e outras formas de inserção de juízo de valor são constantes. O veículo defende uma proteção maior do meio ambiente e não minimiza a manifestação de reprovação àqueles que criam obstáculos para isso.

Sua maneira de dizer torna o discurso coloquial, ácido e próximo ao leitor. Redator e leitor partilham de um mesmo entendimento, sendo para isso acionadas muitas estratégias de interlocução. Destacamos o uso de recursos estilísticos, tais como a ironia e o sarcasmo, para sublinhar dramaticidade e gerar maior atratividade. A conotação é empregada com frequência, diferentemente dos demais jornais em análise ou nos veículos hegemônicos, que preferem ser diretos, objetivos e apostar na denotação, com expressões que buscam gerar um efeito de imparcialidade.

Em termos de contexto de produção noticiosa, identificamos que a cobertura da COP-25 pelo *Conexão Planeta* se deu à distância, por meio de publicações de outros veículos e de ONGs, com espaço para

as perspectivas da sociedade civil e mais próxima de uma ideologia bio-cêntrica e crítica à colonialidade. Na matéria de 09/12/2019, provocada pelos discursos de Thunberg, o veículo destaca as aspas da ativista em prol das vozes que geralmente são silenciadas: “Precisamos *emprestar nossas vozes às populações do Sul (Hemisfério) e aos povos indígenas, que são os que mais estão sofrendo com a crise climática*. A mudança que precisamos não virá daqueles no poder, mas daqueles que exigem. Nós queremos mudanças.” Como se vê, os veículos não hegemônicos estão mais alinhados com a perspectiva decolonial e as epistemologias do Sul.

O *Envolverde* contou, durante a COP-25, com a colaboração de uma jornalista que estava na conferência (Sucena Shkrada Resk), trabalhando também para a ONG *350.org*, que levou representantes dos povos indígenas para Madri. Nesse período publicou matérias totalmente posicionadas a favor da proteção da natureza, alinhadas com as vozes indígenas, mas também assumiu a retórica das alternativas reformistas, condizentes com os interesses de mercado, revelando uma maior flexibilidade discursiva ou um espaço mais flexível de acolhimento de perspectivas ideológicas diferentes.

Durante o mês da COP-25, reproduziu o material da *350.org* no Brasil e América Latina, o que fez elevar o número de matérias com fontes ativistas, sobretudo indígenas, mas também restringiu a diversidade de vozes, pois as fontes se repetiam e eram quase sempre integrantes da referida ONG (das 15 matérias publicadas em dezembro, dez são assinadas pela jornalista da ONG e cinco tratam de uma série chamada “Defensores Climáticos rumo à COP-25”, na qual são apresentados, brevemente, ativistas que participariam do evento – cada matéria representa um pequeno perfil em formato de entrevista). Como muitos lutavam pelos direitos dos povos indígenas, tais conteúdos estão associados à ideologia bio-cêntrica e ao reconhecimento do cuidado com a vida, como exemplificamos aqui:

Quais são as causas que mobilizam Andreia Takua Fernandes?

“O que me mobiliza é saber que as nossas terras indígenas estão cada vez mais desprotegidas e sendo mais atacadas.

Estes territórios estão sendo destruídos e *as pessoas não dão conta que continuamos resistindo por nós e pelos não-indígenas e para eles, defendendo a natureza e contribuindo para a preservação. Buscamos soluções para que também os não-indígenas possam viver em um planeta mais saudável. Nós, indígenas, desenvolvemos um papel de defensores da natureza. A gente se mobiliza e quer mostrar isso no mundo. Fazer o mundo sentir, ver como a gente vê a nossa natureza, espiritualidade e território*” (02/12/2019).

Na matéria “Indígenas protestam na COP-25 em Madri contra petróleo no mar brasileiro” (10/12/2019), que remete ao derramamento de óleo no litoral brasileiro, a ideologia biocêntrica ganha espaço e há debate sobre o processo de colonialidade que se perpetua no Sul Global.

“Nós estamos enfrentando uma re-colonização na América Latina pelas companhias de óleo. Companhias de Portugal estão investindo em Moçambique, Angola e Brasil. A Repsol está investindo no pré-sal perfurando o nosso oceano. E esse é o motivo de grandes desastres que estão impactando comunidades que dependem do mar. E é por isso que estamos aqui em frente. Para lembrá-los que são muitas vidas que estão sofrendo com as ações deles.”, completou Nicole.

Essa mesma mirada está presente em “Carta climática de povos indígenas das Américas, Caribe e Antilhas é entregue a autoridades da COP-25” (13/12/2019), matéria na qual se critica a mercantilização da natureza, além de ampliar o espaço proporcionado para visão biocêntrica. A jornalista emprega o termo *Pachamama* e finaliza com ponto de exclamação, gerando um efeito de entusiasmo:

Estes homens e mulheres indígenas refletiram a riqueza da diversidade e formaram um mosaico colorido e rico culturalmente, nestes últimos dias. Também foram às ruas se manifestar. *Expressaram seus modos de vida tradicionais, em que se relacionam com*

a “Mãe Terra” ou “Pachamama” por meio de uma ligação espiritual que transcende. Deram seus recados!

Como nos demais veículos, a cobertura da COP-25 no *Envolverde* foi repleta de críticas à postura do governo brasileiro. O sistema estabelecido foi duramente questionado pela sociedade civil na COP-25. No dia 09/12/2019, em “Na COP-25, Salles pede dinheiro a países ricos e recusa homenagem a indígenas mortos”, a atuação do ministro é colocada em xeque, assim como a inação do governo federal, e há inclusão de uma abordagem de justiça social por meio de uma carta assinada por sete ex-ministros das gestões de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, além de instituições de defesa do meio ambiente e da educação, representantes das igrejas cristãs no Brasil e membros do Ministério Público. A carta aborda o papel da democracia e denuncia “[...] *ataques aos direitos humanos, como o genocídio contra a população negra e periférica, a criminalização de movimentos sociais, o desmonte da pesquisa e de espaços cívicos e a censura à produção cultural*”.

Uma nova notícia repercute a carta no dia seguinte, “COP-25: Documento denuncia ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira”, articulando a questão ambiental com a defesa dos direitos humanos, e reforçando o viés da justiça ambiental para lidar com a crise climática. Essa associação entre desigualdade e clima permeia as matérias de maneira sutil e fragmentada, sendo silenciada até mesmo pelos veículos não hegemônicos enquanto enquadramento principal para o debate climático.

Na matéria final, balanço do evento, emprega-se a retórica do impasse, mas a participação da sociedade civil e o protagonismo indígena são destacados. Aqui também há uma explicitação de estratégias que buscam aproximar o leitor, como o tom coloquial, e direcioná-lo para uma ação – tanto que o título faz uso de uma expressão com sentido de necessidade e de convocação: “COP25 – Negociações *precisam envolver* a sociedade” (17/12/2019). O texto começa de maneira informal, com expressão usada de forma mais frequente na linguagem falada:

Sabe aquela sensação de que discursos são mais fortes do que as ações na prática?

Bem, foi esta atmosfera que tomou praticamente conta do final das negociações oficiais da Conferência sobre Mudanças do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-25/ONU), que começou no dia 2 e terminou neste domingo (15), com uma prorrogação de dois dias, e resultou no Acordo “Chile-Madri, Hora de Agir”. A impressão passada é de que muitos líderes, entre as 200 nações participantes, ainda precisam tomar consciência de que existe uma crise climática atestada pela Ciência e fatos do cotidiano no planeta. Por outro lado, o que foi um alento aconteceu no lado de fora, com o protagonismo da sociedade nesta agenda!

Esse tipo de discurso é semelhante ao das notícias veiculadas no *Conexão Planeta*, mas aqui não é regular nem frequente. Há mais matizes ideológicos frequentes no *Envolverde*, o que também contribui para atores diferentes aparecerem, ainda que eles não dialoguem ou se confrontem em uma mesma matéria.

Mais do que os outros, *Envolverde* abre espaço para uma retórica econômica, com alternativas reformistas e atores ligados ao universo do capital. Em “COP-25 – Mais de 630 grandes investidores se unem para pedir mais empenho contra a crise climática” (09/12/2019), lemos que o setor financeiro também quer mudanças a partir de algumas demandas: “[...] *eliminar gradualmente a energia térmica do carvão, precificar as emissões de carbono, acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis* e atualizar e fortalecer as contribuições nacionalmente determinadas (NDC) para cumprir as metas do Acordo de Paris”. Observe que a ideia de uma mudança progressiva não corresponde à urgência explicitada pelos alertas em relação às MCs – afinal há pouco tempo. Soma-se ainda a ideia de solução por meio da mercantilização do carbono, algo que reforça o discurso da economia verde, revestido pela linguagem econômica neoclássica supostamente imune a qualquer ideologia (MORENO, 2016).

Essas ações surgem da compreensão economicista de que as MCs são um *risco financeiro*: “os investidores precisam tomar medidas adicionais por conta própria, mas também precisam de incentivos mais fortes dos governos”, “como os investidores na Ásia e em todas as regiões estão cada vez mais buscando *alocar seu capital em investimentos de baixo carbono*, eles estão pedindo *aos governos e formuladores de políticas que desbloqueiem as barreiras para permitir a transição necessária para economias de carbono líquido zero*” etc. Essas afirmações ilustram a forte de preocupação dos agentes do capital em relação aos governos, pois

Para atingir o “crescimento verde”, os Estados nacionais têm um papel central como criadores e indutores da demanda, como consumidores em escala (determinando o rumo de muitos mercados e produtos), por meio de seus autoimpostos critérios “verdes” para licitações públicas, alavancando investimentos (*leveraging*) e promovendo as parcerias público-privadas para garantir os investimentos no que “não é imediatamente rentável para os investidores privados”. De fato, a instauração da economia “verde” é um *processo que só é possível com a participação ativa dos Estados e governos [...]* (MORENO, 2016, p. 259, grifo da autora).

Dessa maneira, para que haja o “esverdecimento” da economia, os governos precisam adotar o mesmo discurso, gerando impactos práticos em diferentes setores das nossas vidas por meio de políticas públicas, seja através de financiamento ou da regulação. Mais do que reciclar a ideia de desenvolvimento e crescimento, a economia verde substituiu a ideia de transição para uma economia de baixo carbono, que propunha uma mudança mais profunda do modelo que se conhece, mas que perdeu força em 2009, com os resultados da COP-15, as crises financeiras do Norte e as oportunidades extrativistas que se multiplicaram no Sul. Com o uso de “economia verde”, continua-se partindo do mesmo sistema capitalista e explorador da natureza, porém gera-se um falso sentido de conciliação com a natureza. Essa mudança discursiva foi determinante para consolidar a hegemonia das opções ofertadas hoje,

já que é mais fácil convencer as pessoas a aderirem ao crescimento verde do que a um processo voltado para diminuir, reduzir ou evitar uma economia de carbono.

Uma outra publicação enquadra a preocupação climática no mundo dos negócios: “Empresas incorporam mudanças climáticas em estratégias de negócios” (16/12/2019), retomando a retórica dos riscos e das oportunidades atreladas à crise climática: “companhias com operações no Brasil *reportaram oportunidades que representam impactos financeiros positivos de US\$ 123,7 bilhões*”, “há uma *justificativa empresarial clara para investimento em soluções que contribuam para a descarbonização da economia*”, “Em resumo, *é financeiramente mais vantajoso fazer investimentos para materializar essas oportunidades do que gerir os impactos negativos das mudanças clima*” etc.

Essa linguagem expressa os perigos de a situação permanecer como está, sem mudanças, ao mesmo tempo que enaltece vantagens da adoção de estratégias de negócio condizentes com o enfrentamento climático. Se por um lado o discurso econômico incentiva alterações a partir do cenário climático, por outro, defende que as medidas sejam tomadas sob a ótica economicista, desconsiderando, como sempre, as externalidades do processo que provocaram o atual colapso climático. Aliás, como assevera Chomsky, em interlocução com Robert Pollin (2020, p. 80), falar “[...] da sobrevivência da humanidade seria uma violação ao cânone da ‘objetividade’ e implicaria um ‘viés ideológico’ [...]”, porque gerar uma preocupação com as dimensões reais dessa crise pode minar não apenas um setor da economia, mas implodir um sistema que até hoje se mostrou altamente rentável para aqueles que o defendem.

Percebe-se nesses textos sobre a cobertura da COP-25 que, ao priorizarem os atores da sociedade civil, sobretudo indígenas, a perspectiva do Sul Global ganha relevo e abre espaço para reivindicar outra relação com o poder estabelecido, diferentemente daquela encontrada nos discursos dos veículos hegemônicos. Há contestação de diferentes ordens, desde a que combate as ações de Salles, passando pelas políticas do governo, até aquelas que remetem ao sistema neoliberal e às estratégias de recolonização. As citações desses atores costumam ocorrer de forma direta, com uso

de aspas, dando força às mensagens. *Conexão Planeta* usa citações de suas fontes inclusive nos títulos e nesse período usou o recurso quatro vezes para destacar as mensagens de duas fontes já nas manchetes.

Os três veículos empregam a retórica do impasse, calcada no tópico das críticas à inação, dando mais atenção às vozes da sociedade civil do que àquelas ligadas às estruturas de poder na cobertura da COP-25. Contudo, há pequenas diferenças entre eles, associadas às formas de dizer e elaborar seus discursos: enquanto *Envolverde* apresenta uma série de pontos de vista, que até conflitam entre si (quando, por exemplo, defende a precificação do carbono em uma matéria e depois faz a crítica da mercantilização da natureza em outra), *Colabora* apresenta um discurso mais coeso; é comprometido, mas traz também atores do campo científico para dialogar com os ativistas, diversificando mais o rol de atores do que *Conexão Planeta*, que demonstra ser o veículo mais distante das conformações do jornalismo hegemônico por emitir sistematicamente juízos de valor sobre os fatos narrados, ainda que não tenha dado espaço às vozes indígenas, provavelmente por não ter tido jornalista para cobrir a COP-25 no local do evento.

As greves pelo clima

A ativista sueca Greta Thunberg desencadeou um movimento global: as greves pelo clima. Sua greve escolar, que começou em agosto de 2018, diante do Parlamento da Suécia, fortaleceu e a tornou uma personalidade no campo da luta climática. Além de mobilizar jovens para a ação em prol do clima, foi inspiração para que adultos protestassem, criando o movimento *Fridays for Future*. Os discursos e as manifestações, repletos de indignação, alastraram-se mundo afora e hoje é difícil imaginar que alguém não saiba quem é Greta, indicada ao prêmio Nobel da Paz e detentora do título “Pessoa do Ano” de 2019 da revista *Time*.

Personagem aguardada em eventos políticos internacionais, o discurso de Greta ecoou para além das esferas decisórias, tornando-se um símbolo de engajamento político e esperança. Entretanto, ela foi alvo

de muita crítica e desinformação, concentradas na sua pouca idade e no fato de ser portadora de Asperger. Isso resultou em muita polêmica, que foi repercutida pela imprensa.

Em 2019, a ativista apareceu várias vezes na mídia. Ela precisou lidar com mensagens de descrédito, inclusive de chefes de Estado, como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Para além da propagação das greves pelo clima e de discursos taxativos, Greta foi homenageada de diferentes formas, com indicações, prêmios, gravação de música, associação com personagem de quadrinhos, motivo de mural, chegando a ter seu nome usado por um cientista para batizar uma nova espécie de besouro³³. A mobilização liderada pela estudante Greta Thunberg tornou-se um dos gatilhos da cobertura climática de 2019, em especial em setembro, por causa da Greve Global pelo Clima, realizada no dia 20, e da participação de Greta na Cúpula do Clima da ONU, de 21 a 23 de setembro (LOOSE; MORAES, 2020).

Esse pico de atenção teve uma visibilidade muito maior no *Conexão Planeta*. No geral, o veículo cobriu os protestos climáticos de forma mais frequente, publicando, só em 2019, 43 notícias com foco na ativista e nos movimentos derivados de sua atuação (protestos de mães, pais e avós, por exemplo), mencionando Greta nos títulos 28 vezes nesse período. No mesmo ano, *Colabora* publicou seis notícias com foco nas greves, com citação do nome de Greta no título em duas delas, enquanto *Envolverde* publicou somente três matérias, mencionando Greta no título em uma delas.

O *Colabora* publicou uma matéria no dia 19/09/2019 para divulgar a Greve Global pelo Clima do dia 20 de setembro, explicando como se dá a organização do movimento, a programação prevista no Rio de Janeiro (local onde estavam os entrevistados) e a ressalva das dificuldades

33 Por exemplo: “Nossos líderes precisam assumir a responsabilidade perante a crise climática”, diz Greta, diante de 500 mil pessoas em Madrid” (09/12/2019). “Jovem ativista pelo clima, Greta Thunberg, é indicada ao Nobel da Paz” (14/03/2019). “Ativista sueca Greta Thunberg e movimento de milhões de jovens pelo clima ganham prêmio da Anistia Internacional” (07/06/2019); “Greta Thunberg é nomeada ‘Game Changer of The Year’ pela revista britânica GQ” (14/08/2019). “Fatboy Slim usa discurso de Greta Thunberg na ONU em nova versão do hit Right here, right now” (16/10/2019). “A nova e corajosa guerreira dos quadrinhos de Astérix é a cara de... Greta Thunberg!” (17/10/2019). “Mural gigante em homenagem à Greta Thunberg é inaugurado em São Francisco” (13/11/2019). “Cientista britânico batiza besouro com nome de Greta Thunberg, em homenagem à jovem ativista” (28/10/2019).

de mobilização no Brasil. O texto dá espaço para jovens que estão à frente do *Fridays for Future* e ao diretor-substituto da *350.org* na América Latina, instituição que apoia da manifestação, destacando a situação brasileira no contexto desse movimento global:

No Brasil, essa onda jovem demorou um pouco mas chegou: há manifestações pelo clima, quase sempre organizadas por jovens em mais de 40 cidades brasileiras de pelo menos 20 estados. “A gente ainda tem pouca visibilidade, mas o movimento está crescendo”, comenta o ativista Henrique Kovaliauskas, 24 anos, estudante do mestrado de Física e professor.

O texto compõe-se de marcadores que mostram a lentidão, no Brasil, da mobilização da sociedade civil e faz uma crítica ao governo, que não reage ao tema ambiental, mesmo com as evidências científicas de que as queimadas na Amazônia aumentaram. O tom da notícia é bastante informativo, com uma demonstração sutil de descontentamento com a postura do governo apenas no final, já que a questão central é anunciar que as greves pelo clima chegaram por aqui.

A outra notícia, publicada dia no 24/09/2019, segue na mesma linha, informando sobre o envio de uma carta-denúncia contra Brasil, Argentina, França, Alemanha e Turquia ao Comitê sobre os Direitos das Crianças da ONU e explicando o protocolo que permite essa ação. O nome de Greta é mencionado – ela é uma das crianças que assina o documento –, mas as fontes são a estudante baiana Catarina Lorenzo, 12 anos, integrante das Crianças contra a Crise Climática, e o advogado Caio Borges, do ICS. Por meio da justificativa apresentada na carta fica o registro da crítica à inação:

Sobre o Brasil especificamente, a petição alega que o atual governo está “ativamente dismantelando a regulamentação e fiscalização ambiental”. Os jovens ativistas citam os cortes drásticos no orçamento do MMA, as tentativas de mudanças do Código Florestal, as mudanças na composição dos colegiados. Afirmam que o país

dobrou os subsídios a combustíveis fósseis desde 2007 e que 66% dos investimentos em energia são para não renováveis, sendo apenas 21% para renováveis. *Frisam que o aumento das queimadas da Amazônia tem efeito planetário.*

Já o *Conexão Planeta* investe na popularidade de Greta e na força de seus discursos para convocar mais leitores à ação. No dia 13/09/2019, motivada por um *tweet* da sueca, a matéria apresenta a ativista aos leitores usando um registro coloquial e tom provocativo: “Se você ainda é uma das pouquíssimas pessoas do planeta que não sabe quem ela é, vamos lá.” Depois disso, a jornalista demonstra ser fã da jovem sueca e confia: “[...] *apesar do chamado discreto pelo Twitter, centenas de jovens se juntaram a ela próximo à Casa Branca, na capital americana. E como eu poderia perder esta chance? Já escrevi diversas matérias sobre Greta e queria ver de perto o poder inspirador dessa jovem*”. Mais adiante, declara-se comprometida com o jornalismo ambiental: “Aqui preciso fazer uma pausa. Tenho dois filhos – um de 12 e outro de 15 anos –, e já escrevo há anos sobre sustentabilidade, meio ambiente e aquecimento global. *Para mim, o jornalismo ambiental é mais do que uma profissão, é uma causa que também defendo*”. A afirmação confirma um discurso ativista e alinhado com a pauta ambiental, sobretudo porque, como veremos adiante, essa jornalista é responsável pela maioria dos textos do veículo no período analisado.

A narrativa intimista que utiliza para informar sobre a manifestação e expressar suas impressões sobre Greta é marcada por uma retórica de que uma transformação é possível, como se lê neste trecho: “É impressionante parar para pensar que *uma menina de apenas 16 anos conseguiu engajar – e conquistar a admiração –, de tantos jovens ao redor do mundo, com um discurso muito direto: ‘Se os políticos tivessem feito sua lição de casa, saberiam que não temos outra escolha’. Precisamos focar nas mudanças climáticas [...]*.” E neste outro: “A ativista mostrou ao mundo que os jovens não vão ficar parados diante do que está acontecendo. ‘As pessoas não têm que ouvir o que estamos dizendo, mas *precisam ouvir a Ciência*’, alerta.”

Nos dias 18 e 20/09/2019 foram publicadas notícias com as mensagens da ativista: “‘Vocês não estão tentando o suficiente’, diz Greta Thunberg a senadores do Congresso dos Estados Unidos” e “‘Vocês precisam fazer o impossível. Porque desistir não pode ser nunca uma opção’, diz Greta Thunberg ao Congresso dos EUA”. Tais matérias são baseadas nas falas públicas da ativista e apresentadas como corajosas e encorajadoras: “Definitivamente *Greta Thunberg não tem medo de falar a verdade. Nem se intimida diante dos ‘poderosos’*”. Enquanto a primeira contextualiza e recorta alguns trechos do discurso da sueca, a segunda apresenta uma introdução repleta de elogios e transcreve a fala de Greta na íntegra.

No dia 23/09/2019, os apelos de Greta ganham novo destaque: “‘Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias’, diz Greta Thunberg, na ONU, *em discurso emocionado*”. A notícia inclui uma breve introdução, na qual se enfatiza o fato de a garota expor as verdades desagradáveis aos tomadores de decisão, e segue com trechos do seu discurso para a Cúpula do Clima das Nações Unidas. A repórter não está lá, mas utiliza as informações da *CNN* e do *The Guardian*.

No dia 24/09/2019, o *Conexão Planeta* também noticia a carta-denúncia das crianças contra a inação no enfrentamento às mudanças climáticas de Brasil, França, Argentina, Turquia e Alemanha. A brasileira Catarina Lorenzo é citada, mas a matéria é elaborada a partir do texto da petição e daquilo que explica o advogado Caio Borges:

A denúncia pede que o Comitê da ONU declare que as mudanças climáticas constituem uma crise para os direitos das crianças, que os cinco países são responsáveis pela crise climática *porque ignoram as evidências científicas sobre prevenção e mitigação e estão violando os direitos da criança (vida, saúde, cultura), além de recomendar aos países que revejam e alterem suas políticas e leis e tenham uma maior cooperação internacional*. Por último, a *denúncia pede que as crianças e jovens sejam ouvidos*”, explica Caio Borges, advogado brasileiro que trabalha no Institute for Climate and Society (ICS).

Esse texto é mais impessoal, sem inserções explícitas da jornalista. A medida chama a atenção para os impactos climáticos na vida das crianças e mostra como elas também podem agir. Bossato Fernandes (2019) considera os jornalistas como fontes nos discursos dos meios alternativos, pois também são portadores das causas e defensores dos mais vulneráveis ou oprimidos. As jornalistas de *Conexão Planeta*, dos três veículos abordados aqui, são as que mais participam ativamente como atores explícitos nos discursos analisados.

Três dias depois dessa última matéria (27/09/2019), um longo texto se dedica a esclarecer algumas polêmicas envolvendo Greta. O título contém uma provocação: “Por que Greta Thunberg incomoda tanta gente?” e o *lead* resume uma série de discussões que envolvem seu nome, sempre com a intenção de desacreditá-la e enfraquecer seu movimento:

Mimada. Manipulada. Riquinha. Marionete da esquerda. Financiada pela Open Society de George Soros. Essas são algumas das acusações feitas contra Greta Thunberg nas mídias sociais. A última delas – vergonhosa e mentirosa – foi postada no Twitter, ontem (26/09), por Eduardo Bolsonaro, com uma montagem de imagens muito mal feita e grotesca.

A verdade é que a jovem ativista sueca, de apenas 16 anos, anda incomodando muita gente, gerando a reação e comentários maldosos de haters nas redes e a elaboração das mais diversas teorias conspiratórias para explicar por que ela se tornou um mito.

Após publicar as agressões contra Greta nas redes sociais, a repórter sai em defesa dela, afirmando que a acusação do filho do presidente brasileiro é “vergonhosa” e “mentirosa”. E mais: declara que Greta se tornou um mito. Ao tratar da síndrome de Asperger, tratada como algo depreciativo, a matéria ressalta: “[...] os *psicólogos são categóricos* em afirmar que *o Asperger não possui nenhum problema cognitivo. Pelo contrário*”. O texto avança contra a propagação de informações falsas e menciona políticos que já tentaram ofuscar o brilho de Greta. Mais uma vez, o discurso é favorável a ativista:

E cada vez que Greta ganha maior evidência, sua presença causa mais desconforto entre algumas pessoas. De Eduardo Bolsonaro, com seus comentários desprezíveis e debochados no Twitter, passando por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, que nega o aquecimento global e o que diz a ciência, até gente comum, que fica espalhando notícias inverídicas sobre a jovem ativista.

A pouca idade é justificativa para acusá-la de ser manipulada ou não ter maturidade o suficiente para compreender que há outras questões em jogo quando se fala de crise climática. Entretanto, *Conexão Planeta* pondera:

Greta também incomoda muita gente porque tem a ‘audácia’ de ser uma jovem dizendo verdades para adultos. “Quem ela pensa que é”, dizem seus detratores. Na nossa sociedade, devemos respeito aos mais velhos e a seu conhecimento. Muito justo e verdadeiro. Todavia, isso não significa que os mais jovens, em alguns momentos, possam ter uma visão mais clara da realidade. E nem que são obrigados a se manter calados.

As notícias vinculadas a Greta são baseadas em seus textos e falas, sem preocupação com o equilíbrio informativo quando mencionam aqueles que criticam a ativista ou sua maneira de expor a causa climática. O veículo assume o lado da ativista, sempre destacando seus méritos, sem economizar elogios e estimulando, entusiasmada e recorrentemente, os leitores para a ação.

A última matéria desse período, publicada em 30/09/2019, é sobre a lista da *Time*, com as quinze mulheres que lideram a luta climática. Greta é uma delas – e provavelmente a mais conhecida –, por isso aparece já no título da notícia, que traz breves biografias de cada uma das indicadas.

Nas notícias publicadas a partir das manifestações de Greta (seus discursos públicos, entrevistas ou postagens em redes sociais), a retórica da desigualdade existente entre povos do Norte e Sul está presente, ainda

que não seja o tópico principal. Peredo Beltrán (2019) observa que a perspectiva do ecofeminismo alia-se à ética do cuidado e contesta o pensamento reducionista que separa a humanidade da natureza. A questão de gênero é foco de poucas matérias, mas a quantidade de mulheres que são fontes nas notícias sobre ações pró-clima é significativa.

Envolverde menciona Greta e a greve climática em duas publicações no fim de setembro (25/09/2019). A primeira é um texto assinado por Tasso Azevedo para uma coluna do jornal *O Globo*, que foi reproduzido na íntegra (inclusive por *Conexão Planeta* em outubro). Azevedo refere-se a sua condição de pai para fazer um apelo e reconstitui suas perspectivas ambientais desde 2009, quando sua filha nasceu, até os dias atuais. Finaliza citando a filha e Greta, ampliando seu desejo para todas as crianças: “*Para as empresas de hoje, não basta ser do bem. É preciso serem ativistas dos negócios. É o que minha filha diria. É isso que a Greta Thunberg e as crianças do mundo estão gritando conosco. Esse é o legado para o qual vale a pena existir*”.

A segunda matéria apresenta um panorama das greves pelo clima que aconteceram no dia 20 de setembro, mostrando a participação de mais de 4 milhões de pessoas em 185 países, inclusive em cidades brasileiras. O texto aciona estratégias de interpelação para buscar aproximar o leitor, imprime o olhar da jornalista sobre a expansão do engajamento e ressalta as vozes de outros ativistas:

A sociedade precisa se dar conta das escolhas erradas feitas pelos líderes de governos quanto ao clima. As agendas já estão colocadas. Muito dessa mobilização hoje se deve à iniciativa da jovem Greta Thunberg. Uma oportunidade para que estes jovens saibam o papel que têm de encostar quem tem poder de decisão na parede, por meio das cobranças e atitudes proativas.

A reportagem traz depoimentos de diferentes ativistas que participaram da mobilização em São Paulo e outros dados gerais e nacionais. A tônica é apontar o envolvimento e a mobilização que já acontecem no Brasil, a partir da onda iniciada por Thunberg.

Não há divergências em relação à urgência do problema e à necessidade de seguir com as ações pró-clima.

Neste momento crítico é possível observar que *Conexão Planeta* se mantém no espectro mais próximo às características de um jornalismo não hegemônico, por causa do seu posicionamento mais explícito e recorrente, mas *Envolverde* e *Colabora* trocam de posição em relação à cobertura da COP-25: o primeiro mais posicionado que o segundo, ainda que todos os meios se coloquem (com forças diferentes) a favor do movimento e de sua idealizadora, Greta Thunberg. Os ativistas predominam como atores dos discursos jornalísticos, com forte ênfase para o que Greta diz. Há uma retórica baseada na inspiração e na mudança, ainda que os discursos da protagonista desse período mobilizem pela dramaticidade e indignação.

A relação com a pandemia de covid-19

O último período analisado diz respeito aos significados apresentados nos discursos que conectam a questão climática à pandemia de covid-19. Esse movimento começa a ocorrer na imprensa a partir de março de 2020, com queda de atenção para a pauta climática em favor da cobertura da doença, que surge como um acontecimento inesperado, fortemente carregado de critérios de noticiabilidade (novidade, amplo alcance, controvérsias, letalidade, interesse público etc.). Jornalistas que costumam cobrir assuntos científicos, como as MCs, foram realocados para responder às questões que surgiram com o novo coronavírus, além de as redações também serem impactadas com a paralisia da atividade econômica e reduzirem seus quadros profissionais (LOOSE; BALBÉ, 2020). Com a crise sanitária, a rotina profissional e as preocupações se alteraram. Conforme informações do Radar Climático³⁴, as relações entre as MCs com a pandemia ocorreram ao longo do ano nos jornais latino-americanos.

34 Informação recebida via newsletter do Radar Climático em 08/01/2021, com o título “La cobertura del cambio climático en el 2020”. Para mais informações, acessar: <https://conexioncop.com/>.

A partir de março de 2020, então, as notícias tornam-se mais escassas, por isso selecionamos todas as notícias que traziam o recorte no título, independentemente do mês de publicação. Elas merecem ser observadas porque, de forma geral, a relação não teve ampla repercussão nos meios hegemônicos, que se detiveram em aspectos estritamente científicos e econômicos. Também é importante para avaliar como o período atípico vivenciado globalmente interferiu (ou não) na comunicação climática dos meios não hegemônicos.

Sobre esse assunto, os textos opinativos prevaleceram, escritos a partir de uma fonte única ou assinados como se fossem colunas e que, ao fazerem o paralelo com as MCs, retratam a possibilidade de a pandemia nos ensinar a lidar com a crise climática (quando há otimismo) ou ressaltam a complexidade envolta na questão climática (mostrando que o desafio pode ser ainda maior que o enfrentamento do coronavírus). Em seguida, enquadradas no tópico “solução”, medidas orientadas para uma recuperação verde, sobretudo a partir de países europeus e Estados Unidos, sublinhando o viés da economia verde. Por fim, aquelas que tratam das emissões de GEE, causa da intensificação das MCs, e fatores atrelados ao aumento da vulnerabilidade daqueles que são contagiados pelo coronavírus (em razão das doenças do trato respiratório). Importante dizer que o fato de a matéria trazer a discussão sobre as emissões não significa que questione a razão pela qual nossa sociedade é fossilista.

Um texto do *Observatório do Clima*, reproduzido pelo *Colabora* e pelo *Conexão Planeta* em maio, destaca o desmatamento ocorrido no Brasil em plena pandemia. Esse é um dos poucos textos que contrasta a movimentação internacional diante da pandemia com o cenário nacional. Enquanto há estimativa de redução de emissões de GEE por conta das medidas de controle da pandemia, no Brasil há expansão desse número – afinal, por aqui os desmatadores parecem não ter sido impactados com a doença. O texto faz um balanço dos setores que aumentaram ou diminuíram as emissões, a partir dos dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), e termina com críticas à inação do governo, demonstrando que há retrocessos:

“Um dos efeitos da pandemia é a redução das emissões no mundo inteiro. Mas, no Brasil, temos a maior parte das emissões vinculadas a mudanças do uso da terra, que estão descoladas da covid-19”, disse Tasso Azevedo, coordenador do Seeg.

Os atores presentes nesse discurso partem de dados científicos e representam a sociedade civil, algo comum nos veículos analisados, assim como o argumento de defesa da ciência diante do negacionismo de autoridades públicas. Aliás, a crítica às autoridades que desacreditam a ciência ocorre tanto em relação às MCs, quanto em relação à dimensão da pandemia e aos benefícios da vacina. Essa é uma posição discursiva que ganha musculatura com o advento da doença e com os discursos de autoridades políticas que tendem a menosprezar a covid-19 a partir somente da racionalidade econômica e dos interesses de mercado, considerando os prejuízos financeiros como mais relevantes que a perda de vidas – afinal, todos morrem um dia, mas podemos blindar os negócios.

O *Conexão Planeta* mostra-se esperançoso em uma matéria sobre Greta Thunberg (25/06/2020): “[...] nesse momento de crise global de saúde, sociedades e políticos colocaram de lado suas diferentes visões, se uniram e cooperaram para o bem maior de todos. ‘Todos fizeram o que foi preciso porque não se pode dar um preço à vida humana.’” A partir de uma percepção de que o mundo se unia contra o coronavírus, a ativista questiona o porquê de isso não ocorrer também quando se fala de clima: “[...] aparentemente, aqueles que morrem por causa da crise climática são pessoas cujas vidas podemos pagar, já que morreram pelas causas erradas e nas partes erradas do mundo”.

O sentido é mostrar que as MCs exigem o mesmo comprometimento manifestado para o controle da pandemia. O discurso reforça o papel de Greta, mesmo com as medidas de distanciamento: “Apesar da necessidade de manter o isolamento social, Greta continua engajada nessa luta. E sonha que, após o fim da pandemia, o mundo comece a tratar a crise climática como ela realmente é: uma crise.” O tópico segue marcado pelas ações favoráveis ao clima, com uma retórica de inspiração, mesmo em um cenário de muitas perdas.

A comparação com a pandemia se dá por meio das previsões científicas, como se lê na matéria de 23/04/2020. Nas entrelinhas, pergunta-se: já sabemos quais são os efeitos das mudanças climáticas há décadas; por que não agimos? A retórica busca defender a ciência, sinalizando para seus acertos e esforços em direção à mitigação e adaptação: *“Tal como acontece com a covid-19, não dá mais para evitar uma crise – neste caso, a do clima. Mas como os cientistas já sabem faz tempo que ela irá acontecer, mapearam as melhores maneiras de enfrentar a tempestade.”*

A urgência para combater as MCs é ressaltada a partir do campo científico. Foram os cientistas que alertaram para os problemas, mas eles também fazem parte do grupo que já apresenta soluções para mitigar os danos e se adaptar a essa realidade. Nesse sentido, o texto busca valorizá-los, principalmente como contraponto da conjuntura atual, que desacredita a ciência: *“A boa notícia é que os cientistas, engenheiros e ativistas têm já muitas soluções e ideias claras para ajudar a humanidade a se esquivar do pior. Muitos daqueles que souberam antes dessa catástrofe iminente se dedicaram ao longo das últimas décadas a montar planos para enfrentá-la.”*

Outro destaque são os esclarecimentos sobre os interesses que perpassam o discurso da emergência climática: *“Muitos políticos, como os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, tentam ainda hoje negar a existência da crise climática, igualzinho fizeram quando a covid-19 se manifestou. Eles e outros negacionistas são financiados pelas indústrias de carvão, petróleo e gás. Estas, as principais responsáveis pelo aquecimento global, gastaram bilhões de dólares na produção de desinformação, de notícias falsas, campanhas políticas e pesquisas duvidosas”*. Aqui não apenas os envolvidos são nomeados e articulados ao enfraquecimento da ação climática, como são explicitadas as estratégias usadas para minar a credibilidade dos cientistas. Ao final, dirigindo-se ao leitor, o texto explica: *“Todo este dinheiro foi investido para fazer com que você e seus pais e seus tios e seus amigos duvidassem da gravidade da crise do clima”*. Essa estratégia discursiva, direcionada claramente ao leitor, é um recurso de persuasão comum em textos opinativos.

Na mesma linha do texto anterior, outra matéria defende a ciência a partir da carta publicada por Holden Thorp, editor chefe da revista *Science* (15/03/2020). Nela há críticas ao presidente americano Donald Trump, que se mostrou cético em relação ao vírus e nunca deu muito crédito à ciência até realmente notar que precisava dela (mais precisamente do desenvolvimento de uma vacina). “Há três anos, o presidente *declarou seu ceticismo em relação às vacinas e tentou lançar uma força-tarefa antivacina*. Agora ele de repente adora vacinas. *Mas faça-nos um favor, Sr. Presidente. Se você quer algo, comece a tratar a ciência e seus princípios com respeito*”. Com tom de indignação, a carta foi comentada e recontextualizada por Paulo Artaxo, cientista brasileiro, que criticou o governo atual e sua política de desmonte científico: “*Destrói-se uma infraestrutura de pesquisa conscientemente, até descobrir que é essencial em qualquer sociedade moderna*”.

Ao tratar da recuperação econômica pós-covid-19, os veículos adotam uma retórica economicista, direcionada para o crescimento verde, que defende medidas reformistas, como ampliação das energias renováveis e fabricação de veículos elétricos. A economia verde forjou-se no contexto pós-crise de 2008, unificando setores e governos a partir do *Global Green New Deal*, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), mas que abarcou outras agências da ONU. Na Rio+20, em 2012, a ideia ganhou alcance e legitimidade, sendo posta como um “novo” modelo para a cooperação internacional, como lembra Moreno (2016). Essas propostas resultam, porém, de esforços que se sucedem desde o fim dos anos 1970, sendo usadas como narrativa unificadora do capital financeiro a fim de manter a roda do capitalismo girando. Com uma recessão global forçada pela paralisação de atividades em razão da pandemia, o discurso do crescimento verde é impulsionado mais uma vez e tem seu efeito de inevitabilidade e inquestionabilidade aumentado. Quem se coloca contra o crescimento que beneficia o enfrentamento das MCs? Nenhum outro pensamento reúne tantos atores e instituições, pois há um mescla de interesses que se vendem como compatíveis e são endossados em diferentes escalas por diversos segmentos.

Logo, a pandemia é articulada a uma grande recessão e, ao mesmo tempo, a uma oportunidade para que governos e empresas revejam os rumos do sistema econômico, sendo a economia verde a única alternativa (outras possibilidades são silenciadas). Aqui o foco é “garantir a sobrevivência dessas empresas” e os governos podem (e devem) auxiliar nesse caminho com subsídios: O governo espanhol quer uma *economia com 100% de energia renovável* e o fim a novos projetos com combustíveis fósseis. [...] Outro país europeu que deu passo similar rumo a uma transição energética mais limpa e sustentável foi a Alemanha, que no começo de maio, anunciou que *dará prioridade a investimentos em negócios ‘verdes’ na economia pós-coronavírus* (28/05/2020).

Conexão Planeta dá ênfase para o olhar dos ativistas, respaldados pela ciência. Inclusive quando comunica o falecimento em razão da covid-19 do engenheiro químico brasileiro Sérgio Campos Trindade, o veículo o nomeia como “*especialista e defensor das energias renováveis* como forma para reduzir a emissão de gases de efeito estufa” (20/03/2020), evidenciando que não há ator neutro, nem mesmo os cientistas. As respostas econômicas voltaram-se para os países do Norte e houve um apagamento em relação a como enfrentar a recessão no Sul, principalmente o debate a respeito das desigualdades sociais vivenciadas durante a pandemia e que tendem a aumentar com o aprofundamento da emergência climática.

O *Colabora*, por sua vez, trouxe à tona, com certa recorrência, a retórica da justiça social e o questionamento a respeito do nosso modelo de desenvolvimento. Amelia Gonzalez, em junho de 2020, apresenta uma lista de iniciativas que buscam pensar nosso sistema social com mais inclusão social e respeito ao meio ambiente, fundamentada na justificativa de que “[...] um mundo que conseguiu construir um cenário em que 2.153 bilionários têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – ou cerca de 60% da população mundial (conforme último relatório da Oxfam) precisa de mudanças profundas. Em todos os setores” (26/06/2020).

Gonzalez afirma que é o momento de: “[...] pensar sobre um novo desenvolvimento na era pós-covid-19, a doença que forçou o mundo a pisar

no freio desde o início do ano”. E segue lembrando que é nesses períodos de turbulência que temos chance de avançar em termos de equidade ou ampliar as diferenças, remetendo inclusive ao período pós-colonial:

O perigo é que as políticas formatadas pelos donos do poder acabam por beneficiar apenas os que já estão bem localizados na pirâmide social. Foi o que aconteceu no período pós-colonial, segundo a maioria dos autores que escreveram para o livro organizado por Rahnama. É o que organizações da sociedade civil estão tentando evitar agora, quando se pensa num mundo pós-pandemia.

Articula-se aqui um discurso questionador do desenvolvimento hegemônico, associado à informação sobre quem se beneficia com as novas regras impostas. O texto apresenta uma série de alternativas, com matizes ideológicos mais ou menos alinhados ao *establishment*. Há propostas como o *New Green Deal*, programa de recuperação verde americano; o projeto *The Leap*, no qual Naomi Klein é um dos nomes de destaque; a chamada global, encabeçada pelo papa Francisco, em prol de um ambiente mais cuidado e inclusivo; a plataforma *Progressive International*; a iniciativa *The New Economic Foundation*; e a Economia Donut, criada pela economista britânica Kate Raworth. Cada uma delas é explicada brevemente, mas o sentido de que saídas estão sendo pensadas e articuladas escancara que não é preciso atualizar o discurso dominante: é preciso avançar em outros caminhos.

Outro texto que busca problematizar a crise sanitária com interfaces climáticas é titulado com uma interrogação – “Quem falhou em prevenir pandemia vai evitar a catástrofe climática?” (22/06/2020) – e apresenta a comparação com a crise climática, comentando que uma crise pode ofuscar a outra. A retórica é da defesa da ciência, mas o texto lembra que nem todos são afetados da mesma maneira, resgatando a ideia de justiça social:

As transições sociais abruptas e desordenadas são mais devastadoras para populações vulneráveis, amplificando desigualdades

e injustiças existentes em todo o mundo. Nos Estados Unidos, está provado que os impactos da pandemia afetam mais mulheres, negros e latinos. Estes sofrem de desemprego relacionado à covid-19 e as empresas dirigidas por estes grupos não têm acesso à ajuda federal. E o mesmo acontece no Brasil, onde um píffio programa de ajuda não chega a milhões de pessoas, ou empresas familiares quebram aos milhares porque o crédito acaba sendo dirigido para os grandes negócios.

De forma explícita, o *Colabora* busca esclarecer aos seus leitores as ligações entre as duas crises com mais uma pergunta: “O que a pandemia tem a ver com a mudança do clima?” (11/04/2020). O *lead* é otimista, afirma que podemos tirar lições da pandemia para lidar com a crise climática e não ser subservientes aos interesses do mercado, além de fazer uma crítica ao apelo simplista de que a humanidade é o grande problema de tudo (tal argumento não nos ajuda a pensar em soluções). Na verdade, o sistema econômico é colocado como promotor dessa circunstância: “O *coronavirus* está deixando uma lição importante. Com mudanças profundas, como a ameaça ao clima, *precisamos para sobrevivermos, e mesmo prosperar em um planeta interconectado, aprender como subordinar as necessidades do mercado às nossas necessidades. É tentador dizer que humanos são uma peste no mundo.* E que, de onde eles se afastam, a natureza floresce. É fácil dizer que, quando as pessoas são obrigadas e ficar em casa, a natureza se recupera com nossa ausência. *Esta é a lição errada que a pandemia pode nos ensinar sobre o clima. Humanos são parte da natureza – não separados dela – e a atividade humana que fere o ambiente também nos atinge.*”

Percebemos que esse último apontamento busca desnaturalizar a separação entre homem e natureza, demonstrando para o leitor como a humanidade faz parte do planeta, de forma ampla. Esse texto é marcado pela ideologia biocêntrica e enfatiza que há injustiças envolvidas: “*E a agressividade da pandemia, como também a da crise climática, vai se fazer sentir de forma mais intensa em nossas populações mais vulneráveis – os pobres, sem-teto, os mais velhos, os encarcerados e aqueles*

com empregos precários – enquanto as corporações internacionais dirigidas pela lógica dos lucros e crescimento interminável procuram novos mercados e mão-de-obra barata”.

Ao final, mais do que conectar as crises pelas causas, gravidade ou urgência, detém-se no enfrentamento: *“Todas exigem uma resposta local e global e pensamento de longo prazo; e todas precisam ser guiadas pela ciência e proteger os mais vulneráveis dentre nós. Ainda, todas demandam vontade política para fazermos mudanças fundamentais quando nos depararmos com riscos existenciais.”* A defesa da ciência e o olhar sobre aqueles que vivem em situação fragilizada são reforçados.

Tal enfoque repete-se em matéria que diz que a poluição anterior à pandemia gerou problemas de saúde dificultando o enfrentamento da covid-19 para muitas pessoas (05/04/2020). A apresentação do estudo da Aliança Europeia de Saúde Pública sobre a redução de GEE por causa da retração da atividade econômica provocada pela pandemia não minimiza o problema: a poluição atmosférica causa cerca de 400 mil mortes prematuras a cada ano na Europa. A poluição gerada pela queima de combustíveis fósseis é apontada e há um parecer negativo sobre os governos, com clara associação à questão climática: *“Sascha Marschang destaca ainda, no comunicado, que a pandemia do coronavírus exige mudanças nas políticas públicas. ‘O ar pode estar limpando na Itália, mas o dano já foi causado à saúde humana e à capacidade das pessoas de combater infecções. Os governos deveriam ter enfrentado a poluição crônica do ar há muito tempo, mas priorizaram a economia em vez da saúde, enfraquecendo o controle à indústria automotiva’.”*

Esse mesmo julgamento negativo em relação à inação dos governos (porque valorizam mais a economia do que outros setores) aparece na matéria sobre relatório da OMM que previa a retomada dos índices de emissões de GEE pré-pandemia ainda no segundo semestre de 2020. Aqui o grande tópico está focado nas causas com discurso pessimista: *“O refresco para o planeta nas emissões de carbono, consequência da quarentena causada pela pandemia, não durou muito”, “O relatório de 28 páginas aponta que as emissões vão cair em 2020, devido ao confinamento imposto na maioria dos países para enfrentar a pandemia,*

mas a queda anual – calculada entre 4% e 7% – não vai desacelerar a mudança climática”;[...] *embora muitos aspectos de nossas vidas tenham sido perturbados em 2020, as mudanças climáticas continuaram inabaláveis*”, *“As emissões de gás metano, que tem potencial muito maior de aquecimento, também aumentaram na última década”*, *“As emissões totais de CO₂ fóssil são agora 62% maiores do que as emissões na época em que as negociações internacionais sobre o clima começaram em 1990”*.

Apesar da sequência de fatos desanimadores que cercam a crise climática e do entendimento de que as respostas a ela sejam muito mais difíceis e complexas do que as da crise sanitária – pois para esta ao menos existe a vacina –, notícias com caráter tão pessimista são mais encontradas sob o tópico dos efeitos, e não das causas (ainda que seja bastante fácil articular os assuntos nesse último caso).

O *Envolverde*, pela sua natureza mais múltipla, associada a uma prática de curadoria de conteúdos, revela um olhar mais amplo, com diferentes perspectivas ideológicas e recortes. O primeiro texto, uma reprodução da coluna de Ricardo Abramovay para o jornal *Valor Econômico* publicada em maio de 2020, explora a percepção de riscos e o fato de a crise climática depender muito mais de ações planetárias, porque nenhuma medida em escala nacional dará conta sozinha (no caso do coronavírus, para evitar sua proliferação, o fechamento de fronteiras foi uma medida adotada, com relativo êxito). O sociólogo discorre sobre como é complexo avaliar riscos de longo prazo e de difícil mensuração: *“Tendemos a focar nossas decisões no curto prazo, a ignorar lições de desastres passados, a imaginar que nunca seremos atingidos por males que afetam os outros, a aderir a explicações simples diante de fenômenos complexos e a fazer escolhas apoiados na conduta e no universo cultural dos que nos são próximos. Estas características cognitivas, resultantes de nossa própria evolução, constituem obstáculos à percepção de fenômenos que têm trajetória contrária ao que nos ensina nossa experiência cotidiana [...]”*.

Abramovay trata das dificuldades que envolvem a percepção e a análise de risco tanto da pandemia quanto da crise do clima, apesar das especificidades de cada um desses eventos: *“Há outro fenômeno*

que traz a *marca do crescimento exponencial e diante do qual, igualmente, se espalha a ilusão perceptiva de que seu poder destrutivo é menor e muito mais distante do que o anunciado pelos que o estudam: as mudanças climáticas*"; "Não poderia ser maior o contraste entre a mobilização massiva (ainda que, em tantos casos, tardia e hesitante) contra o coronavírus e a complacência diante da emissão de gases de efeito estufa, venha ela dos combustíveis fósseis, dos fertilizantes nitrogenados, do rebanho bovino ou da destruição florestal"; e "Só que nada disso é visível a olho nu, contrariamente ao que ocorre com as tristes imagens dos efeitos da pandemia no sistema hospitalar e até no sistema funerário". Aqui o cotejo entre as crises passa pela compreensão das pessoas a respeito do perigo que representa cada uma delas, e como o enfrentamento da questão climática pode ser ainda mais difícil, considerando a invisibilidade de suas causas (as emissões de GEE) e a lenta e gradual manifestação de seus efeitos (que tendem a não gerar imagens chocantes e em tão longo período como ocorreu com os acometidos pela covid-19).

A mensagem de que a necessidade de combater a pandemia não pode apagar o problema climático é novamente trazida para o leitor: "A urgência da pandemia é imediata, mas não é razoável que ela ofusque a urgência de se enfrentar a crise climática". Essa é uma preocupação transversal aos três veículos estudados, que reconhecem que as urgências concorrem em termos de atenção midiática e necessidade de ações conjuntas.

O *Envolverde*, em maio de 2020, publica um texto da presidente do CEBDS, Marina Grossi, sobre clima e pandemia, calcado na retórica econômica (12/05/2020). A partir da analogia de que "há o risco de saltar da frigideira Covid para o fogo climático", o texto inicia com um dilema, como se tivéssemos chegado a uma encruzilhada: "Ou usamos a oportunidade de retomada dos negócios, colocando a economia global em um caminho em direção a um mundo "net zero", ou seja, zerando as emissões líquidas, ou nos prenderemos a um sistema fóssil do qual será impossível escapar". Esta declaração é sustentada por trabalho de pesquisa, "[...] que contou com a colaboração de mais de 200 representantes de bancos centrais em todo o mundo, ministros de Finanças do G-20

e acadêmicos de 53 países”, e não por “[...] um *ideário provido pelos especialistas do mundo da sustentabilidade*”. Com isso, Grossi ressalta seu posicionamento frente aos atores do mundo dos negócios e, mais que isso, associa os especialistas de sustentabilidade a uma reputação de menos crédito, por terem uma visão de mundo na qual a economia não é soberana. Ou seja, há um registro de gradação de confiabilidade, mesmo entre os acadêmicos, a partir de seus campos de atuação, sendo uns mais confiáveis do que outros.

A presidente do CEBDS defende que é preciso considerar os riscos climáticos e as emissões de GEE, pois “[...] há um *consenso global na comunidade científica* de que a superação do limite de mais 2°C na temperatura provocaria mudanças ambientais irreversíveis, que poderiam levar a desastres em massa, milhões de mortes e um mundo mais pobre para todos”, e que a pandemia permitiu que a sociedade percebesse que outro modo de vida é viável, apesar de perder visibilidade por conta do impacto do vírus. A ideia de que se deve aprender/tirar lições desse momento para fortalecer as ações em favor do clima também está presente: “[...] *a crise gerada pela covid-19 pode marcar uma virada no progresso das mudanças climáticas, se houver bom senso das lideranças políticas, empresariais e das instituições financeiras. Afinal, a crise traz imenso aprendizado, com sofrimento, para que a gente saiba descartar o que é nocivo e o que é preciso para alavancar um novo normal.*”

A expressão “novo normal”, que foi amplificada recentemente em razão da necessidade de novos hábitos e comportamentos para evitar a circulação do coronavírus, é situada aqui no plano futuro, prevendo que algumas mudanças, como o trabalho remoto, poderiam ser adotadas de forma permanente. Nota-se que, dentre todas as publicações que relacionam o clima com a pandemia, esse foi o único texto que fez referência à expressão, que é questionada pela ideologia biocêntrica por revestir de “novo” um discurso capitalista já conhecido, que tende a manter seu *modus operandi* a partir de incorporações paliativas, sem mexer de maneira radical no cerne de seu sistema. Entretanto, essa retórica da anomalia é anterior ao período pandêmico, repetindo-se de forma exaustiva nos textos, principalmente quando informam

sobre as consequências extremas (um exemplo disso é apresentado no capítulo seguinte).

O papel do Estado foi reconhecido, porém em parceria com os demais setores e com o apoio público: “A crise demonstrou que os governos podem intervir decisivamente quando a escala de uma emergência é clara e o apoio público está presente. A intervenção de Estados foi decisiva tanto para deter o aumento da taxa de infecção, no efetivo combate ao vírus, quanto na manutenção e na recuperação dos mais vulneráveis.”

A ação conjunta é reforçada, assim, como a alternativa para o mundo se recompor da crise, que passaria pelo esverdeamento da economia por meio de medidas gerenciais, como o aumento da eficiência, o aporte financeiro em atividades ditas “limpas” (que não excluem necessariamente aquelas rotuladas como “sujas”) e a mercantilização da natureza, apresentada como “capital natural”: “[...] investimento em infraestruturas físicas limpas; melhora da eficiência da construção civil; [...] investimento em capital natural para a resiliência e regeneração dos ecossistemas; investimento limpo em pesquisa e desenvolvimento”.

O tópico do discurso está centrado nas possíveis soluções forjadas no campo econômico, a partir da ideologia antropocêntrica: “Saímos com a certeza de que temos que ser mais resilientes, e o novo normal exige um esforço conjunto para direcionar os recursos escassos para efetivas mudanças em nossos patamares sociais, ambientais e econômicos. [...] nunca foi tão emblemático dizer que a saída da crise é verde”. Silencia-se sobre a contribuição real dos setores que seguem se movendo e lucrando a partir unicamente dos interesses de mercado, como se não houvesse a possibilidade de algum dia deixar de ser extrativista e dominador.

O modelo neoliberal, colonialista e capitalista não aparece como fonte dos problemas, apenas como parte das soluções. Essa é uma constatação obtida a partir dos estudos do jornalismo hegemônico, mas que parece dominar também os meios não hegemônicos, que dão pouca prioridade às causas do problema, como identifica a análise por tópicos apresentada na sequência. Além disso, boa parte das alternativas de enfrentamento apresentadas não são radicais e nem problematizam o que está no cerne do agravamento climático.

A reflexão sobre o que seriam novos paradigmas de desenvolvimento aparece na publicação que teve como gancho o Dia da Terra (22/04), efeméride habitualmente coberta pela imprensa. Publicado um dia antes, o texto emprega estratégias de aproximação do leitor a fim de mostrar que “[...] *nós temos a oportunidade de refletir e dialogar especialmente por meio digital, dentro de nossos ‘aquários existenciais’*” (23/04/2020) a respeito do desequilíbrio gerado no planeta. A questão do consumo é levantada: “Este cenário [...] impõe a reflexão *sobre a alteração possível de comportamento e prioridade na relação de consumo e bem-estar. O que as mesas de negociações entre as nações nas Conferências do Clima mundiais ainda pelem para conseguir*”.

O texto é escrito na primeira pessoa do plural, incluindo o leitor no discurso e partilhando com ele as dificuldades desse momento atípico provocado pelo coronavírus, assim como as possibilidades de resposta, já que a vida é totalmente interdependente de outros fatores naturais que estão sendo desequilibrados – e isso tende a piorar com a emergência climática: “[...] *Os efeitos da lei de ação e reação revelam o quanto temos a dependência de nossas mudanças dos padrões de desenvolvimento na contemporaneidade. Esta mudança nos obriga a decidir como pretendemos contribuir voluntariamente para um planeta saudável, e, quem sabe, tornar o 22 de abril de 2021, uma data com uma nova leitura.*

Sob o mesmo enfoque, uma matéria que tem como fonte o cientista Carlos Nobre relaciona o isolamento social, adotado para evitar disseminação da doença, com a possibilidade futura de ser uma medida a ser usada para adaptação às temperaturas extremas: “[...] uma vez que o corpo humano não consegue suportar determinadas condições de temperatura e umidade, *ondas de calor levariam as pessoas a evitar ambientes externos, o que tornaria o confinamento uma regra se não conseguirmos deter as mudanças do clima*” (16/04/2020).

O texto traz outras informações que conectam as duas crises, como a desmistificação da ideia de que as medidas de distanciamento social estariam sendo benéficas para o meio ambiente. Em coro com outras vozes identificadas em outras matérias, Nobre realça que “[...] a *pandemia deixa como aprendizado o alerta com relação aos riscos das mudanças*

*climáticas e a expectativa de uma economia mais verde. ‘Nós temos que aproveitar a saída da crise pandêmica para colocar o Brasil cada vez mais em trajetórias de sustentabilidade’, afirma.” Assim, junto com o alerta sobre a crise, o discurso já entrega a “única solução possível”, a economia verde, amparada pela legitimidade e credibilidade que os cientistas têm, fontes reconhecidas por serem objetivas e desinteressadas – aliás, há uma parte do setor empresarial que quer obter esse mesmo *status*, colocando-se no centro de disputas discursivas como agentes promotores e divulgadores de estudos – portanto, afinados com a ciência.*

A pandemia também afetou a agenda da COP-26 que foi transferida de 2020 para 2021. Sobre isso, a *Envolverde* publicou uma matéria em abril de 2020 em que reproduz um texto da agência de notícias IPS, assinado por representante da Global Reporting Initiative (GRI). O texto destaca que essa alteração não deve diminuir a ambição climática, em face da seriedade e urgência que envolvem as mudanças climáticas. O realce na retórica econômica é verificado na continuidade do texto, que inclusive menciona que a iniciativa pode auxiliar o setor privado a se encaixar nesse novo padrão:

Os esforços dos governos para combater as mudanças climáticas precisam incluir um maior envolvimento do setor privado. As empresas têm um grande papel ajudando a reduzir as emissões de carbono e contribuindo para soluções. É por isso que as práticas de negócios sustentáveis precisam estar na frente e no centro dos esforços corporativos para realinhar a maneira como operam, agora e depois da pandemia (14/04/2020).

Esforços que podem servir também como forma de divulgação e *marketing* empresarial: “A GRI é a organização independente e com várias partes interessadas que *fornece a estrutura de relatório de sustentabilidade mais usada, os Padrões da GRI*”. E segue: “[...] durante esse período de testes, *continuamos ajudando as empresas a divulgar seus impactos e apoiando os governos a colaborar com o setor privado no cumprimento dos compromissos nacionais de mudança climática*”.

A penúltima notícia desse recorte é assinada por Adele Peters, que compara as respostas dos governos frente às duas crises observadas. No texto, ela afirma que falta vontade política no caso da questão climática: “Mas em países de todo o mundo, governos e cidadãos foram rápidos em mudar hábitos diários. *O mesmo não aconteceu no clima da crise climática*”. Ponto de vista complementado pelo diretor do 350.org, May Boeve, entrevistado por Peters: “E é exatamente isso que o movimento climático pede aos governos e às pessoas que façam há anos diante de um tipo diferente de ameaça – a crise climática – *e não vemos uma ação proporcional*. Por um lado, mostra que é possível fazer isso, e é possível que esse tipo de mobilização de recursos ocorra em um curto espaço de tempo.”

Apesar das similitudes existentes entre as crises em termos de causas, alcance, gravidade, prejuízos e respostas, a emergência climática pressupõe rever estruturas poderosas dentro do nosso sistema atual, ao passo que é possível combater a pandemia dentro do sistema estabelecido: “*Mas a mobilização geral não se parece em nada com a resposta ao coronavírus*. Em parte, isso ocorre porque *a mudança climática ainda parece um problema um tanto distante*, apesar do número crescente de desastres relacionados ao clima que acontecem todos os anos. Outro desafio óbvio: “*Mas a mobilização geral não se parece em nada com a resposta ao coronavírus*. Em parte, isso ocorre porque *a mudança climática ainda parece um problema um tanto distante*, apesar do número crescente de desastres relacionados ao clima que acontecem todos os anos. Outro desafio óbvio: *na crise climática, empresas poderosas têm muito a perder se o mundo agir de maneira decisiva e, com o vírus, embora muitas pessoas estejam perdendo dinheiro, não há oposição igualmente maciça para tentar resolver o problema*.” Tal questão aparece no fim da matéria de forma positiva, sinalizando para mudanças, como o distanciamento de empresas de combustíveis fósseis. Entretanto, cabe dizer novamente, o quadro exige alterações ainda mais abruptas: “*O poder entrincheirado e a permanência no status quo é o que diferencia a mudança climática dessa crise em particular*”, diz Boeve. “*Isso é algo no qual muitas pessoas estão trabalhando e isso está mudando. Está se tornando cada vez mais*

difícil politicamente justificar receber doações de empresas de combustíveis fósseis, por exemplo. Isso está começando a mudar.”

Finalmente, uma notícia publicada no dia 24/11/2020 nos três veículos baseia-se no boletim da OMM sobre a emissão de GEE, ratificando que as medidas restritivas para conter o contágio da covid-19 não foram suficientes para reduzir a tendência de aumento, iniciada em 2019. Nesse sentido, sublinhamos que uma crise não é resposta para outra: *“A pandemia de covid-19 não é uma solução para as mudanças climáticas. No entanto, ele nos fornece uma plataforma para uma ação climática mais sustentada e ambiciosa para reduzir as emissões a zero por meio de uma transformação completa de nossos sistemas industriais, de energia e de transporte”*.

O sentido de que não há mais o que esperar para mudar aparece no fechamento do texto, como ocorre em vários outros: *“A pandemia de covid-19 não é uma solução para as mudanças climáticas. No entanto, ele nos fornece uma plataforma para uma ação climática mais sustentada e ambiciosa para reduzir as emissões a zero por meio de uma transformação completa de nossos sistemas industriais, de energia e de transporte. As mudanças necessárias são economicamente acessíveis e tecnicamente possíveis. E afetariam nossa vida cotidiana apenas marginalmente. É para comemorarmos que um número crescente de países e empresas estejam se comprometendo com a neutralidade de carbono”,* disse o presidente da OMM. *“Não há tempo a perder”,* acrescentou.

Esse encerramento é uma característica transversal aos discursos dos veículos analisados, que se diferenciam pela maneira como se reportam aos leitores (mais ou menos engajadores), pelo grau de radicalidade e questionamento que articulam seus discursos (atrelados diretamente aos atores consultados e suas ideologias) e pelas saliências dadas em termos de abrangência (foco internacional, nacional ou regional/local) e enquadramento (causas, efeitos ou respostas).

Verificou-se que nos três veículos analisados as conexões entre as crises sanitária e climática foram pontuadas, contemplando diferentes aspectos, como causas, consequências, respostas, percepções de risco e desigualdades quando se trata de quem são os afetados. A retórica

econômica ficou evidente nos textos que tratavam da recuperação da economia, dando nova oportunidade para o discurso neoliberal ocupar o debate sobre as soluções climáticas e, com isso, atualizando o capitalismo mantido ainda pelas estruturas de dominação colonial. Há alguns questionamentos sobre o *status quo* e as relações de consumo naqueles textos com enquadramento para ações pró-clima, de cunho reflexivo, mas que são minoritários na cobertura que articula o clima com a pandemia.

Regularidades dos discursos sobre a crise climática

Este capítulo traz e analisa os temas ligados as MCs mais recorrentes nos três veículos em 2019 e 2020. Os tópicos mais presentes nesse período voltaram-se para as ações pró-clima, diferente do registrado pelas pesquisas realizadas nos veículos hegemônicos, que tendem a enfatizar os efeitos (riscos e consequências). O contrário do registrado pelas pesquisas realizadas nos veículos dos meios hegemônicos. Por outro lado, o foco nas causas é minoritário.

A partir do título e do *lead*, as matérias foram classificadas em cinco categorias: *Causas*: focado no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico (capitalista, colonialista, neoliberal) e em atividades emissoras de GEE; *Efeitos*: centrado nas consequências negativas (e eventualmente positivas) das mudanças do clima, como riscos e desastres (por exemplo: extinções de espécies, aumento do nível do mar, degelo, inundações, estiagens etc.); *Soluções*: contém iniciativas dos setores privado e público orientadas para formas de mitigar ou adaptar; diz respeito a medidas concretas e não a planos ou recomendações; *Ações pró-clima*: engloba manifestações nas ruas, declarações de celebridades e promessas de políticos, exposições, criação de fundos e campanhas, além de outros eventos que buscam debater, sensibilizar e promover a ação climática, como as COPs; *Críticas à inação*: reúne notícias que tratam de atitudes incompatíveis com o enfrentamento do clima e sobre o posicionamento de negacionistas, sobretudo de autoridades públicas.

Com base nessa classificação, apresentam-se os exemplos de análise por veículo, buscando identificar as semelhanças e diferenças dos

discursos associados ao Norte Global, assim como tensionar os achados com a discussão de literatura apresentada.

As causas da crise climática

As causas da crise climática recebem menos atenção dos veículos de comunicação, tanto no exterior quanto no Brasil. A cobertura jornalística costuma se deter muito mais sobre os efeitos ou consequências da crise climática (LOOSE; MORAES, 2020; LOOSE, 2016). As causas são apresentadas de forma genérica, simplesmente como emissão de GEE, pressupondo que o público já sabe quais são os gases aí incluídos e quais são as atividades humanas que os liberam. Mesmo quando há uma explicação sobre o tipo de gás emitido ou a causa, parece algo distante do leitor, porque em geral está associado aos setores produtivos e não às suas atividades enquanto consumidor.

Entre as notícias analisadas nesse período, as causas foram as que tiveram menos espaço no conjunto dos temas principais, em todos os veículos, representando apenas 4% das matérias. O *Colabora* publicou oito notícias, o *Envolverde* publicou sete e o *Conexão Planeta* apenas quatro.

Os exemplos abaixo mostram como *Colabora* trata desse tópico:

O problema está no dióxido de carbono (CO₂) e no metano (CH₄), cujas concentrações são primariamente determinadas por atividades humanas. É bem documentado, por exemplo, que o CO₂ cresceu mais de 50% de seu valor nos anos 1700, devido à queima de combustíveis fósseis, coincidente com o início da revolução industrial (16/01/2019).

Os ruminantes, animais que regurgitam seu alimento e os remastigam, produzindo flatulências de metano, são responsáveis globalmente pela emissão de dois bilhões de toneladas cúbicas de CO₂ equivalente. Além disso, a derrubada de florestas para o pasto é responsável por outras 2,8 bilhões de toneladas métricas por ano. Quase 70% das florestas da Amazônia já foram derrubadas para

este fim – e isto inclui o uso de terra agricultável para o plantio de alimento para o gado, como a soja. Isto, claro, significa grande impacto no clima e no aquecimento global (11/02/2019).

Os GEEs – causadores da intensificação das alterações climáticas, que são derivados, sobretudo, de atividades humanas como queima de combustíveis fósseis e desmatamento – estão presentes, inclusive em títulos, mas nem sempre a conexão entre causa e consequência acontece. Fala-se muito em aumento e redução de emissões, na necessidade de mitigar as emissões, porém uma explicação mais fácil sobre quais são as atividades que mais geram GEE é pouco frequente e sempre bastante breve, partindo-se do pressuposto de que é algo já conhecido pelo leitor. Apresentamos a seguir exemplos de matérias do *Envolverde*:

O dever de casa é o seguinte: sair da matriz energética com combustíveis fósseis para limpas e renováveis e combater desmatamentos, *entre outras causas do aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa* (GEEs) (17/12/2019).

Um dos principais motivos para esta análise, se pauta *na diminuição dos poluentes e gases de efeito estufa (GEEs), por meio da redução significativa das frotas veiculares nas ruas e da poluição industrial, consequentemente, diminuindo a utilização de combustíveis fósseis* (23/04/2020).

A notícia “Brasil tem emissões estáveis em 2018” (06/11/2019), por exemplo, apresenta os balanços das emissões por setor, afirma ser importante o país reduzir esse número, mesmo que o resultado anual seja de estabilidade, mas não faz uma associação direta com os efeitos da crise climática. Na matéria “Navios podem ganhar passe livre para emissões até 2030” (21/10/2020) até se diz que os GEE são a causa, mas não se preocupa com a possibilidade de nem todos entenderem o que provoca tais gases: “A Organização Marítima Internacional (IMO), regulador desnavegação no âmbito da ONU, realiza esta semana uma rodada

de negociações on-line com representantes dos 174 estados membros para estabelecer um plano de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa”. Mais adiante há uma explicação que ainda parece incompleta, por não dizer que o óleo diesel marítimo usado como combustível por esses navios possui alto teor de enxofre; porém, por outro lado, busca revelar como o Brasil está envolvido:

A economia brasileira é uma grande exportadora de *commodities* – produtos que pesam muito, ocupam espaço considerável nas embarcações e não têm valor agregado elevado. A situação é oposta à dos exportadores de produtos industrializados, sobretudo os de tecnologia, que pesam pouco, valem muito e podem ser transportados em aeronaves. O país também está distante dos maiores mercados globais, e as pesadas embarcações carregadas, por exemplo, com minério de ferro, percorrem longas distâncias até chegar à China ou à Europa, *emitindo quantidades exorbitantes de gases causadores do efeito estufa no trajeto*.

Há momentos em que se nota o esforço de atrelar a emissão de GEE ao dia a dia das pessoas, quando se fala em estilos de vida e desperdício de alimentos:

O desperdício de alimentos no mundo vem contribuindo para o aumento das mudanças climáticas. [...] Um terço da alimentação ou se perdeu ou foi desperdiçada. *A comida que foi parar no lixo impactou entre 8% a 10% as emissões de gases de efeito estufa* (COLABORA, 09/08/2019).

O estilo de vida adotado nas cidades e grandes centros urbanos são os grandes responsáveis pelo aumento na temperatura do planeta (COLABORA, 23/10/2019).

Mesmo no caso dos veículos não hegemônicos alinhados com o meio ambiente, a contextualização mais ampla do que nos trouxe até

esse contexto de emergência climática ocorre de forma esporádica. É muito mais comum as MCs serem causa dos problemas (a perspectiva englobada na categoria “efeitos”) do que suas causas serem discutidas. A crítica ao modelo de desenvolvimento dominante e às suas contribuições para termos chegado até aqui são mencionados, mas não figuram como tópicos preferenciais.

Se o jornalismo hegemônico não discute o sistema porque é peça-chave do mesmo, o não hegemônico encontra dificuldades de lidar com os processos em andamento. Os critérios de noticiabilidade, voltados principalmente para aquilo que é novidade ou rompe com a dita normalidade, tornam a escolha dos acontecimentos climáticos bastante semelhante, levando à produção de notícias focadas em divulgação de estudos ou relatórios, protestos, ações e soluções que possam ser fotografadas, tornadas visíveis. Como as causas da crise climática, ligadas ao nosso modo de viver, tendem a ser silenciadas ou postas como inevitáveis pelo discurso global dominante, a construção dos discursos jornalísticos sobre isso requer outra lógica, diferente do que costumamos entender como gatilho para elaboração da notícia.

Verificamos que é bastante incomum, mesmo para os veículos não hegemônicos, trazer à tona os processos que geraram e alimentam a crise climática, porque eles foram naturalizados pela sociedade e não apresentam nenhuma novidade: é o modo como nos relacionamos com a natureza que precisa ser revisto. E isso inclui a forma como nos vestimos, nos alimentamos, nos deslocamos e aqueles valores que determinam como e onde investiremos nosso tempo e dinheiro.

De todo modo, é possível encontrar críticas ao modelo baseado apenas em crescimento, como nos trechos abaixo:

Fato é que como disse a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em mensagem enviada aos principais profissionais do vinho, *continuar com o “business as usual” será uma catástrofe* (COLABORA, 25/09/2019).

Ao se manter este modelo de desenvolvimento que privilegia os combustíveis fósseis e o mau uso da terra, com atividades extensivas e desmatamentos, a emissão dos GEEs só tende a extrapolar e causar este desequilíbrio já perceptível no planeta (ENVOLVERDE, 25/09/2019).

As causas da questão climática poderiam estar mais presentes na cobertura dos meios não hegemônicos justamente por sua postura mais questionadora; contudo, esta pesquisa mostra que ainda há silenciamentos sobre quem são os responsáveis que nos trouxeram até aqui. Aponta-se para o modelo vigente, mas não se fala continuamente sobre quem são os atores beneficiados e interessados em assegurar o funcionamento das coisas assim como elas estão. Historicamente, os países do Norte, ou chamados ricos, contribuíram para isso de forma muito mais expressiva que os do Sul. E, independentemente da localização geográfica, as pegadas de carbono das pessoas com maior poder aquisitivo são sempre maiores que as daquelas que detêm recursos limitados.

No caso brasileiro, há algumas notícias que mencionam a agropecuária, principal fonte de emissão por conta do desmatamento e da criação de gado, mas não há a repetibilidade necessária, apontada por Resende e Ramalho (2019), para que haja êxito nessa representação. Uma matéria de julho de 2019 do *Conexão Planeta* visibiliza uma campanha longa, composta por quatro vídeos, que busca desvelar o que está por trás do agronegócio e como isso influencia o problema climático. Essa matéria é chave também em termos de respostas à crise climática, informando e incentivando a redução do consumo de carne, pois responsabiliza o agronegócio como o grande responsável pela emissão dos GEEs: “[...] o agronegócio é responsável por emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em quantidade equivalente a emitida por todos os carros, trens, navios, ônibus e aviões juntos!”. Informa sobre leis e subsídios que incentivam esse setor no Brasil: “[...] o atual sistema de produção de alimentos está amparado por leis governamentais e não só avança sobre os ecossistemas como também impacta os pequenos produtores rurais”. Relaciona megaempresas, como JBS,

Unilever, Bunge e Cargil, a esse sistema, que, segundo o veículo, “*está literalmente incendiando o planeta*”, em boa parte porque compra gado criado em áreas protegidas da Amazônia: “*As companhias prometeram redobrar cuidados com fornecedores das commodities mais ligadas à destruição florestal: soja, gado, óleo de palma e papel e celulose, conta o Greenpeace em seu site. Mas o prazo acabou e as florestas continuam sendo destruídas a um ritmo alarmante*” (23/07/2019).

Sob a perspectiva do jornalismo ambiental, expor as causas dos problemas é fundamental para conseguir tratar de alternativas. Se as causas são ocultadas ou internalizadas como inevitáveis, como promover o debate sobre outros caminhos possíveis? Como questionar algo que nos é apresentado como inescapável e não como resultado de um sistema escolhido e mantido para parecer o único? Os trechos acima misturam textos da campanha e da autora da matéria, ambos permeados por um posicionamento crítico e ativista, de que, ao contrário do que é difundido por alguns meios de comunicação hegemônicos, o agronegócio não é “*tech, pop, tudo*”, como publiciza o *slogan* da campanha da Rede Globo.

O discurso cita megaempresas da indústria da agricultura animal que fazem *lobby* para receber vantagens governamentais e aumentar suas fatias de lucro em detrimento da conservação ambiental. O agronegócio não apenas é um grande “vilão” em termos de emissões brasileiras, mas também colabora para contaminação da água, do solo e envenenamento dos seres vivos ao longo da cadeia alimentar, reduzindo a diversidade de espécies e gerando uma série de desequilíbrios. Além disso, há um discurso dominante, presente na campanha do *Grupo Globo*, segundo o qual o agro das *commodities* é o mesmo que nos alimenta. Esse discurso é escrutinado no texto, valorizando os pequenos produtores rurais e a produção orgânica. Pollin, em diálogo com Chomsky (2020), defende o cultivo de orgânicos como alternativa ao sistema industrial e forma de redução e controle das MCs. Mesmo não tendo a mesma produtividade do sistema industrial, baseado em monocultura, deve-se pensar em alternativas a um modelo de agricultura que deteriora as condições naturais das quais é dependente.

Não custa lembrar que em 2020 o país sofreu um incremento de incêndios florestais, com inúmeros prejuízos em diferentes biomas, e mesmo assim esse nexo entre perda de florestas e crise climática não foi alvo de atenção desses meios. O desmatamento é citado em duas das manchetes listadas; porém, considerando o volume total de textos publicados, essa é uma questão que praticamente está ausente na cobertura climática.

Os efeitos climáticos

Como já dito, nos estudos sobre a cobertura climática, feitos majoritariamente a partir de impressos da dita imprensa tradicional, há uma predominância de enfoques ou enquadramentos sobre riscos e catástrofes associados às MCs. As consequências, quase todas negativas, são as manchetes de grande parte das notícias analisadas, que trazem problemas associados à crise climática, como secas, tempestades mais severas, extinção de espécies, migrações e doenças. Fenômenos já conhecidos tornam-se mais graves em razão das MCs e outros surgem a partir do desequilíbrio do ecossistema global da Terra.

A pesquisa mostra que este é um dos tópicos preferenciais dos veículos não hegemônicos analisados, totalizando 30% dos temas mais abordados nos três veículos, o que possui bastante semelhança com a perspectiva adotada nos veículos hegemônicos, sendo os atores do campo científico os mais acionados. Esse é o segundo tema mais mencionado quando tratamos da cobertura climática nos meios estudados.

O *Colabora* empregou com maior frequência essa perspectiva em relação aos demais (34%), reforçando os resultados obtidos por Kenix (2011) de que não há tanta diferença nas notícias sobre clima nas duas modalidades de jornalismo em foco. Em *Conexão Planeta* (31%) e *Envolverde* (26%), esse foi o segundo tópico mais usado, ficando atrás do tópico das ações pró-clima. Voltaremos a essas diferenças no final do capítulo.

As fontes mais consultadas são os cientistas/pesquisadores/especialistas, e as notícias são elaboradas a partir de estudos, relatórios, pesquisas ou informes. A retórica da anomalia se faz bastante presente, destacando recordes, acontecimentos que são registrados pela primeira vez ou colocados como marcos:

Depois do junho mais quente da história, uma nova onda de calor fez a temperatura bater recordes por toda a Europa. Na Holanda, a máxima alcançou 41,7 graus, a temperatura mais quente já registrada no país, onde os termômetros nunca haviam atingido os 40 graus antes. A marca também é inédita na vizinha Bélgica, onde também foi registrado um recorde absoluto de calor com 40,2 graus, em Liège, no leste do país (COLABORA, 25/07/2019).

De acordo com um estudo – realizado por dois físicos especializados em sistemas complexos – *em poucas décadas haverá um “colapso irreversível” da civilização humana*, caso a humanidade permaneça no trajeto atual (ENVOLVERDE, 03/08/2020).

Neste tópico, expressões e vocábulos que remetem a uma ruptura com a normalidade ou com aquilo que se conhece são expressos, em tom de alerta, por atores que gozam de respeitabilidade e autoridade científica, conferindo efeito de veracidade e preocupação.

Tratar das MCs por meio de enquadramentos relacionados aos seus riscos ou efeitos negativos é bastante comum na imprensa hegemônica, já que esses discursos se encaixam perfeitamente nos critérios de noticiabilidade dominantes do campo jornalístico e são respaldados por fontes reconhecidas na sociedade. O que talvez pudesse ser uma distinção dos meios não hegemônicos, considerando a possibilidade de maior participação e distanciamento da lógica tradicional, é a expansão de tais recortes, relacionando efeitos com causas e respostas. Essa leitura alargada, com maior contextualização e pluralidade de vozes, associada aos preceitos do jornalismo ambiental, ainda se mostra um desafio para

ambas as modalidades. Como ratifica Bossato Fernandes (2019), a ausência de uma problematização maior dos assuntos limita o papel potencialmente transformador dos meios alternativos.

As soluções para reagir às MCs

As matérias que apresentam soluções são minoritárias nos veículos não hegemônicos, equivalendo a 12% dos textos. Além disso, grande parte deles parte da perspectiva dominante, sendo alinhados com o sistema capitalista-colonialista vigente. O *Colabora* e o *Envolverde* deram visibilidade a soluções divulgadas por empresas sem nenhum contraponto, apenas sinalizando, em alguns casos, que se tratava de “conteúdo de marca” ou que a jornalista tinha viajado a convite da instituição. Assim, algumas soluções apresentadas tornaram-se conteúdos promocionais, como aconteceu com o *Colabora* no caso da empresa holandesa Fairphone (“Em busca do *smartphone* sustentável”, publicada em 02/10/2019), de Itaipu (“Itaipu: energia limpa e floresta em pé”, publicada em 25/01/2020) e da Coca-Cola (“CEO da Coca-Cola Company assina pacto pela economia circular e reforça compromisso da companhia com a sustentabilidade”, publicada em 02/07/2020).

No caso do *Envolverde* isso é mais comum: as matérias sobre soluções estão quase todas atreladas à economia verde. As próprias manchetes sinalizam para os bons feitos das empresas: “Projeto de Energia Renovável do grupo Telefónica conquista prêmio GLOMO no MWC” (07/03/2019); “Leão Alimentos e Bebidas reduz emissão de CO₂” (16/05/2019); “Santander será 100% abastecido por energia renovável até 2025” (07/06/2019); “Fecomércio-SP adere a Acordo de São Paulo para incentivar a redução de gases do efeito estufa (29/11/2019); “Air France convida clientes a votarem em projetos de compensação de carbono, um é no Brasil” (17/02/2020); “Delta investe US\$ 1 bilhão para ser a primeira companhia aérea neutra em carbono” (17/02/2020); “Vivo adota modelo de geração distribuída e passa a produzir a própria energia em todas as regiões do Brasil” (21/07/2020);

“CDP reconhece a Vivo com a classificação ‘A’ por sua gestão climática global” (10/12/2020); “Aliança ZEBRA anuncia a expansão de ônibus elétricos na América Latina” (11/12/2020); e “GPA condiciona bônus de executivos a metas de redução de carbono” (16/12/2020). Focando na iluminação inteligente, há uma matéria de novembro de 2020 que promove os produtos da Signify: “Iluminação inteligente é o primeiro passo para ser uma *Smart Citi*” (23/11/2020).

O *Envolverde*, em comparação aos demais veículos, possui um discurso mais alinhado à sustentabilidade empresarial, com retórica econômica corrente. As alternativas ligadas à eficiência energética, energias renováveis e precificação de carbono aparecem no período que estudamos:

Com mais de 50 empresas inscritas, o Pré-COP-25 incentiva a *implantação de novas tecnologias* nas empresas e a *adoção de soluções sustentáveis inovadoras*, tornando as participantes *mais eficientes* na questão das mudanças climáticas” (29/11/2019).

Alinhada com os interesses do mercado, a notícia “Empresas incorporam mudanças climáticas em estratégias de negócios” transforma o problema gerado pelo extrativismo no qual se sustenta o capitalismo em nova oportunidade; o papel das empresas sempre é ressaltado no cenário das soluções:

A integração das questões climáticas na construção dessas políticas, inclusive, *pode apresentar soluções para endereçar o atual déficit orçamentário por meio de instrumentos financeiros inovadores como títulos verdes e debentures incentivadas*. O estudo destaca que há um *apetite crescente de investidores por esses produtos financeiros*. O mercado global de investimento de impacto, que considera critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), já movimentou US\$ 502 bilhões, considerando os ativos de 1.300 investidores de impacto de todo o mundo. Somente na América Latina, foram captados US\$ 521 bilhões via títulos verdes no mundo e US\$ 7 bilhões” (16/12/2019).

“As empresas têm um grande papel ajudando a reduzir as emissões de carbono e contribuindo para soluções. É por isso que as práticas de negócios sustentáveis precisam estar na frente e no centro dos esforços corporativos para realinhar a maneira como operam, agora e depois da pandemia” (14/04/2020).

No contexto da pandemia e da recessão econômica por ela gerada, o discurso da economia verde foi catapultado, especialmente pelos países do Norte:

“[...] temos *que gerar recursos e impulsionar a retomada pós-pandemia reduzindo as emissões de carbono*” (12/05/2020).

Tal discurso é coerente com aquele adotado pela ONU, seja pelo viés dos ODS, seja nos relatórios do IPCC. A matéria publicada no dia 14/09/2020 resume bem a perspectiva reformista:

As seis ações incluem: gerar novos empregos e negócios por meio de uma *transição limpa e verde*; tornar os resgates públicos condicionantes de *empregos verdes e crescimento sustentável*; *migrar da economia cinza para a economia verde*, tornando as sociedades e as pessoas mais resilientes; canalizar investimentos de fundos públicos para setores e projetos sustentáveis que ajudem o meio ambiente e o clima; levar em consideração os riscos e oportunidades do clima no sistema financeiro, bem como na formulação de políticas públicas e infraestrutura; e trabalharmos juntos como uma comunidade internacional (13/11/2020).

Em outro momento, o *Envolverde* apresenta estudo que promove o plantio de árvores: “Além de preservar as florestas que já existem, a melhor solução para reduzir drasticamente o excesso de dióxido de carbono na atmosfera e conter o aquecimento global é plantar árvores. Em todos os espaços possíveis do planeta que não são ocupados nem por zonas urbanas, nem destinados à agropecuária” (08/07/2019).

Essa alternativa é destacada novamente em outra matéria publicada menos de um mês depois: “O plantio de árvores e a redução de emissões de carbono andam juntos, e são necessárias ações em todos os setores para tornar as cidades mais verdes e reduzir as temperaturas” (03/08/2020). Uma das matérias desse tópico foca em opções que se relacionam com o setor agroalimentar:

[...] cinco estratégias que podem ajudar a *redução da emissão de gases* no setor de produção e consumo alimentar. A primeira seria a adoção global de uma *dieta rica em vegetais, já que dietas baseadas em carne e derivados de animais estimulam a pecuária, que emite gases-estufa com mais intensidade para cada caloria de alimento que entrega ao mercado*. Ainda relacionado diretamente aos hábitos alimentares, o segundo ponto destaca a necessidade *de ajustar o consumo calórico per capita global para níveis saudáveis*. Em terceiro e quarto lugares, os pesquisadores apontam a necessidade *de aumentar o rendimento das safras e diminuir o desperdício de comida em 50%*. A quinta e última estratégia diz respeito à *redução da intensidade de gases-estufa dos alimentos, que pode ser atingida aumentando a eficiência da produção*” (12/11/2020).

Apenas no *Envolverde*, diga-se, há publicações a respeito de soluções revestidas de incertezas e controvérsias. Em uma delas, o veículo apresenta a questão da geoengenharia solar, a partir de um artigo de um defensor das pesquisas na área. Utilizando de generalizações, o texto defende o princípio da precaução como um entrave ao desenvolvimento:

[...] Por que a controvérsia? Muitos temem, com razão, que o *lobby da indústria de combustíveis fósseis explore a geoengenharia solar para se opor aos cortes de emissões*. Mas a maioria dos pesquisadores não é movida por tais interesses. *A grande maioria dos que pesquisam a geoengenharia solar – ou defendem*

a sua inclusão nos debates sobre políticas climáticas – também apoia uma ação muito mais forte de redução de emissões. Ainda assim, é muito provável que o Big Fossil – que vai das empresas multinacionais de energia às regiões dependentes do carvão e petróleo – venha a usar a discussão da geoengenharia para combater as restrições de emissão.

[...]

Os humanos raramente tomam boas decisões quando escolhem a ignorância ao invés do conhecimento, ou preferem a política à portas fechadas ao debate aberto. *Ao invés de manter as futuras gerações no escuro em relação à geoengenharia solar, devemos lançar tanta luz quanto pudermos sobre ela* (14/05/2019).

Da mesma forma que a geoengenharia levanta controvérsias no âmbito das respostas, a expansão dos biocombustíveis também não é consensual. Todavia, a matéria “Estudo aponta estratégia para mitigar a mudança no clima por meio da adoção de biocombustíveis” (14/09/2020) – embora apresente argumentos contrários no começo do texto –, segue afirmando que o estudo divulgado (pró-biocombustível) ajudaria a resolver esse impasse:

[...] *os benefícios líquidos da bioenergia na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) ainda são um tema controverso. Contra a sustentabilidade dos biocombustíveis, argumenta-se, por exemplo, que a conversão de terras não agrícolas em lavouras de culturas energéticas pode resultar em grande redução inicial de armazenamento do carbono estocado – conhecida como “dívida de carbono”.* Um estudo realizado por um grupo internacional de pesquisadores, publicado na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), *contribui para resolver essa discórdia.*

Aqui observamos que se constrói um sentido de que a ciência está apenas do lado daqueles favoráveis à mitigação por meio da adoção de biocombustíveis, enquanto aqueles que enxergam o aspecto

não sustentável teriam apenas argumentos não apoiados na ciência. Essa polarização, que usa a legitimação da ciência apenas para um dos lados, é reforçada aqui: “*Para refutar os argumentos dos críticos da sustentabilidade dos biocombustíveis, os pesquisadores usaram modelagem para estimar o potencial de cultivo de switchgrass e a produção de biocombustível a partir da gramínea para substituir fontes de energia fóssil e sequestrar carbono diretamente em comparação com outros esquemas de mitigação baseados no uso da terra, como reflorestamento e pastagens*”.

Nos dois casos de controvérsias, o *Envolverde* endossa a posição a favor da tecnologia, reduzindo o papel da precaução. De forma mais residual, o veículo abre espaço para outras alternativas, como é o caso da notícia “Economia circular pode ajudar países a combater mudanças climáticas, diz relatório” (01/02/2019), na qual destaca-se uma possibilidade que percebe o processo de produção de forma completa: “Eles deveriam reprojeter as cadeias de suprimentos lá atrás, nos poços, campos, minas e pedreiras, onde está a origem dos nossos recursos, de modo que nós consumamos menos matérias-primas. Isso não apenas reduzirá emissões, como também impulsionará o crescimento, tornando as economias mais eficientes”; e, no dia do Meio Ambiente (05/06/2019), o veículo reproduziu conteúdo do *Observatório do Clima*, o qual aponta que o capitalismo não precisaria acabar, mas “reorientar” seu funcionamento:

A produção e o consumo precisam incorporar variáveis que até agora não entraram na conta do capitalismo, como os custos externos da poluição, que são pagos por toda a sociedade. Uma maneira imediata de fazer isso, que já está em curso em vários países, é botar um preço nas emissões de carbono. Assim, atividades emissoras (por exemplo, a geração de energia por termelétricas a carvão, altamente poluentes) passam a pagar pela poluição e a competir em condições menos desleais com atividades menos poluentes (como a geração de energia solar). O capitalismo não precisa acabar para enfrentar a mudança do clima, mas precisa se reorientar, e muito rápido.

Esses exemplos revelam soluções orientadas, majoritariamente, para o capitalismo verde ou climático, que incorporam variáveis pró-clima, mas não propõem uma mudança de modelo econômico. As soluções apresentadas pelos demais veículos não fogem à regra.

O *Conexão Planeta* priorizou as soluções atreladas ao transporte, mostrando o que cidades e países, sobretudo da Europa, já estão fazendo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Seguem alguns exemplos: “Trens mais baratos e incentivos para carros elétricos estão entre medidas de novo plano do clima na Alemanha” (23/09/2019); “Holanda diminui velocidade máxima nas estradas para reduzir poluição e emissões de carbono” (15/11/2019); “Pelo clima, prefeita de Barcelona quer eliminar voos curtos – como a ponte-aérea para Madri – e convida moradores a viajarem de trem” (20/01/2020); “Veículos elétricos estão no centro do plano de recuperação da indústria automotiva da França pós-pandemia” (28/05/2020); e “Reino Unido antecipa para 2035 proibição da venda de veículos a gasolina e a diesel” (05/02/2020). A abrangência das notícias, oriundas do Norte Global, se repete, principalmente quando a pauta é recuperação econômica pós-pandemia.

Como nos demais veículos, o discurso reformista da economia verde está presente, como nos trechos: “A expectativa é que o setor privado também *aposte na economia verde* e faça um aporte três vezes maior do que esse valor” (19/11/2020); “Vários governos internacionais já anunciaram que irão *investir em uma economia verde pós-pandemia*. A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, por exemplo, afirmou que os programas de estímulo econômico deverão focar *em novas tecnologias e energias renováveis*” (20/07/2020), e “*A maioria das ações para mitigar as mudanças climáticas tem se concentrado na descarbonização de energia e transporte*, mas agora é amplamente reconhecido que será impossível manter as temperaturas globais em níveis seguros, a menos que haja uma transformação na forma como o mundo produz e consome alimentos, o que representa um quarto (26%) do total das emissões globais de gases de efeito estufa”, afirmam os especialistas” (11/12/2020).

Para além de uma notícia que enaltece a tecnologia como solução (“Robert Downey Jr. cria organização de inteligência artificial para limpar nossa ‘pegada de carbono’ em dez anos”, publicada em 10/06/2019), o *Conexão Planeta* propõe soluções baseadas na natureza e nas mudanças culturais: “Segurança alimentar do planeta depende da redução do consumo de carne e melhor uso da terra, alerta novo relatório do IPCC” (08/08/2019); “Restaurar florestas e ecossistemas pode ser a solução natural para combater as mudanças climáticas” (10/04/2019); “Um trilhão de árvores: a iniciativa global pela preservação da biodiversidade e combate às mudanças climáticas” (22/01/2020); e “Em 2020, mudança climática será assunto obrigatório em todas as séries das escolas italianas” (12/11/2019).

Já o *Colabora* possui uma diversidade maior de respostas, nem tão focadas nas empresas, como o *Envolverde*, nem tão centradas em ações governamentais, como o *Conexão Planeta* apresenta, especialmente no setor de transportes. Além das matérias orientadas para ações do setor privado, há discussões mais amplas, como as expostas em: “Avião, trem ou carro? Eis a questão climática” (31/03/2020) e “Seis caminhos para um mundo melhor, pós-pandemia” (26/06/2020). Seguem alguns exemplos de alternativas mais associadas à ideologia biocêntrica publicados no *Colabora*:

“Nosso trabalho mostra que as florestas sob a administração de povos indígenas e comunidades locais continuam a ter melhores resultados de carbono do que as terras sem proteção, o que significa que seu papel deve ser fortalecido para que os países da Bacia Amazônica consigam manter esse recurso globalmente importante, ao mesmo tempo em que cumprem seus compromissos sob o Acordo Climático de Paris” (07/02/2020).

Raworth sugere um sistema no qual as necessidades de todos serão atendidas sem esgotar os recursos naturais, contraponto possível ao crescimento ilimitado a qualquer custo (26/06/2020).

Embora existam vestígios de alternativas ligadas à ideologia bio-cêntrica, no geral, elas aparecem em volume bastante inferior às alternativas antropocêntricas, prevalecendo as soluções defendidas pelo Norte Global. Como já afirmado na análise da conexão entre o clima e a pandemia, a recuperação econômica pós-covid-19 deu nova urgência à implementação de soluções gerenciais e tecnológicas oriundas da economia verde. Moreno (2016, p. 292) nota a prevalência desse discurso, mesmo antes de 2020:

Sob a nova hegemonia “verde”, retornam as premissas do discurso de que somente através dos mecanismos econômicos e da generalização da racionalidade instrumental sobre decisões vitais (em relação ao clima, ao sistema alimentar, à água etc.) será possível fazermos a transição necessária que garantirá a continuidade da vida no planeta.

As soluções na área de mitigação prevalecem, ou seja, há uma exposição maior das mudanças orientadas para a redução das emissões de GEE. Em termos de adaptação, o *Colabora* discute o plano para fabricação de ilhas artificiais que possam abrigar populações de refugiados ambientais. Em “Ilhas flutuantes contra o aquecimento global” (23/04/2019), trata de um plano para substituir cidades costeiras que desaparecerão em razão do aumento do nível do mar, o que podemos entender como uma forma de se recomodar a nova realidade anunciada. Porém, a notícia deixa dúvidas em relação a sua concretização: “Difícil dizer se a Oceanix será capaz de realizar um projeto desta magnitude. Há muitos problemas a serem resolvidos, e grande parte da tecnologia necessária terá de ser criada do zero ou totalmente adaptada. E embora existam fundos verdes de capital, a empresa não informou como irá financiá-lo”. Esse veículo também chama atenção por trazer três vezes respostas às MCs associadas à agricultura, aproximando o tópico da realidade brasileira: “Agro no clima” (03/08/2019); “Inteligência Agroclimática para reduzir as emissões de gases de efeito estufa” (27/06/2019); e “Oásis verde no sertão” (22/06/2019).

As ações pró-clima

Esse foi o tópico mais abordado por *Conexão Planeta* (48%) e *Envolverde* (43%), e o segundo pelo *Colabora* (27%), o mais recorrente, portanto, ao longo do período nos três veículos analisados. No total, esse tema foi encontrado em 201 notícias, o que equivale a 42% das matérias analisadas. Por ser abrangente e reunir aspectos que se enquadram nos critérios de noticiabilidade do campo jornalístico, como manifestações de celebridades, greves pelo clima e eventos para debate do assunto, esse tema é facilmente associado aos gatilhos de cobertura jornalística.

Embora tenha os elementos necessários para que as ações pró-clima sejam cobertas também pela mídia hegemônica, aqui esse tópico ganha mais atenção porque se valorizam as vozes de ativistas – o que não é típico na modalidade tradicional de jornalismo. Essa abertura para movimentos sociais, ONGs e outras expressões de ativismo já havia sido identificada como um diferencial da imprensa não hegemônica em análise realizada na Turquia (GÜNAY; ISERI; ERSOY, 2019); entretanto, não significa que haja de fato notícias mais plurais (BOSSATO FERNANDES, 2019).

As fontes oficiais são substituídas por atores da sociedade civil, muitos deles considerados famosos. O *Conexão Planeta* faz uso recorrente dessa estratégia de visibilidade para a pauta climática: “Leonardo DiCaprio denuncia desmatamento na Amazônia em seu #desafio10anos” (11/02/2019); “Papa Francisco ‘puxa a orelha’ de ministros das finanças de diversos países em encontro sobre mudanças climáticas no Vaticano” (31/05/2019); “Guitarrista do Pink Floyd arrecada U\$ 21 milhões em leilão e doa todo dinheiro para ONG ambiental” (21/06/2019); “Aos 82 anos, Jane Fonda é presa ao protestar pelo clima, em frente ao congresso dos Estados Unidos” (14/10/2019); “Rainha da Inglaterra elogia atuação de jovens ativistas em mensagem de Natal” (27/12/2019); e “‘Nossa maior ameaça não é a crise climática. Mas as pessoas que estão no poder e não acreditam na ciência’, diz Harrison Ford” (02/06/2020).

Também as ações de Greta Thunberg se tornam gatilhos da cobertura para esse veículo, que em uma publicação de outubro de 2019

declara: “É impossível não falar da ativista sueca Greta Thunberg pelo menos uma vez por semana” (20/10/2019). Podemos notar que a jornalista do referido veículo é fã da jovem ativista e é bastante comum verificar trechos elogiosos à criadora do *Fridays for Future*. Aliás, a adjetivação positiva dos ativistas é uma marca discursiva desses meios, que buscam por meio da promoção de tais pessoas e ações também inspirar para a ação:

Capa da revista Time, indicada ao Prêmio Nobel da Paz, “Mulher do Ano” pelo jornal sueco Expressen e Embaixadora da Consciência da Anistia Internacional, esta não é a primeira vez que Greta inspira um artista. Em julho, ela gravou uma música com a banda britânica The 1975 (16/10/2019).

A adolescente de 16 anos que se tornou ativista feroz contra a inação dos adultos no combate às mudanças climáticas e inspirou cerca de 1,6 milhões de jovens (e adultos) pelo mundo, já está a caminho de Nova York para participar da Cúpula Climática da ONU, em 23 de setembro” (14/08/2019).

Há matérias que trazem vozes de ativistas não famosos (no caso da cobertura das greves pelo clima), mas em número reduzido. Pessoas sem fama ou notoriedade (ou cidadãos comuns) quase nunca recebem espaço e, quando aparecem, são introduzidas como recursos de ilustrações, assim como já acontece nos meios tradicionais. Também as vozes indígenas estão marginalmente presentes, concentradas principalmente nas coberturas da COP-25 do *Envolverde* e do *Colabora*. Há um espaço para vozes que geralmente estão ausentes nos discursos dominantes, mas ganham destaque aquelas que já possuem alguma visibilidade (seja ela institucional ou midiática). Diferentemente do que se supunha, a diversidade de atores ouvidos por esses veículos é bastante restrita, apesar de substituírem as fontes oficiais por ativistas.

As críticas à inação e ao negacionismo

Com a mesma porcentagem que “soluções” está o “críticas à inação” (12% do total). *Colabora* é o veículo mais questionador, com 20%. Seguem alguns exemplos: “Vaias e protestos a favor do meio ambiente e contra o governo” (22/08/2019); “Brasil: sem liderança e nem protagonismo na COP25” (01/12/2019); “Ação militar fracassa e Amazônia tem segundo pior agosto em 10 anos” (02/09/2020); “Ministério do Meio Ambiente caminha para extinção por inanição de recursos” (15/09/2020); “Grupo vai à ONU contra espionagem da Abin na COP-25: ‘antiético e inaceitável’” (30/10/2019); e “Emissões sobem 9,6% no primeiro ano do governo Bolsonaro” (06/11/2020).

Em segundo lugar, vem o *Conexão Planeta*, com 11%, chamando a atenção inclusive para o negacionismo e o desmonte das políticas públicas americanas. Como houve uma grande quantidade de notícias sobre os incêndios na Califórnia, a inação do presidente Donald Trump foi bastante citada:

Desde que foi eleito, Trump não esconde seu desprezo pela ciência e pelas mudanças climáticas e tem feito de tudo para desvalorizar os esforços dos países signatários do Acordo de Paris, assinado em 2015 na Conferência Internacional da ONU, na capital francesa. Em 2017, ele anunciou a retirada dos EUA do acordo, transformando-o na única nação do mundo a não ratificá-lo (04/06/2019).

Donald Trump nega a existência do aquecimento global e invalidou várias medidas para diminuir a emissão de gases de efeito estufa implementadas por seu antecessor, Barack Obama. Também retirou o país do Acordo de Paris, compromisso firmado por mais de 190 nações para reduzir as emissões de carbono, e assim, evitar o aumento da temperatura da superfície da Terra (21/10/2020).

Essa ênfase no contexto americano é explicada em parte porque uma das autoras dos textos mora em Washington e também porque o meio dedicou grande parte de sua cobertura climática a acontecimentos internacionais. De todo modo, *Conexão Planeta* também faz críticas ao governo Bolsonaro, com uso de adjetivações, ironias e perguntas retóricas, como nestas duas matérias, entre outras:

A imagem do Brasil no mundo só tem piorado, desde que Bolsonaro assumiu o governo. Basta citar algumas de suas ações, coerentes com seu plano desenvolvimentista: as ameaças constantes às reservas e aos povos indígenas, o incentivo à exploração econômica por mineradoras e pelo agronegócio, o desmantelamento dos órgãos de fiscalização e controle do desmatamento, a inação diante dos incêndios na Amazônia e outros biomas e do vazamento de óleo no litoral nordestino (que desceu até o Rio de Janeiro), a destruição do Fundo Amazônia, além de seu comportamento em encontros internacionais como a conferência das Nações Unidas sobre o clima: na última edição, em Madri, o governo fez de tudo para atrapalhar iniciativas conservacionistas (24/01/2020).

Bolsonaro não vai à Davos. O que diria lá, não é mesmo? E ainda correndo o risco de encontrar a “pirralha”? O presidente deve ter desistido pra evitar as perguntas da imprensa – ou mesmo de líderes globais ou empresários mais conscientes – a respeito dos incêndios na Amazônia, do vazamento de óleo em quase todo o litoral do país, as ameaças constantes aos indígenas (que se reuniram esta semana com Raoni, com grande repercussão mundial) ou ainda sobre seu ex-secretário de cultura nazista (21/01/2020).

A crítica ao governo ocorre em 9% dos textos do *Envolverde*, porcentagem um pouco menor em comparação aos outros veículos e aparecendo especialmente quando há republicação dos textos do *Observatório do Clima*, como ocorre com duas matérias publicadas em abril de 2019 – “No governo federal, *luminares como os ministros do Meio*

Ambiente, Ricardo Salles (Novo-SP) e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, insistem em que a mudança climática é uma mera discussão acadêmica ou uma conspiração esquerdista” (09/04/2019); “O presidente e o vice insistem em abrir as terras indígenas a todo tipo de atividade econômica, inclusive garimpo. [...] Se a MP 910, pronta para votação, for aprovada, o controle do desmatamento terá de ser feito por orações ou pelo coronavírus [...]” (16/04/2020).

As críticas permeiam os discursos, mas, nesses casos específicos, elas são a tônica dos textos. Essas matérias decorrem de manifestações consideradas negativas pelos meios por prejudicarem o cuidado ambiental e ocorrem, em sua maioria, no período de cobertura da COP-25. Esse tópico é um destaque e marca uma diferença em relação aos veículos hegemônicos, que, ao desejarem manter distanciamento dos fatos, acabam apresentando críticas por meio de estratégias mais sutis. A ausência de relação com os detentores de poder dá liberdade à imprensa não hegemônica para que ela se posicione como contraponto aos discursos hegemônicos.

A análise dos tópicos prioritários nos discursos dos três veículos aponta tendências muito semelhantes: os três concentram seus enquadramentos em abordagens de ações pró-clima e de efeitos, sendo que essa ordem só se inverte no caso do *Colabora*. E é nos temas menos abordados que as diferenças aparecem: os enfoques questionadores ocupam a terceira posição no *Conexão Planeta* e *Colabora*, enquanto o *Envolverde* destaca soluções (a maioria no âmbito da economia verde). Note que muitas notícias dessa categoria publicadas pelo *Envolverde* tratam de iniciativas empresariais sem contextualização maior. Isso sugere que entre os três veículos, o *Envolverde* é o que menos problematiza os conteúdos baseados na racionalidade econômica (diretamente associada ao modelo ecodestrutivo) e que, por meio de seus discursos, busca evitar julgamentos – ainda que os faça sob estratégias que gerem o efeito de distanciamento e suposta neutralidade.

Conexão Planeta e *Colabora* se diferenciam, sobretudo, pela abrangência da cobertura climática – enquanto no primeiro predominam os acontecimentos internacionais, com enfoque das discussões

oriundas do Norte, o segundo enfatiza o contexto nacional e se aproxima mais da realidade do Sul – e pelo estilo: *Conexão Planeta* adota recursos persuasivos e de aproximação com o público, enquanto *Colabora* tende a ter notícias predominantemente parecidas com o discurso jornalístico hegemônico, buscando passar um sentido de afastamento daquele que escreve. Nenhum dos três veículos destaca-se pela cobertura local/regional, ainda que existam notícias voltadas para o contexto de São Paulo e Rio de Janeiro.

A perspectiva desde o Sul

Neste capítulo identificamos os autores dos textos publicados. Isso amplia a análise porque articula as conexões entre o discurso (micro) e seu contexto social permeado de relações de poder e disputas (macro). O *Colabora*, por exemplo, tinha uma rede mais ampla de repórteres no período analisado, além de republicar conteúdos do *Observatório do Clima*, *The Conversation*, de agências de notícias ligadas a universidades públicas (*Agência Fapesp*, *Agência Faperj*, *Agecom UFRN*) e textos opinativos de especialistas na área (que também podem ser chamados de colunas). Nesses dois anos, identificamos mais de vinte autores, escrevendo nesse veículo. Tal diversidade de perfis reflete-se em perspectivas e estilos também variados e pode ser responsável por um equilíbrio maior entre os tópicos pesquisados.

O *Conexão Planeta*, ao contrário, concentra a maioria de seus textos em uma única jornalista, residente no exterior. Do total desse meio (236 textos), 152 notícias são assinadas por essa jornalista (Suzana Camargo), e outras 45 levam a assinatura da editora (Mônica Nunes). Logo, as duas jornalistas são responsáveis por 83% das matérias analisadas. As demais publicações são reproduções do *Observatório do Clima*, *Greenpeace Brasil* e *Agência Fapesp*, além de seis colunas de diferentes autores. Muitas das notícias são produzidas a partir de informações de outros veículos, muitos deles reconhecidamente hegemônicos, como *The Guardian*, *New York Times*, *BBC*, *O Globo*, *UOL*, *Terra*, *CNN*, *Deutsch Welle*, *Reuters*, revista *Time*, *G1*, *Estadão*, *Rolling Stone* e *The Washington Post*.

O *Envolverde* publica majoritariamente textos de outros meios, caracterizando-se como um veículo que faz curadoria de informações

ambientais. Republica conteúdos produzidos pelo *Observatório do Clima* e da *Agência Fapesp* (em menor frequência quando comparado ao primeiro), por exemplo – duas fontes utilizadas também pelos demais veículos pesquisados. Esse veículo chegou mesmo a republicar um conteúdo do *Conexão Planeta*, em maio de 2019 (14/05/2019). O *Envolverde* recorre a agências tradicionais, como *BBC* e *Deutsche Welle*, mas também usa fontes mais alternativas e especializadas em meio ambiente, como *ClimaInfo*, *EcoNordeste*, *IPS*, *ONU Notícias*, *Brasil de Fato*, *Mongabay*, *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, dentre outras. Há uma matéria do Programa *Envolverde* de Parcerias Estudantis, iniciativa do veículo, e várias de outra jornalista que têm vínculos com a ONG *350.org*.

Recorrer a conteúdos de outros meios é uma estratégia comum aos veículos e que se intensifica naqueles com menor estrutura e, consequentemente, menos recursos humanos. Na tentativa de manter alguma periodicidade, os meios não hegemônicos lançam mão de republicações de textos de veículos mais estruturados que permitem essa prática, ou de formulações baseadas em outras fontes (trabalho de edição a partir de outras publicações, com menção das fontes). É uma maneira de trazer conteúdo para seus leitores de forma mais rápida e com baixo custo, já que se parte de algo já checado por outros jornalistas.

As republicações ocorrem nos três veículos, mas o *Conexão Planeta* investe mais na edição, tendo um papel de produção mais ativa. Assim, publica o conteúdo apurado por outros com linguagem e estilo próprios. Isso fica evidente na análise de como o veículo se coloca em relação aos temas e como interpela o leitor, diferente da linguagem jornalística mais associada à objetividade e isenta de juízos de valor, adotada pelo jornalismo hegemônico. Tal ressalva não significa que os demais veículos não tenham posicionamentos bastante explícitos em colunas, no endosso aos textos do *Observatório do Clima* e inclusive em outras notícias, porém tanto o *Colabora* quanto o *Envolverde*, no geral, tendem a ter um discurso mais contido, com uso da terceira pessoa e sem tantas adjetivações e ironias como o do *Conexão Planeta*.

Os discursos jornalísticos sobre a crise climática

As três expressões mais usadas nos textos analisados para se referirem à questão em estudo são “mudanças climáticas”, “aquecimento global” e “crise climática”. Também encontramos expressões como “emergência climática”, “eventos extremos” ou “eventos climáticos extremos”, “riscos climáticos” e “catástrofe climática”, mas com menos ocorrências. O uso dos termos *crise* e *emergência* está em consonância com as discussões internacionais sobre a necessidade de nomear as coisas como elas são, a fim de garantir um entendimento da urgência e gravidade do problema, pois não se trata de uma mera mudança, é um fenômeno capaz de alterar o mundo como o conhecemos e até, no longo prazo, extinguir a espécie humana. Essa discussão aparece em um dos textos de *Conexão Planeta* (22/11/2019):

Até bem pouco tempo, o termo mais utilizado era mudança climática, que se referia às alterações no clima do planeta devido ao aquecimento da superfície da Terra, provocado pelas atividades do homem, sobretudo, a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás), responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.

Todavia, este ano, cientistas do clima e, principalmente, a ativista sueca Greta Thunberg, argumentaram que não devemos mais usar a expressão mudança climática, pois o que vivemos atualmente é uma “emergência climática”, já considerada o maior desafio enfrentado na história pela humanidade.

Entretanto, o uso do termo “aquecimento global” como sinônimo de mudanças climáticas pode abrir brecha para negacionistas, que, ao levarem a expressão no sentido literal e vivenciarem o oposto do aquecimento, podem colocar em xeque a seriedade do problema climático, como foi reportado por *Conexão Planeta* em “Trump volta a debochar do aquecimento global diante de onda de frio polar que castiga os Estados Unidos” (31/01/2019). Como o aquecimento global é uma das facetas

da mudança do clima, expressão mais ampla que engloba diferentes extremos climáticos, é preciso estar atento para substituições indevidas.

Nos textos, as duas expressões não são usadas apenas como sinônimos, mas significando coisas diferentes, ainda que sem explicação, como ocorre nestes trechos de notícias publicadas no *Colabora*: “Cerca de 2.4 bilhões de pessoas – ou 40% da população mundial – vivem em regiões costeiras e provavelmente serão impactadas pela elevação do nível do mar, *uma consequência da mudança do clima e do aquecimento global*” (23/04/2019) e “Os ambientalistas alertam que se, de um lado, o Paraíba do Sul perde vazão pela ação humana, do outro, o aumento do nível dos oceanos, *provocado pelo aquecimento global e as mudanças climáticas*, faz o mar subir de forma mais intensa e violenta em Atafona” (02/01/2020). Esses exemplos revelam uma falta de entendimento de que o aquecimento global é intrínseco às MCs.

Em termos de representação, de como a crise climática é discursivizada pelos meios, há uma retórica bélica que é partilhada pelos três veículos. Logo, os discursos analisados repetem a ideia de que *a mudança do clima é uma ameaça*, que precisa ser *enfrentada, combatida, atacada* ou, de outro jeito, que *nós precisamos lutar para conter essa ameaça*.

O *Conexão Planeta* formula discursos assertivos: “*A mudança climática é a maior crise que a humanidade enfrenta*” (18/11/2020); “*A mudança climática é a maior ameaça ao nosso planeta*” (19/02/2020); “*Mudança climática é o principal desafio da humanidade*, afirmam 10 mil jovens de mais de 20 países” (10/12/2019).

Também o discurso de *Envolverde* representa as mudanças climáticas majoritariamente como “a principal ameaça da humanidade” (04/01/2019) ou associadas a “[...] um ‘colapso irreversível’ da civilização humana, caso a humanidade permaneça no trajeto atual” (03/08/2020). De forma mais ou menos explícita, seus discursos apontam para o entendimento de que as MCs são mortíferas: “*A mudança climática já está matando* pessoas em ondas de calor extremas e outros desastres; também está piorando a escassez de comida e água e deslocará centenas de milhões de pessoas” (10/03/2020); “ONU: *Mudança*

climática provoca aumento de mortes, doenças e fome no planeta” (11/03/2020); e “*Eventos climáticos aumentam mortalidade em florestas tropicais*” (09/04/2020).

O *Colabora* segue essa mesma linha, mas dá atenção ao tempo presente, reforçando a ideia de que o problema realmente existe e já acontece: “[...] em *um mundo ameaçado pela mudança do clima*, necessitado de iniciativas como esta em nível global, como freio do aquecimento e para evitar *catástrofes trazidas por ela*” (13/08/2019); “*Não é invenção, nem uma ameaça para o futuro. A emergência climática do planeta é uma realidade do presente*” (06/11/2019); “*As mudanças climáticas são um fato*” (11/01/2019); “*Não há dúvida. Para os cientistas, a tendência de elevação do calor desde o início da era industrial é uma mostra clara das mudanças climáticas causadas pela emissão de gases de efeito estufa*” (16/01/2019); e “*É fato que as mudanças climáticas são uma realidade e representam um dos desafios mais complexos deste século*” (25/04/2019).

Metáforas e comparações associadas à guerra são recorrentes. Alguns exemplos: “Quando estamos fazendo essas coisas fatalmente *estamos atuando nessa guerra climática*, que é maior do que nosso município, mas não pode ser vencida sem nós”, ressaltou” (COLABORA, 08/11/2019); “O *poder entrincheirado* e a permanência no *status quo* é o que diferencia a mudança climática dessa crise em particular’, diz Boeve” (ENVOLVERDE, 10/03/2020); “O grande desafio de nosso tempo é a mudança climática e *não teremos sucesso em enfrentá-la se não derrotarmos o desmatamento*’, ressaltou” (CONEXÃO PLANETA, 22/01/2020); “Ao participar recentemente de um debate, em um programa de televisão da rede ABC, *a ativista atacou a indústria dos combustíveis fósseis*” (CONEXÃO PLANETA, 06/11/2019); “Greta e DiCaprio: o encontro de *dois guerreiros pelo clima*” (CONEXÃO PLANETA, 04/11/2019).

Os três veículos empregam largamente termos e expressões do campo semântico da guerra em diferentes momentos, porém isso fica ainda mais evidente quando os discursos são orientados para a contenção do fenômeno: há necessidade de lutar, de enfrentar, de combater, de se colocar contra as mudanças climáticas:

[...] a Costa Rica, considerada um dos países mais promissores na luta contra a mudança climática nas Américas, iniciou gestões para sediar o encontro. Seu papel na proteção da natureza e seu compromisso com políticas para combater as mudanças climáticas renderam ao país o prêmio de Campeões da Terra de 2019, o maior reconhecimento ambiental da ONU (COLABORA, 30/10/2019).

O que nenhum governante falou ainda é sobre qual investimento está sendo feito para que isso não ocorra, novamente, nos próximos verões, e mais pessoas percam suas vidas. *Como exatamente as cidades brasileiras estão se preparando para enfrentar as mudanças no clima do planeta* (CONEXÃO PLANETA, 27/01/2020).

O Parlamento britânico aprovou esta quarta-feira uma moção, sem efeitos vinculativos, que reconhece a necessidade de reforçar o combate às alterações climáticas e à poluição” (ENVOLVERDE, 06/05/2019).

A retórica bélica não é uma estratégia discursiva exclusiva da cobertura climática, pois está presente em outros campo de disputas, sejam políticos ou sociais. E, claramente, as MCs estão perpassadas por diferentes interesses de ordem política e social que implicam confrontação de relações de poder estabelecidas (“é preciso abandonar os combustíveis fósseis ou a economia de carbono”, “rever nossos hábitos e comportamentos, como o consumo da carne ou as viagens de avião”, “optar por um sistema que não seja baseado somente no crescimento, como o atual” etc.).

Há, por parte dos veículos, um discurso forte que defende o combate ao problema pela sua realidade, urgência e gravidade, e também outro que se contrapõe àqueles que não aceitam a necessidade dessa luta ou que a fragilizam, como se vê em: “Sobre *Bolsonaro*, que atacou o ator *Leonardo DiCaprio* (que ela conheceu em sua passagem pelos Estados Unidos) de *financiar as queimadas na Amazônia*, e *Trump*, que constantemente critica a ativista, ela escreveu nas redes

sociais: ‘As mentiras, o ódio e o bullying contra crianças e jovens que comunicam e atuam com base na ciência é um reflexo esperado. Tudo porque alguns adultos – com medo da mudança – não querem falar sobre a crise climática’, respondeu [Greta Thunberg]” (CONEXÃO PLANETA, 06/12/2019); e “Mas é claro que, da mesma forma que ela [Greta Thunberg] se tornou celebridade entre jovens e ambientalistas, virou alvo de críticas e xingamentos por parte de políticos de direita, céticos do clima e comunicadores” (COLABORA, 01/10/2019).

Dessa forma, não apenas a crise climática é uma ameaça por si só, mas todos aqueles cientistas, ativistas e demais atores que creem nela e rogam por uma medida drástica acabam assumindo essa representação e se tornando alvos do *establishment*. Essa batalha discursiva é sustentada por visões de mundo ou ideologias opostas: enquanto as elites político-econômicas buscam preservar seus privilégios às custas da exploração da natureza, os demais atores alertam para a finitude dos recursos e a possibilidade de extinção da vida na Terra. Entre esses dois extremos, há muitos matizes, desde os mais reformistas... até os chamados de “radicais”, por exigirem outra compreensão da nossa relação com o meio ambiente, de perspectiva biocêntrica.

Quem são e como são identificados os atores das notícias

Em geral, as notícias nas quais predominam os temas de ações pró-clima e as críticas à inação são protagonizadas por atores-ativistas, sejam eles formalmente vinculados a movimentos da sociedade civil, celebridades ou indivíduos engajados. Os tópicos atrelados a efeitos e causas costumam dar mais espaço para especialistas/*experts*/cientistas/pesquisadores – representantes da ciência. Já aqueles que tratam das soluções possuem uma variação maior de vozes: desde autoridades políticas, passando por especialistas e chegando a empresários, e as soluções de cunho mais reformista são apresentadas por atores do campo econômico.

Os atores dos campos científico e político já foram mapeados em outros estudos sobre a comunicação climática em veículos hegemônicos, geralmente conectando as pautas voltadas para riscos e consequências aos pesquisadores e aquelas decorrentes das discussões internacionais, como as COPs, aos atores políticos. E os atores chamados aqui de ativistas, que reivindicam ação, especialmente a mais célebre e conhecida no âmbito da luta climática: Greta Thunberg.

Mais do que uma das fontes principais do assunto, Greta tornou-se oportunidade de pauta. Além de liderar as greves pelo clima, sua participação em diferentes eventos políticos de grande repercussão, em premiações e outras formas de homenagem ensejaram que o tema fosse atualizado várias vezes. Essa é uma das estratégias adotadas pelo *Conexão Planeta*, veículo que mais publicou sobre a atuação da jovem sueca. Entretanto, mais do que a frequência de aparições, chama a atenção a maneira elogiosa com a qual os diferentes veículos a introduzem:

Um rosto infantil entre duas longas tranças e uma capa de chuva amarela em tamanho muito maior que o seu. É com essa imagem, agora já emblemática, que Greta Thunberg, uma jovem sueca de 16 anos, se tornou a grande responsável pela mobilização de milhares de estudantes na Europa, meninas principalmente, contra o descaso de seus governantes em relação às mudanças climáticas (COLABORA, 15/03/2019).

Do alto de seus 16 anos, Greta Thunberg já conseguiu mais do que muitos adultos e líderes mundiais (CONEXÃO PLANETA, 22/02/2019).

[...] Indicada este ano e pela segunda vez para o Prêmio Nobel da Paz, Thunberg se tornou um ícone global do ativismo. Em apenas 16 meses, ele se encontrou com chefes de Estado nas Nações Unidas, teve uma audiência com o Papa, confrontou o presidente dos Estados Unidos e liderou uma greve global contra as mudanças climáticas envolvendo 4 milhões de pessoas (ENVOLVERDE, 16/10/2020).

“Fonte de inspiração”, “exemplo contundente”, “mobilizadora global”, Greta Thunberg pode ser considerada a voz principal da ação climática e, conseqüentemente, uma das mais recorrentes nos textos analisados. Muitas vezes suas falas são reproduzidas, assim como suas postagens na internet; seu nome também é citado de forma indireta, quando há matérias sobre as greves pelo clima no Brasil, por exemplo, ou referência à mobilização mundial pelo clima. Engrossam esse olhar, também com apresentações entrelaçadas por admiração, os ativistas-celebridades ou personalidades do universo das artes que se manifestam a favor de ações climáticas. Essa é uma outra estratégia bastante usada pelo *Conexão Planeta* para dar visibilidade à pauta – os demais veículos não apresentaram notícias assim, mas, em razão do volume maior de publicações desse primeiro veículo (quase o dobro dos demais), esse tipo de discurso mostrou-se significativo. Seguem exemplos:

Famoso por seus personagens no cinema, como Hans Solo, em Guerra nas Estrelas, e Indiana Jones, o ator americano Harrison Ford é um engajado ativista ambiental e uma das vozes mais fortes em Hollywood quando o assunto é mudanças climáticas (02/06/2020).

Com 44 anos, DiCaprio é uma das mais importantes vozes, em Hollywood, na luta para combater o aquecimento global (04/11/2019).

Em uma das matérias o veículo defende que os famosos podem desempenhar um papel de amplificação da causa climática porque recebem alta atenção midiática e são influenciadores de muitos fãs. Ao final do texto, há um pedido por parte do veículo – “Não se calem, Leonardo e Gisele. Jamais” –, que acredita que a pressão exercida por cada vez mais pessoas pode acelerar ou desencadear uma mudança, que ainda não aconteceu.

Ao analisar quem são os atores mencionados em termos de Norte e Sul Globais, constatamos que é bastante marginal o espaço dedicado

s vozes que já recebem pouca (ou nenhuma) atenção midiática nos veículos hegemônicos. Há uma presença maior de ativistas, mas eles são também celebridades ou personalidades de destaque em suas áreas. Mesmo no campo científico, notamos a predominância de pesquisadores internacionais e uma repetição dos mesmos especialistas brasileiros.

Os alertas e chamados para a ação do *Envolverde* e do *Colabora* acabam sendo realizados pelos cientistas ou por ativistas de forma generalizada, uma abordagem também usada pelo *Conexão Planeta*: “É por esta razão que esses 23 ativistas assinam a carta pública, clamando por medidas imediatas” (COLABORA, 10/04/2019); “Mães e pais do mundo inteiro clamam por ação climática urgente” (COLABORA, 13/12/2019); “Em um documento com 16 páginas, os profissionais apontam as evidências científicas que são a razão pela qual conclamam o governo britânico a implementar impostos sobre certos alimentos até 2025” (COLABORA, 11/11/2020); “[...] milhares de jovens foram às ruas em 123 países para pedir medidas urgentes contra as mudanças climáticas” (ENVOLVERDE, 03/07/2019); “Mobilização Global pelo Clima fortalece que não existe ‘Plano B’ para o planeta” (ENVOLVERDE, 25/09/2019); “Mudança climática é o principal desafio da humanidade, afirmam 10 mil jovens de mais de 20 países” (CONEXÃO PLANETA, 10/12/2019); e “Mil cientistas franceses assinam manifesto contra o governo e convocam cidadãos para uma rebelião pelo clima” (CONEXÃO PLANETA, 26/02/2020).

Enquanto os *experts* “afirmam”, “explicam”, “analisam”, “advertem” e “alertam”, às fontes ativistas são atribuídos verbos que não produzem esse mesmo efeito de neutralidade. É frequente o uso de verbos associados ao campo semântico da militância, como “denunciar”, “clamar”, “defender” e “protestar”.

Os veículos tendem a construir discursos mais neutros (ou com pretensão de) quando as fontes são científicas, em conformidade com a representação desse campo legitimada pela modernidade. Assim como no jornalismo hegemônico, os cientistas são acionados como uma estratégia para prover efeito de autoridade e veracidade aos discursos. Em uma matéria de agosto de 2019 do *Envolverde*, há inclusive um registro de qualificação do pesquisador, o que reforçaria o valor

de sua fala: “[...] a Prefeitura de Salvador anunciou, na segunda-feira, 12 de agosto, que contará com o apoio de *um aliado de peso* para a elaboração do Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: *o climatologista Carlos Nobre, um dos cientistas mais renomados do Brasil*” (15/08/2019).

Embora o quadro acima mostre diferenças na forma de expor as falas desses diferentes setores, tanto os cientistas e até autoridades políticas se posicionam por meio dos verbos usados pelos ativistas, assim como os ativistas empregam verbos usados por estes: “Artistas, indígenas e jovens do Projeto Guri *gravam videoclipe de alerta* sobre o clima e o futuro do planeta: ‘Para onde vamos?’” (CONEXÃO PLANETA, 20/12/2019); “O pesquisador *lamentou* os desastres. ‘Os deslizamentos de terra, por exemplo, só matam pessoas porque elas são forçadas a viver em áreas de risco, onde não deveriam. As ruas só enchem de água porque os rios foram canalizados e as cidades, impermeabilizadas, cobertas de asfalto e concreto’, frisou” (COLABORA, 06/03/2020); e “O Brasil vai a essa COP sem condição de pleitear absolutamente nada. Talvez tenha mais sucesso quando tiver resultados específicos e ações críveis para apresentar, como fez em 2009 e resultou na criação do Fundo Amazônia”, *criticou* Thelma Krug, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)” (COLABORA, 02/12/2019).

Persistem, portanto, nos veículos analisados, estratégias presentes nos discursos jornalísticos dominantes, mas elas se mesclam quando os cientistas também passam a defender o assunto ou quando ambientalistas podem alertar tanto quanto os *experts*.

Visões de mundo e silenciamentos

Nas notícias analisadas, os discursos marcados pela ideologia biocêntrica ocorrem em menor número, recebendo mais espaço quando vozes de indígenas estão presentes. Em geral aparecem em citação indireta, e muito pouco em discursos diretos. No *Conexão Planeta*, há apenas duas notícias com citações diretas de indígenas. O *Colabora* fez uma entrevista com Sonia

Guajajara, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que participou da COP-25. O *Envolverde*, por sua vez, publicou entrevista com Ailton Krenak, liderança indígena, da região da Bacia do Rio Doce, em Minas Gerais; e reproduziu matérias feitas por uma jornalista da ONG *350.org*, que estava promovendo uma campanha em prol dos povos tradicionais, os chamados defensores climáticos, e outra do *Mongabay*, chamada “Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta” (14/05/2020).

Tratando-se de soluções, as reformistas aparecem em grande quantidade, vazadas em retórica econômica. O modelo de desenvolvimento econômico é questionado esporadicamente por todos os veículos, e alternativas a esse modelo, como o decrescimento, por exemplo, não são debatidas. Um retrato disso, como já dito, é a escassez, em todos os três veículos, de notícias relacionadas às causas do problema.

O documento frisa que *embora carvão, petróleo e gás sejam os principais impulsores da mudança climática, eles são raramente objeto de políticas e negociações internacionais sobre clima* (ENVOLVERDE, 25/11/2019).

Primeira deputada federal indígena eleita, Joênia Wapichana trouxe o contexto federal para a discussão. *Ela lembrou que, há muito, os povos indígenas têm alertado sobre a emergência climática, mas que a solução dos problemas passa por uma mudança no modelo de desenvolvimento do país.* “Isso inclui o conceito de geração de energia, dependente de hidrelétricas, e o uso agrotóxico, com mais de 300 autorizações de novos tipos este ano pelo governo de Jair Bolsonaro” (COLABORA, 08/11/2019).

Nos três veículos, a perspectiva do Sul foi quase invisibilizada. Ainda que eles tendam a se diferenciar dos hegemônicos pela ênfase nas ações pró-clima e dar voz aos ativistas para que defendam de forma enfática suas agendas, os três veículos silenciaram também as causas e, de forma predominante, expuseram soluções que permitem a continuidade

do sistema capitalista-colonialista dominante. Apenas no *Envolverde*, notadamente a partir de reivindicações indígenas, essa disputa foi visibilizada em alguns momentos:

“Acho que sejamos todos Josés, Marias, Severinas e Joãos. Porque são essas peculiaridades que vão fazer com que as conversas climáticas percam esse recorte colonizado que ainda tem. Que infelizmente ainda é um recorte de privilégio”, finaliza (19/11/2019).

“Rejeite a mercantilização da natureza, uma vez que terras e territórios não têm preço. Baseado na natureza (NBS), Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD +) e outros programas de compensação não são soluções reais para crises climáticas. São apenas soluções neocolonialistas que trazer conflitos dentro de nossos povos...” (trecho da carta climática indígena climática, na COP-25, que reflete o artigo 6 do Acordo de Paris, sobre mercado de carbono)” (13/12/2019).

Em termos de abrangência, enfoques e assuntos internacionais foram mais valorizados em detrimento de abordagens locais ou regionais. Chama a atenção que em 2020, quando o Brasil sofreu um aumento significativo de queimadas no Pantanal e na Amazônia, esses acontecimentos foram pouco reportados nas editorias de clima. O nexo com o cotidiano dos leitores foi, de modo geral, pouco explorado pelas três mídias.

Nos estilos empregados nos discursos dos meios, notamos uma maior aproximação e crítica no *Conexão Planeta*, que abusa de perguntas retóricas, ironias e inserções de juízos de valor. Ao empregar a primeira pessoa do singular e do plural, o veículo cria intimidade com o leitor, incluindo-o assim em seus discursos. Essas marcas discursivas ocorrem em textos de outros veículos, especialmente naqueles de caráter opinativo, mas não fazem parte do estilo do *Colabora* nem do *Envolverde*, que tendem a fazer escolhas mais alinhadas com a busca de uma suposta objetividade, próxima ao estilo adotado pela mídia *mainstream*.

Em relação aos posicionamentos ideológicos de cada veículo, o *Conexão Planeta* é o mais engajado e disposto a convocar seus interlocutores para se mobilizarem frente à causa ambiental e climática. Nesse sentido, observe o chamamento para que “cada um faça sua parte”:

Ao mesmo tempo em que precisamos pressionar o governo e as empresas a colocarem um freio na destruição ambiental, sabemos que pequenas mudanças no nosso dia a dia também podem fazer uma grande diferença (17/06/2019).

“Cabe, então, a nós, consumidores, pressionar essas empresas e boicotá-las. E pressionar o Governo também” (23/07/2020).

Apesar de apontarem também para medidas conjuntas, atreladas a políticas públicas, os veículos utilizam essa estratégia de interpelação para ampliar a sensibilização para a causa. O *Colabora* também faz isso:

Comerciantes, empresários, donas-de-casa, estudantes e administradores, todos são vetores que podem nos levar a uma “tempestade perfeita” ou minimizar seus impactos e nos preparar para o novo normal do clima. Essa nova realidade precisa de uma ação conjunta para que não se repita o mesmo cenário todos os anos (25/04/2020).

Dessa forma, ao responsabilizar todos da mesma maneira, perde-se de vista as assimetrias de poder que persistem em diferentes níveis e escalas, colaborando para a falsa impressão de que todos contribuem da mesma forma e que serão igualmente afetados. Assim, os efeitos pretendidos podem mobilizar sentidos não esperados, que nem sempre estão inteiramente vinculados à perspectiva ideológica dominante.

Nos três meios analisados observou-se uma série de cruzamentos ideológicos nos discursos das notícias que revelam – com maior ou menor força – um jornalismo comprometido com a causa ambiental, mas que, a depender dos tópicos principais e dos atores entrevistados, delimita esse engajamento político conforme as regras, os valores

e a linguagens de uma visão de mundo mais economicista, científica ou ativista. A ideologia biocêntrica, por exemplo, é periférica se comparada à antropocêntrica, mostrando que a radicalidade esperada desses meios é conformada por diferentes mecanismos que ajudam na perpetuação do pensamento dominante, como as condições de produção, os critérios de noticiabilidade e as fontes preferenciais que ainda são ensinadas nos cursos de jornalismo, dentre outros fatores sociais que sustentam o *status quo* dos campos sociais entre os quais profissionais de imprensa fazem a mediação e (re)interpretação de discursos.

Em relação ao enfrentamento da crise climática, um dos eixos prioritários de interesse nesta investigação, há um discurso recursivo que privilegia e ajuda a manter o sistema econômico vigente por meio de soluções verdes, como ampliação das energias renováveis ou limpas, incentivo a carros elétricos em substituição aos movidos por combustíveis fósseis e compensação de carbono por meio de sua precificação – nada que, de fato, altere o atual modelo econômico. Todas essas medidas parecem muito distantes dos leitores e cidadãos do Sul Global, aqueles que tendem a sofrer mais com os impactos por causa da vulnerabilidade e baixa possibilidade de resposta.

A redução do consumo da carne, uma atitude ao alcance de qualquer um, é apresentada como solução e ação pelo *Conexão Planeta*: “Segurança alimentar do planeta depende da redução do consumo de carne e melhor uso da terra, alerta novo relatório do IPCC” (08/08/2019) e “Uma semana sem carne: campanha mundial desafia os brasileiros a ficar sete dias sem comer animais. E a compartilhar suas experiências!” (17/06/2019). Em 2020, esse veículo noticia uma campanha do *Greenpeace*, na qual se denunciam os efeitos nocivos da agricultura animal e indicam “ações de impacto” para que os cidadãos possam agir, pressionando as estruturas que comandam essa cadeia. A notícia “Em série de vídeos, a atriz e produtora Alice Braga conta como o agronegócio está destruindo o planeta... e o que podemos fazer para impedir que isso aconteça”, publicada em 23/07/2020, apresenta uma série de problemas ambientais associados à crise climática e incentiva o leitor a começar a desmontar esse sistema. O texto a seguir afirma:

[...] as empresas devem alterar seu modelo de negócio e reduzir a comercialização de produtos que provocam esses impactos, como a carne e os laticínios. Quanto menos espaço a agricultura industrial ocupar, mais espaço para a natureza e alimentos orgânicos (sem veneno e que respeitam o tempo) e para nós, humanos, não para alimentar animais destinados à comida ou para abastecer tanques de carros, aviões, caminhões...

Colabora publica uma única notícia – “O veganismo e o clima” (15/03/2019) –, chamando atenção mais para o tema do que promovendo a causa, como faz o *Conexão Planeta*. O *lead* da notícia já inicia com ressalvas: “Cada vez mais gente no mundo está deixando de comer carne e adotando a dieta vegana – que proíbe quaisquer alimentos de origem animal. *Por trás desta atitude residem algumas preocupações, todas pertinentes.*” De todo modo, encontrar apenas quatro notícias sobre o tema é revelador: o debate continua pouco significativo no Brasil, mesmo em meios sensibilizados com a pauta ambiental e não comprometidos com as elites que lucram com a pecuária.

Ainda sobre os discursos de enfrentamento, é preciso dizer que o sentido predominante busca minimizar os efeitos climáticos futuros, centrados na redução de emissões. Logo, a mitigação é a estratégia de combate mais visível, sendo a adaptação um caminho invisibilizado também pelos meios não hegemônicos.

Colabora é o veículo com maior diversidade de autoria e tópicos, ainda que seu modo de dizer e fazer seja bastante semelhante aos discursos jornalísticos hegemônicos, com uso frequente da terceira pessoa para gerar efeito de distanciamento e bastante ancorado nas vozes da ciência para dar o sentido de veracidade e credibilidade. Dentre todos, foi aquele que mais trouxe o contexto nacional no debate climático e que deu mais espaço aos indígenas, publicando matérias de diferentes grupos: em “Os cinco anos mais quentes da história” (23/09/2019), há manifestação a partir de nota da Associação Terra Indígena Xingu; em “Petição em prol do Cerrado” (12/09/2019) há citação do Conselho Indigenista Missionário, de Joênia Wapichana e de Hiparidi Toptiro,

coordenador-geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; em “Mulheres no comando para enfrentar crise climática” (08/11/2019) houve espaço para a primeira deputada federal indígena eleita, Joênia Wapichana; em matérias sobre a COP-25, a líder indígena Sônia Guajajara aparece como fonte – “Polarização chegou nas aldeias” (06/12/2019), “Negociadores surdos ao apelo das ruas” (07/12/2019) e “Cobranças e protesto contra o governo Bolsonaro na COP-25” (09/12/2019); em “Amazônia aberta ao garimpo” (06/02/2020) há a manifestação da Apib; e “A seca como testemunha das ameaças contra os Xakriabá [maior população indígena de Minas Gerais e também uma das dez maiores do país]” (04/05/2020) enfatiza a realidade desse grupo.

Conexão Planeta, por sua vez, aposta no uso da primeira pessoa do plural e do singular, revelando veementemente seu apreço por Greta e seu repúdio por autoridades negacionistas (dedica manchetes ao tema). Mobiliza com frequência a ironia e perguntas de retórica, dando amplo espaço para ativistas. Nesses dois anos de análise foi aquele meio que mais produziu conteúdos, ainda que muitos tenham sido originados de veículos hegemônicos, e o que mais trouxe a perspectiva do Norte Global, não explorando os incêndios no Pantanal e proporcionalmente falando muito pouco do desmatamento e das queimadas na Amazônia (há essas manchetes no *corpus* do veículo: “Leonardo DiCaprio denuncia desmatamento na Amazônia em seu #desafio10anos” (11/02/2019), “Aquecimento e desmate podem cortar a Amazônia pela metade até 2050” (26/06/2019), “230 investidores de fundos no valor de U\$16,2 trilhões cobram ações de empresas contra desmatamento na Amazônia” (19/09/2019), “Fóssil do Dia: Brasil ganha prêmio por culpar as organizações da sociedade civil pelos incêndios na Amazônia” (04/12/2019), e “Emissões sobem 10% no primeiro ano de Bolsonaro devido à alta do desmatamento na Amazônia” (06/11/2020). Notamos que mais da metade delas são derivadas de ações externas ao Brasil e as outras duas são republicações do *Observatório do Clima*. Corroborando esse distanciamento com produções a partir daqui, os indígenas são citados, mas não há espaço para suas falas, como podemos verificar em “Artistas, indígenas e jovens do Projeto Guri gravam videoclipe de alerta sobre

o clima e o futuro do planeta: ‘Para onde vamos?’” (20/12/2019) e “Sonia Guajajara usa máscara criada pela artista Néle Azevedo para a campanha de 5 anos do ‘Acordo de Paris’” (14/12/2020). Em “Greta Thunberg se reúne com indígenas americanos Sioux pelo clima, participa de protestos e recebe nome de origem Lakota” (14/09/2019) e “Sabedoria indígena contra as mudanças climáticas: líderes criam rede de acesso a financiamento”, há citações de falas indígenas e, durante a COP-25, Joênia Wapichana teve espaço na matéria “Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri” (10/12/2019), mas são exceções. Considerando que esse veículo apresenta quase o dobro de matérias que os demais, entendemos que a visibilidade dada para povos indígenas é bastante limitada. Os ativistas são frequentemente citados, especialmente Greta Thunberg e celebridades envolvidas em mobilizações climáticas.

Já o *Envolverde* se diferencia pela pluralidade de abordagens e visões de mundo, reunindo perspectivas até mesmo antagônicas. É mais semelhante ao *Colabora*, pela forma como se coloca no texto, em terceira pessoa, e por trazer mais aspectos nacionais do que internacionais, mas se diferencia por ser um curador de conteúdo, com poucas produções próprias e inéditas. Não trouxe nenhuma matéria específica sobre as queimadas do Pantanal e sobre aquelas ocorridas na Amazônia, repercutiu crítica do *Observatório do Clima* – “Degola no Ibama atrapalha estratégia de RP de Mourão” (16/04/2020) – e publicou “Amazônia: agricultores causam maioria das queimadas, e não índios e caboclos, diz cientista Carlos Nobre” (23/09/2020) e “Agrônomo André Guimarães comenta sobre desmatamento e a atuação do Governo Federal” (16/10/2020). A respeito das vozes do Sul, durante a cobertura da COP-25 deu amplo espaço aos indígenas (há oito textos da série “Defensores climáticos” com indígenas ou partidários da causa e mais duas matérias que destacam a mobilização indígena nas manchetes) por conta da campanha da *350.org*³⁵ e ainda,

35 Nos textos é assim explicado: “A delegação da 350.org América Latina está levando reivindicações à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-25), que começou nesta segunda-feira (2) e termina em 13 de dezembro em Madri, na Espanha, por meio de sua equipe e convidados especiais que reforçam a importância dos po-

em outros períodos do ano, publicou: “Ailton Krenak fala de sua leitura de mundo no contexto das mudanças climáticas” (08/10/2019) e “Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta” (14/05/2020), na qual ouve o líder Antonio Veríssimo Apinajé, a coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, Maria Leonice Tupari, e a coordenadora do Departamento Ambiental do Conselho Indígena de Roraima, Sineia do Vale. A notícia “Nobel alternativo premia os defensores climáticos Davi Kopenawa e Greta Thunberg” (27/09/2019) apenas cita os homenageados. Ao mesmo tempo que, quantitativamente, é o veículo que mais dá visibilidade às falas indígenas, é também o veículo que menos problematiza as soluções economicistas que vão de encontro à ideologia biocêntrica presente nos discursos desses povos, inclusive colocando-se a favor de soluções tecnológicas controversas. O veículo se caracteriza pela menor quantidade de críticas e maior ênfase nas soluções, quase todas direcionadas pelo setor privado e dentro do escopo do sistema econômico vigente. Assim como os demais meios, não há preocupação com o equilíbrio informativo, sustentando uma missão de divulgar boas práticas sem colocá-las em xeque. A diferença notada é a abertura para vozes do campo econômico, nem sempre preocupadas em primeiro lugar com o cuidado ambiental. Essa quantidade maior de soluções apresentadas reflete nessa perspectiva de publicizar iniciativas empresariais sem contextualização e criticidade, como se fosse também um meio de promoção de ações empresariais ditas verdes ou sustentáveis.

vos indígenas no papel histórico de defensores climáticos”.

À guisa de conclusão

Ao terminar a análise sobre as nuances discursivas de um jornalismo autodeclarado comprometido com a promoção da sustentabilidade e da causa climática, ficou evidente que a ideologia biocêntrica ainda é pouco visibilizada, mesmo em uma modalidade que não precisa submeter suas escolhas ao modelo de negócios tradicional, ancorado na racionalidade econômica e na crença no crescimento ilimitado. Os silenciamentos a respeito das causas e das alternativas que poderiam romper com o sistema dominante permanecem na imprensa não hegemônica, havendo alguns espaços de discussão, de forma similar ao que já ocorre nos veículos hegemônicos, que sempre possuem brechas ou escapes para discursos diferentes daqueles esperados.

Este estudo comprova que há mais pontos convergentes com o jornalismo hegemônico do que o contrário, como já havia constatado Kenix (2011) em estudo com jornais estrangeiros. O campo científico é recorrentemente acionado, sobretudo para explicar os efeitos e indicar as medidas reparadoras, principalmente na área de mitigação, reforçando a visão moderna de que a ciência detém o conhecimento universal e neutro. As notícias baseadas em divulgação de relatórios ou estudos científicos são aquelas que mais se aproximam do formato e linguagem do jornalismo *mainstream*.

Os cientistas são atores-chave porque alertam sobre os perigos e suas razões, atuando como fontes em notícias sobre as consequências e causas, mas também recomendando as ações, estando presentes nas avaliações, críticas e convocações das soluções mais adequadas para enfrentar as MCs. A grande quantidade de notícias enquadradas sob

o tópico dos efeitos e com abrangência internacional, com enfoque sobre o Norte Global, assim como apurado nas pesquisas realizadas com veículos hegemônicos, confirma que as rotinas, os valores e os critérios de noticiabilidade do campo jornalístico são fortemente influenciadores das pautas climáticas, independentemente da modalidade. Assim, o eurocentrismo, fenômeno simultâneo ao capitalismo, à modernidade e à colonialidade, segue produzindo formas de manutenção de estruturas hierárquicas – nesse caso, de quem fala, sobre o que fala e como fala.

É por isso que a noção de campo jornalístico precisa ser entendida como um espaço de valores partilhados, mesmo por compreensões que podem parecer opostas em um primeiro momento. Apesar de valores e características específicos, as duas modalidades trabalhadas nesta pesquisa são fruto de uma mesma construção simbólica, fortemente revestida e permeada pelo pensamento dominante. Esta pesquisa revelou, a partir dos discursos sobre a crise climática, que o chamado jornalismo não hegemônico apresenta uma série de vínculos com o jornalismo hegemônico, enfraquecendo seu potencial emancipatório. Dessa maneira, a divisão Norte-Sul e sua lógica de dominação ainda influenciam a prática jornalística, mesmo aquelas em posição distante do que é tido como hegemônico.

Os jornalistas realizam seu trabalho a partir de estruturas invisíveis que os fazem ver certos acontecimentos em detrimento de outros, a partir de percepções de mundo, de sua formação, da educação que recebem e da própria lógica jornalística, ensinada e aprendida pelos professores, mas também pelos colegas e pela própria experiência de leitor (BOURDIEU, 1997). O que os jornalistas veem e como veem depende muito de suas vivências e de seus modos de vida, que costumam ser bastante homogêneos por ocuparem posições sociais (e estilos de vida) semelhantes (MIGUEL; BIROLI, 2010). Van Dijk (2005) corrobora com o fato de que o exercício do poder está atrelado a domínios sociais específicos, como a mídia, e a suas elites profissionais e institucionais, que fomentam a reprodução cotidiana dos discursos para manter seus interesses. Esses fatores contribuem para que algumas perspectivas sejam reproduzidas e passem a ser vistas como universais, independentemente de uma

ideologia ou diretriz editorial mostrar divergências nítidas em relação a outra, como é o caso das modalidades hegemônica e não hegemônica. Essa naturalização de algumas perspectivas impede a manifestação de outras óticas e inclusive seu questionamento, reforçando a ordem de pensamento dominante. Como, então, os jornalistas podem representar o que desconhecem? Quais as lentes que usam para tratar das realidades distantes? Da opressão do outro? Um campo constituído para sustentar o pensamento hegemônico pode inverter-se até que ponto?

Bourdieu (1997, p. 35) afirma que o campo vive um “círculo (vicioso) da informação” que favorece essa homogeneidade e cria inclusive mecanismos internos, não ditos, que são em algum sentido consensualizados pelos membros da comunidade jornalística, pois

[...] o fato de os jornalistas [...] lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros nos debates em que se reveem sempre os mesmos, tem efeitos de fechamento e de censura tão eficazes – mais eficazes mesmo, porque seu princípio é mais invisível – quanto os de uma burocracia central, de intervenção política expressa.

Essa “circulação circular da informação” notada por Bourdieu ficou evidente quando as fontes de informação das notícias em veículos não hegemônicos eram da mídia *mainstream* ou mesmo quando colunas produzidas para públicos desses jornais eram simplesmente reproduzidas nos meios que teriam valores e características antagônicos. Também a coincidência dos tópicos mais acionados e das vozes mais ouvidas, assim como das representações das MCs e de quais são as soluções mais mencionadas para lutar contra essa ameaça, aponta mais para eixos comuns entre as modalidades referidas do que para elementos consistentes que representem uma cisão ou oposição.

Nossa hipótese era de que o jornalismo alternativo teria mais liberdade para fugir das limitações impostas ao jornalismo hegemônico e poderia assumir uma perspectiva “de baixo para cima”, na qual as minorias e vozes que geralmente não aparecem na mídia *mainstream*

poderiam obter destaque (MOERNAUT; MAST, 2018). Também poderia abandonar parcialmente a lógica dominante, dando mais espaço para ONGs, movimentos populares, cidadãos ou pessoas que falam em seu nome – e acrescentamos: as vozes do Sul. Nos veículos investigados essa posição ocorreu de forma parcial, pois as fontes oficiais (especialmente as políticas) receberam menos espaço que as da sociedade civil, ainda que alguns ativistas tenham sido consultados ou citados reiteradamente (o caso exemplar é o de Greta Thunberg), diminuindo a pluralidade de vozes, ou tenham sido atores famosos, como no caso das celebridades-ativistas. Mesmo as vozes do Sul, que correspondem a uma parcela pequena das fontes dos textos, são reduzidas a alguns poucos grupos indígenas e quilombolas (foram fonte somente em uma das matérias), deixando sem espaço marisqueiras, ribeirinhos, associações ou cooperativas de agricultores agroecologistas e outros segmentos periféricos e marginalizados. Dessa maneira, os saberes locais e não científicos são invisibilizados e deslegitimados também por esses veículos.

O espaço dado aos cidadãos comuns também é muito limitado, reforçando o imaginário de que a imprensa é um espaço de visibilidade para poucos, que só ocupam esse espaço por algo notório ou peculiar. Ainda que se possa colocar os meios não hegemônicos em perspectiva e avaliar seu papel enquanto uma voz diferente no espaço midiático, a democratização de quem é ouvido é sempre desejável.

As ações locais e aquelas que se encontram fora do marco ocidental dominante receberam pouca cobertura nos três meios. Esperava-se que houvesse mais liberdade e abertura para cobrir temas que costumam ser abordados nos veículos hegemônicos, de modo conservador, pois são meios voltados para o lucro e ligados às estruturas de poder político-econômico. Mas o que se percebeu é que a lógica do campo jornalístico induz a uma homogeneidade, cuja referência são as epistemologias do Norte. Uma hipótese para explicar esse fenômeno é a de que os veículos selecionados não possuem recursos financeiros para procurar por pautas locais e regionais, utilizando-se de agências de notícias e outros veículos considerados de referência como fontes para manter a atualização diária com baixos custos. Mesmo nos veículos desvinculados

do sistema de funcionamento econômico dominante, as ideologias presentes no campo jornalístico, de forma geral, tendem a estar de acordo com as elites do poder, sobretudo porque dependem delas para ter acesso a fontes e eventos. Van Dijk (2005) aponta que a imprensa *mainstream* não consegue operar sem o apoio das elites políticas e corporativas, da mesma forma que elas dependem da imprensa para legitimar e implementar seus projetos. No caso da imprensa não hegemônica, há uma flexibilização dessa dependência, mas, ao menos nos casos analisados, não ocorre uma ruptura definitiva. É por partilharem alguns interesses com as elites que jornalistas acabam desenvolvendo posições ideológicas semelhantes às delas – isso fica explícito quando os veículos *Envolverde* e *Colabora* publica, sem questionamentos, no seu espaço de credibilidade jornalística comprometida com a sustentabilidade, conteúdos positivos de iniciativas empresariais.

Embora os ativistas tenham espaço, isso não significa realmente um rompimento com o modelo tradicional. Mesmo que eles recebam uma atenção muito superior àquela geralmente encontrada na mídia hegemônica, há uma concentração e repetição que projetam nesses veículos um outro tipo de dominância. O que acaba sendo priorizado é uma “contra-elite”, composta por ativistas, enquanto outros cidadãos não são ouvidos ou são citados apenas como ilustração. Para Bossato Fernandes (2019, p. 292):

Isso remete à manutenção de determinados valores-notícia do jornalismo tradicional, que reproduzem valores e hierarquizações sociais, escalonando a relevância dos sujeitos e limitando seus espaços de fala, o que demonstra o quanto essa estrutura não foi descartada pelos *media* alternativos.

Outro aspecto, levantado por Moernaut e Mast (2018), é que, em comparação com o jornalismo *mainstream*, orientado para a novidade, o tempo presente e o tradicional “*bad news are good news*”, próprios do jornalismo *mainstream*. Isso porque o jornalismo não hegemônico teria maior flexibilidade para discorrer sobre contextualizações ampliadas

e mirar em pautas positivas, focando nos processos e não só em lançamento de produtos (sejam eles estudos, tecnologias ou práticas). Entretanto, nossa análise revelou que as escolhas de pauta e abordagem tendem a seguir os mesmos gatilhos da imprensa hegemônica, e textos mais alentados, que contestem o *status quo* e o porquê de tantas desigualdades, ainda são minoritários. As ações pró-clima, que podem ser associadas a enquadramentos positivos, de resposta, são frequentes nos três veículos analisados, porém elas não configuram matérias mais aprofundadas, com exposição das conexões que nos colocam como parte do problema e das soluções, por exemplo. Muitas das ações são campanhas ou registros de manifestações pontuais, descolados de uma problematização que poderia desencadear uma reflexão.

Isso nos faz pensar se as práticas de *advocacy journalism* e *constructive journalism*, por exemplo, conseguem de fato dar conta da radicalidade expressa no jornalismo ambiental e necessária para uma ruptura desse modelo predatório. Verificamos que as soluções são divulgadas, talvez em menor número do que o esperado, mas elas expressam um jornalismo favorável à economia verde. Podemos dizer que isso seria, de fato, um jornalismo que se dissocia do hegemônico? Que representa o jornalismo ambiental?

De todo modo, no que se refere ao manuseio das categorias linguísticas como ferramentas para a crítica social, os discursos jornalísticos sobre as MCs dos veículos não hegemônicos analisados diferenciam-se do jornalismo *mainstream* pela ênfase nas ações. Contudo, mais importante do que sublinhar os conteúdos, temas e os atores (nesse caso, os ativistas) que mais recebem atenção, é ressaltar que há um outro modo de dizer o que também é dito no jornalismo hegemônico. Isso é explícito quando se rastreia a origem da pauta ou quem foi contactado para construir dada notícia em *Colabora*, *Conexão Planeta* e *Envolverde*. Em todos os casos, é a imprensa hegemônica, seja ela nacional ou internacional, que serve de fonte, de maneira direta (quando há reprodução do conteúdo) ou indireta (quando ela é citada, mas dentro de uma nova narrativa).

Ainda que as histórias possam ser as mesmas – e inclusive se confie na apuração da modalidade tradicional –, a construção discursiva pode

ser bem diferente. E talvez esse seja o grande achado do estudo: por ser feito por jornalistas que acreditam no papel transformador da informação sobre meio ambiente, as críticas manifestas ou patentes expressam-se por meio de ironias, questionamentos, elogios e desapeços. A objetividade ou o equilíbrio informativo (que tanto provocou problemas de percepção sobre as MCs nos países de língua inglesa no passado) não são uma meta. A ausência de preocupação com o “outro lado” da notícia é outro fator de distinção apurado por Bossato Fernandes (2019) em seu estudo sobre produtos jornalísticos alternativos. *Conexão Planeta* é o meio jornalístico que mais corresponde a esse perfil dentre os estudados, embora seja também aquele que mais se pauta por acontecimentos globais, muitos deles localizados em países do Norte Global.

A terceira pessoa e o uso do discurso direto são ainda estratégias usadas de forma a gerar um distanciamento em relação ao leitor e um apagamento do sujeito-jornalista. Porém, com mais ou menos intensidade, esse recurso linguístico para produzir impessoalidade e um efeito de neutralidade e imparcialidade dá lugar para a primeira pessoa, para as expressões coloquiais e manifestações de juízos de valor. Nesse sentido, *Conexão Planeta* é o que mais expressa suas convicções, compartilhando pontos de vista com o leitor ou colocando-se como um interlocutor íntimo. *Envolverde* e *Colabora* empregam essas estratégias ao publicar textos de colunistas misturados a outros tipos de conteúdos – a não delimitação clara do que é notícia e do que é opinião também reforça esse modo de dizer característico da imprensa não hegemônica.

As MCs são representadas, em geral, como ameaças à natureza e à humanidade, que dela depende. Os termos “crise climática” e “emergência climática” são habitualmente incluídos no discurso, reforçando a urgência e gravidade do assunto. Além disso, a expressão “aquecimento global” ainda é bastante usada e nem sempre com o cuidado devido, gerando dúvidas quando apresentada como algo diferente de MCs, sem explicação, ou mesmo ao ser usada como sinônimo quando, na verdade, é uma de suas consequências.

Em termos de disputas que envolvam o Norte e o Sul globais, há prevalência do olhar do Norte, seja para mapear os riscos, seja para

apontar as soluções dentro de uma visão capitalista. Os silenciamentos reparados ratificam que as alternativas de enfrentamento são majoritariamente calcadas em realidades do Norte. No recorte que diz respeito às conexões entre clima e pandemia, isso foi representativo não apenas nos caminhos apontados para recuperação pós-covid-19, mas também na escolha dos atores que estavam protagonizando e conformando essa saída como inevitável (países do Norte, como Alemanha, Reino Unido e França). Ou deveríamos nos perguntar quem foram os atores apagados desse processo, numa exclusão discursiva que legitimou a narrativa dos países ditos desenvolvidos?

Os problemas climáticos sentidos pelo Sul são invisibilizados, assim como soluções “caseiras”, locais, vindas “de baixo para cima”, que, de uma forma ou outra, questionam o sistema capitalista-colonial-explorador atual. As relações de poder que favorecem o Norte são reproduzidas nos três veículos analisados, ainda que haja espaços de contraponto e resistência a partir de perspectivas fortemente marcadas pela visão biocêntrica, especialmente no período da COP-25, quando os veículos acompanharam os protestos da sociedade civil.

A ideologia biocêntrica, que carrega o valor da natureza independentemente da utilidade que possa ter para a espécie humana, é subjugada por aquela que só percebe o ambiente como recurso econômico. Sob um olhar panorâmico, a necessidade de crescimento não é posta em xeque, assim como as externalidades negativas são apagadas, sendo pontuais as críticas ao discurso neoliberal, quando comparadas com a promoção da economia verde, ideia atualizada a partir dos ODS, ao tratar da recuperação pós-pandemia. Soluções gerenciais, como aumento da eficiência energética, substituição por transporte menos poluente e precificação do carbono são medidas que se repetem em notícias diferentes. Cabe sublinhar que o *Colabora* e o *Envolverde* possuem editoriais e *tags* vinculadas aos ODS, demonstrando que seus discursos são, desde o cerne de sua organização, pensados a partir daquilo que é propagado pelo Norte (e, por conseguinte, reconhecendo a conformidade da ação climática com o crescimento econômico).

Diante disso, mais uma vez se afirma que a relação Norte *versus* Sul precisa ser analisada com base em cada particularidade e com objetivos bem definidos (a disputa ocorre em relação a quem? Ou sobre o quê?). Os dois veículos que mais cobrem as questões nacionais, *Colabora* e *Envolverde*, são fortemente influenciados pela abordagem hegemônica da ONU – o que não significa que *Conexão Planeta* não seja, embora não assuma isso na base da sua organização de conteúdos. O fato de o pensamento dominante estar presente nos meios estudados não minimiza ou desabona suas críticas e os momentos em que trazem alternativas ou resistências.

A colonialidade do campo jornalístico, até mesmo em veículos não hegemônicos, acaba por reforçar e naturalizar a colonialidade ambiental ou da vida, como aponta Walsh (2008), ao passo que, atravessado pela ideologia antropocêntrica, orientado para o pensamento único que pressupõe uma superioridade do Norte sobre Sul, segue dando visibilidade àqueles que são legitimados pela sociedade moderna. Índícios desse processo podem ser vistos pela predominância de fontes: a maioria delas é composta por cientistas e ativistas com certo grau de conhecimento público (grande parte oriunda do Norte); e pelas soluções técnico-científicas que dominam os discursos, compatíveis com a racionalidade econômica que sustenta o mundo capitalista-colonialista. As estratégias discursivas que apagam as origens e causas das MCs geram a impressão de que a ameaça surgiu repentinamente, à revelia, sem influência do homem, como se fosse um evento natural e não algo fabricado pelas ações humanas.

O pouco espaço dado à disseminação das ações e dos atores alinhados com a ideologia biocêntrica contribui para a redução da diversidade e fomenta a monocultura. Sousa Santos, em entrevista sobre a comunicação ambiental (LOOSE, 2018, p. 143), resume o potencial que a imprensa hegemônica tem para manter a linha abissal, que classifica nosso mundo hoje: “[...] a comunicação midiática sugere que te dá a conhecer tudo que é relevante no mundo e, para além disso, não existe mais nada”; por outro lado, entende que a imprensa contra-hegemônica pode desconstruir essa estrutura, abrindo “[...] espaço para surgir

a sociologia das emergências, isto é, para tornar visível a criatividade social, política, filosófica, que existe no mundo do outro lado da linha” (LOOSE, 2018, p. 144). Entretanto, para cumprir com seu papel de contrapoder e ruptura com o pensamento do Norte, o campo jornalístico precisa ser reformatado e passar a englobar outros princípios, critérios e atores. Nosso estudo confirmou o que Sousa Santos pensa:

[a comunicação] pode ser politicamente contra-hegemônica, mas, de fato, é eurocêntrica, pois continua não reconhecendo as cosmovisões indígenas, dos quilombolas, das mulheres das periferias e dos conhecimentos que surgem dos movimentos sociais, considerando que isso não é relevante. Ou então dar-lhe uma leitura monocultural (LOOSE, 2018, p. 144).

Saliências e ausências dos discursos jornalísticos não hegemônicos

A análise crítica discursiva realizada sugere que, mesmo nos veículos não hegemônicos, prevalece um discurso que tende a apagar a responsabilidade humana pela crise climática, sendo seu aparecimento pouco visibilizado ou generalizado, ao mesmo tempo que reforça saídas nesse modelo de desenvolvimento estabelecido, enfatizando soluções tecnocráticas, que enxergam as MCs como mais uma oportunidade de fazer crescer o capitalismo (ou esverdeá-lo). O discurso neoliberal – que usa de eufemismos para ocultar os ganhos do capital às custas da exploração da natureza – está presente nos três meios e recebe ainda mais visibilidade após a recessão decorrente da pandemia de covid-19. Aliás, a recessão causada pela pandemia gerou uma oportunidade para atualizar os mecanismos de dominação do Norte sobre Sul a partir de acordos de recuperação verde.

Os cientistas continuam exercendo forte influência no debate climático nesses meios, sendo defendidos e frequentemente mobilizados para respaldar os discursos de ativistas e propagadores de soluções.

Se, por um lado, eles são atores relevantes para combater o negacionismo e a desinformação, por outro, acabam reforçando uma única perspectiva (a científica), o que dificulta a pluralização de vozes na cobertura sobre clima. É preciso conectar essa constatação com a facilidade de acesso que os jornalistas têm a essas fontes, porque a prevalência delas, geralmente ligada às elites dominantes, molda alguns discursos e não outros. Soma-se a isso o fato de as perspectivas multiescalares e multiculturais chocarem-se com o padrão dominante (CALLISON, 2017). Os argumentos e sentidos produzidos pelo Norte são muito mais fáceis de serem reproduzidos pelos jornalistas nas notícias que os provenientes do Sul, derivados de práticas ancestrais e míticas, nas quais a percepção da natureza é, muitas vezes, totalmente desconectada do que aprendemos a entender como realidade. Além disso, adentrar outros modos de vida e ser ouvinte, aprendiz de novas abordagens, requer tempo, abertura para o diálogo e, muitas vezes, investimento financeiro para longos deslocamentos, sobretudo no Brasil, país de grande extensão territorial. Cobrir o Sul desde o Sul pode ser tão difícil quanto fazê-lo desde o Norte.

No recorte temporal desta pesquisa (2019-2020), os atores políticos foram repetidamente alvo de críticas, seja por seus posicionamentos negacionistas e anti ciência, seja por não agirem diante de uma série de acontecimentos que contribuem para o acirramento da crise climática. Tal manifestação discursiva permeia diferentes momentos críticos e tópicos, com maior ou menor ênfase. Apesar disso, as críticas mais assertivas, relativas ao *status quo*, foram em pequeno número.

Colabora, *Conexão Planeta* e *Envolverde* são meios jornalísticos digitais que se colocam ao lado dos ativistas (é possível identificar isso de forma reiterada em trechos que expõem o nós – os dispostos a encarar o problema – *versus* o outro – que pode ser o governo, o mercado ou alguma forma de generalização que não responde à urgência e gravidade da crise climática). Nós, a humanidade, devemos agir. Nem sempre há uma oposição clara em relação a quem ou o que representaria esse outro, mas é possível inferir certas características que vão desde o negacionismo até a ideia de que o problema deve ser resolvido por outros (líderes políticos ou países desenvolvidos) ou que ainda temos muito tempo para enfrentar

as MCs. Alguns meios exploram essa articulação discursiva de maneira bastante explícita, afirmando isso de forma literal, e outros manifestam esse posicionamento ao selecionar assuntos e enquadramentos que, provavelmente, não seriam escolhidos pelos veículos ditos tradicionais. As regulares publicações de manifestações e ações pró-clima evidenciam um jornalismo engajado e interessado na publicização de críticas contundentes, que muitas vezes são ocultadas ou suavizadas pelos *media mainstream* por conta dos interesses comerciais.

O papel da humanidade, seja de forma generalizada, seja individualizada, é repetidamente encontrado nas matérias desse período, com maior ênfase nos discursos do *Conexão Planeta*, que convoca seus leitores a participarem de campanhas e a fazer a sua parte frente ao desafio de combater as MCs, como nesta matéria de fevereiro de 2020:

Com a ajuda de pessoas como você, é possível reverter o dano causado pela mudança de clima do planeta. Entre em nosso abaixo-assinado e peça pela proteção dos oceanos. Obrigado por acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor para todos e fazer parte da equipe que protege o planeta (18/02/2020).

Os sentidos veiculados pelos meios não hegemônicos são marcados por uma ideologia contestatória, na qual o biocentrismo se manifesta de várias maneiras, todavia de forma pouco frequente (ou em recorrência inferior ao esperado em meios que, *a priori*, não possuem laços com o sistema político-econômico dominante). Embora haja dificuldades para mostrar soluções radicais, que rompem com a colonialidade persistente, há uma retórica que trata das desigualdades sociais e tenta fixar que os efeitos não serão sentidos por todos da mesma forma. A denúncia contra as injustiças sociais atravessa os discursos analisados, mas recebe atenção reduzida porque as causas são silenciadas – e nelas reside a raiz da conjuntura assimétrica vivida e reproduzida hoje.

Quanto às ausências, por não focarem em questões locais/regionais, os meios analisados distanciam-se daquelas situações que foram naturalizadas por ocorrerem todo ano, como as fortes chuvas que assolam

geralmente as pessoas residentes em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nesses dois anos, muitos eventos extremos atingiram cidades e regiões brasileiras com intensidades diferentes e a conexão com as MCs costuma ser negligenciada em favor do discurso do “desastre natural”, que definitivamente é um equívoco. Se é sabido que haverá intensificação dos eventos climáticos extremos por conta da crise climática (um processo que não se interromperá de um ano para outro), a responsabilidade pelos efeitos da inação é dos gestores públicos e de toda sociedade, que se acostuma com uma situação de risco que é evitável. *Envolverde* e *Conexão Planeta* republicaram texto do *Observatório do Clima* sobre a forte chuva que afetou a cidade do Rio de Janeiro em abril de 2019 (“Tempestade no Rio: autoridades ainda não entenderam que clima do país mudou”) e este último ainda produziu matéria sobre os impactos gerados pelas fortes chuvas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo (“O ‘novo normal’: chuvas intensas, enchentes, deslizamentos e mortes”, publicada em 05/03/2020).

Outra (quase) ausência, que tem sentido ampliado no contexto brasileiro, é o discurso de uma dieta à base de plantas, já que a agropecuária brasileira tem contribuição relevante nas emissões de GEE e, conseqüentemente, no agravamento da crise climática. O Brasil é o segundo maior produtor de carne bovina do planeta (EMBRAPA, 2018), sendo o mercado interno quase quatro vezes maior que o externo, o que significa que se exporta apenas cerca de 20% para outros países (BELIK, 2020). Dessa forma, tratar da diminuição do consumo de carne também é algo que diz respeito às soluções climáticas. O conjunto de textos analisados traz matérias que criticam o agronegócio, que apontam soluções para torná-lo mais sustentável e inclusive que apelam para a redução do consumo de carne, apresentando o veganismo como uma saída. Todavia, diante do que individualmente cada um pode fazer e do impacto das ações em prol do clima, essa é uma discussão que aparece nas margens da cobertura climática, quando poderia ser central – assim como a redução (ou eliminação) de voos defendida por Greta Thunberg.

Em relação às soluções, as alternativas condizentes com o biocentrismo ou as respostas mais radicais – que buscam quebrar o modelo

já cristalizado que insiste na tecla do crescimento ilimitado a partir da exploração do outro (por meio da inferiorização e até da desumanização) e da degradação da natureza – são silenciadas, assim como as explicações de como chegamos até aqui. Não basta falar dos riscos e do que faremos em relação a eles, se a população continuar ignorando que somos todos parte do problema.

No decorrer de 2019 foi possível mapear uma expansão da crise climática, por meio das greves pelo clima, que, mesmo de forma tímida, chegam ao Brasil. Contudo, após a tradicional COP, referência de pico de atenção midiática na cobertura climática, tivemos poucos meses até o mundo se ajustar às novas condições de produção e às novas urgências trazidas pela pandemia de covid-19. Com esse contexto de distanciamento social, recessão econômica e número sempre alto de vítimas, o significado das MCs foi reatualizado, sob os mais diversos ângulos, como se viu na análise que relacionava clima à pandemia. Se antes não podíamos imaginar uma crise com essa dimensão e gravidade tão perto, hoje podemos. Acompanhamos a tentativa dos meios em análise de traçar pontos comuns entre as duas emergências, a fim de impulsionar mudanças e acelerar respostas. Vimos a transição de uma cobertura de contestação para outra na qual as soluções parecem muito mais viáveis – ainda que sob a capa do capitalismo verde.

A mirada do Sul na cobertura climática

O meio ambiente continua sendo central na manutenção da colonialidade. Svampa (2019), ao relacionar a questão climática com a expansão das *commodities*, expõe a dependência sofrida pela América Latina em relação ao Norte Global. Sob a lógica da colonialidade, o Sul continua sendo um local demasiado selvagem e bruto, que precisa ser domesticado por meio do pensamento tecnocrático que alimenta o capitalismo e converte a Mãe Terra em fragmentos para manutenção do poder estabelecido.

Nos discursos jornalísticos analisados, essa contraposição do Sul, que supostamente daria voz a atores periféricos e menosprezados pela

conformação do pensamento ocidental, ocorre limitadamente. A ideologia das elites dominantes se mantém mesmo nos meios que não são hegemônicos, fenômeno que Góes (2017) chama de colonialidade jornalística. A reprodução do discurso da economia verde como a única saída possível e o silenciamento a respeito dos setores que mais emitem GEE, como é o caso da agropecuária no Brasil, reforçam o sentido já conhecido na mídia tradicional.

A ecologia de saberes (SOUSA SANTOS, 2010) e o saber ambiental são mencionados tímida e fragmentariamente, já que a pluralidade e a diversidade parecem ter limites mesmo nas formas mais alternativas de jornalismo. Os territórios do Sul, suas práticas e seu modo de existência, reiteradamente invisibilizados pela mídia hegemônica, continuam tendo dificuldade de adentrar o campo jornalístico. O pensamento do Sul, fundamentado na reparação dos prejuízos causados pelo capitalismo movido pela colonialidade, irrompe em alguns momentos, mas não consegue fazer um contraponto permanente ao discurso neoliberal. Ao amplificar o aspecto global da crise climática, mais que diluir as responsabilidades e calar as desigualdades que dela derivam, alimenta-se a ideia de que as soluções também precisam vir “de cima para baixo”, orientadas pelos detentores de conhecimento técnico-científico fundado no Norte.

Ainda que se publique o posicionamento enfático de Greta Thunberg em relação à emancipação dos povos do Sul, assim como o endosso do discurso indígena (ou dos defensores climáticos) por parte de ativistas e até jornalistas, resta a dúvida sobre se esse chamado ganha atenção pela sua relevância ou só porque já parte de um outro ser (branco e escolarizado), enquadrado no que pode ser aceito dentro do escopo da modernidade. Soma-se a isso o fato de os indígenas serem muitas vezes citados nas notícias, mas poucas vezes são fontes de consulta para produção dos textos.

A divisão Norte *versus* Sul possui limitações e, embora traga elementos pertinentes para a crítica da matriz de produção dominante, responsável pela intensificação das MCs, o fato de os discursos do Norte Global serem majoritários não significa, automaticamente, que as perspectivas sejam negativas – ou ao contrário: que os pensamentos desde

o Sul sejam, por si só, positivos. Quando se destacou aqui a ausência das ações do Sul Global ou dos atores que vivenciam a crise climática a partir desse lugar, buscou-se ampliar a discussão a fim de que o enfrentamento do problema considere outros saberes e realidades, paralelamente a esforços globais. O desafio climático exige uma mobilização conjunta, em múltiplas escalas.

Ao trabalhar no regime de visibilização e invisibilização de causas, efeitos e respostas da emergência climática, o jornalismo molda formas de ver o mundo, influenciando na discussão pública do problema e na formulação de políticas que possam mitigar os riscos climáticos e ajudar as pessoas a se adaptarem a uma realidade climática mais quente e tomada por eventos extremos. Construir discursos é gerar modelos de compreensão da realidade – por isso o papel relevante da democratização dos meios e, mais que isso, da democratização discursiva. Afinal, se mesmo nos meios não hegemônicos encontramos certa homogeneidade nas vozes visibilizadas, o que esperar do jornalismo *mainstream*? Van Dijk (2005) destaca que tudo aquilo que não vivenciamos nos é trazido como referência pelas lentes da imprensa, razão pela qual saber lê-la ajuda a compreender as relações de poder e hegemonia que constituem e são constituídas pela sociedade.

Jornalismo ambiental, crítica colonial e meios não hegemônicos

O resgate do histórico da comunicação latino-americana e da abordagem do jornalismo ambiental são formas de fazer a crítica à sociologia das ausências³⁶, proposta por Sousa Santos (2002), e de romper com a linha abissal, permitindo que a função política do jornalismo atue em prol dos que até hoje são constantemente silenciados. Esses são movimentos que, a partir do jornalismo, se interconectam com

36 Sousa Santos (2002, p. 246) se refere a uma perspectiva que tenta demonstrar que aquilo que não existe foi produzido para ser assim, como “[...] uma alternativa não-credível ao que existe”, ou seja, é uma sociologia que elabora não existências por meio da desqualificação e da invisibilização, por exemplo.

a questão colonial e que estão plenamente respaldados pelos jornalis-
mos que se afastam daquele atrelado à ordem social estabelecida.

O jornalismo hegemônico acaba atuando como instrumento a favor do capital e do pensamento colonial, mas outras formas divergentes, críticas e plurais podem (e devem) coexistir. O jornalismo feito desde a perspectiva do Sul questiona várias lógicas impostas do Norte Global, mas a discussão sobre o papel-chave da dominação da natureza na continuidade da colonialidade nem sempre é evidenciada. Eis mais uma conexão que precisa ser visibilizada na prática jornalística dedicada ao meio ambiente.

O jornalismo ambiental proposto pelo GPJA possui forte interface com a crítica colonial e capitalista, reivindicando uma outra relação entre natureza e humanidade e atuando de forma engajada na defesa das diferentes maneiras de existir e viver. Desde suas primeiras reflexões e formulações, o jornalismo ambiental já tecia pressupostos teóricos costurando a teoria jornalística com as epistemologias do Sul (ou estudos decoloniais/pós-coloniais), ainda que não mencionasse essa filiação. Autores que hoje fazem parte dessas correntes que questionam a colonialidade, como Leff e Porto-Gonçalves, já eram lidos e incorporados ao jornalismo ambiental, ainda que não se falasse da questão colonial propriamente dita. Assim, é possível afirmar que o jornalismo ambiental também é um jornalismo proposto desde o pensamento do Sul. Por meio da pluralidade de vozes e da contextualização ampla, buscamos desconstruir o pensamento do Norte e permitir o conhecimento de outras compreensões de mundo (LEFF, 2016). O pensamento em rede, citado por Unger (1991), é uma meta a ser perseguida, de modo que os leitores possam perceber a vida em seus ciclos e interdependências.

O jornalismo ambiental possui essa abertura para amplificar o questionamento colonial e dar espaço para outras formas de viver e se relacionar com a natureza. A discussão epistemológica realizada no âmbito do GPJA já está, em muitos aspectos, alinhada com a quebra das monoculturas (do conhecimento rigoroso, das classificações naturais, do tempo linear, da escala e da produtividade), que geram a sociologia das ausências, defendida por Sousa Santos (2002). Os conceitos presentes

na abordagem das epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) – como, por exemplo, a ecologia dos saberes – já estavam presentes na concepção do jornalismo ambiental, e que a discussão sobre a colonialidade a partir da subjugação da natureza fortalece os pressupostos da área.

Os jornalisimos analisados defendem que discursos divergentes, críticos e plurais podem coexistir, correspondendo aos princípios do jornalismo ambiental e à abertura para que outros modos de ser e viver sejam representados, vistos e reconhecidos. Apesar das barreiras e contenções já observadas, os meios analisados não se focaram em alarmar a sociedade ante os riscos e perigos climáticos, mas favoreceram as muitas formas de ações que se espalham cada vez mais em diferentes partes do mundo. Essa escolha corresponde aos objetivos dos meios de gerar inspiração e transformação, declarados nas descrições dos próprios meios.

Os pressupostos do jornalismo ambiental (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018) não são completamente alcançados pelos meios não hegemônicos estudados, porém eles possuem características e objetivos que os unem, mesmo que parcialmente. O engajamento ou comprometimento com a pauta ambiental é o traço mais significativo e que varia de veículo para veículo, sendo mais consistente no caso do *Conexão Planeta*. Contudo, o espírito crítico e questionador, levantado pelo jornalismo ambiental, nem sempre está presente, principalmente quando se promove uma economia que de verde tem muito pouco.

Os três veículos não aproveitam todas as prerrogativas da modalidade não hegemônica, ao menos em termos de conteúdo, o foco deste livro. Há fronteiras difusas entre as classificações teóricas, e as próprias notícias podem se mostrar mais ou menos comprometidas, combativas ou transpassadas por alguma ideologia. De todo modo, é transversal a todos os veículos a existência de maior espaço para conteúdos, formatos e atores que não são validados como adequados pelos meios hegemônicos ou que rompem, em algum momento, com o pensamento moderno abissal.

Se nosso objetivo é um jornalismo emancipatório (OLIVEIRA, 2017), a contextualização e o pluralismo precisam ser esgarçados. Como desnaturalizar algo se apenas reiteramos o que nos é apresentado? Como romper com o pensamento único que sustenta (também)

a comunicação climática? A partir da ótica do jornalismo ambiental temos pistas para alargar o olhar e começar, desde a construção discursiva do jornalismo, a despertar sentidos e significados que vislumbrem outras possibilidades, de forma que as relações entre humanidade e natureza possam ser mais harmônicas e equilibradas.

Que a criticidade desta análise possa fomentar a radicalidade dos veículos não hegemônicos e a expansão das fendas nos discursos dos meios tradicionais. É importante saber por quem o tema é disputado e quais são as razões que sustentam cada um dos posicionamentos ideológicos. As MCs não são algo dado, naturalizado ou imune a juízos de valor. Ao contrário: é um discurso atravessado por interesses de diferentes grupos, com ideologias divergentes e em permanente competição por poder.

Referências

ABRANCHES, Sergio. **Copenhague: antes e depois**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia literária: Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE, Igor; *et al.* **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil: 1970-2019**. Observatório do Clima, 2020. Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In*: ALIMONDA, Héctor (Coord.). **La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 21-60.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ANGELO, Claudio. **A espiral da morte: como a humanidade alterou a máquina do clima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ATILES-OSÓRIA, José M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, p.131-152, 2013.

AZAM, Geneviève. Decrescimento. SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019, p. 65-83.

BACCHETTA, Victor L. El periodismo ambiental. *In*: BACCHETTA, Victor L. (Coord.). **Ciudadania Planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental**. Montevideo: IFEJ, 2000.

BALBÉ, Alice; LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo, medo e alterações climáticas: articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 2, p. 38-55, 2020.

BÁRCENA, Alicia; SAMANIEGO, Joseluis; PERES, Wilson; ALATORRE, José Eduardo (Coord.). **La emergencia del cambio climático en América Latina y el Caribe**. ¿Seguimos esperando la catástrofe o pasamos a la acción? Santiago: CEPAL, 2020.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade. Portugal: Edições 70, 2017.

BECKER, Maria Lúcia. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? *In*: WOITOWICZ, Karina Janz. **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

BELIK, Walter. **Estudo sobre a cadeia de alimentos**. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Ibirapitanga e Instituto Clima e Sociedade, 2020. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/o-paradoxal-brasil-retratado-no-estudo-sobre-a-cadeia-de-alimentos/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BOSSATO FERNANDES, Kamila. **Informação e engajamento político: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal**. Tese (Doutorado em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade) – Universidade do Minho, Portugal, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de “A influência do jornalismo” e “Os Jogos Olímpicos”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYKOFF, Maxwell T. **Who speaks for the climate? Making Sense of Media Reporting on Climate Change**. USA: Cambridge University Press, 2011.

BRUGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven. Between Consensus and Denial: Climate Journalists as Interpretive Community. **Science Communication**, v. 36, p. 399-427, 2014.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas**: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara, 2007.

BUTLER, Catherine; PIDGEON, Nick. Media Communications and Public Understanding of Climate Change: Reporting Scientific Consensus on Anthropogenic Warming. *In*: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009, p.43-58.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. *In*.: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 169-194.

CALLISON, Candis. Climate Change Communication and Indigenous Publics. **Oxford Research Encyclopedia of Climate Science**, 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/climatescience/view/10.1093/acrefore/9780190228620.001.0001/acrefore-9780190228620-e-411>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARE Climate Change. **Adaptação Baseada na Comunidade**: uma abordagem de empoderamento para um desenvolvimento resiliente ao clima e redução de riscos. 2015. Disponível em: https://careclimatechange.org/wpcontent/uploads/2015/05/CBA_Brief_ALP_PT.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

CARRANZA, Mariana Reyes. El discurso del Antropoceno: limitaciones ante la emergencia climática. *In*: TORNEL, Carlos (Coord.). **Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C**: más allá de la economía verde. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019, p. 86-105.

CARTY, Tracy; KOWALZIG, Jan; ZAGEMA, Bertram. **Informe paralelo de 2020 sobre financiación climática**: Evaluación del progreso sobre el compromiso de alcanzar los 100 000 millones de dólares. OXFAM International, oct. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/informe-paralelo-de-2020-sobre-financiacion-climatica>. Acesso em: 23 out. 2020.

CARVALHO, Anabela (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011.

CARVALHO, Anabela; PEREIRA, Eulália; RODRIGUES, Ana Teresa; SILVEIRA, Ana Patrícia. A reconstrução mediática das alterações climáticas. *In*: CARVALHO, Anabela (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011, p. 105-144.

CARVALHO, Anabela. Climate change and the socio-ecological crisis. *In*: WODAK, Ruth; FORCHTNER, Bernard (Ed.): **The Routledge Handbook of Language and Politics**. London: Routledge, 2017, p. 487-499.

CARVALHO, Anabela; VAN WESSEL, Margit; MAESELE, Pieter. Communication Practices and Political Engagement with Climate Change: A Research Agenda. **Environmental Communication**, v. 11(1), p. 122-135, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, v. 10, n. 2, p. 126-142, 2014.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO HERRERA, Guillermo. Naturaleza, sociedad e historia en América Latina. *In*: ALIMONDA, Héctor (Coord.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Bueno Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002, p. 38-99.

CASTRO-LARA, Eloína. Reflexiones para decolonizar la cultura académica latinoamericana en Comunicación. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 131, p. 107-122, 2016.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise climática e o Green New Deal Global: a economia política para salvar o planeta**. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

COLODETI, Elisangela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. **Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água**. 239 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

FAO. **Linking sustainability and climate financing: Implications for agriculture**. Rome, Italy, 2011.

FEBA (Friends of Ecosystem-based Adaptation). **Tornando eficaz a Adaptação baseada em Ecossistemas: parâmetros para definir critérios de qualificação e padrões de qualidade** – documento técnico elaborado por FEBA para UNFCCC-SBSTA 46. BERTRAM, M.; BARROW, E.; BLACKWOOD, K.; RIZVI, A.R.; REID, H.; VON SCHELIHA-DAWID, S. Bonn: GIZ; Londres: IIED; Gland: UICN, 2019.

FEDEROVSKY, Sergio. **El nuevo hombre verde – Cómo el neoliberalismo nos hace responsables del desastre ecológico que provoca el sistema**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2018.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico**. 2015. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10e9ed3c0813f211b749c803f9c7dc73.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERREIRA DE MELO, Iran. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções, **Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, n. 11, p. 1-18, 2009.

FROME, Michael. **Green Ink: Uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; ALMEIDA DA SILVA, Jamille. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 2, n. 2, p. 48-66, 2018.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; MORAES, Claudia Herte de. Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do Jornalismo Ambiental. *In*: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio (Director); MANCINAS CHÁVEZ, Rosalba (Coord.). **Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix Editora, 2013, p. 45-58.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. *In*: GIRARDI, Ilza M. Tourinho; MORAES, Claudia H.; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Orgs.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018, p. 13-24.

GÓES, José Cristian. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GRAIN; GRUPO CARTA DE BELÉM. **Clima, terra e soberania: as narrativas climáticas sobre os territórios do Sul Global**. 2019. Disponível em: <https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/370/original/Texto%20Belem%20POR-FINAL.pdf?1574960311>. Acesso em: 1 jun. 2020.

GREEN, Lesley. **Fracking, Oikos and Omics in the Karoo: reimagining South Africa's reparative energy politics**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional "Os Mil Nomes de Gaia", Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/lesley-green.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

GÜNAY, Defne; ISERI, Emre, ERSOY, Metin. Alternative Media and the Securitization of Climate Change in Turkey. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 43(2), p. 96-114, jan. 2019.

GUNSTER, Shane. Radical Optimism: Expanding Visions of Climate Politics in Alternative Media. *In*: CARVALHO, Anabela; PETERSON, Tarla Rai (Ed.). **Climate Change Politics: Communication and Public Engagement**. Amherst, NY: Cambria Press, 2012, p. 247-277.

HACKETT, Robert A. Alternative media for global crisis. **Journal of Alternative and Community Media**, v. 1, p. 14-16, 2016.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas: a palavra da rebeldia**. Florianópolis: Insular, 2017.

HERAS HERNÁNDEZ, Francisco. Una de acción: el tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático. **Razón y Palabra – Tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático**, n. 84, 2013.

HERRERA HUÉRFANO, Eliana; SIERRA CABALLERO, Francisco; DEL VALLE ROJAS, Carlos. Hacia una Epistemología del Sur. Decolonialidad del saber-poder informativo y nueva Comunicología Latinoamericana. Una lectura crítica de la mediación desde las culturas indígenas. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 131, p. 77-105, 2016.

HULME, Mike. **Why we disagree about climate change: understanding controversy, inaction and opportunity**. New York: Cambridge University Press, 2009.

IPCC. **Special Report – Global Warming of 1.5°C**. 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

IPCC. **Fifth Assessment Report: Climate Change 2013**. Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Univ. Press, 2013. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acesso em: 17 set. 2020.

KARLSSON, Sylvia. O divisor Norte-Sul do conhecimento: consequências para a governança ambiental global. In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p. 63-88.

KENIX, Linda Jean. **Alternative and Mainstream Media: The Converging Spectrum**. Nova York: Bloomsbury Academic, 2011.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. *Ascensão e queda de notícias de risco*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LAHSEN, Myanna. Buffers Against Inconvenient Knowledge: Brazilian Newspaper Representations of the Climate-Meat Link. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, n. 1, p. 59-84, out. 2017. DOI. 10.5380/dma.v40i0.49258.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 8-23.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, v. 23, n. 45/46, p. 101-126, fev./dez. 2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEÓN, Bienvenido; LARA, Alicia de. Ciencia y cambio climático – Estudio de la cobertura del cambio climático en la prensa española. *In*: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio (Director); MANCINAS CHÁVEZ, Rosalba (Coord.). **Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix Editora, 2013, p. 91-104.

LIPPMANN, Walter. A natureza da notícia. *In*: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2, p. 165-178.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo Ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. 454 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2016.

LOOSE, Eloisa Beling. A Comunicação sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. **Ação Midiática**, n. 16, p.138-150, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/2238-0701.2018n16p138-150>.

LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo e mudanças climáticas: panorama das pesquisas da área e discussão sobre a cobertura de riscos e formas de enfrentamento. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 20, n. 38, p. 107-128, 2019.

LOOSE, Eloisa Beling; SOUZA-LIMA, José Edmilson. (Re)configurações do campo comunicacional a partir da epistemologia ambiental. **Acta Scientiarum – Human and Social Sciences**, v. 35, n. 1, p. 61-70, 2013.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**, v. 22, n. 2, p. 154-172, 2017.

LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Cláudia Herte de. Mudanças do clima (e de pauta!). In: GIRARDI, Ilza; MORAES, Claudia; LOOSE, Eloisa; BELMONTE, Roberto. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018, p. 111-124.

LOOSE, Eloisa Beling; BALBÉ, Alice. Cobertura ambiental durante a pandemia no Brasil e em Portugal: explorando crises e (des)conexões. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 144, p. 47-68, 2020.

LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Cláudia Herte de. Repercussão das greves pelo clima e do efeito Greta na cobertura brasileira: análise das notícias publicadas em 2019 no G1 e UOL. In: FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio; RODRIGO-CANO, Daniel; GIRARDI, Ilza M. T. (Org.). **Comunicación y Cambio Climático: Contribuciones Actuales**. 1. ed. Sevilla: Ediciones Egregius, 2020, p. 65-86.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. Tese (Doutorado em Comunicação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

LOVINS, L. Hunter; COHEN, Boyd. **Capitalismo climático: liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2013.

MARTINS, Rodrigo C.; ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva socioambiental. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 83-109, 2018.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação, reflexos posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MENDES PEREIRA, Lucia Helena. Jornalismo e Meio Ambiente: possibilidades e dificuldades da informação como tradutora de uma política ambiental democrática. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 5, p. 1-21, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **IPEA – Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 4, p. 93-101, jul. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em 14 abr. 2020.

MOERNAUT, Renée; MAST, Jelle. Fighting carbon dioxide or fighting humans?: the ideological fault lines underlying two climate change frames. **International Journal of Media & Cultural Politics**, v. 14, n. 2, p. 123-152, 2018.

MORAES, Claudia Herte de. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 256-293.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: Jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEELIMA, B. N.; REDDY, R. Uttama. Mass Media and Climate Change. **International Journal of Research (IJR)**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2014.

NEVERLA, Irene. **The IPCC-reports 1990–2007 in the media: A case-study on the dialectics between journalism and natural sciences.** International Communication Conference, Montreal, 2008.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NOBRE, Carlos A.; MARENGO, José A. (Orgs.). **Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar.** São José dos Campos, SP: INCT, 2017.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 7., São Paulo. **Anais...** Brasília: SBPjor, 2009.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire.** Curitiba: Appris, 2017.

O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. “Fear Won’t Do It”: Promoting Positive Engagement with Climate Change through Visual and Iconic Representation. **Science Communication**, v. 30, n. 3, p. 355-379, 2009.

PAINTER, James. **Climate Change in the Media: Reporting Risk and Uncertainty.** London: I.B. Tauris & Co. Ltd., 2013.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.** PBMC, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil: 2016, 184 p.

PEPERMANS, Yves; MAESELE, Pieter. Climate Change Journalism: From Agony to Agonistic Debate, **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 125-140, abr. 2017. Doi: 10.5380/dma.v40i0.49257.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. Ecofeminismo. *In: SOLÓN, Pablo (Org.). Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização.* São Paulo: Elefante, 2019, p. 113-143.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. **Caminho para o aumento de soluções baseadas na natureza em NDCs**: uma abordagem em sete etapas para melhorar as contribuições nacionalmente determinadas através de soluções baseadas na natureza. Nova York, EUA: UNDP, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 3-5.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María del Pilar Tobar. Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social, **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 1, p. 421-454, 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SAFRAN FOER, Jonathan. **Nós somos o clima**: salvar o planeta começa no café da manhã. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SIERRA CABALLERO, Francisco. Ecología política y mediación periodística: dialéctica de la política informativa ante el cambio climático (Editorial). **Redes.com**, n. 13, p. 10-20, 2016.

SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016, p. 133-145.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina – Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

SWEENEY, Sean. Otra Energía es Posible. *In*: **Realismo Radical para la Justicia Climática: Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C**. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018, p. 1-32.

TAIBO, Carlos. **Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Tradução: Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

THAKER, Jagdish; ZHAO, Xiaoquan; LEISEROWITZ, Anthony. Media use and public perceptions of global warming in India. **Environmental Communication**, v. 11, p. 353-369, jan. 2017.

TORNEL, Carlos. Introducción. *In*: TORNEL, Carlos (Coord.). **Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C: Más allá de la economía verde**. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019, p. 27-83.

TORRICO VILLANUEVA, Erick R. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamerica de Ciencias de la Comunicación**, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005 (Teorias do Jornalismo, v. 2).

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 111-131.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do mundo: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais**: 1991 a 2012. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres; Banco Mundial. **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil**: 1995-2014. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016.

UNMÜßIG, Barbara; SCHNEIDER, Linda. Editorial. *In*: **Volumen 44 – Realismo Radical para la Justicia Climática** – Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018. p. 3-4.

VALENCIA RINCÓN, Juan Carlos. Mediaciones, comunicación y colonialidad: encuentros y desencuentros de los estudios culturales y la comunicación en Latinoamérica. **Signo y Pensamiento**, v. 30, n. 60, p. 156-165, 2012.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideología e discurso. *In*: FERREIRA DE MELO, Iran (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 15-51.

VILELLA, Mariel. Economía Circular de Cero Residuos –Un Cambio de Reglas del Juego Sistémico Contra el Cambio Climático. *In*: **Volumen 44 – Realismo Radical para la Justicia Climática** – Una Respuesta de la Sociedad Civil ante el Desafío de Limitar el Calentamiento Global a 1,5°C. Berlín: Fundación Heinrich Böll, 2018, p. 1-24.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007 – julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa/2010). Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), 2010.

WALKER, Gabrielle; KING, David. **O tema quente**: como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

WALLACE-WELLS, David. **A terra inabitável**: uma história do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 131-152, 2008.

ZOCCOLI CARNEIRO, Carolina Maria. **“Caos no clima”**: sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de *O Globo* sobre o aquecimento global. Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

POSFÁCIO

Do jornalismo ambiental ao climático

Eloisa Beling Loose

Em 2023, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, ao mencionar as inéditas altas temperaturas alcançadas em junho, afirmou que o planeta já havia deixado a fase do aquecimento para trás, entrando em um novo patamar: o de ebulição ou fervura global. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirmou que 2023 foi o ano mais quente já registrado no mundo todo, com uma temperatura média que está muito próxima do limite de aquecimento (1,5°C) firmado pelo Acordo de Paris, e a previsão é que neste ano tenhamos médias que superem as do ano anterior.

No Brasil, nove dos doze meses de 2023 tiveram médias mensais de temperatura acima da média histórica, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Vivenciamos ondas de calor e tempestades severas que provocaram deslizamentos de terra e inundações; as temperaturas da superfície do mar ficaram elevadas durante grande parte do ano e a extensão do gelo marinho antártico foi a mais baixa já registrada. Em decorrência de tais mudanças, os incêndios florestais foram mais devastadores, a epidemia de dengue alcançou estados do Sul, que não sofriam com a doença, e uma série de perdas e danos oriundos de desastres atingiu todas as regiões brasileiras. A questão climática segue sendo um desafio sem precedentes para a humanidade e, embora a cobertura do tema possa ser mais frequente, é preciso rever a forma como as representações sobre essa crise estão sendo entregues para os cidadãos.

Idealmente, a perspectiva do jornalismo ambiental desde o Sul deveria ganhar rápido impulso e se propagar de maneira transversal nas várias modalidades jornalísticas. Entendendo que as mudanças

climáticas são um assunto prioritário para a sobrevivência das espécies, inclusive a humana, a cobertura jornalística daria conta de suas nuances e complexidades em razão de seu compromisso primeiro com o interesse público. Contudo, ainda que possamos verificar uma ampliação desses esforços, a fervura global é insistentemente posta em uma caixinha à parte dos debates políticos, culturais, econômicos e sociais. Ou apresentada como um problema de dimensões tão abrangentes e distantes do nosso dia a dia, que nos paralisa. Vez ou outra encontramos reportagens e notícias com explícitas conexões, mas, para gerarmos possibilidades de existência em um sistema não dependente de fósseis, é necessário ir além.

Nesse sentido, há autores que defendem a inserção nas redações de um jornalismo específico, dedicado à mobilização para sobrevivermos aos tempos de fervura. O chamado jornalismo climático é aquele que ultrapassa a cobertura factual, que se preocupa com o futuro – algo que mexe com os critérios de noticiabilidade já enraizados pelo campo. Mais do que relatar o que está acontecendo, esse jornalismo traria as explicações do que cientistas de todo mundo têm previsto para os dias que estão por vir. Carrega os pressupostos do jornalismo ambiental já apresentados neste livro, mas coloca em relevo um dos maiores desafios da nossa época. Pode ser uma atualização ou uma nova roupagem do que é conhecido, entretanto, potencializa modos de dizer e se relacionar que costumam ser silenciados. Portanto, o jornalismo que emerge com a preocupação climática é, desde sempre, um jornalismo imbuído de uma racionalidade ambiental.

Para criar condições de uma efetiva mudança de estilo de vida, soluções e alternativas precisam ser reportadas, debatidas e contextualizadas. Não basta apresentar os malefícios da racionalidade estritamente econômica; o que já é feito de outro modo? O que pode ganhar escala em prol de uma sustentabilidade real? Quais as inovações que deveriam ser fortemente financiadas e aqueles produtos ou processos que deveriam ser desincentivados a prosseguir? E, é claro, não colocar essa responsabilidade somente no colo do consumidor! As empresas, governos e demais instituições precisam se adaptar aos limites do planeta

e o jornalismo climático se centrar no que foi feito – e não em declarações e promessas, que, muitas vezes, servem como estratégia para melhorar uma imagem que não se sustenta na prática.

Linguagem acessível, proximidade com a realidade do público e consistente embasamento científico. Observação crítica para avaliar o que funcionou ou não. Dar visibilidade a outros saberes e formas de se relacionar com a natureza. Variar estratégias de comunicação. Estas são algumas indicações para avançar em direção ao que denominamos jornalismo climático. Enquanto a discussão climática não for introjetada no campo definitivamente, espaços e formas específicas de contar os acontecimentos que afetam nosso cotidiano de tantas maneiras são bem-vindas!

Após verificar os laços que unem as modalidades hegemônicas e não hegemônicas na cobertura das mudanças climáticas, identificou-se que o consumo de jornalismo(s) está cada vez mais emaranhado com formatos outros de comunicação climática. Em 2022, entrevistamos jovens ativistas das cinco regiões do Brasil para entender como percebiam o papel da cobertura climática e sua possível relação com o engajamento. A investigação demonstrou que as notícias divulgadas em veículos *mainstream*, apesar do reconhecimento de seu alcance heterogêneo, acabam por não mobilizar os públicos, sobretudo porque não visibilizam as ações locais. O público consultado informa-se de múltiplos jornalisimos e almeja que a imprensa tradicional tenha um posicionamento mais ativista, comprometido com o nosso futuro.

Um estudo internacional de 2023 do Instituto Reuters reforça que quase dois terços dos participantes consideram que os meios de comunicação desempenham um papel importante acerca das decisões sobre clima nas empresas, nas políticas públicas e nas atitudes das pessoas, sendo essa uma posição forte no Brasil. A mesma pesquisa afirma que o público respondente diz ter interesse pelo consumo de informações atuais, notícias positivas e aquelas que exploram soluções – coincidindo com características que perpassam o jornalismo climático.

Diante disso, pondera-se que mais que reivindicar uma pauta, a concepção de um jornalismo que dê relevo a histórias que tratem

do clima são relevantes para a mudança de pensamento sobre o momento atual. Já sabemos como chegamos até aqui e temos condições de fazer escolhas melhores. O fatalismo não vai nos tornar mais resilientes nem evitar que o pior aconteça. O jornalismo climático pode ser uma oportunidade para reinventarmos outros jornalismo. O aprendizado a respeito de como alteramos o equilíbrio da Terra tão profundamente pode provocar uma nova cultura.

Porto Alegre, 2 de abril de 2024

Sobre a autora

Eloisa Beling Loose

Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 2017, recebeu o Prêmio Capes pela melhor tese na área de Ciências Ambientais e em 2018 realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Atualmente é vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (<https://jornalismoemeio-ambiente.com/>).

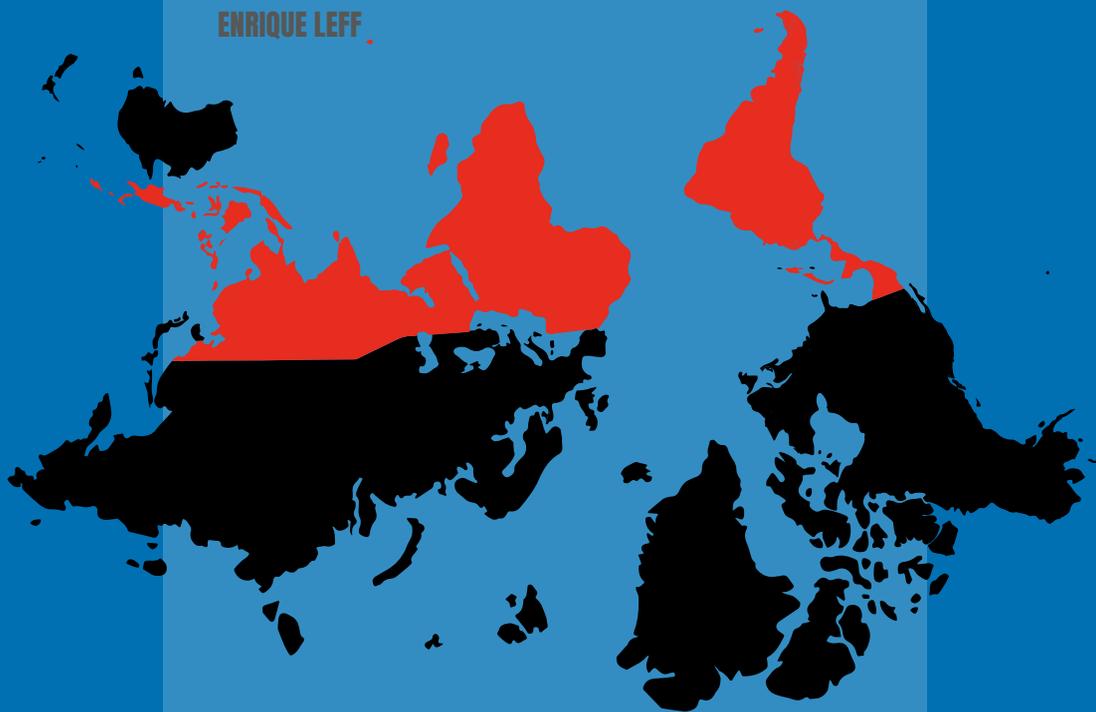
Esta obra é fruto do segundo doutorado, desta vez na área da Comunicação, na qual dá continuidade às investigações na interface entre jornalismo e crise climática iniciadas em 2012. O livro *Jornalismo e Riscos Climáticos: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores*, publicado em 2021 pela Editora da UFPR, é resultado do primeiro doutoramento.

A autora tem se dedicado às pesquisas na área de jornalismo ambiental e comunicação de riscos e desastres, além de trabalhar com iniciativas de divulgação científica. Mais informações sobre sua trajetória e publicações podem ser encontradas na plataforma Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/1991183018178937>).

Este livro foi produzido
nas fontes *Minion Pro* e *Anton*,
em maio de 2024.

"A disposição de agir frente à ameaça climática não deriva do conhecimento produzido pela ciência. E é aí que emerge a função social do analista-comunicador da questão ambiental. Para isso, o jornalista questionador, que busca ser um ator transformador, deve ter adquirido sua própria compreensão da questão ambiental e saber perguntar aos especialistas, de modo a oferecer seu conhecimento crítico ao público. Somente assim, com informações úteis sobre a urgência do problema, poderá se responder a esse acontecimento histórico, que demanda resposta de cada pessoa e de toda a humanidade. Esse é o caminho que abre o estudo oferecido por Eloisa Beling Loose para compreender o papel social do jornalista ou do comunicador ambiental."

ENRIQUE LEFF



ISBN: 978-85-524-0424-8



9 788552 404248